

Ciências Sociais APLICADAS: Negócios e Direito, Sociedade, Gestão e Perspectivas

Subcabeçalho

Fiat Lux Publishing

Frederico Barbosa (Org.)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, NEGÓCIOS E DIREITO: SOCIEDADE, GESTÃO E PERSPECTIVAS

Fiat Lux Publishing

Goiânia, GO
2026

© 2026 Fiat Lux Publishing

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou armazenada sob qualquer forma sem autorização prévia da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico.

Ciências Sociais Aplicadas, Negócios e Direito: Sociedade, Gestão e Perspectivas / Frederico Barbosa (Org.). -- Goiânia, GO : Fiat Lux Publishing, 2026. 378 p.

ISBN: 978-65-5898-043-8

DOI: 10.66956/978-65-5898-043-8

Assuntos: Pesquisa, Ensino, Sociedade. I. Barbosa, Frederico.
II. Título.

CDD 300 - Ciências Sociais

BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL MULTIPOLAR: POLÍTICA EXTERNA, AUTONOMIA ESTRATÉGICA E PROJEÇÕES ATÉ 2050

Ana Cláudia Montania Gomes
Dayane Rocha de Souza
Larissa de Oliveira Ignacio
Wilian Ramalho Feitosa

**Brasil na Nova Ordem Mundial Multipolar: Política Externa, Autonomia
Estratégica e Projeções até 2050**

***Brazil in; the New Multipolar World Order: Foreign Policy, Strategic
Autonomy, and Projections through 2050***

Ana Cláudia Montania Gomes, Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo – Campus Pirituba, Curso de Tecnologia em Gestão
Pública

Dayane Rocha de Souza, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de São Paulo – Campus Pirituba, Curso de Tecnologia em Gestão Pública

Larissa de Oliveira Ignacio, Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo – Campus Pirituba, Curso de Tecnologia em
Gestão Pública

Prof. Wilian Ramalho Feitosa (Orientador), Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Pirituba, Doutor em
Administração pela EAESP FGV

Resumo: O presente trabalho se propõe a investigar como o Brasil tem ajustado sua estratégia no cenário mundial, que antes era dominado pelos Estados Unidos. A análise central reside na ascensão de países como a Rússia e a China, e no impulso de blocos como os BRICS, que promovem a união econômica e o desenvolvimento compartilhado. O estudo explora a maneira como o Brasil organiza suas ações no país para alinhá-las com suas metas no exterior, levando em conta os problemas relacionados à integração regional, à globalização e ao seu inverso. A pesquisa pondera os obstáculos que o país enfrenta, tanto em casa quanto lá fora, e o impacto desses desafios em sua atuação no mundo. A análise aborda o crescimento dos BRICS, a participação brasileira em eventos globais, as dificuldades em manter a proeminência na região, as relações entre governos democráticos e autoritários, e as projeções de futuro até 2050. Se o Brasil adaptar sua política externa a uma perspectiva de longo prazo, poderá se destacar na nova configuração global. Isso requer fortalecer sua independência, melhorar suas instituições e cultivar boas relações com os países vizinhos.

Palavras-chave: Nova ordem mundial; Política externa brasileira; BRICS.

Abstract: *This paper aims to investigate how Brazil has adjusted its strategy on the global stage, previously dominated by the United States. The central analysis focuses on the rise of countries like Russia and China, and the momentum of blocs like the BRICS, which promote economic union and shared development. The study explores how Brazil organizes its domestic actions to align them with its international goals, taking into account issues related to regional integration, globalization, and its inverse. The research considers the obstacles the countries faces, both at home and abroad, and the impact of these challenges on its global performance. The analysis addresses the growth of the BRICS, Brazil's participation in global events, the difficulties in maintaining prominence in the region, relations between democratic and authoritarian governments, and future projections up to 2050. If Brazil adapts its foreign policy to a long-term perspective, it can stand out in the new global landscape. This requires strengthening its independence, improving its institutions, and cultivating good relations with neighboring countries.*

Keywords: *New world order; Brazilian foreign policy; BRICS*

1 INTRODUÇÃO

Por um longo período, a liderança dos Estados Unidos ditou as regras da ordem global. Contudo, nas últimas décadas, esse panorama tem se modificado bastante, com o sistema unipolar dando lugar a um mundo com vários polos de poder. Nesse novo cenário, países como China, Rússia e Índia ganham força e disputam espaço no mundo (FERNANDES; ARAÚJO, 2024, p. 10). As mudanças na economia global acontecem rapidamente, impulsionadas tanto por crises quanto pelo surgimento de novos grupos econômicos, a exemplo dos BRICS. A recente expansão desse grupo questiona diretamente os princípios estabelecidos pela hegemonia liberal ocidental (STUENKEL, 2016; HURRELL, 2006).

Diante disso, o Brasil pode ocupar um lugar estratégico, tendo a chance de manter sua postura diplomática de autonomia e participação em diferentes fóruns ou escolher se juntar a novas alianças que desafiam a ordem que está surgindo. Ao longo da história, a política externa brasileira tem buscado um papel de destaque na região, mantendo-se neutra no cenário internacional, conciliando seus interesses econômicos com valores democráticos e defendendo uma gestão global mais justa. No entanto, essa postura enfrenta desafios externos, como os efeitos da desglobalização e o aumento da rivalidade entre as potências (DUGNANI, 2018; FERNANDES; ARAÚJO, 2024, p. 10) além de questões internas, como a instabilidade política e mudanças no Itamaraty (LIMA, 2005).

Este artigo analisa como o Brasil tem reformulado sua forma de atuar, ajustando sua política externa para se encaixar no novo mundo com múltiplos polos de poder. O foco está em sua participação nos BRICS+, nas relações com China, Rússia e Estados Unidos, e na criação de uma estratégia que priorize a segurança na internet, o cuidado com o meio ambiente e a independência tecnológica (FERNANDES; ARAÚJO, 2024, p. 10). A ideia principal é que o Brasil pode ter um papel importante no mundo nesse novo contexto, desde que adote uma visão de longo prazo que permita construir uma política externa coerente, alinhada e forte (IPEA, 2023).

A pesquisa será feita de forma qualitativa, com base em livros e documentos, usando autores importantes das Relações Internacionais, além de estudos recentes sobre geopolítica, segurança e economia mundial. O artigo vai apresentar uma visão teórica sobre a multipolaridade, uma análise da expansão dos BRICS, o papel do Brasil em fóruns internacionais e os desafios para sua posição estratégica na nova ordem mundial.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para entender a política externa brasileira em meio a uma nova ordem mundial emergente, é preciso uma abordagem teórica multidisciplinar que conecte conceitos de diversas correntes teóricas, vistos que, estas, têm analisado a transição de uma ordem unipolar para uma configuração multipolar, cada uma proporcionando perspectivas diferentes para examinar o reposicionamento dos países no cenário internacional.

2.1 REALISMO E A LÓGICA DA POTÊNCIA

O realismo e a lógica da potência são importantes para entender a nova ordem mundial. O realismo considera que a realidade existe de forma independente da percepção humana e que os Estados agem racionalmente para maximizar seu poder e garantir sua sobrevivência em um sistema anárquico (SANTOS, 2019; MEARSHEIMER, 2001). A lógica da potência complementa isso ao examinar não só o que existe, mas também o que pode existir, estudando as capacidades de um sistema ou objeto (MOREIRA, 2017). Juntas, essas abordagens oferecem uma visão abrangente da realidade, que inclui tanto os fatos quanto às possibilidades. A criação de alianças como os BRICS e a ascensão de potências como China e Rússia desafiam a hegemonia americana (FERNANDES; ARAÚJO, 2024, p. 10). O Brasil busca expandir sua influência regional por meio de alianças estratégicas e inserção multilateral (AMORIM, 2020; PAULA, 2024).

2.2 LIBERALISMO E MULTILATERALISMO

O liberalismo nas relações internacionais defende que os países devem cooperar por meio de ligações econômicas e organizações conjuntas, promovendo paz e segurança ao seguir regras e facilitar comércio (KEOHANE; NYE, 2001). O Brasil, participando de grupos como G20, ONU, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e BRICS+, busca um mundo mais justo, focando em decisões democráticas e temas sociais nas discussões econômicas (OPEB, 2024). O multilateralismo, reforçado após a Segunda Guerra Mundial, enfrenta desafios atuais, como ações unilaterais de grandes potências e a falta de progresso no Conselho de Segurança da ONU, mas ainda é fundamental para a organização global (HELD, 2004).

Ideias autoritárias representam um desafio ao liberalismo, pois o aumento de governos opressivos e a repressão de movimentos democráticos em várias regiões questionam os valores da globalização. A democracia é vista não apenas como um sistema de governo, mas como um valor central que todos os países deveriam adotar. Assim, o liberalismo promove a cooperação a interdependência econômica e a importância das instituições multilaterais, enquanto lida com forças que ameaçam a democracia e a ordem global (SOUSA, 2008; LIMA, 2005).

2.3 NEOEURASIANISMO E CRÍTICA À HEGEMONIA

A teoria neoeurasianista, liderada por Aleksandr Dugin, propõe um rompimento com o paradigma liberal ocidental, incentivando o desenvolvimento de polos civilizacionais distintos, a exemplo da Eurásia, liderada por Rússia e China (DUGIN, 2012).

2.4 ECONOMIA POLÍTICA E DESGLOBALIZAÇÃO

A crise do neoliberalismo, caracterizada pela financiarização, pós-fordismo e reestruturação produtiva, tem levado a um processo de desglobalização e regionalização de cadeias econômicas (MARTINS, 2024; DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 45). Como uma economia periférica com tendências agroexportadoras,

o Brasil pode investir em tecnologia para aumentar sua produção agrícola, tendo em vista que ele se depara com o desafio de desenvolver uma política industrial que assegure autonomia estratégica e participação soberana na nova geoeconomia global (SILVEIRA, FERNANDES e COCCO, 2025).

2.5 GEOPOLÍTICA LATINO-AMERICANA E AUTONOMIA ESTRATÉGICA

Desde de Therezinha de Castro (1997) até autores contemporâneos como Santos, Ribas e Góes (2025), a tradição geopolítica brasileira tem defendido a integração regional como meio para alcançar a autonomia estratégica. Para entender a inserção do Brasil dentro da nova ordem mundial, é fundamental considerar a sua atuação na América do Sul e sua liderança em iniciativas como a UNASUL e a CELAC. Além disso, a geopolítica possibilita a análise da relação de poder entre os territórios, aspectos como segurança cibernética, diplomacia ambiental e cultura organizacional das instituições governamentais (GOMES, 2024; COSTA et al., 2024).

3 METODOLOGIA

Este estudo emprega uma metodologia qualitativa, de caráter exploratório e analítico-descritivo, utilizando a triangulação de documentos e dados quantitativos descritivos para analisar indicadores macroeconômicos. A estratégia metodológica foi cuidadosamente estruturada para assegurar a consistência entre o problema investigado, os objetivos propostos, as fontes consultadas e as técnicas de análise empregadas, em conformidade com as normas da ABNT.

3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

- ✓ qualitativa, com suporte de dados quantitativo descritivos para análise de séries econômicas;
- ✓ Tipo de pesquisa: exploratória e descritiva, incorporando uma dimensão explicativa nas projeções futuras;

- ✓ Horizonte temporal: análise retrospectiva (2019–2025) para a coleta de evidências empíricas; prospecção de cenários futuros até 2050 e;
- ✓ Escopo: política externa brasileira, sua participação em blocos (BRICS, BRICS+, OCDE, Mercosul) e a influência de variáveis geoeconômicas, tecnológicas e diplomáticas.

3.2 ETAPAS DE REALIZAÇÃO

As etapas de realização serão baseadas em 6 passos:

- 1) Definição clara do problema, dos objetivos e das questões de pesquisa a serem respondidas;
- 2) Revisão bibliográfica direcionada pelo conjunto de referências apresentado no anexo;
- 3) Coleta de documentos: análise de relatórios (FMI, Banco Mundial, NDB), documentos das cúpulas do BRICS, publicações do IPEA, legislações e comunicados oficiais;
- 4) Tratamento dos dados: organização das séries econômicas em planilhas; codificação temática dos textos; catalogação das fontes com metadados (autor, ano, URL, data de acesso);
- 5) Análise e triangulação: cruzamento entre o referencial teórico, as evidências documentais e os indicadores quantitativos; elaboração de cenários prospectivos e;
- 6) Redação e apresentação dos resultados: síntese das informações em tabelas, gráficos e texto, seguindo as normas da ABNT.

3.3 QUESTÕES DE PESQUISA

- a) Problema central: de que forma o Brasil adapta sua política externa e suas capacidades estratégicas diante do cenário de multipolaridade?
- b) Questões específicas: identificação dos vetores da autonomia estratégica; avaliação dos benefícios e riscos da participação em blocos; projeção de cenários plausíveis até 2050. As questões foram operacionalizadas através da matriz de objetivo → variável → indicador → fonte.

3.4 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

- ✓ Método: revisão integrativa direcionada e estudo de caso analítico (Brasil) com utilização da triangulação documental;
- ✓ Universo/amostra documental: conjunto de referências listadas no anexo, priorizando fontes recentes e de reconhecida credibilidade; ✓ Instrumentos: roteiro de fichamento; matriz para extração de evidências; planilhas padronizadas para organização das séries macroeconômicas e;
- ✓ Estudo piloto: aplicação da matriz em uma amostra de relatórios para ajuste das categorias de codificação.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

- a) Qualitativa: estudo detalhado do conteúdo em quatro fases— avaliação preliminar, organização em códigos, agrupamento em categorias e explicação dos achados (com base em Bardin);
- b) Quantitativa: uso de estatísticas descritivas de sequências de dados (índices de expansão do PIB, médias ao longo do tempo) como suporte à interpretação e;
- c) Contextos Futuros: criação de três panoramas (moderado, desfavorável e favorável), apresentando as bases de forma clara e apoiados por documentação.

3.6 OPERACIONALIZAÇÃO E MATRIZ

- ✓ Variáveis principais: independência estratégica; competência em relações internacionais; rendimento da economia; independência em tecnologia; vulnerabilidade à flutuação cambial.

Cada variável teve sua descrição teórica e referências concretas, integradas na estrutura que guiou a coleta de dados e assegurou conexão direta entre a prova e o propósito.

3.7 LIMITAÇÕES E MITIGAÇÃO

- a) Limitações: falta de conversas com participantes chave; utilização de fontes de dados de segunda mão; dúvida inevitável em previsões de longo horizonte e;
- b) Mitigação: comparação de informações de diferentes origens; divulgação clara das bases dos contextos futuros; uso de análise crítica sobre tendências das fontes; documentação aberta dos metadados.

3.8 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

- ✓ Resultado final: relatório escrito (artigo) detalhando metodologia, resultados, tabelas, ilustrações, panoramas futuros e conclusões finais, formatado conforme NBR 14724, NBR 10520 e NBR 6023.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

A nova ordem global está mudando com a diminuição da influência dos Estados Unidos e o crescimento de coalizões alternativas, como o grupo BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Recentemente, o BRICS se expandiu para incluir Irã, Argentina, Egito e Emirados Árabes Unidos, fortalecendo sua posição como uma entidade geoeconômica e geopolítica autônoma. Essa ampliação reflete uma resposta à hegemonia dos EUA e busca reconfigurar instituições internacionais de forma mais multipolar e inclusiva (PAULA, 2024; TABARIN, 2024, p. 3).

O Brasil, como membro fundador, procura manter sua liderança na região, mas enfrenta desafios, incluindo a limitação de sua capacidade industrial e instabilidade política (TABARIN, 2024, p. 3). Além disso, a relação próxima entre Rússia e China gera tensões dentro do BRICS, especialmente sobre a autonomia dos outros membros (FERNANDES; ARAÚJO, 2024, p. 10). O Brasil deve equilibrar a defesa de valores democráticos com a necessidade de manter

relações práticas com regimes autoritários, adotando uma política de "alinhamento seletivo" (TABARIN, 2024, p. 3).

A expansão do BRICS também impacta a governança econômica mundial, com o Novo Banco de Desenvolvimento oferecendo uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial. No entanto, a influência do Brasil dentro do NDB é ainda restrita. A participação do Brasil deve ser vista em relação à sua posição regional, onde a interação com nações sul-americanas pode fortalecer sua posição no BRICS e potencializar sua habilidade de negociação na nova ordem mundial (LIMA, 2005).

4.1 PROJETOS EXCLUDENTES E DILEMAS GEOPOLÍTICOS

4.1.1 BRICS E OCDE

A participação do Brasil em organizações como o BRICS e a OCDE revela uma tensão entre diferentes abordagens de governança global. Enquanto o BRICS busca um modelo alternativo de multilateralismo, centrando-se na cooperação entre países em desenvolvimento e na flexibilidade em normas, a OCDE simboliza uma abordagem ocidental que é mais rigorosa e institucionalizada em suas regras. Essa dualidade pode gerar:

- ✓ Desavenças de interesse e normas incompatíveis, principalmente em áreas como meio ambiente, comércio e propriedade intelectual e; ✓ Pressões a nível internacional para que o Brasil defina sua lealdade estratégica, sendo convocado a optar entre o grupo BRICS (com ênfase na China e na Rússia) ou seguir os parâmetros da OCDE/União Europeia.

No âmbito ambiental, segundo o Boletim dos BRICS o Brasil trouxe ao BRICS uma agenda segmentada em prioridades como o enfrentamento da desertificação, a redução da poluição por plásticos, a gestão de resíduos, a preservação dos serviços ecossistêmicos e a promoção de uma liderança conjunta para ações climáticas, com iniciativas planejadas até 2027. Embora essa proposta seja suficientemente audaciosa, pode se desviar dos requisitos que a OCDE e a União Europeia estipulam, que exigem um maior rigor nas regulações e compromissos obrigatórios (BRASIL, 2025).

4.1.2 UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL EM COMPARAÇÃO COM OS BRICS

A interação entre a União Europeia e o Mercosul, principalmente após o acordo político assinado em 6 de dezembro de 2024, demonstra um esforço para fortalecer laços comerciais e normativos. O propósito do acordo é:

- ✓ Eliminação de obstáculos comerciais com ênfase em empresas de menor porte;
- ✓ Estabelecimento de estabilidade nas regulações, incluindo diretrizes sobre propriedade intelectual, segurança alimentar e concorrência e;
- ✓ Fomento a valores comuns, como a proteção ao meio ambiente, direitos dos trabalhadores e práticas empresariais responsáveis.

Entretanto, essa colaboração pode ser contestada pelas políticas do BRICS, especialmente se houver:

✓ Um alinhamento excessivo com a Rússia ou a China, cujos modelos de desenvolvimento e governança diferem dos padrões europeus e; ✓ O risco de comprometer o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, caso o bloco sul-americano adote posturas que contradigam os compromissos ambientais e comerciais exigidos pela União Europeia.

A União Europeia, por sua parte, mantém mais de 40 acordos comerciais com mais de 70 nações e regiões, consolidando sua posição como um ator global regulador e um parceiro estratégico para o Mercosul. No setor ambiental, a União Europeia é pioneira com o Plano de Ação de Emergência para 2030, que busca uma economia neutra em carbono e uso eficiente dos recursos, estabelecendo metas também para 2040 e 2050. O Mercosul, através do SGT Nº 6 (Subgrupo de Trabalho nº 6 – Meio Ambiente do Mercosul), procura assegurar a proteção ambiental entre seus Estados membros.

Diante desse contexto, é crucial que o Brasil e os outros países do Mercosul mantenham uma diplomacia estratégica para harmonizar interesses entre os blocos e prevenir desavenças que possam ameaçar acordos comerciais e ambientais a longo prazo.

4.2 O PAPEL DO DÓLAR E O BRICS PAY

4.2.1 BRICS PAY COMO ALTERNATIVA FINANCEIRA: CENTRALIDADE DO DÓLAR NA ECONOMIA GLOBAL

Após o término da Segunda Guerra, o dólar americano consolidou-se como a principal moeda, tanto para as reservas dos países quanto para as negociações internacionais. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) revelam que, em escala global, mais da metade (58%) das reservas monetárias são mantidas em dólares (FMI, 2024). Adicionalmente, cerca de 90% das operações de câmbio envolvem o dólar, o que reforça sua liderança nos mercados financeiros ao redor do mundo (BANCO MUNDIAL, 2023).

Essa situação de dependência impacta o Brasil, gerando uma vulnerabilidade no cenário externo, principalmente quando as taxas de juros sobem nos Estados Unidos. Tais elevações provocam uma fuga de capitais do país, exercendo pressão sobre o real. Embora manter reservas em dólares seja visto como uma proteção, essa prática pode limitar a autonomia nas decisões relacionadas à política monetária (FMI, 2024).

4.2.2 BRICS Pay: Alternativa Emergente

Como resposta à influência do dólar e às penalidades impostas por países do Ocidente, as nações do BRICS estão desenvolvendo o BRICS Pay. Este é um mecanismo de pagamento com a finalidade de simplificar as operações financeiras entre os países do bloco, dispensando o uso do dólar americano. A ideia é empregar moedas nacionais ou digitais, com pagamentos feitos de maneira integrada por meio de plataformas interconectadas (Cúpula do BRICS, 2023).

De acordo com o relatório do Banco Central da Rússia, o BRICS Pay tem como objetivo “diminuir a dependência em relação às moedas estrangeiras e aumentar a autonomia financeira dos países em desenvolvimento” (Banco Central da Rússia, 2024). A China já utiliza o CIPS (Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço), que pode ser a tecnologia fundamental para o BRICS Pay (Cúpula do BRICS, 2023).

A concretização do BRICS Pay transcende a mera questão técnica, envolvendo também temas de política global (SALVADOR, 2025). O Brasil está buscando alternativas ao dólar, o que o coloca em uma postura de questionamento ao modelo financeiro vigente. Isso pode gerar tensões com aliados como os Estados Unidos e a União Europeia. Essa abordagem pode consolidar sua proeminência regional e ampliar seu peso em fóruns internacionais no Sul Global (BANCO MUNDIAL, 2023).

A implementação do BRICS Pay pode trazer benefícios como a redução de custos de transações, maior autonomia monetária e estímulo ao comércio entre os países do bloco. No entanto, enfrenta desafios, incluindo volatilidade cambial, falta de confiança internacional e dificuldade de integração com sistemas ocidentais. Em síntese, o BRICS Pay pode sim representar uma alternativa promissora à centralidade do dólar, entretanto, sua viabilidade depende de avanços tecnológicos, diplomáticos e institucionais. Por esse motivo, deve-se ter em conta que para o Brasil, participar desse sistema pode significar maior protagonismo financeiro, desde que conciliado com os compromissos multilaterais já estabelecidos (SALVADOR, 2025).

Tabela 1 - Inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial Multipolar

PARCEIRO	GANHOS POTENCIAIS	DESAFIOS GEOPOLÍTICOS
BRICS+	Acesso ao NDB, comércio Sul-Sul	Coesão interna, tensões democráticas x autoritárias
China	Investimentos, exportações agrícolas	Dependência comercial, tensões com EUA/UE
Rússia	Cooperação energética e militar	Sanções, instabilidade política
Índia	Cooperação em saúde, educação, inovação	Barreiras tarifárias, concorrência industrial

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Amorim (2020), Paula (2024), Hurrell (2006), Banco Mundial (2023), FMI (2024), BRICS SUMMIT (2023), Lima (2013), Gomes (2024), Costa et al. (2024), Silveira, Fernandes & Cocco (2025).

4.3 DESEMPENHO ECONÔMICO DOS BRICS

O gráfico a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB dos países, sendo estes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul nos últimos sete anos.

Projeções para 2025 com base nos cenários macroeconômicos dos relatórios do FMI e Banco Mundial.

Tabela 2 - Taxas de Crescimento do PIB dos Países do BRICS (2019 - 2025)

Ano	Brasil (Br)	Rússia (Ru)	Índia (In)	China (Cn)	África do Sul (ZA)
2019	1.1%	2.0%	4.2%	6.0%	0.2%
2020	-3.9%	-2.7%	-7.3%	2.3%	-6.4%
2021	4.6%	4.7%	8.7%	8.1%	4.9%
2022	2.9%	-2.1%	7.2%	3.0%	1.9%
2023	2.6%	2.2%	6.3%	5.2%	0.9%
2024	2.2%	3.2%	6.8%	5.0%	1.0%
2025	2.0%	1.5%	6.5%	4.5%	1.3%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.3.1 INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA

Essa triangulação permite sustentar as projeções com base em evidências concretas, mantendo a coerência analítica e a relevância prospectiva.

- ✓A Índia tem demonstrado ser o principal propulsor do crescimento do grupo, registrando índices acima de 6% desde 2021, resultado de grandes investimentos em infraestrutura, modernização digital e fortalecimento do mercado nacional;
- ✓A China permanece estável, exibindo um crescimento entre 4,5% e 6%, o que demonstra uma mudança para uma economia mais voltada para o consumo interno e para o progresso tecnológico;
- ✓O Brasil mostra uma retomada gradual depois da pandemia, com um crescimento que varia entre 2% e 3%, em razão de ajustes nas contas públicas e progressos na mudança para fontes de energia mais limpas;
- ✓A Rússia tem passado por altos e baixos, em consequência das sanções internacionais e da situação política instável no mundo, com uma queda em 2022 e uma melhora parcial até 2024 e;

- ✓ A África do Sul tem um crescimento tímido e irregular, o que reflete problemas antigos como a falta de empregos, a baixa produção e a instabilidade política no país.

4.3.2 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- ✓ As estimativas para 2025 refletem simulações fundadas nas perspectivas macroeconômicas dos informes mais atuais do FMI e do Banco Mundial;
- ✓ A crise sanitária da COVID-19 provocou um efeito considerável em 2020, causando quedas expressivas em todas as nações, notadamente na Índia e na África do Sul;
- ✓ A retomada depois da pandemia se mostrou variável, com realce para a Índia e a China, ao passo que o Brasil e a África do Sul enfrentaram desafios domésticos;
- ✓ O conflito na Ucrânia influenciou diretamente a performance da Rússia, com bloqueios e redução nos aportes de capital estrangeiro e;
- ✓ A mudança energética e os investimentos em práticas sustentáveis são aspectos essenciais para o progresso futuro do Brasil e da África do Sul.

4.3.3 PROJEÇÕES DO CRESCIMENTO E INFLUÊNCIA DO BRASIL (2025 – 2050)

Dessa maneira, por meio dessas ferramentas, por se tratar da gestão pública de uma sociedade, há a possibilidade inserir esses instrumentos para que haja a promoção do monitoramento em tempo real dos dados urbanos que propicia mais transparência e comprometimento social, uma vez que os cidadãos podem acompanhar tomadas de decisões e propor contribuições. Além de ter a oportunidade de projetar o teste de uma política pública ou equipamento formulado para a população, antes de sua implementação. Assim, é possível fortalecer a governança participativa e conferir maior legitimidade às ações públicas.

4.3.4 INTEGRAÇÃO COM TECNOLOGIAS EMERGENTES

As estimativas de expansão do Brasil de 2025 a 2050 foram elaboradas usando informações reais retiradas dos informes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o FMI (World Economic Outlook, 2024–2025), o Brasil deverá ter um aumento de 2,3% em 2025, mantendo-se estável entre 2,0% e 2,5% durante a década. O Banco Mundial prevê um avanço de 1,8% para o mesmo ano, ressaltando a relevância de mudanças nas estruturas e aportes em meio ambiente.

A partir de 2030, espera-se que o Brasil amplie sua influência global por meio de três vetores estratégicos:

- I. Crescimento Econômico: Organizar as finanças do governo, junto com a atualização dos impostos por meio do IVA e a adoção de hábitos mais sustentáveis, pode fortalecer nossa produção. Pesquisar outras fontes de energia e investir em um agronegócio que cuide do planeta são formas de garantir que o Brasil cresça sempre e com firmeza (Banco Mundial, 2023).
- II. Influência Diplomática: O Brasil atua em grupos como BRICS+, G20, CELAC e ONU, mostrando sua relevância no mundo. A política externa do país tem defendido propostas que incluem todos e incentivam o desenvolvimento que não prejudica o planeta, reforçando sua posição como um país que busca saídas para problemas globais, como comida, meio ambiente e tecnologia (AMORIM, 2020).
- III. Autonomia Tecnológica: Aumentar o investimento em ciência, tecnologia e inovação, especialmente em áreas como biotecnologia, inteligência artificial e energias renováveis, é essencial para termos mais autonomia. Unir forças com universidades, centros de pesquisa e empresas pode reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras e incentivar a criação de soluções inovadoras no Brasil (IPEA, 2024).

4.4 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ERA MULTIPOLAR

Ao longo da história, a condução da política internacional brasileira tem buscado harmonizar a independência nas decisões com a participação em organismos

globais, optando por não se alinhar automaticamente e priorizando a proteção da nação. No cenário mundial atual, essa postura enfrenta obstáculos sem precedentes, exigindo adaptações frente ao acirramento das tensões entre grandes potências, à fragilização das organizações internacionais e à formação de novas parcerias entre países.

4.5 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E DIPLOMACIA DE ESTADO

Após o período de redemocratização, o Ministério das Relações Exteriores do Itamaraty passou por transformações significativas, tanto em sua organização interna quanto em suas prioridades. Conforme observado por Moreira (2017), “a evolução do organograma do Ministério das Relações Exteriores reflete não apenas mudanças administrativas, mas também disputas ideológicas sobre o papel do Brasil no mundo”.

As diferentes abordagens na diplomacia, é consequência da alternância de governos com visões distintas sobre a integração regional, direitos humanos e relações internacionais, afetaram a estabilidade e a constância das políticas externas.

4.6 ALINHAMENTO SELETIVO E PRAGMATISMO ESTRATÉGICO

No cenário global multifacetado de hoje, o Brasil optou por uma tática de colaboração estratégica, buscando preservar sua independência nas relações internacionais sem se vincular integralmente a uma única nação poderosa. A participação ativa do Brasil em plataformas como BRICS+, G20, CELAC e COPs, onde o país se dedica a harmonizar seus objetivos financeiros, ecológicos e de influência global, ilustra claramente essa abordagem. Amorim (2020) destaca que “o Brasil precisa evitar cair na dicotomia e, em vez disso, criar laços entre os diversos centros de poder”.

Essa postura prática também fica clara nas relações bilaterais com China, EUA Rússia e União Europeia. O Brasil tem buscado intensificar sua parceria tecnológica com a China, manter seus pactos comerciais com os Estados Unidos e fortalecer sua influência na América do Sul através da CELAC e da UNASUL.

No entanto, essa estratégia requer uma estrutura institucional forte e metas bem definidas, para evitar uma possível diluição dos esforços diplomáticos.

4.7 DIPLOMACIA AMBIENTAL E SOFT POWER

Uma das ferramentas mais importantes que o Brasil utiliza para exercer influência no mundo é a sua atuação na área ambiental. A proteção da Floresta Amazônica, o esforço para cumprir os objetivos relacionados ao clima e o protagonismo nas discussões sobre o meio ambiente em nível mundial são trunfos valiosos. Eles ajudam a construir a reputação do Brasil como um país com grande potencial ecológico. IPEA (2023) afirmam que “a diplomacia ambiental pode ser a chave para reposicionar o Brasil como ator relevante na governança global, desde que acompanhada de políticas internas coerentes”.

A presença do Brasil nas Conferências das Partes (COPs), principalmente nas edições que ocorreram depois de 2020, tem demonstrado uma dedicação em recuperar a confiança da comunidade internacional. Isso ocorre após um período em que o país se distanciou e recebeu críticas de diversos países. Para impulsionar essa área da política externa, é essencial unir a política ambiental, o progresso sustentável e a colaboração entre as nações.

4.8 SEGURANÇA, TECNOLOGIA E AUTONOMIA

Para o Brasil firmar sua posição no cenário global atual, não basta apenas a diplomacia; é crucial garantir a proteção do país, o avanço tecnológico independente e o controle sobre o espaço digital. Em um mundo marcado por ataques virtuais, vigilância de alto nível e mudanças na produção, esses pontos são fundamentais para construir uma política externa forte e alinhada com a nova distribuição de poder mundial.

4.9 DEFESA CIBERNÉTICA E SOBERANIA DIGITAL

O aumento da presença militar no mundo digital e o uso de tecnologias como forma de influência global exigem que o Brasil crie um plano nacional de proteção cibernética. De acordo com Gomes (2024), “as Forças Armadas brasileiras passaram a incorporar o ciberespaço como domínio estratégico, reconhecendo

sua centralidade na proteção da soberania nacional”. No entanto, ainda há problemas de organização e falta de recursos que limitam a capacidade de lidar com perigos digitais, como invasões a serviços básicos e roubo de informações.

A soberania digital também abrange o gerenciamento dos fluxos de informação, a regulamentação de plataformas transnacionais e a criação de tecnologias próprias. O Brasil se encontra em uma situação vulnerável devido à sua dependência de sistemas estrangeiros, particularmente dos Estados Unidos e da China. Como Moya Saenz (2024, p. 17) indica, "a inteligência nacional deve ser fortalecida não apenas em termos operacionais, mas também como política de Estado voltada à proteção estratégica”.

4.10 POLÍTICA INDUSTRIAL E AUTONOMIA TECNOLÓGICA

A diplomacia científica apresenta-se como mais uma ferramenta para a política externa tradicional, permitindo ao Brasil estabelecer parcerias estratégicas em áreas como biotecnologia, inteligência artificial, energias renováveis e segurança digital. A atuação em instâncias como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pode consolidar o papel do Brasil nos debates tecnológicos globais.

A cooperação Sul-Sul, especialmente com países dos BRICS e da América Latina, oferece oportunidades para o desenvolvimento compartilhado de tecnologias adaptadas às realidades regionais. Costa et al. (2024) enfatizam que "a gestão do território e a inovação tecnológica devem caminhar juntas, articulando agendas nacionais e regionais com os desafios da nova ordem mundial”.

5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS: PROJEÇÕES ATÉ 2050

A caminhada do Brasil rumo a um lugar de relevo na nova configuração multipolar do mundo esbarra em alguns obstáculos e vislumbra boas chances. Como Tabarin (2024) já destacou, para que o país conquiste um papel de liderança global até 2050, ele precisa saber construir pontes com seus vizinhos, ter instituições sólidas e apostar em novas tecnologias. Pois, pensando no futuro

do Brasil no cenário internacional, é fundamental examinar em conjunto três pontos cruciais: o crescimento da economia, a força da diplomacia e a autonomia na área tecnológica.

5.1 DILEMAS ENTRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO

A nova ordem mundial é caracterizada por um aumento das tensões entre sistemas democráticos e autoritários. Como uma democracia consolidada, o Brasil se depara com o desafio de preservar sua consistência normativa em um contexto global em que os valores liberais são muitas vezes relativizados. Segundo Sousa (2008), “a democracia é a face política da globalização, mas também seu ponto de vulnerabilidade diante de interesses geoeconômicos e estratégicos”. Para assegurar a legitimidade internacional e a habilidade de negociação, será fundamental preservar instituições democráticas sólidas.

5.2 PROJEÇÕES ESTRATÉGICAS ATÉ 2050

Pesquisas prospectivas, como a de Santos, Ribas e Góes (2025), sugerem cenários para a atuação do Brasil até 2050, levando em conta fatores como desenvolvimento econômico, poder diplomático e independência tecnológica. A projeção mostrada na Figura 1 sugere que, em um cenário favorável, o Brasil pode atingir um crescimento superior a 8%, duplicar sua influência diplomática e triplicar sua soberania tecnológica.

5.3 CENÁRIOS POSSÍVEIS DE IMPACTO DE INSERÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL NO BRICS

A análise prospectiva de cenários para a inserção estratégica do Brasil no BRICS revela-se instrumento fundamental para antecipar implicações políticas, econômicas e institucionais dessa orientação de política externa, dado o dinamismo das geoeconomias emergentes. Ao estabelecer três cenários realista, pessimista e otimista, procura-se evidenciar como variáveis internas e externas podem modular os resultados de uma reaproximação com o bloco emergente.

I. CENÁRIO REALISTA

No cenário realista, a inserção profunda do Brasil no BRICS enfrenta limitações estruturais que dificultam resultados significativos no curto prazo. Internamente, persistem fatores como instabilidade política, carência de consenso estratégico de longo prazo e entraves regulatórios que comprometem a previsibilidade institucional. A OCDE, no relatório “Relatórios de Avaliação Concorrencial da OCDE: Brasil” (2022), identifica que ainda há barreiras regulatórias consideráveis, particularmente nos setores de portos e de aviação civil, que afetam a competitividade do país.

Externamente, o Brasil ainda não consolidou uma convergência normativa plena com padrões internacionais da OCDE por exemplo, embora o país tenha aderido em 2021 à Recomendação da OCDE sobre Neutralidade Concorrencial, há relato de que sua implementação encontra desafios institucionais e fiscais (ministros e esferas estaduais nem sempre cumprem com todas as exigências de transparência e equiparação de tratamento entre empresas estatais e privadas).

Outro limitador relevante é a dependência do Brasil em exportar principalmente commodities, conforme apresentado no estudo “O Brasil e o BRICS expandido: relações comerciais recentes e recomendações” do IPEA (2025), no qual se mostra que, embora o comércio intrabloco tenha crescido, o perfil de exportações brasileiras permanece concentrado em bens primários, com menor participação nos segmentos industriais mais sofisticados.

II. CENÁRIO PESSIMISTA

No cenário pessimista, a aproximação com o BRICS pode gerar tensões diplomáticas com potências como Estados Unidos e União Europeia, resultando em possíveis sanções econômicas e no enfraquecimento de acordos estratégicos. A demora ou suspensão das negociações para ingresso na OCDE configura risco real, dado que a OCDE frequentemente exige critérios de governança, transparência e práticas concorrenciais aos quais o Brasil ainda não atende plenamente.

Há também risco de que acordos como União Europeia e Mercosul sejam colocados em xeque caso o Brasil priorize alianças alternativas que conflitem com exigências ou expectativas destes parceiros tradicionais, o que poderia levar à retração de fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) e à fuga de capitais, especialmente em setores onde a percepção de risco institucional se agrava.

III. CENÁRIO OTIMISTA

No cenário otimista, uma inserção bem articulada no BRICS favorece o fortalecimento do comércio Sul-Sul e a diversificação dos parceiros estratégicos do Brasil. O documento do IPEA “Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS” (“Comunicados do Ipea 86”) evidencia que existem oportunidades consideráveis de aumento de exportações e captação de investimentos, especialmente em países que agora fazem parte do BRICS expandido, desde que haja melhoria nas condições de acesso e no ambiente regulatório.

Adicionalmente, iniciativas recentes coordenadas pelo IPEA, como as oficinas temáticas que tratam de comércio, investimentos, finanças, inovação e governança da inteligência artificial, apontam para uma agenda mais ambiciosa de cooperação, que pode gerar ganhos tecnológicos, estimular cadeias produtivas alternativas, industrialização e também reforçar a autonomia estratégica do Brasil.

A produção científica também oferece provas desse potencial: os países do BRICS viram sua produção científica crescer significativamente entre 2000 e 2024, ainda que o Brasil responde por uma parcela menor do total de artigos em algumas áreas, o que sugere espaço para avanço científico e tecnológico com cooperação reforçada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança para um cenário global com vários centros de poder coloca desafios e aberturas ao Brasil, pedindo uma política externa sagaz, flexível e de longa visão. A análise mostra que o país está numa situação indecisa entre blocos e estruturas globais — como BRICS, OCDE, União Europeia e Mercosul — o que requer uma diplomacia que una interesses econômicos, ambientais e de regras.

Estar em locais como BRICS e OCDE expõe o Brasil a tensões entre o multilateralismo novo e as normas impostas pelo Ocidente. Essa ambivalência pode levar a choques de interesse e divergências nas regras, sobretudo em áreas cruciais como ambiente, comércio e direitos de propriedade. A pressão da comunidade global para o Brasil definir seu plano tem sido cada vez mais clara, exigindo uma postura diplomática firme e prática.

O acordo político entre União Europeia e Mercosul, feito em dezembro de 2024, é um passo grande para a união comercial e normativa entre as áreas. No entanto, sua eficiência depende da capacidade do Brasil e dos outros países do Mercosul de seguir os acordos ambientais e de regras como os padrões europeus, mesmo ao tentar se aproximar de potências como China e Rússia no contexto do BRICS (FERNANDES; ARAÚJO, 2024, p. 10).

Nesse caso, o Brasil deve aumentar sua autonomia estratégica ao investir em ciência, tecnologia e inovação, e mostrar sua liderança na região com ações como CELAC e UNASUL. Usar sistemas financeiros novos, como o BRICS Pay, e lutar por um papel maior em locais multilaterais, indicam uma tentativa de mudança em relação ao poder do dólar e à influência ocidental.

As projeções para 2050 mostram um crescimento econômico moderado, mas firme, desde que o país mantenha sua firmeza institucional, faça reformas e avance em ações sustentáveis. A diplomacia ambiental, a segurança na internet e a autonomia tecnológica são cruciais para o Brasil ampliar sua influência no cenário global e ajudar a criar uma ordem mundial mais justa e representativa.

Entretanto, vale ressaltar que nem todos os países do BRICS+ seguem modelos democráticos, pelo qual, vários destes integrantes se tratam de países não

democráticos com severas questões de direitos humanos e vícios no sistema eleitoral. Esse cenário traz dilemas éticos para a política externa brasileira, especialmente na proteção dos valores democráticos e no cumprimento de acordos globais. Estar em encontros com diversos países, incluindo regimes autoritários, requer do Brasil uma abordagem cuidadosa, que combine objetivos práticos com seus princípios, impedindo acordos que prejudiquem sua reputação no mundo ou vão contra sua história de defesa dos direitos humanos, da clareza das instituições e da administração democrática.

Em suma, o Brasil tem boas chances de se destacar na nova ordem mundial com vários polos. Para isso, é vital criar uma política externa sólida, que ajude a região, respeite a soberania e busque uma entrada global baseada em valores democráticos, progresso sustentável e inovação estratégica.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. Política internacional e o Brasil no mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. *Revista CEBRI*, 2020, p. 5.

BANCO CENTRAL DA RÚSSIA. Relatório sobre Sistemas de Pagamento Multilateral. Moscou: Banco Central da Rússia, 2024. Disponível em: <<https://>> Acesso em: 03 out. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Global Economic Prospects – June 2024*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2024. Disponível em: <https://>Acesso em: 05 out. 2025.

BANCO MUNDIAL. Relatório de Desenvolvimento Global 2023. Washington, DC: World Bank Group, 2023. Disponível em: <<https://>>. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Boletim BRICS Brasil #20 – BRICS reafirma compromisso ambiental com ações climáticas, biodiversidade, economia circular e financiamento. Disponível em: <https://reafirma-compromisso-ambiental-com-acoes-climaticas-biodiversidade-economia-circular-e-financiamento>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRICS. A crise do multilateralismo: o poder de mudança nas mãos do BRICS. 2024. Disponível em: <<https://brics.br>>. Acesso em: 03 ago. 2025.

CASTRO, Therezinha de. O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico. *Revista da ESG*, n. 22, p. 45–67, 2002. Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/637/945>>. Acesso em: 03 out. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. Environment action programme to 2030 – Environment. Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/strategy/environment-action-programme-2030_en. Acesso em: 25 set. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. UE-Mercosul: Acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-agreements/finalised-agreements/eu-mercosur-agreement_pt. Acesso em: 01 out. 2025.

COSTA, Mariana et al. Diplomacia ambiental e cultura institucional no Brasil. *Revista Brasileira de Geopolítica*, v. 12, n. 1, p. 45–62, 2024.

CÚPULA DO BRICS. Relatório oficial sobre o BRICS Pay. Johannesburg: BRICS Summit, 2023.

DUGNANI, Rafael. A desglobalização e seus impactos na política externa brasileira.

Revista de Relações Internacionais Contemporâneas, v. 5, n. 2, p. 33–49, 2018.

DUGIN, Aleksandr. O projeto neoeurasianista e a narrativa sobre a nova ordem mundial. *Revista de Estudos Internacionais*, PUC Minas, v. 10, n. 2, p. 88–102, 2024. Disponível em:

<<https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/download/30811/2384/128463>>. Acesso em: 03 out. 2025.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução de Paulo Castanheira. Texto de orelha de Armando Boito Jr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 368 p. Título original: *The Crisis of Neoliberalism*.

FERNANDES, Leonardo dos Santos; DE ARAÚJO, Johny Santana de Araújo Santana. RÚSSIA E CHINA: ANÁLISE DA "ALIANÇA SEM LIMITES" E A RIVALIDADE COM OS EUA. *Revista de Geopolítica*, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1–21, 2024. Disponível em: Acesso em: 11 jul. 2025.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook: navigating global transitions*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2024. Disponível em: <<https://>>. Acesso em: 03 out. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Informações sobre o FMI. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://>Acesso em: 05 ago. 2025.

GOMES, N. L. da S. (2024). A segurança e a defesa cibernética no Brasil: Análise dos discursos das Forças Armadas brasileiras (2016–2021) [Trabalho de conclusão de curso, Escola Superior de Guerra]. <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1951>

HELD, David. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

HELD, David. Democracia e globalização. *Revista Novos Rumos*, Marília, n. 23, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.9.v0n23.2023. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2023>>. Acesso em: 03 out. 2025.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs*, Oxford: Oxford University Press, v. 82, n. 1, p. 1–19, jan. 2006. Disponível em: <<https://alhes&id=W2018858753>>. Acesso em: 11 jul. 2025. DOI: 10.1111/j.1468-2346.2006.00512.x. ISSN 1468-2346.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Panorama da inovação no Brasil: desafios e oportunidades*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <<https://>>. Acesso em: 03 out. 2025.

IPEA. O Brasil e o BRICS expandido: relações comerciais recentes e recomendações. Texto para Discussão (TD) 3104. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16986>. Acesso em: 11 set. 2025.

IPEA. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS. Comunicados do Ipea, n. 86. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4597>. Acesso em: 11 set. 2025.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. 3. ed. Boston: Longman, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 355–376, jan./abr. 2024. Disponível em: <>. Acesso em: 03 ago. 2025.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MERCOSUL. Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL (SIAM). Disponível em: <https://siam.mercosur.int>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MOREIRA, Felipe Kern. O realismo atávico de John J. Mearsheimer: breve ensaio teórico. *Revista CIM*, UFPel, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CIM/article/view/10893/7059>. Acesso em: 03 out. 2025.

MOYA SAENZ, Luis Gabriel. *Espionaje e inteligencia: un imperativo en diferentes contextos históricos*. Revista Científica Perspectivas en Inteligencia, Bogotá, v. 16, n. 25, p. 15–25, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9898474>. Acesso em: 04 out. 2025.

OPEB. Apostando no multilateralismo: o legado brasileiro no G20 e as visões da imprensa. 2024. Disponível em: <https://opeb.org/2024/12/05/apostando-no-multilateralismo-o-legado-brasileiro-no-g20-e-as-visoes-da-imprensa>. Acesso em: 03 out. 2025.

PAULA, João Guilherme de. A expansão dos BRICS e o desafio à hegemonia dos Estados Unidos: teoria e evidência da nova ordem mundial. Universidade Federal de Uberlândia, 2024, p. 22.

SALVADOR, Raony. *Pix Global do BRICS: o que se sabe sobre novo sistema de pagamento que desafia o dólar*. Revista Fórum, São Paulo, 18 ago. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2025/8/18/pix-global-do-brics-que-se-sabe-sobre-novo-sistema-de-pagamento-que-desafia-dolar-185695.html>. Acesso em: 24 set. 2025.

SANTOS, Ricardo. Realismo filosófico e relações internacionais: uma abordagem crítica. *Revista de Filosofia Contemporânea*, v. 10, n. 2, p. 101–115, 2019.

SANTOS, Ricardo; RIBAS, Camila; GÓES, Felipe. Autonomia estratégica e integração regional: o Brasil na nova ordem mundial. *Revista Sul-Americana de Geopolítica*, v. 6, n. 1, p. 12–30, 2025.

SILVEIRA, Mariana; FERNANDES, Lucas; COCCO, Rafael. Política industrial e soberania econômica no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Estratégico*, v. 8, n. 1, p. 33–50, 2025.

SOUSA, Fernando de. A democracia, face política da globalização? *Revista*

Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 51, n. 1, p. 5–24, 2008.

Disponível em:

<https://t>. Acesso em: 24 out. 2025.

STUENKEL, Oliver. *The BRICS and the Future of Global Order*. Lanham: Lexington Books, 2016.

TABARIN, Charles Serra. *Disputa comercial entre Estados Unidos e BRICS na América Latina e Caribe: crise hegemônica?* In: Anais do Congresso Brasileiro de Geopolítica – CBG 2024. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2024.

Disponível em:

https://UIVO_e8612b43b245ad3adfb5b0397008019c.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

MATRIZ SELF COMO FERRAMENTA DE
INOVAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO
EMPREENDEDOR E DE SUA EMPRESA

fabio henrique farreira nery

Resumo - O êxito empresarial está condicionado a diversos fatores, como habilidades gerenciais, estratégias de negócio e competências emocionais. No entanto, parte expressiva dos empreendedores lida com dificuldades que transcendem aspectos técnicos e operacionais, sendo afetados por mecanismos psíquicos de autocensura e processos inconscientes de inversão emocional. Este estudo propõe a aplicação da Matriz Self como uma ferramenta inovadora de autodiagnóstico e desenvolvimento pessoal, voltada à identificação de padrões comportamentais que comprometem a eficiência empreendedora. Fundamentada na Teoria de Keppe e conduzida por meio de metodologia qualitativa, a investigação analisa como o aprimoramento da autopercepção pode influenciar positivamente a tomada de decisão e contribuir para a redução da taxa de insucesso empresarial, especialmente em micro e pequenos negócios.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Matriz Self; Tomada de decisão; Censura psíquica; Teoria de Keppe.

Abstract - Business success depends on multiple factors, including managerial skills, strategic planning, and emotional competencies. However, many entrepreneurs face challenges that go beyond technical and operational issues, often being influenced by unconscious psychological mechanisms such as censorship and emotional inversion. This study proposes the application of the Self Matrix as an innovative tool for self-assessment and personal development, aimed at identifying behavioral patterns that may compromise entrepreneurial effectiveness. Grounded in Keppean Theory and based on a qualitative methodology, the research analyzes how the improvement of self-awareness can positively influence decision-making and contribute to reducing the business failure rate, particularly among micro and small enterprises.

Keywords: Entrepreneurship; Self Matrix; Decision-making; Psychological censorship; Keppean Theory.

1. 1. INTRODUÇÃO

A gestão estratégica tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade e o desempenho organizacional de longo prazo. No contexto do empreendedorismo, esse aspecto ganha ainda mais relevância diante da volatilidade dos mercados e das constantes mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Segundo Kahneman (2012), a tomada de decisão envolve dois sistemas complementares: um intuitivo, rápido e automático, e outro reflexivo, mais lento e racional. Nesse sentido, empreendedores que conseguem equilibrar ambos os sistemas — integrando intuição e análise crítica, demonstram maior capacidade de adaptação frente à complexidade do ambiente de negócios (RAUCH; FRESE, 2007).

Além dos fatores técnico-gerenciais, estudos recentes apontam que elementos emocionais e subjetivos influenciam diretamente o processo decisório. O desenvolvimento de competências como inteligência emocional, autorregulação e resiliência tem se mostrado crucial para a condução de negócios em cenários de incerteza. A ausência dessas habilidades pode comprometer não apenas a tomada de decisão, mas também a continuidade das atividades empresariais.

Autores como Rusu Roman (2017) e Jablonska Stanwski (2020) destacam o papel estratégico do empreendedorismo no crescimento econômico global. Ainda assim, o elevado índice de encerramento precoce de empresas, especialmente entre pequenos empreendedores, segue sendo objeto de estudo por diversas abordagens. Holmes e Haswell (1989), ao analisarem a trajetória de 418 empresas australianas encerradas entre 1981 e 1985, constataram que cerca de 90% dos casos estavam associados à inexperience gerencial e à ausência de planejamento. Já Adizes (1990), em pesquisa conduzida na Califórnia, atribuiu parte da mortalidade empresarial à criação de negócios sem estudo prévio de demanda, reforçando a necessidade de uma abordagem mais consciente e estruturada do ato de empreender.

No Brasil, o cenário não é distinto. Conforme o relatório de 2019 do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), aproximadamente 36,7% dos entrevistados manifestaram o desejo de possuir um negócio próprio. Paralelamente, dados do SEBRAE (2020) revelam que a taxa de mortalidade dos microempreendedores individuais (MEIs) em até cinco anos é de 29%.

Apesar das políticas públicas voltadas à desburocratização e à formalização dos pequenos negócios, os índices de encerramento seguem elevados. De acordo com o Ministério da Economia, apenas nos quatro primeiros meses de 2021, o número de empresas fechadas aumentou 22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Neste contexto, surge a necessidade de aprofundar o entendimento sobre os fatores subjetivos que impactam a trajetória empreendedora. A Matriz Self propõe-se como uma ferramenta inovadora de diagnóstico e desenvolvimento, voltada à análise do estado interno do empreendedor. Baseada em quatro dimensões fundamentais, “eu conheço?”, “eu quero?”, “eu posso?” e “eu faço?”, a metodologia busca integrar aspectos objetivos e emocionais, oferecendo subsídios para decisões mais conscientes e sustentáveis.

Ao propor um olhar para o autoconhecimento e os mecanismos psíquicos que influenciam a prática empresarial, este estudo insere-se no campo da inovação aplicada ao comportamento empreendedor, com foco na prevenção da descontinuidade e no fortalecimento da autonomia

decisória. Assim, ao articular os fatores racionais e emocionais que permeiam a experiência empreendedora, a Matriz Self não apenas fornece subsídios para a melhoria da gestão individual, mas também abre caminhos para a formulação de políticas de capacitação mais eficazes. A compreensão das fragilidades internas dos empreendedores possibilita a construção de estratégias de apoio mais personalizadas, alinhadas às demandas reais do mercado e às condições subjetivas dos indivíduos que o compõem. Nesse sentido, este estudo contribui para a consolidação de uma abordagem integrada, em que a dimensão humana se associa aos instrumentos de gestão estratégica, ampliando as perspectivas de sustentabilidade e longevidade dos empreendimentos.

1. 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empreendedorismo como base de desenvolvimento econômico

Rusu Roman (2017) e Jablonska Stanwski (2020) consideram o empreendedorismo como uma variável principal para o desenvolvimento econômico mundial, devido a esse protagonismo ao longo do tempo o insucesso das empresas foi objeto de estudo de inúmeros pesquisadores, cada um deles buscava as hipóteses que levam ao cenário de descontinuidade dessas atividades. Essas pesquisas são relevantes para entender que o problema da mortalidade dos negócios não é de fácil resolução.

Holmes e Haswell (1989) em sua obra consideram que os aspectos gerenciais e a falta de experiência no ramo são fatores que contribuíram para a descontinuidade de pequenas empresas na Austrália naquela época. O resultado dos seus estudos mostrou que, das 418 empresas falidas entre os anos de 1981 e 1985, 90% tiveram sua morte associada a um dos dois fatores citados acima. Um estudo realizado em Santa Mônica, cidade localizada no estado da Califórnia, Adizes (1990), associa a mortalidade das empresas a uma necessidade de consumo. Para este estudo, negócios abertos sem a devida análise de demanda estão fadados ao fracasso.

Para Prahalad e Hamel (1998, p.77) "o comprometimento é essencial para o sucesso da empresa e está inserido nas pessoas capazes de reconhecerem as oportunidades, de juntarem suas habilidades técnicas com as de outros e saber associá-las com o trabalho, tornando-se pessoas empreendedoras".

Mais recentemente encontramos autores que relacionam a descontinuidade das empresas com a inabilidade dos empreendedores com as finanças do negócio e seus aspectos contábeis. Chaves, Lames e Lames (2013) apontam que descontroles nas finanças assim como desconhecer as aplicações a ponto de confundir o patrimônio da empresa com o de seus sócios pode diminuir os dias de vida de uma entidade. Todos esses estudos demonstram os efeitos e as causas de uma má gestão,

a busca no entanto deveria ser um aprofundamento nas origens do que leva um empreendedor a tomar tais atitudes.

Os empreendedores abrem seus negócios com o objetivo de ter sucesso e permanecer por muitos anos no mercado porém se deparam com inúmeras dificuldades, diante dessas dificuldades muitos desistem e outros prosperam. A grande pergunta que devemos nos fazer é qual a diferença comportamental entre os empreendedores que têm sucesso e os que não tem? O empreendedorismo é uma força vital na economia global, desempenhando um papel crucial na sustentabilidade e no crescimento das empresas. Diversos autores destacam a importância do empreendedorismo como uma estratégia eficaz para combater a mortalidade das empresas.

Davidsson e Honig (2003) argumentam que a capacidade empreendedora está intrinsecamente ligada à sobrevivência das empresas. Empreendedores bem-sucedidos possuem habilidades de adaptação e inovação, essenciais para enfrentar os desafios dinâmicos do mercado. Além disso, o empreendedorismo é muitas vezes associado à identificação proativa de oportunidades, o que permite que as empresas se antecipem às mudanças no ambiente empresarial.

No contexto da mortalidade empresarial, Shane e Venkataraman (2000) propõem o conceito de alerta empreendedor, destacando a capacidade do empreendedor de identificar sinais precoces de problemas e responder prontamente. Essa capacidade de detecção precoce pode ser crucial para evitar a mortalidade das empresas, pois permite a implementação de estratégias corretivas ao tempo.

2.2 O estado emocional do Empreendedor pode influenciar sua tomada de decisão

O empreendedorismo é um campo dinâmico que vai além das estratégias e modelos de negócios, envolvendo também o estado emocional do empreendedor. É necessário ressaltar a relevância do estado emocional na jornada empreendedora, destacando como as emoções podem influenciar a tomada de decisões, a resiliência e o sucesso a longo prazo.

Baron (2008) estudou a influência das emoções na tomada de decisões empresariais. Seus estudos indicam que o estado emocional do empreendedor pode impactar diretamente suas decisões estratégicas e operacionais. Emoções positivas, como otimismo e confiança, podem contribuir para a tomada de decisões arrojadas, enquanto emoções negativas, como o medo, podem levar a escolhas

mais conservadoras. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a eficácia da gestão empresarial.

Hmieleski e Baron (2008) definem resiliência empresarial e saúde mental do empreendedor como a resiliência, vital para a sobrevivência em um ambiente empresarial, e que esta está intrinsecamente ligada ao estado emocional do empreendedor. A capacidade de lidar com fracassos, enfrentar adversidades e manter uma saúde mental equilibrada são aspectos fundamentais que merecem resiliência e, conseqüentemente, para a prosperidade dos empreendimentos.

Cardon et al (2012) falou em sua obra sobre o impacto nas relações interpessoais e colaboração, é mister admitir que o estado emocional do empreendedor também desempenha um papel crucial nas relações interpessoais dentro da equipe e em parcerias externas. A inteligência emocional do empreendedor, que envolve o entendimento e a gestão das emoções, é um indicador significativo de eficácia na comunicação, resolução de conflitos e formação de alianças estratégicas.

Autores como Fredrickson (2001) destacam a importância de orientações externas para promover o bem-estar emocional do empreendedor. Estratégias como a prática da gratidão, o cultivo de redes de apoio e a consciência emocional podem contribuir para um estado emocional mais positivo e resiliente, influenciando diretamente o desempenho empresarial.

O empreendedorismo não se resume a estratégias, modelos de negócios e execução técnica; ele é também um campo profundamente afetado por aspectos emocionais e subjetivos. Diversos estudos têm evidenciado que o estado emocional do empreendedor exerce influência direta sobre sua tomada de decisão, nível de resiliência e qualidade das relações interpessoais.

Baron (2008) demonstrou que emoções positivas, como otimismo e entusiasmo, tendem a estimular decisões mais ousadas, fomentando inovação e crescimento, enquanto emoções negativas, como medo, ansiedade ou insegurança, podem levar à paralisia ou à tomada de decisões excessivamente conservadoras. Essa oscilação emocional impacta diretamente a qualidade da avaliação de riscos e oportunidades, principalmente em contextos de incerteza. Complementarmente, Hmieleski e Baron (2008) defendem que a resiliência e a saúde mental do empreendedor são elementos críticos para a sustentação de negócios em ambientes adversos. Empreendedores emocionalmente equilibrados tendem a perseverar diante de falhas, reinterpretando eventos negativos como desafios a serem superados. Essa postura favorece a continuidade e a reconfiguração de estratégias, essenciais à sobrevivência empresarial.

2.3 Dialética Keppeana

Em seu artigo “O Inconsciente”, publicado em 1915, Freud introduz o conceito de inconsciente como uma instância psíquica capaz de influenciar significativamente os hábitos e comportamentos dos indivíduos. Segundo sua perspectiva, os sujeitos frequentemente tomam decisões motivadas por conteúdos que desconhecem em si mesmos. No contexto deste estudo, compreende-se que, embora os empreendedores desejem conscientemente prosperar, inconscientemente podem manifestar resistências. Tais resistências se expressam, por exemplo, na negligência com atividades essenciais, como o controle de estoque ou o fechamento financeiro mensal.

A dialética keppeana, desenvolvida pelo psicanalista e filósofo brasileiro Norberto Keppe, propõe uma abordagem filosófico-terapêutica que visa compreender as raízes psicológicas dos problemas humanos e sociais, propondo como solução o realinhamento com a verdade interior. Essa dialética fundamenta-se em três pilares centrais: inversão, desinversão e reintegração.

2.3.1 A Inversão implicações para a Consciência e a Realidade

Norberto Keppe (1977) identificou a inversão de conceitos como um elemento central na compreensão da atitude neurótica. Desde o nascimento, argumenta o autor, os seres humanos interagem com o mundo de modo revelador, mas desenvolvem uma tendência a interpretar a realidade e a verdade como fontes de sofrimento. Essa distorção perceptiva gera uma estrutura mental invertida, que se projeta sobre a organização social, afetando profundamente as dimensões política, econômica e cultural da humanidade.

A inversão, segundo Keppe (1977) ocorre quando a verdade é rejeitada, negada ou omitida. Para ele, muitos associam o bem à dor e enxergam a realidade como punição, como se permanecer na verdade exigisse suportar castigos. Nesse processo, constrói-se uma percepção equivocada na qual o indivíduo passa a acreditar que o mundo depende de sua existência e até mesmo que sua presença beneficia o próprio Criador.

Essa atitude resulta em uma psicopatologia marcada pela oposição interna: a fantasia é exaltada, enquanto a realidade é rejeitada; o amor é visto como prejudicial, o ódio como benéfico; a paciência é interpretada como fraqueza, e a intolerância, como sinal de progresso. Para Keppe (1977), até mesmo a ciência psicopatológica surgiu baseada nessa lógica invertida, embora, ao contrário de outras áreas do saber, tenha conseguido iniciar um processo de correção interna.

3.METODOLOGIA

Na metodologia foi utilizada uma abordagem que combinou dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro foi um questionário com perguntas fechadas, objetivas, baseadas em respostas dicotômicas (“sim” ou “não”), com o intuito de captar percepções diretas e sem ambiguidades. O segundo, por sua vez, consistiu em um questionário com perguntas abertas, que ofereceu aos participantes a liberdade de descreverem suas experiências, opiniões e sentimentos de forma mais espontânea e pessoal.

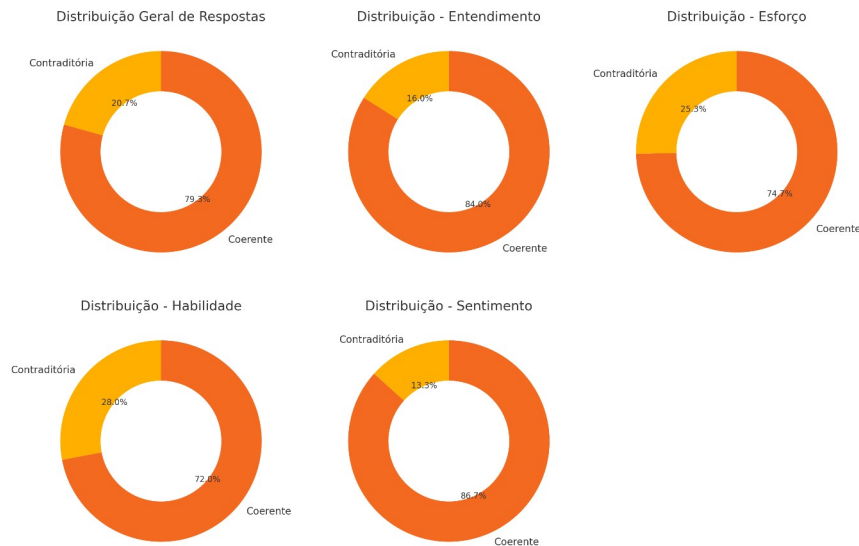
As respostas abertas foram analisadas e, posteriormente, categorizadas em um formato também dicotômico. Isso permitiu comparar diretamente as percepções manifestadas nos dois instrumentos, revelando possíveis contradições na autopercepção dos próprios empreendedores. Essas contradições surgiram quando um mesmo participante respondeu de formas distintas às mesmas questões, dependendo do tipo de pergunta (objetiva ou subjetiva).

A partir dessas divergências, buscou-se compreender se as inconsistências apontam para algo mais profundo na construção da identidade empreendedora, na forma como os sujeitos se veem ou se desejam ver. Para tratar essas informações com o devido rigor, foram aplicados dois testes estatísticos: o teste de McNemar e o coeficiente Kappa de Cohen, que ajudaram a dar sustentação empírica às interpretações realizadas.

1. 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da Matriz Self revelou importantes variações nos níveis de coerência entre as respostas objetivas e subjetivas dos empreendedores, apontando para discrepâncias significativas no modo como percebem a si mesmos em relação ao próprio desempenho e às exigências do ambiente de negócios. As quatro dimensões avaliadas, entendimento, esforço, habilidade e sentimento, apresentaram padrões distintos de resposta, os quais foram ilustrados em gráficos estatísticos que integram análise qualitativa e quantitativa.

Figura 01: Percentual de contradição por dimensão.



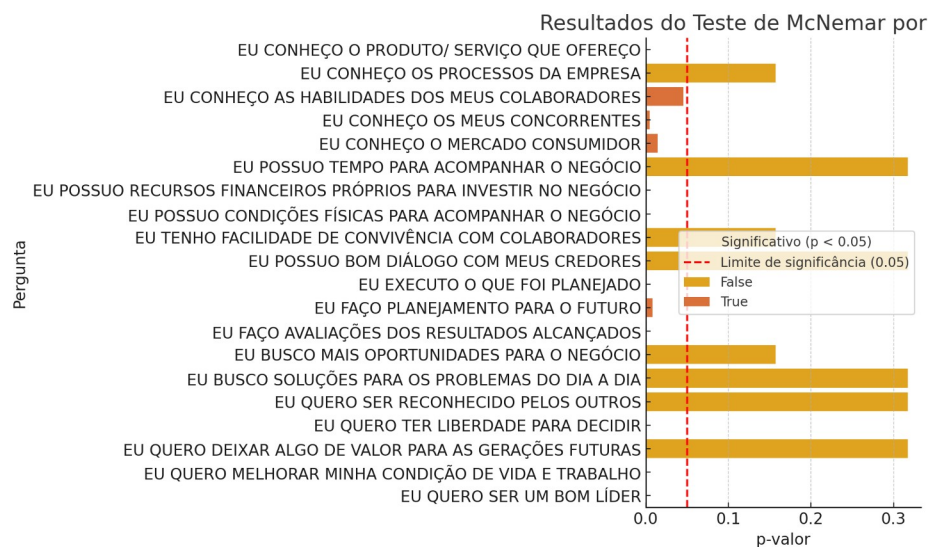
Fonte: Elaboração do autor.

A dimensão “entendimento” indicou contradições moderadas entre o que os empreendedores afirmam saber e o que expressam em respostas abertas. Esse dado sugere que, embora muitos se declarem confiantes quanto ao domínio técnico e estratégico do negócio, há indícios de superestimação ou desconhecimento de aspectos estruturais, como posicionamento de mercado e análise da concorrência. Esse padrão é coerente com o que Kahneman (2012) descreve como excesso de confiança cognitiva, especialmente em processos de decisão baseados em julgamentos intuitivos.

A dimensão “esforço” demonstrou o grande grau de incoerência entre os dois formatos de resposta, indicando que o comprometimento pessoal, a dedicação cotidiana e o investimento de tempo e energia são mais dificilmente reconhecidos e afirmados pelos sujeitos. Isso reforça a ideia de que aspectos comportamentais observáveis tendem a ser percebidos com maior clareza e maior distorção. Já a dimensão “habilidade” apresentou elevado índice de contradições, evidenciando inseguranças latentes quanto às próprias competências. Muitos participantes afirmaram possuir habilidades específicas, mas, ao descreverem experiências concretas, revelaram lacunas na execução de tarefas técnicas ou gerenciais. Esse resultado remete às dificuldades de avaliação objetiva do desempenho, especialmente quando envolvem autocrítica e percepção de eficácia pessoal (Bandura, 1997).

A menor disparidade, no entanto, foi observada na dimensão “sentimento”, que revelou coerências substanciais entre os relatos objetivos e os subjetivos. Embora muitos tenham declarado sentimentos positivos em relação ao negócio, como satisfação, orgulho e realização, as respostas discursivas apontaram para a presença de frustrações, ambivalência e até mesmo sofrimento psíquico. Essa divergência pode ser interpretada à luz da Teoria da Inversão Psíquica de Keppe (1985), segundo a qual há uma tendência inconsciente de negar aspectos negativos da realidade e idealizar situações como forma de defesa emocional. Do ponto de vista estatístico, o teste de McNemar confirmou a significância das contradições em questões específicas, especialmente aquelas relacionadas ao conhecimento do mercado consumidor e dos concorrentes ($p < 0,05$). Esses dados sugerem que, em temas estratégicos e externos ao controle direto do empreendedor, a percepção tende a ser mais instável ou idealizada.

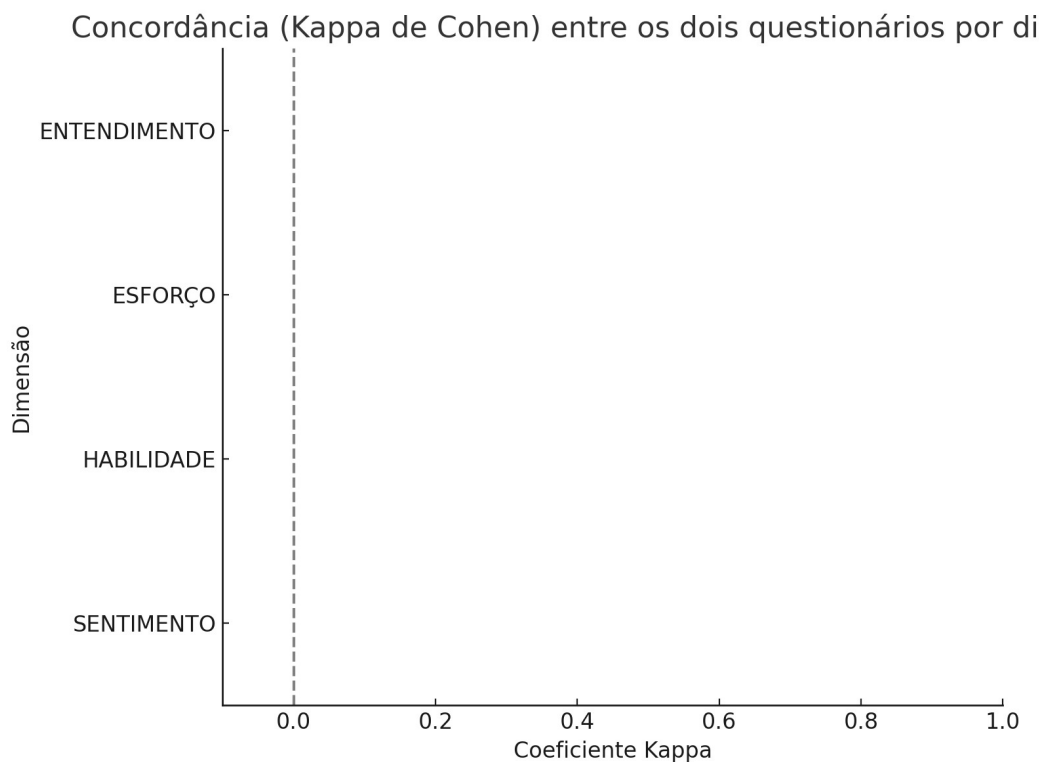
Figura 02: Teste de McNemar.



Fonte: Elaboração do autor.

Adicionalmente, a análise por meio do coeficiente Kappa de Cohen indicou ausência total de concordância entre os questionários objetivo e subjetivo em todas as dimensões (valores iguais a 0,0), o que reforça a existência de um descompasso entre o discurso declarativo e o conteúdo mais espontâneo revelado nas respostas abertas. Tais resultados indicam que os instrumentos tradicionais de avaliação, quando utilizados isoladamente, podem não captar a complexidade da experiência empreendedora.

Figura 03: Coeficiente Kappa de Cohen.



Fonte: Elaboração do autor.

Essas evidências reforçam a importância de abordagens metodológicas híbridas que combinem dados objetivos e subjetivos, permitindo uma compreensão mais integrada do sujeito que empreende. Contradições não devem ser interpretadas como erros ou falhas de coerência, mas como expressões legítimas de processos internos muitas vezes inconscientes, que interferem diretamente nas decisões, na motivação e na continuidade dos negócios.

Portanto, reconhecer a subjetividade como parte constitutiva do processo empreendedor abre caminho para práticas formativas mais humanizadas e eficazes. O uso da Matriz Self, nesse sentido, demonstrou potencial como ferramenta diagnóstica e reflexiva, capaz de ampliar a consciência dos empreendedores sobre suas limitações, forças e padrões de comportamento. Tais insights são essenciais para políticas públicas e programas de capacitação que desejem ir além da técnica e integrar dimensões psicológicas e emocionais ao desenvolvimento empresarial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a autopercepção empreendedora é um fenômeno complexo, atravessado por fatores racionais, emocionais e inconscientes. A aplicação da Matriz Self, como ferramenta diagnóstica híbrida, demonstrou ser eficaz para identificar contradições entre o que o empreendedor afirma objetivamente e o que revela subjetivamente, fornecendo um retrato mais profundo das condições internas que impactam o comportamento empreendedor.

As discrepâncias identificadas entre as dimensões “entendimento”, “esforço”, “habilidade” e “sentimento” indicam que muitos empreendedores enfrentam dificuldades em alinhar suas percepções com a realidade vivida. Tal desalinhamento, quando não reconhecido, pode comprometer a tomada de decisões, a gestão do negócio e, em última instância, a sustentabilidade da empresa. A dimensão “sentimento”, em especial, revelou a presença de conflitos emocionais que não costumam ser captados por instrumentos tradicionais de avaliação, reforçando a importância de metodologias que integrem razão e emoção.

O uso combinado de análises quantitativas (como o teste de McNemar e o coeficiente Kappa de Cohen) e qualitativas (interpretação de respostas discursivas) permitiu validar a hipótese de que a experiência empreendedora não se limita ao domínio técnico e estratégico, mas envolve aspectos subjetivos que precisam ser considerados em processos de formação e apoio ao empreendedor.

Neste sentido, os achados contribuem para o campo da inovação aplicada ao comportamento empreendedor, sugerindo que políticas públicas, programas de capacitação e consultorias voltadas à sustentabilidade de pequenos negócios devem incluir dimensões reflexivas e psicodinâmicas em suas abordagens. A Matriz Self mostrou-se, portanto, uma ferramenta promissora para o fortalecimento

da consciência empreendedora, com potencial de reduzir a taxa de mortalidade empresarial ao promover maior alinhamento entre intenção, ação e realidade.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a aplicação da metodologia em diferentes segmentos econômicos e regiões do país, bem como explorar os efeitos da devolutiva dos resultados sobre o comportamento dos empreendedores ao longo do tempo. Investigações longitudinais poderão contribuir para consolidar a Matriz Self como um instrumento estratégico para o desenvolvimento humano e organizacional.

6. REFERÊNCIAS

ADIZES, Ichak. **Os ciclos de vida das organizações**. São Paulo: Pioneira, 1990.

BANDURA, Albert. Self-efficacy: **The exercise of control**. New York: W.H. Freeman, 1997.

DOLABELLA, Fernando. **O segredo de Luísa**: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

FRESE, Michael; GIESELMANN, Rainer. **Personality traits and entrepreneurial behavior**. In: ZANDER, Lars (Org.). *New developments in entrepreneurial research*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

FRESE, Michael; RAUCH, Andreas. **Successful entrepreneurial behavior**. In: ZEIDNER, Moshe; ENDELER, Norman (Ed.). *Handbook of coping: Theory, research, applications*. New York: Wiley, 2001.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

HOLMES, Scott; HASWELL, Sharon. **Small business failure in Australia**: Causes and implications. *International Small Business Journal*, v. 7, n. 2, p. 56-65, 1989.

JABLONSKA STANWSKI, Magdalena. **Entrepreneurial ecosystems and the resilience of startups**. *Entrepreneurship Review*, v. 3, n. 1, 2020.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 1953.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KEPPE, Norberto. **A origem da sanidade**. São Paulo: Proton, 1985.

MCCLELLAND, David C. **The achieving society**. Princeton: Van Nostrand, 1972.

MINERVINO, Cláudia Bernhardt de Souza; KEPPE, Norberto. **Psicoterapia e consciência**: a patologia do poder. São Paulo: Proton, 2004.

RAUCH, Andreas; FRESE, Michael. **Let's put the person back into entrepreneurship research**: A meta-analysis on the relationship between business owners' personality traits, business creation, and success. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, v. 16, n. 4, p. 353-385, 2007.

RUSU ROMAN, Adriana. **Entrepreneurship and sustainable economic growth**. *Journal of Economic Development*, v. 5, n. 2, 2017.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil – 2020**. Brasília: SEBRAE, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 5 ago. 2025.

A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS EMPRESAS NO MATO GROSSO DO SUL: ANÁLISE DE CASOS E REGULAMENTAÇÃO

Tirza Lopes Fialho Menezes
Nathália Carrijo Magalhães
Rodolfo Afonso Loureiro de Almeida Filho

Introdução: Partindo da premissa de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental previsto no artigo 225 da Constituição Federal, a discussão sobre a responsabilidade ambiental das empresas também se insere no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento social. Nesse sentido, o trabalho busca compreender se no Estado do Mato Grosso do sul há cumprimento efetivo das responsabilidades ambientais instituídas às empresas, afinal, apenas em 2023 já haviam 7.397 empresas industriais ativas no estado, sendo de extrema importância para a preservação ambiental que as mesmas cumpram as leis e tenham um perfil sustentável. *A priori*, o estudo parte do pressuposto de que, mesmo que a legislação ambiental brasileira seja reconhecida por seu caráter avançado, sua efetividade depende de fatores fundamentais que variam de acordo com a região do país e do setor econômico. Nesse sentido, com base nos estudos regionais já realizados no Estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se que a concentração de indústrias é principalmente na agroindústria. Essa predominância configura um cenário específico de desafios e pressões que justificam a realização do trabalho.

Objetivos: Tem-se como objetivo geral do trabalho analisar o cumprimento de normas ambientais por parte das empresas do Mato Grosso do Sul, observando se há evolução nesse aspecto tão importante da preservação ecológica.

Metodologia: O método aplicado foi dedutivo e descritivo, utilizando-se da análise de dados secundários e bibliográficos. Foram analisados principalmente artigos científicos pertinentes ao tema e leis de proteção ambiental que posteriormente foram comparados a dados regionais a respeito das empresas do Mato Grosso do Sul e suas cidades, fazendo assim uma análise da compatibilidade entre a legislação proposta e a realidade fática do estado.

Resultados e Discussão: Segundo o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul, 2024), 271 justificativas foram apresentadas por empresas que buscavam se isentar do cumprimento da logística reversa de embalagens foram indeferidas, reforçando a obrigatoriedade do retorno das embalagens ao ciclo produtivo, que teve como efeito multas de R\$ 20 milhões. Por outro lado, o Conselho regional de engenharia e agronomia do Mato Grosso do Sul (CREA-MS) em sua divulgação anual de prêmios sobre sustentabilidade, entre eles o prêmio do Ipê Amarelo que visa reconhecer e premiar projetos e iniciativas que contribuem para a preservação ambiental, sustentabilidade, tecnologia e empreendedorismo na área ambiental no Estado, continuamente apresenta empresas públicas e privadas que são destaques justamente na responsabilidade ambiental, fator que demonstra os esforços estaduais em avançar na proteção ao meio-ambiente no âmbito empresarial.

Conclusão: Por fim, conclui-se que há uma tensão natural entre a necessidade de produzir e crescer economicamente, e a preservação da fauna e flora característicos da região e embora o avanço da agroindústria seja fundamental para o desenvolvimento econômico tanto do estado quanto para o país, muitas vezes isso significa expandir fronteiras agrícolas e usar mais recursos hídricos. Depreende-se que a questão ambiental vai além do ecológico, alcançando os direitos humanos, pois o descumprimento das normas aprofunda desigualdades e compromete o acesso das comunidades a recursos essenciais. Tal cenário desafia a fiscalização e a aplicação consciente de normas como o Código Florestal (Lei 12.651/2012), mas, apesar das irregularidades, o Mato Grosso do Sul mostra em suas conquistas muita mais uma tendência a um avanço ambiental que o contrário.

Palavras-chaves: Responsabilidade ambiental no MS; Cumprimento de normas ambientais por empresas.

Referências:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CREA-MS, Comissão. Comissão divulga pré-selecionados no III Prêmio Ipê Amarelo de Meio Ambiente. CREA-MS. Disponível em: <https://creams.org.br/comissao-divulga-pre-selecionados-no-iii-premio-ipe-amarelo-de-meio-ambiente/>. Acesso em 28 jun.2025.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL (IMASUL). Imasul indefere 271 justificativas de empresas que não queriam aderir a sistema de logística reversa de embalagens. 19 fev. 2024. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/imasul-indefere-271-justificativas-de-empresas-que-nao-queriam-aderir-a-sistema-de-logistica-reversa-de-embalagens/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

PLANURB, Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano . Perfil Socioeconômico de Campo Grande/Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB. 31. ed. rev. Campo Grande, 2024. Disponível em:<https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2024/08/Perfil-Socioeconomico-de-Campo-Grande-2024-SITE-compactado.pdf>

em:

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL POR MEIO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALDEIA GUAJAJARA NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM – MA: UM ESTUDO DE CASO

Erroflim Alves Cutrim Junior
Alan Carvalho da Silva
Ingrid dos Santos Cutrim
Alcione Lino de Araujo

RESUMO

O presente estudo analisa a importância do desenvolvimento rural sustentável por meio da agricultura familiar na aldeia Guajajara, localizada no município de Bom Jardim – MA. A pesquisa busca compreender como práticas agrícolas sustentáveis podem contribuir para o fortalecimento socioeconômico e ambiental das famílias indígenas. A metodologia empregada envolve abordagem qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionários estruturados e semiestruturados e realização de entrevistas com agricultores familiares. Pretende-se identificar os principais indicadores de sustentabilidade presentes na aldeia, bem como os desafios e oportunidades enfrentados pelos indígenas no contexto do desenvolvimento sustentável. Os resultados esperados incluem o reconhecimento das práticas sustentáveis já existentes, a valorização da agricultura familiar como agente promotor do desenvolvimento rural e a ampliação das discussões sobre sustentabilidade em territórios indígenas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Sustentável. Comunidades Indígenas. Maranhão. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agricultura familiar tem se consolidado como um dos pilares do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. O reconhecimento dessa categoria social, especialmente após a Constituição Federal de 1988, trouxe novas perspectivas sobre o papel dos agricultores familiares na conservação ambiental, na geração de renda e na segurança alimentar (Grisa; Schneider, 2014).

A agricultura familiar representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, pois alia a produção de alimentos à preservação ambiental e ao fortalecimento das economias locais. Diferentemente dos grandes empreendimentos agrícolas, a agricultura familiar mantém uma relação mais equilibrada com o meio ambiente, valorizando práticas produtivas diversificadas e o uso racional dos recursos naturais. Além disso, esse modelo de produção contribui significativamente para a segurança alimentar, uma vez que é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira. No contexto das comunidades indígenas, como a aldeia Guajajara, a agricultura familiar também assume um papel cultural e identitário, pois preserva saberes tradicionais e promove a autonomia das famílias agricultoras, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento.

Outro aspecto essencial da agricultura familiar é seu potencial de promover a inclusão social e o fortalecimento da economia local. Por meio de políticas públicas e programas de incentivo, como o PRONAF, os agricultores familiares têm a possibilidade de ampliar sua produtividade e melhorar suas condições de vida, sem perder o vínculo com o território e a cultura. Essa forma de produção estimula a permanência das pessoas no campo, reduz o êxodo rural e contribui para a geração de renda de maneira sustentável. Portanto, a valorização da agricultura familiar é indispensável para a construção de um

modelo de desenvolvimento que respeite as diversidades regionais, estimule a equidade social e garanta a sustentabilidade dos recursos naturais para as futuras gerações.

Na aldeia Piçarra Preta, em Bom Jardim – MA, as práticas agrícolas tradicionais representam mais do que subsistência: são expressões culturais e identitárias. Contudo, o desafio contemporâneo é integrar essas práticas às dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade, promovendo condições dignas de produção e vida para os povos indígenas.

A discussão sobre desenvolvimento rural sustentável propõe um modelo alternativo de crescimento, que alia produtividade agrícola à preservação ambiental e à equidade social (Veiga, 2002; Almeida, 1997). Nesse sentido, a agricultura familiar indígena surge como importante vetor para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere ao combate à pobreza e à fome, e à promoção de sociedades sustentáveis.

Objetivo é analisar a importância do desenvolvimento rural sustentável por meio da agricultura familiar na aldeia Guajajara, identificando indicadores de sustentabilidade e avaliando seus impactos nas dimensões socioeconômicas e ambientais locais.

METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como estudo de caso, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática sobre agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, com base em autores como Abramovay (1998), Schneider (2009) e Veiga (2002), a fim de identificar lacunas teóricas e construir o referencial analítico.

Posteriormente, a pesquisa de campo está sendo desenvolvida na aldeia Piçarra Preta, no município de Bom Jardim – MA, entre setembro de 2024 e abril de 2025. Serão aplicados questionários estruturados e semiestruturados e entrevistas abertas com agricultores familiares indígenas, buscando compreender as práticas agrícolas, os desafios enfrentados e a percepção sobre sustentabilidade.

Os dados coletados serão analisados a partir da triangulação de métodos, integrando análise estatística descritiva e análise de conteúdo qualitativa. A sistematização dos resultados será realizada conforme as normas da ABNT, gerando um banco de dados a ser disponibilizado à comunidade acadêmica e indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a execução da pesquisa, foram enfrentados desafios significativos relacionados à realização do projeto na comunidade inicialmente escolhida. A proposta previa a coleta de dados e observações de campo na aldeia Guajajara, no município de Bom Jardim – MA. No entanto, o desenvolvimento das atividades foi temporariamente comprometido em virtude da ausência de autorização formal por parte das lideranças indígenas locais para a realização das entrevistas e aplicação

dos questionários. Esse impasse ocasionou o atraso no cronograma previamente estabelecido, inviabilizando a conclusão das etapas previstas para o primeiro período de vigência do projeto. Diante dessa situação, tornou-se necessário buscar uma nova comunidade que estivesse disposta a colaborar com a pesquisa, preservando os objetivos científicos e metodológicos delineados no plano original.

A mudança de local demandou a readequação das estratégias de campo, a atualização dos instrumentos de coleta de dados e a prorrogação do prazo de execução, o que resultou na renovação do projeto para o período seguinte. Essa renovação foi essencial para assegurar a continuidade das atividades e o cumprimento das metas propostas, garantindo a coleta de informações relevantes para a análise da importância do desenvolvimento rural sustentável por meio da agricultura familiar. Atualmente, o projeto encontra-se em andamento na nova comunidade, com a realização das entrevistas e observações de campo, permitindo compreender de forma mais ampla os desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores familiares indígenas e reforçando a relevância social e científica da pesquisa.

Espera-se que o estudo identifique como a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento rural sustentável na aldeia Guajajara – Piçarra Preta, destacando:

- **Práticas sustentáveis** já existentes, como o uso racional do solo e a valorização dos saberes tradicionais;
- **Desafios enfrentados**, incluindo acesso limitado a crédito, tecnologia e políticas públicas;
- **Potenciais oportunidades**, como fortalecimento da autonomia produtiva e geração de renda.

A análise teórica (Veiga, 2000; Wammes *et al.*, 2013) sugere que o desenvolvimento rural sustentável depende da articulação entre atores sociais e da promoção de políticas integradas. Nesse contexto, o protagonismo dos povos indígenas é essencial para o fortalecimento da economia local e para a conservação ambiental.

Além disso, a pesquisa pretende contribuir com dados que subsidiem políticas públicas voltadas à valorização da agricultura familiar indígena, reforçando a importância da sustentabilidade como eixo estruturante do desenvolvimento rural brasileiro.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o desenvolvimento rural sustentável, quando aliado à agricultura familiar, constitui um instrumento fundamental para a promoção da justiça social, da conservação ambiental e do fortalecimento econômico em comunidades indígenas. Na aldeia Guajajara, essa integração se apresenta como oportunidade para consolidar práticas produtivas mais equitativas e ambientalmente responsáveis, reforçando a autonomia e a identidade cultural dos agricultores indígenas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, p. 1–21, 1998.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Supl. 1, p. 125–146, 2014.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71–79, 2014.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In: FALEIRO, F. G.; FARIA NETO, A. L. (Orgs.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008.

VEIGA, J. E. **Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural**. In: CASTRO, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

WAMMES, L. T.; PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. B. **O meio rural e as novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável**. UFPR, Curitiba, 2013.

A CRIANÇA ATÍPICA E O DIREITO
AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO
CONTINUADA: GARANTIA DE
DIGNIDADE E INCLUSÃO SOCIAL -
ANÁLISE CRÍTICA

Érica Tamires
Renata Meneses

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tratar da importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na promoção dos direitos fundamentais, como dignidade e inclusão social, para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como discutir sobre as dificuldades ainda enfrentadas por essas crianças e suas famílias na busca pela efetivação desses direitos. Para isso, foi feita uma análise criteriosa de diversos materiais bibliográficos, como artigos e revistas.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no artigo 203, inciso V da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assegura um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família. No caso da criança atípica, especialmente aquelas com transtornos do neurodesenvolvimento como o TEA e o TDAH severo, o BPC representa uma ferramenta de proteção social essencial para garantir acesso à saúde, educação e demais direitos fundamentais.

Apesar disso, persistem desafios que comprometem a efetividade dessa política pública: entraves burocráticos, como critérios restritivos de avaliação de deficiência e renda, que são muitas vezes considerados restritivos e desatualizados, e a ausência de mecanismos de acompanhamento da aplicação do benefício na promoção da inclusão social e da dignidade da criança.

Cabe destacar que a ausência de políticas públicas que acompanhem e orientem a aplicação do BPC é um fator que impacta significativamente na efetividade do benefício na vida dessas crianças. Esse impacto se evidencia porque muitas vezes o valor correspondente a um salário-mínimo se mostra insuficiente para cobrir todas as despesas que estão associadas ao cuidado de crianças com deficiência, como terapias especializadas, medicamentos contínuos, alimentação e transporte adequado. Além disso, sem acompanhamento não há como comprovar a real efetividade do benefício na

promoção da dignidade e inclusão social dessas crianças, o que revela uma grande lacuna na garantia desses direitos.

Dessa maneira, o presente trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro será abordado o contexto histórico, que é fundamental para uma melhor compreensão acerca do tema. No segundo será feito uma análise a respeito da efetivação do BPC para as crianças atípicas e suas famílias. Já no terceiro capítulo será abordado as dificuldades ainda enfrentadas na busca pela garantia de direitos fundamentais como os já mencionados e possíveis soluções para reduzir essas dificuldades, com foco na promoção da dignidade e cidadania das crianças com deficiência.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome que tem despertado grande interesse de especialistas em todo o mundo, com diversas vertentes investigando suas causas. Trata-se, no entanto, de um tema discutido desde o início do século XX.

Segundo o pediatra Christian Gauderer (1997), o termo "autista" foi utilizado pela primeira vez em 1906 pelo psiquiatra Plouller, para descrever o isolamento de pacientes, especialmente crianças, o que dificultava sua comunicação social com o meio externo.

De acordo com Camargos (2005), em 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler difundiu o termo “autismo” na literatura médica, classificando-o como uma ruptura com a realidade, resultante da grande dificuldade na comunicação interpessoal, sendo inicialmente considerado um transtorno básico da esquizofrenia.

Ainda segundo Camargos (2005), apenas em 1943 Leo Kanner diferenciou o autismo dos demais transtornos aos quais era associado até então. Com base em um estudo com 11 crianças solitárias, publicou o trabalho “Distúrbios autísticos do contato afetivo”.

Em 1967, Michael Rutter deu continuidade às pesquisas sobre o tema e identificou como principais características do autismo: desinteresse social, incapacidade de desenvolver linguagem responsiva e comportamentos motores repetitivos com padrões de brincadeiras restritos, observados antes dos 30 meses de idade (Medeiros & Nascimento, 2023).

Dessa maneira, conclui-se que durante todo o século passado, estudiosos e pesquisadores se dedicaram arduamente acerca do tema, trançando diversas nomenclaturas e hipóteses de causas e diagnósticos para tratar a respeito desse transtorno, inclusive inicialmente relacionando o autismo com a esquizofrenia infantil. Atualmente ainda há muitas especulações sobre o assunto, mas destaca-se que o autismo é considerado uma síndrome, sendo também definido como distúrbio de desenvolvimento neurológico.

3. A EFETIVAÇÃO DO BPC PARA CRIANÇAS COM TEA E SUAS FAMÍLIAS

Destaca-se, em primeiro lugar, que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) representa uma forma de efetivação dos direitos e garantias fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, como os direitos à dignidade, à igualdade e à proteção integral da criança. Sendo, dessa maneira, ferramenta importante para o combate à exclusão e às desigualdades enfrentadas por essa população.

Tal benefício desempenha um papel importante na redução da pobreza e da exclusão social, ao garantir um mínimo vital para aqueles que, em virtude de suas condições, encontram-se impossibilitados de prover o próprio sustento ou tê-lo provido por sua família, conforme apontado por Minuzzi, Medeiros & Gonçalves (2023b).

Ademais, as crianças, que possuem TEA, frequentemente necessitam de suporte intensivo, como terapias multidisciplinares, acompanhamento médico frequente e adaptações no cotidiano. De acordo com reportagem da Revista Crescer (2022), o custo mensal com terapias para crianças com autismo pode ultrapassar facilmente o valor de um salário-mínimo, tornando o BPC fundamental para garantir o acesso a esses cuidados.

Além disso, muitas dessas crianças demandam, além multidisciplinares medicamentos, transporte e alimentação adequada — elementos fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, o que gera custos elevados para a família nessas situações. O BPC atua como um alicerce ao oferecer apoio financeiro mensal, promovendo o desenvolvimento integral da criança e o acesso a necessidades básicas. Dessa forma, denota-se o papel crucial desse benefício na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades, ao assegurar o acesso a recursos financeiros que viabilizam a satisfação de necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação (Da Silva & Dias, 2023).

Fica evidente que o BPC exerce um papel fundamental na inclusão social e na redução das desigualdades, ao garantir recursos que permitem suprir necessidades básicas. Sua ausência pode comprometer cuidados e tratamentos, enquanto sua concessão assegura a continuidade das terapias e favorece a inclusão social e educacional da criança.

O BPC vai além de um auxílio financeiro, configurando-se como política de inclusão e justiça social. Garante que crianças com TEA ou TDAH severo tenham acesso a oportunidades básicas, aliviando a carga financeira das famílias e permitindo maior dedicação aos cuidados e ao apoio emocional.

4. DESAFIOS E SOLUÇÕES DA ARTICULAÇÃO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO PREVIDENCIÁRIO E SOCIAL

A partir do conceito e sistemática apresentados, é possível afirmar que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), à luz do ordenamento jurídico brasileiro, deve ser compreendido como uma política pública de caráter afirmativo, voltada à promoção da inclusão social de grupos historicamente marginalizados, como é o caso das pessoas com deficiência, em especial as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

De acordo com Castro e Lazzari (2023), é possível compreender que a assistência social, conforme prevista no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, ocupa um lugar central tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no campo das Ciências Sociais e Humanas, essa previsão legal explícita um dos pilares da cidadania social no Brasil.

A Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), estabelece critérios clínicos para a caracterização do transtorno. Apesar dos avanços na proteção social, persistem desafios como a desarticulação entre serviços, a falta de profissionais capacitados e as dificuldades no acesso ao BPC, o que compromete leno desenvolvimento.

A concessão do BPC exige, além da comprovação do TEA como deficiência, que a renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo. Essa exigência, prevista na Portaria Conjunta MDS/INSS nº 2/2015, busca assegurar que o benefício atenda efetivamente pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante avaliações médica e social.

RESOLVEM:

Art. 1º Estabelecer os critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC.

Art. 2º A avaliação da pessoa com deficiência é constituída pelos seguintes componentes, baseados na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF:

I - Fatores Ambientais;

II - Funções e Estruturas do Corpo; e

III - Atividades e Participação.

A previdência social, todavia, permaneceu sob essa lógica, distanciando-se tanto das características de política social quanto das demais políticas que compõem o tripé da seguridade social brasileira (Monnerat; Souza, 2011; Boschetti, 2003). A ausência de uma rede articulada de proteção dificulta a efetiva inclusão da criança com TEA na escola, nos serviços de saúde especializados e nas políticas de apoio familiar.

Em muitos casos o transtorno demanda cuidados e atenção constantes por parte dos familiares impactando diretamente na capacidade de trabalho dos pais, que muitas vezes abandonam seus empregos para se dedicar aos cuidados da criança, perpetuando barreiras sociais que o benefício, por si só, não consegue superar.

Nessa linha de pensamento, Giovannella (2002) e Mattos (2001), nos alerta que há uma relação proporcional entre a falta de priorização do desenvolvimento da diretriz da integralidade no SUS e a baixa articulação da política de saúde com outras políticas setoriais nas duas últimas décadas.

A ineficácia do SUS em atender adequadamente às demandas de pessoas com TEA, é marcada por longas filas, embora o BPC esteja juridicamente alinhado aos princípios constitucionais da dignidade humana e da justiça social, sua aplicação prática ainda encontra entraves estruturais que comprometem a universalidade do acesso aos direitos.

Para fortalecer políticas públicas inclusivas voltadas às crianças com deficiência, em especial com TEA que recebem o BPC, é fundamental ofertar serviços especializados e territorializados, com escuta qualificada e participação ativa da família nas decisões, garantindo respostas mais individualizadas e eficazes.

A criação de políticas, a simplificação dos procedimentos, a ampliação da divulgação do benefício e a revisão dos critérios de elegibilidade são algumas das medidas que podem contribuir para a efetivação do direito à assistência social para as pessoas com deficiência (De Souza & Rodrigues, 2023). A atuação do Estado não pode se limitar à transferência de renda, mas deve assegurar o acesso pleno a oportunidades de desenvolvimento, convivência familiar e comunitária, educação de qualidade e cuidados em saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, levando em consideração o que foi apresentado e discutido neste artigo, é possível concluir que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um instrumento fundamental para a proteção social de crianças com deficiência. No entanto, também ficou evidente que, embora o BPC represente um avanço na garantia de direitos básicos como saúde e educação, desafios significativos ainda persistem, comprometendo a sua efetividade. Dessa forma, é necessário a criação de políticas públicas mais eficazes para que, assim, esses desafios sejam superados e seja efetivamente promovendo dignidade e cidadania a essas crianças e a suas famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Instituto Nacional do Seguro Social. **Portaria Conjunta MDS/INSS nº 2, de 27 de abril de 2015**. Estabelece critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência requerente do BPC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 2015.

CAMARGOS Jr, Walter. **"Transtornos invasivos do desenvolvimento"**. Brasília: CORDE Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2ª Edição. 3º Milênio (2005). Acesso em 13 mai. 2025

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João B. **Direito Previdenciário - 3ª Edição 2023**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p.468. ISBN 9786559646302. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646302/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

DA SILVA, Dalília Benícia; DIAS, Carla Aliny. **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**. ALTUS CIÊNCIA, v. 18, n. 18, p. 66-84, 2023.

DE SOUZA, Alberto Claudio Sobral Lima; DE SENA RODRIGUES, Anna Carla. **Humanização da Arquitetura do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2023.

GAUDERER, C. **Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento: Guia Prático Para Pais e Profissionais**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Revinter, 1997.

GIOVANELLA, L. et al. **Sistemas municipais de saúde e a diretriz da integralidade da atenção: critérios para avaliação**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 26, n. 60, p. 37-61, 2002.

KANNER, L. **Os distúrbios autísticos do contato afetivo ProFala**. Recuperado de <http://www.profala.com/artautismo11.htm>, 1943.

MATTOS, R.A. **Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos**. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Org.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS/Abrasco, 2001. p. 39-64.

MEDEIROS, A.; NASCIMENTO, T. **DIREITO DAS PESSOAS COM AUTISMO: UMA ANÁLISE SOBRE O TEMA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**. Rio Grande do Norte: RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR, 2023. Acesso em 13 mai. 2025

MINUZZI, Alessandro Andrade; DEMEDEIROS, Mara GONÇALVES, Claudiane Rockembach. **O acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por pessoas autistas: CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 12, p. 29296- 29307, 2023b.

Rosange
algumas

MONNERAT, SOUZA, **Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil**. 2011.

REVISTA CRESCER. **O custo das terapias para crianças com autismo pode passar de R\$ 5 mil por mês**. Revista Crescer, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/>. Acesso em: 14 mai. 2025

ACESSO AO CRÉDITO RURAL:
PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES
RURAIS NO ESTADO DE MATO
GROSSO

Eduarda Elis Marin

RESUMO:

O crédito rural tornou-se um sistema de proteção e apoio aos produtores rurais, promovendo o desenvolvimento da produção rural. Este estudo visou compreender como os produtores rurais da região de Tangará da Serra (MT) percebem o acesso e a disponibilidade de crédito rural, além dos efeitos da inadimplência no setor rural. A pesquisa configura-se como um estudo de campo de cunho exploratório, descritivo, com abordagem quali-quantitativa e utilizando a técnica *survey*. A coleta de dados seguiu uma amostragem não probabilística, com questionário enviado por meio da ferramenta *Google forms* a 10 produtores. Os resultados, destacaram a contínua expansão dos recursos financeiros voltados para o crédito rural no Brasil. Quanto à percepção dos produtores sobre esses recursos, três conclusões principais se sobressaem: a) 50% dos participantes consideram os incentivos ao crédito rural como insuficientes ou totalmente insuficientes; b) todos os produtores acreditam que o acesso ao crédito contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das famílias e c) 70% afirmam que os prazos de pagamento dos empréstimos são "Regulares", enquanto 50% os consideram "Altos", podendo ser um fator que contribui para a inadimplência. Apesar dos progressos na disponibilidade de recursos financeiros, ainda existem obstáculos que podem ser atenuados por meio de uma gestão mais eficaz dos recursos por parte dos produtores e uma revisão de certos aspectos dessa política, diminuindo a concentração de recursos nas instituições públicas.

Palavras-chave: Produtores rurais; Política de crédito rural; Inadimplência.

ABSTRACT:

Rural credit has become a system of protection and support for rural producers, promoting the development of rural production. The study aimed to understand how rural producers in the Tangará da Serra region (MT) perceive access to and availability of rural credit, in addition to the effects of default in the rural sector. The research was an exploratory field study, descriptive, with a qualitative and quantitative approach, using the Survey technique. Data collection followed a non-probabilistic sampling with a questionnaire, sent through the Google Forms tool to 10 producers. The results highlighted the continuous expansion of financial resources aimed at rural credit in Brazil. Regarding to the producers perception of these resources, three main conclusions stand out: a) 50% of the participants consider incentives for rural credit as insufficient or totally insufficient; b) all producers believe that access to credit contributed to improving the quality of life of families; c) 70% say that loan repayment terms are "Regular", while 50% consider them "High", which may be a factor contributing to default. Despite progress in the availability of financial resources, there are still obstacles that can be mitigated through more effective management of resources by producers and a review of certain aspects of this policy, reducing the concentration of resources in public institutions.

Keywords: Rural producers; Rural credit policy; Default.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico, as propriedades agrícolas têm aumentado sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, gerado emprego e renda (Wahlbrinck, 2017). De acordo com Breitenbach (2014), o agronegócio é o setor que mais tem participação no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023) mostrou que em 2022, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de Mato Grosso foi de R\$ 224,81 bilhões. Com isso, o Estado lidera o *ranking* de maior contribuição para a produção agropecuária, posto que assumiu em 2018.

Diante desse crescimento no setor rural, o crédito tornou-se um sistema de proteção aos produtores rurais, estabelecendo estruturas jurídicas sociais que, assim como a lei fundiária, determinam as regras que permitem a alocação de recursos. Portanto, o crédito rural pode advir de sindicatos, instituições bancárias ou cooperativas de crédito com o objetivo, de promover o desenvolvimento da produção rural (Barros, 2000).

Conforme apontado por Mattei (2005), o financiamento agrícola se destacou como um pilar na estratégia agrícola do Brasil, possibilitando a criação de estruturas, regulamentos e processos que garantem acesso ao financiamento agrícola em todo o país, em especial para um número cada vez maior de pequenos agricultores. O crédito agrícola é caracterizado como a disponibilização de recursos financeiros, por meio de instituições vinculadas ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), destinados exclusivamente às atividades do ramo do agronegócio (BACEN, 2024).

As políticas públicas para a agricultura familiar têm maior relevância junto aos pequenos produtores. Iniciado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) promove a diversificação das atividades agrícolas nas propriedades familiares, incentivando o empreendedorismo através do processamento de alimentos e da agroindustrialização da produção da

agricultura familiar, atendendo às demandas do mercado e adotando práticas conservacionistas. (EMBRAPA, 2021).

Nesse contexto, a questão que norteia esta pesquisa é: qual a percepção dos produtores rurais, em relação ao acesso e evolução do crédito rural e possíveis impactos na inadimplência? Com objetivo geral: identificar a percepção de produtores rurais da região de Tangará da Serra (MT) acerca do acesso e disponibilidade do crédito rural e impactos da inadimplência do meio rural. E objetivos específicos: demonstrar a evolução dos recursos financeiros disponibilizados ao crédito rural e acessados pelos produtores rurais, abrangendo as atividades como: agronegócio, agrícola e pecuária, num recorte de 2005 a 2022; identificar o perfil dos produtores rurais bem como o perfil da propriedade rural; averiguar a percepção dos produtores rurais acerca das políticas de crédito disponibilizadas no âmbito rural e detectar as dificuldades do acesso até a liquidação do crédito rural e possíveis causas de inadimplência.

No Brasil o agronegócio vem se destacando, especialmente no que se refere à produção de alimentos e à exportação de produtos primários. E um dos fatores que contribuem para esse crescimento são os apoios das cooperativas de crédito e instituições financeiras locais, as quais oferecem produtos e serviços aos produtores, atualizando-os sobre as políticas públicas, novas linhas de financiamentos e acordos quanto aos prazos das operações de crédito e ainda quanto ao risco de inadimplência (MAPA, 2023).

Diante disso justifica-se a pesquisa pela essencialidade de entender a percepção dos produtores rurais quanto o acesso ao crédito rural. Segundo Oseni, Babalola e Adesoye (2019), fatores socioeconômicos impactam a acessibilidade ao crédito dos agricultores, tais como idade, tamanho da família, renda, educação, gênero e tamanho das propriedades. Segundo os autores, o histórico de empréstimos informais tem influência significativa sobre a restrição de crédito, assim como níveis mais altos de educação são menos propensos a sofrer restrições.

Por outro lado, a decisão dos agricultores sobre a utilização de crédito está associada a fatores que incluem o tamanho da família, o uso de mão-de-obra contratada, associação em cooperativas, conhecimento sobre as fontes de crédito, montante de empréstimos passados, posse de garantias e proximidade com a instituição de crédito (Oseni; Babalola; Adesoye, 2019). A pesquisa contribuirá ainda como fonte de consulta, para análise da influência do acesso e evolução do crédito rural e possíveis impactos na inadimplência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agronegócio no Brasil

A importância do agronegócio para o país pode ser avaliada por meio de diversos indicadores, tais como: a participação no PIB, onde os dados calculados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ/USP) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mostram que a cadeia produtiva do agronegócio representou 24,8% do PIB do Brasil no ano de 2023. A participação da agropecuária na economia nacional chegou a um novo recorde de 26,6% em 2021. Mas o PIB do agronegócio caiu 4,22% em 2022 devido à alta dos custos de insumos e à quebra de safra em culturas como a soja (Agro Estadão, 2023).

O agronegócio impulsiona a economia em geral e melhora a qualidade de vida das pessoas, especialmente nas pequenas e médias cidades do Brasil. A maioria das pequenas cidades brasileiras tem uma economia baseada no desenvolvimento do agronegócio e, se o setor prosperar, a economia dessas regiões também prospera (Agro Estadão, 2023).

Em 2023, o agronegócio alcançou um marco histórico no mercado de trabalho. O setor registrou um recorde de 28,34 milhões de pessoas empregadas, marcando um aumento de 1,2% em comparação com o ano anterior (aproximadamente 341 mil pessoas) (CEPEA, 2023; CNA, 2023).

Um dos indicadores que diz respeito à importância do agronegócio no Brasil é a relação de troca entre os dois primeiros elos da cadeia, a agropecuária e o setor de insumos. Há duas tendências notáveis: a primeira é a expansão dessa relação de 1986 a 2002. Isso mostra que os preços dos produtos agropecuários aumentaram em relação aos preços dos insumos adquiridos; a segunda a relação de trocas que tem aumentado 23,4% de 1993 a 2002, em comparação com o período anterior (IPEA, 2004).

No Brasil, a produção agrícola sustenta recordes e desponta como principal alicerce da economia, impulsiona o superávit da balança comercial do país, e proporciona mais empregos. Uma das tendências levantadas, conforme Mendes (2007, p.52), aponta que, em fases de processamento e distribuição, que atualmente “giram em torno de US\$ 6,8 trilhões por ano (ou seja, 70% do valor total do agronegócio), a participação relativa poderá ser aumentada, devendo chegar a gerar ao redor de US\$ 10,7 trilhões por ano”.

A partir disso, é possível afirmar que, embora alguns segmentos apresentem momentos de dificuldades econômicas, o setor como um todo, e através de seus elos, possui grande potencial de crescimento. Porter (1989) ressalta que, em uma cadeia produtiva, o mercado é representado pelo

consumidor, uma vez que cada um dos segmentos é responsável por um elo da cadeia e que os fatores de desempenho competitivo de uma cadeia são iguais para todos, o que muda é o processo, a cadeia de valor.

Diante desse crescimento do agronegócio, foi possível o aperfeiçoamento do crédito rural, uma política agrícola, que permitiu a construção de instituições, normas e procedimentos, para todo o território nacional.

2.2 Crédito rural

Para compreender o acesso ao crédito rural, faz-se necessário conhecer o conceito e aspectos do crédito. Sendo assim, crédito é a transação ocorrida entre duas partes, na qual o credor entrega uma determinada quantia (dinheiro) a outra parte o devedor (Miranda, 2006). E ainda o crédito é o ato de ceder a um terceiro, parte do patrimônio com o intuito que esse valor seja devolvido integralmente após o tempo determinado entre ambas as partes (Schrickel, 2000).

E no âmbito rural, o crédito se torna uma sistemática de proteção ao produtor rural, estabelecendo uma estrutura de direito social, assim como é o direito agrário, determinando regras que permitem a alocação de recursos. Diante disso, o crédito rural pode ser oriundo da União, das instituições bancárias ou cooperativas de crédito, com o intuito de promover o desenvolvimento da produção rural (Barros, 2000).

Segundo Moraes e Bernardino (2010), o crédito rural, ao contrário das demais linhas de crédito, exige um melhor ordenamento jurídico que projete e resguarde, uma vez que se trata do fomento da produção, requerendo na sua distribuição cautelas especiais. Nesse contexto, foi criado o Manual de Crédito Rural (MCR), que reúne as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), que dispõe os mecanismos que disciplinam o crédito rural no Brasil (Wahlbrinck, 2017).

De acordo com Mattei (2005), o crédito rural se tornou uma referência na política agrícola do Brasil, pois permitiu a construção de instituições, normas e procedimentos, que disponibilizam o acesso ao crédito rural para todo o território nacional e especialmente para um crescente número de agricultores familiares. É considerado crédito rural o suprimento dos recursos financeiros por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas atividades do setor do agronegócio (BACEN, 2024).

O crédito rural foi institucionalizado pela Lei nº 4.829/1965, com objetivo de estimular os investimentos rurais, fortalecer os produtores rurais, incentivar o custeio e comercialização de produtos das propriedades e ainda aumentar as técnicas racionais de produção. Durante 30 anos, o Banco do Brasil foi responsável pela gestão do crédito rural, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, e posteriormente a responsabilidade ficou a cargo do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (BANCO DO BRASIL, 2004; BRASIL, 1965).

As normas sobre o crédito rural são aprovadas pelo CMN e o Banco Central (BC) faz parte desse órgão e auxilia na tomada de decisão. As instituições financeiras seguem os normas e as colocam em prática com seus clientes. Existe fiscalização de todo o processo, por determinação legal. Por isso, o BC verifica junto às instituições financeiras a liberação do dinheiro e se o uso está de acordo com as normas publicadas, dentre outras providências. Segundo o Manual do Crédito Rural (MCR), podem acessar o crédito rural produtores rurais, pessoa física ou jurídica, cooperativas de produtores rurais e pessoas físicas ou jurídicas que, mesmo não sendo produtores rurais, se dediquem a alguma atividade ligada a este meio (BACEN, 2024).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprova as normas relativas à política de crédito rural, às quais devem subordinar-se beneficiários e instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). As normas são divulgadas por resoluções do Banco Central do Brasil e consolidadas no Manual de Crédito Rural (CNA, 2022). Quanto à finalidade, o crédito rural pode ser agrupado, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Finalidade do crédito rural

Tipo	Descrição
Custeio	Custeio: destina-se a cobrir os gastos normais dos ciclos produtivos, como aquisição de insumos.
Investimento	Destina-se a aplicações em bens ou serviços que serão utilizados por vários ciclos produtivos, como compra de máquinas e equipamentos, construção e reforma de benfeitorias.
Comercialização	Destina-se às despesas posteriores à produção, como armazenagem, ou conversão em espécie dos títulos de venda a prazo da produção.
Industrialização	Destina-se à industrialização de produtos agropecuários por produtores ou suas cooperativas.

Fonte: CNA (2022).

Com isso, fontes de recursos para o crédito rural podem ser classificadas em três grupamentos, conforme sua origem: recursos controlados (taxas controladas pelo governo), recursos não-controlados (taxas livres) e fundos e programas (principais) (CNA,2018).

O enquadramento do produtor rural às diferentes linhas de crédito é realizado de acordo com a Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA), sendo calculada anualmente somando as receitas provenientes das atividades rurais exploradas pelo produtor e deve ser representativa de um ano civil de produção normal (CNA, 2018).

A classificação é realizada pela instituição financeira, com base nos dados cadastrais do produtor rural e define o acesso a recursos e programas e quais taxas serão praticadas nas operações de crédito. No caso de produtor iniciante ou que teve frustração de safra, a receita bruta anual deve ser estimada com base em um ano de produção normal (CNA, 2018). Podendo ser classificados como: pequeno produtor até R\$ 360.000,00; o médio produtor, acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 1.760.000,00 e grande produtor acima de R\$ 1.760.000,00.

Mesmo com o aparato da legislação para com o crédito rural, os produtores apresentam dificuldades na hora de honrar seus compromissos com as instituições financeiras. Por isso que há produtores que solicitam pedido de recuperação judicial, visto reconhecerem a impossibilidade de arcar com parcelas de investimentos e custeios rurais, devido à dificuldade na comercialização dos produtos e fatores climáticos adversos (Senado Federal, 2024).

Neste contexto, o CMN - responsável por alterar e atualizar o MCR - realizou uma alteração no que se trata do alongamento da dívida do crédito rural anteriormente lido como MCR 2-6-9 e que a partir de 2021 passa a ser lida MCR 2-6-4, o qual dispõe: fica a instituição financeira autorizada a prorrogar a dívida, aos mesmos encargos financeiros pactuados no instrumento de crédito, desde que o mutuário comprove a dificuldade temporária para reembolso do crédito e que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário: dificuldade de comercialização dos produtos; frustração de safras, por fatores adversos; eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações (Noe, 2021).

2.3 Políticas de acesso ao crédito

O agronegócio se desenvolve em um ambiente repleto de riscos e incertezas que podem comprometer seu desempenho e até mesmo decidir seu futuro. Dentre os principais fatores de instabilidade estão os eventos climáticos adversos que vem se agravando a cada ano safra, trazendo surpresas para os produtores. A tecnologia que atualmente vem tomando seu espaço no meio rural trazendo ganhos expressivos na produtividade as oscilações na demanda do produto (Monteiro, 2023). Segundo o mesmo autor, tais condições podem afetar significativamente a rentabilidade do produtor e, conseqüentemente, a oferta de seus produtos, tornando necessária a atuação do governo no mercado por meio de políticas públicas.

Diante disso, com o intuito de apoiar o produtor rural no financiamento de sua atividade e pensando nesses riscos e incertezas mencionados anteriormente consolidou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) através da Lei nº 4.829/1965 como parte de um processo amplo de modernização da agropecuária nacional. De acordo com o Art. 3º da referida Lei, são objetivos específicos do crédito rural os constantes no Quadro 2.

Quadro 2 - Ativos do crédito rural

Objetivos	
I	Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.
II	Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários.
III	Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios.
IV	Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

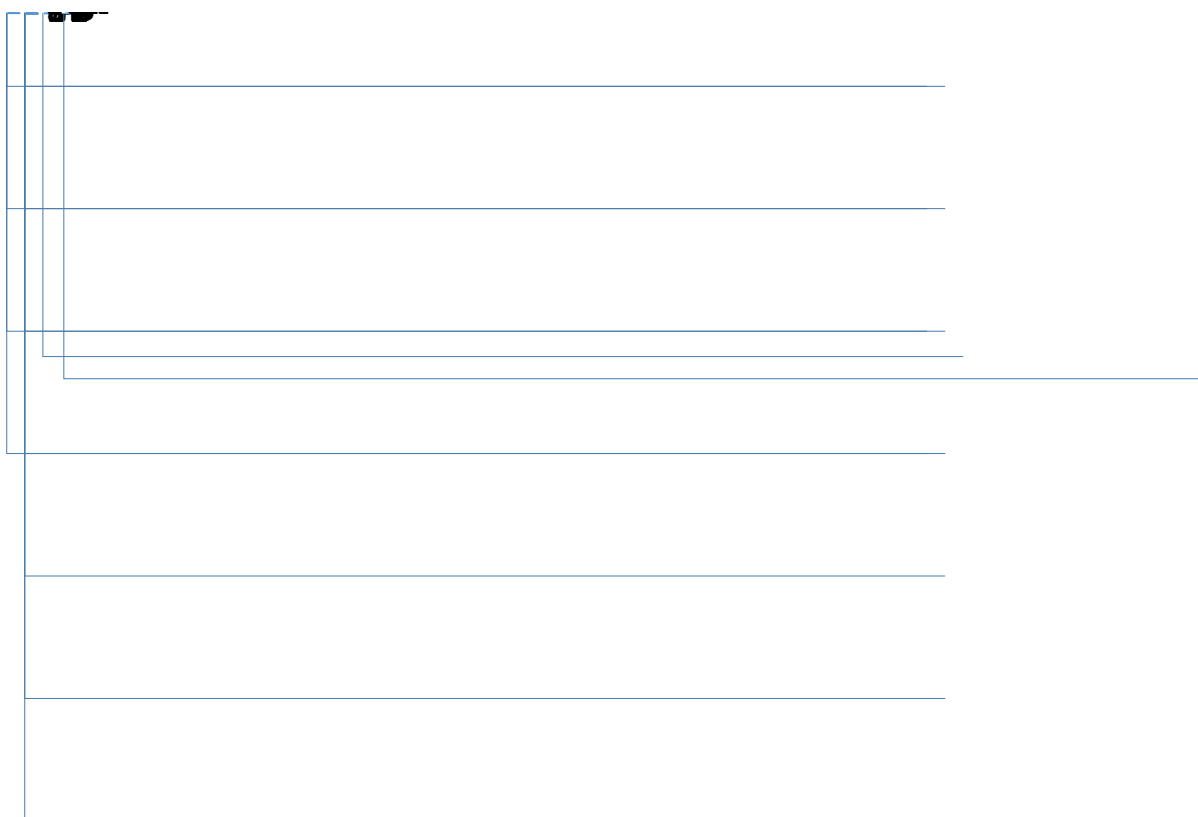
Fonte: Brasil (1965); Gasques; Bacchi; Bastos (2017)

Ao incorporar a rede bancária ao sistema creditício rural, o SNCR impulsionou significativamente o grau de cobertura do crédito. A institucionalização também fez do orçamento fiscal da União uma fonte oficial de recursos, além de permitir a criação de alternativas não inflacionárias de financiamento, via depósito à vista e inclusão de bancos privados no sistema, diversificando as fontes de financiamento, incluindo recursos próprios dos agentes e aplicações compulsórias sobre depósitos captados. Assim, a instituição do SNCR foi fundamental para a consolidação do crédito rural no Brasil (Coelho, 2012).

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) é composto pelas instituições financeiras que operam as linhas de crédito rural, por órgãos vinculados ao sistema e órgãos articulados. Essas

instituições financeiras são fundamentais para que a política de crédito rural seja implementada de forma eficiente, atendendo aos interesses do governo e às necessidades dos produtores rurais (CNA, 2018). Na Figura 1 é possível observar a divisão do SNCR.

Figura 1 – Divisão do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR



Fonte: Adaptado de CNA (2018)

De acordo com a pesquisa realizada pela EMBRAPA em 2018, ao longo das últimas quatro décadas, o Brasil transformou-se de um mero importador de alimentos em um importante fornecedor para o mercado mundial. A agricultura e a produtividade registraram um crescimento considerável. Os preços da cesta básica de alimentos no Brasil diminuíram expressivamente, consolidando o país como um dos principais protagonistas do agronegócio global. No entanto, esse avanço só foi viável graças a decisões e colaborações significativas que moldaram o crédito rural atual, como evidenciado no Quadro 3.

Quadro 3 – Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira

Ano	Marcos na História e Evolução do Crédito Rural
	A resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola.

1967	
1986	Extinção da Conta Movimento o que limitou os recursos para o Crédito Rural à disponibilidade da União e criação da Poupança Rural. Os bancos oficiais ficaram autorizados a operar com essa fonte de recursos que se tornou, em 1988, na maior fonte supridora para o Crédito Rural.
1991	Aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio da Finame Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame), do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do Programa de Operações Diretas do próprio Banco. Até então, tradicionalmente, o BNDES sempre esteve voltado para o financiamento de investimentos industriais
1995	Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
1996	Criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária.
A partir de 1994	Até 1994, a maneira como o agronegócio brasileiro foi financiado era caracterizada por uma forte dependência de recursos governamentais, com grande interferência do governo no mercado através da Política de Preços Mínimos (PGPM). Essa etapa finalizou com uma grande disparidade entre o custo do financiamento (atrelado a índices) e o valor dos produtos agropecuários. Diante desse cenário, o setor financeiro diminuiu sua participação no crédito rural devido ao alto risco envolvido na atividade. Dentre as principais mudanças estão: ● Estabilização da economia (Plano Real). ● Definição de taxas prefixadas para o crédito rural. ● Criação de programas especiais para o reescalonamento das dívidas rurais (Securitização Rural (1996), Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) (1998), Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) (1998) e Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Oficiais (2001). ● Definição de novas linhas de crédito, com destaque para as linhas direcionadas a investimentos.

Fonte: Ramos e Martha Junior (2010)

Pensando nos pequenos produtores criou-se também a política pública para a agricultura familiar com maior relevância em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa garante a diversificação de atividades agrícolas nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como atende às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas (EMBRAPA, 2021).

De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o PRONAF tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, a partir de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, buscando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou

aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares (BRASIL, 2001).

A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-PRONAF) válido é exigido para a concessão de financiamento no âmbito do PRONAF, observado ainda que pelo Decreto nº 9.064/2017 e Portaria MAPA nº 387/2021), deve ser emitida por agentes credenciados pelo MDA; deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra e pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do PRONAF (BRASIL, 2017).

A partir de 2021 a DAP começou a ser substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que passou a ser o documento que dá acesso de todos os agricultores e empreendedores familiares rurais às políticas públicas direcionadas ao segmento. Essa mudança foi feita com o intuito de aumentar a transparência e segurança, pois as informações declaradas pelo agricultor familiar serão validadas por informações já existentes em outras bases de dados do Governo Federal (EMDAGRO, 2023).

Com o surgimento de novas tecnologias e apoio do mercado financeiro o campo se profissionalizou e passou a atuar em toda a cadeia produtiva e com reduzidos índices de inadimplência. Para a edição 2023/2024, o governo disponibilizou um montante de R\$ 340,88 bilhões nas diversas modalidades de crédito rural, valor que representa um aumento de 36% em relação ao plano anterior (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, 2023).

2.4 Estudos Correlatos

O crédito rural se tornou fundamental no fomento e subsídio ao agronegócio no Estado de Mato Grosso e no Brasil. Diante disso, são apresentadas pesquisas no âmbito da percepção e características dos produtores rurais bem como os impactos quando se trata do acesso ao crédito rural, como suporte para sustentar a discussão dos resultados.

Oliveira, Oliveira e Pauli (2018) avaliaram a percepção de produtores rurais da região de São Pedro das Missões (RS) acerca da evolução da disponibilidade do crédito rural, as suas facilidades de acesso e seus impactos no que se refere à inadimplência do meio rural. A partir da implementação do Plano Real consequente estabilidade da economia brasileira, o sistema financeiro sofreu alterações

de grande importância para fortalecer o Sistema Nacional de Crédito Rural, com isso é possível identificar uma crescente evolução na disponibilidade dos recursos direcionados ao crédito rural e, por conseguinte, um crescente acesso por parte dos produtores em busca do crédito rural.

Eusébio e Toneto Júnior (2022) verificaram as características dos produtores rurais que determinam ou ampliam a probabilidade para que estes tenham acesso ao crédito rural. O trabalho se baseou nos indicadores do LUPA do estado de São Paulo, realizado em 2007-2008 pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Neste mesmo contexto, Wahlbrinck (2017) analisou as percepções sobre o crédito rural, em função do PRONAF na visão dos produtores rurais do município de Imigrante-RS, no âmbito de geração de renda e qualidade de vida nas propriedades rurais, enquanto Silva e Almeida (2021) elencaram os principais pontos identificados como barreiras no acesso do produtor rural às políticas de crédito rural a partir da fundação do Sistema Nacional de Crédito Rural, concluindo que somente a melhora das políticas públicas em relação a taxas de juros e prazos de pagamento não é suficiente para alavancar a tomada de crédito rural e aproximar o produtor rural das diversas modalidades de financiamento. Tal problemática deve ser tratada na base, desde o desenvolvimento da parte técnica do produtor, acompanhamento técnico do desenvolvimento de seu empreendimento e fornecer ao produtor facilidade de regularizar a parte documental de sua propriedade, visto que isso é uma condição para que o produtor tenha acesso ao crédito rural.

Copetti (2008) entende que o PRONAF como política de crédito específica ainda possui muitas limitações em sua concepção e implementação, o que acaba refletindo no número de pessoas de baixa renda que não são alvo de nenhum tipo de crédito oferecido pelo programa. E ainda Dias *et al.* (2021) estimaram o impacto da posse ou propriedade da terra rural das pessoas potencialmente classificadas como agricultores familiares sobre a probabilidade de acesso ao crédito rural no Brasil e suas regiões. De acordo com os resultados, a posse de terra implica um efeito positivo e significativo sobre o acesso ao crédito no Brasil. Em âmbito regional, esse efeito positivo foi observado nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste; estimativas para as regiões Sul e Centro-Oeste não apresentaram resultados estatisticamente significantes.

Freitas e Brisola (2018) investigaram as repercussões e os fundamentos necessários quanto à ampliação dos Fundos Garantidores como mecanismo de acesso ao crédito rural no Brasil. Com base em todas as evidências apresentadas neste estudo, notadamente quanto às repercussões junto aos especialistas e às contribuições da literatura brasileira e internacional, mostra-se plausível inferir que,

em caso de implementação, os Fundos Garantidores podem ser instrumentos de política pública capazes de facilitar o acesso ao crédito rural no Brasil, principalmente para os pequenos produtores com dificuldades de apresentar as garantias exigidas pelos agentes financeiros, possibilitando, inclusive, a redução do custo do crédito, valendo-se da participação de atores públicos e privados.

Os estudos mencionados foram essenciais para identificar o funcionamento do mercado do crédito rural no Brasil, bem como o que é preciso para que os produtores tenham acesso ao crédito rural. Foi possível ainda, entender as regras, gargalos e pontos de melhoria tanto por parte dos produtores quanto do sistema de crédito.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem cunho exploratório, descritivo e com abordagem quali-quantitativa, e se configura como um estudo de campo acerca da realidade do município de Tangará da Serra (MT). De acordo com Malhotra (2001, p.106), a pesquisa exploratória “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão”.

Em uma pesquisa de caráter descritivo, são observados, segundo Silva e Menezes (2000, p.21), a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática e tem, em geral, a forma de levantamento.”

Segundo Knechtel (2014), a abordagem quali-quantitativa na pesquisa consiste em interpretar os dados numéricos e analisar os qualitativos por meio da observação, interação participativa e interpretação do discurso dos participantes (semântica). De acordo com o autor, os dados quantitativos são valores observados em diferentes contextos, grupos sociais ou comunidades, sendo uma ferramenta essencial em estudos sociais, econômicos, políticos, de *marketing*, administrativos e de comunicação. Nesse sentido, trata-se de uma investigação empírica-descritiva, com o intuito de classificar e identificar a relação entre variáveis e fenômenos, além de analisar as conexões de causa e efeito.

Sendo assim, a pesquisa foi dividida em duas etapas: sendo a primeira parte teórica, de caráter exploratório, envolvendo as contribuições do agronegócio para o desenvolvimento do acesso do

crédito rural, tendo embasamento teórico a partir de pesquisas bibliográficas e documental. E na segunda parte, foi realizado uma pesquisa de campo, no município de Tangará da Serra (MT), região sudeste do estado, com aproximadamente 106.434 habitantes (IBGE, 2022).

Para obter os dados primários quanto à percepção dos produtores rurais sobre ao acesso do crédito rural, foi elaborado um questionário para coleta de informações e utilizada a técnica *survey*, cseom o questionário sendo enviado por meio da ferramenta *Google forms*.

A pesquisa foi definida como do tipo não-probabilística e inicialmente foi encaminhada para 30 produtores da região do município de Tangará da Serra-MT, tendo um retorno de 10 respondentes. Conforme Cozby (2003) define que a amostragem utilizada nesta pesquisa pode ser caracterizada como não probabilística acidental, também conhecida como não probabilística "por conveniência", na qual os participantes são selecionados pela facilidade de acesso proporcionada ao pesquisador. De acordo com a mesma fonte, uma das justificativas para a utilização de amostras por conveniência é que o objetivo da pesquisa não é estimar com precisão os valores da população, mas sim analisar as relações entre as variáveis.

O instrumento de coleta de dados será adaptado do estudo de Oliveira; Oliveira e Pauli (2018), que foi dividido em blocos: perfil dos respondentes; características da propriedade; percepção dos produtores quanto a disponibilidade e dificuldades de acesso ao crédito rural e percepção das possíveis causas de inadimplência onde em algumas perguntas, os respondentes poderiam selecionar mais de uma opção.

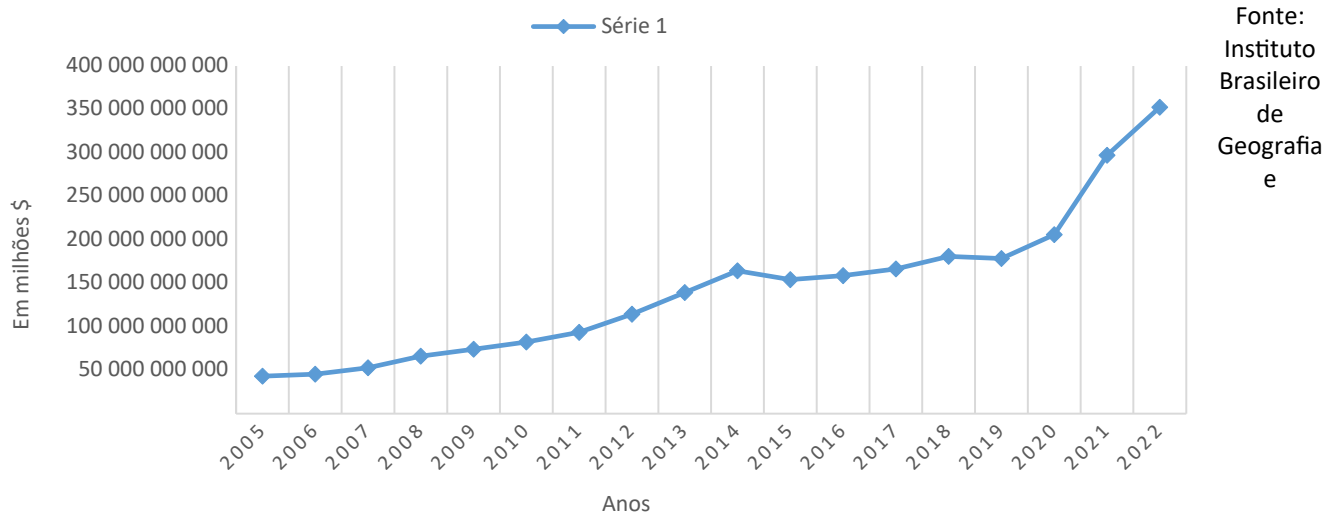
Os dados foram tabulados com uso *software Microsoft Office Excel*, analisados utilizando-se da estatística descritiva simples e apresentados em formas de tabelas e figuras, comparando com resultados de pesquisas anteriores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início da colonização, a agropecuária tem sido reconhecida como um pilar fundamental da economia nacional e, nas últimas décadas, houve o avanço e a consolidação do setor rural, impulsionados pela determinação e adaptabilidade dos agricultores. Em função disso, ao longo do tempo tem-se desenvolvido estratégias voltadas para a produção agropecuária, como o crédito rural. Assim, a pesquisa buscou identificar a percepção de produtores rurais da região de Tangará da Serra (MT) acerca do acesso e disponibilidade do crédito rural, e para isso foi preciso entender a evolução

dos recursos financeiros disponibilizados ao crédito rural e acessados pelos produtores rurais ao longo de 17 anos (de 2005 a 2022), abrangendo as atividades como agronegócio e produção agrícola e pecuária (Figura 2).

Figura 2 - Evolução dos recursos no Sistema Nacional de Crédito Rural - 2005-2022



Estatística (IBGE) Anuário Estatísticos do Brasil

Percebe-se que, mesmo em meio as oscilações em determinados períodos na disponibilidade de recursos ao crédito rural, verifica-se ainda assim, uma tendência a cada safra, de um aumento significativo dos valores revertidos ao crédito rural (Figura 2). De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE (2023), é possível identificar que, desde o ano de 2017 houve uma crescente evolução de recursos direcionados a área rural. Este setor corresponde a 24,8% do PIB do Brasil, promovendo estabilidade, segurança e sustentando milhões de famílias (Agro Estadão, 2023).

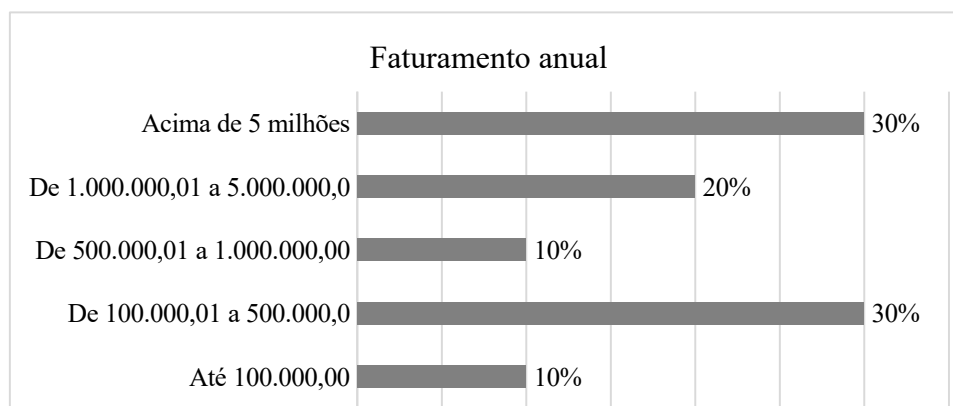
Nesse cenário, o estudo traçou o perfil de 10 produtores rurais bem como o perfil da propriedade, para assim averiguar a percepção dos produtores rurais acerca das políticas de crédito disponibilizadas no âmbito rural e detectar as dificuldades do acesso até a liquidação do crédito rural e possíveis causas de inadimplência (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Descrição		<i>fi</i>	<i>Fi</i>
Gênero	Feminino	2	20
	Masculino	8	80
Total		10	100
Idade	Até 30 anos	2	20
	De 31 a 45 anos	5	50
	De 46 a 55 anos	2	20
	Acima de 56 anos	1	10
Total		10	100
Escolaridade	Ensino Fundamental	1	10
	Ensino Médio	3	30
	Graduação	1	10
	Pós-Graduação	5	50
Total		10	100
Estado civil	Casado	7	70
	Solteiro	2	20
	Divorciado	1	10
Total		10	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados identificaram, dos produtores rurais pesquisados no município de Tangará da Serra (MT) e região, 80% de respondentes do gênero masculino e 20% do gênero feminino, sendo 70% casados, com idade entre 31 a 45 anos representando 50% dos respondentes; 50% dos entrevistados possuem pós-graduação, enquanto 30% possuem até o Ensino Médio e os outros 20% estão entre Ensino Fundamental e graduação. Quanto ao perfil das propriedades, o faturamento anual variou a partir de 100 mil, podendo passar dos 5 milhões (Figura 3).

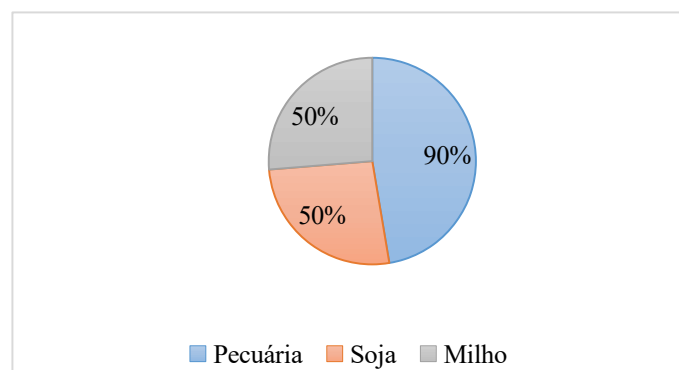
Figura 3 – Faturamento anual das propriedades rurais

Fonte: Dados da pesquisa

Tal variação de faturamento pode ser atribuída ao fato de a região ser diversificada quanto à cultura produzida ou o tipo de atividade. Um exemplo é o da pecuária, que se trata de cria, recria e engorda de animais, podendo levar até dois anos para dar o retorno financeiro esperado, dispendendo mais recursos do produtor e levando-o a tomar mais crédito rural e a constituir reservas financeiras como aplicações, enquanto a atividade agrícola pode resultar em um fluxo maior de caixa, visto a possibilidade de exportação para outros países, bem como a venda para grandes empresas da região (Malafaia, *et al.*, 2019; EMBRAPA, 2018).

Em relação as atividades executadas na área e cultura plantada, 90% foi atribuída a pecuária (Figura 4), considerando que o produtor pode ter mais de uma cultura os respondentes podiam selecionar mais de uma opção. O estado de Mato Grosso se destaca no setor da pecuária como o estado mais relevante na agropecuária brasileira. O valor financeiro das produções agrícola e pecuária mato-grossenses ultrapassou R\$ 185 bilhões até setembro de 2023, sendo mais de 16% de todo o país (MAPA, 2023).

Figura 4 – Cultura plantada



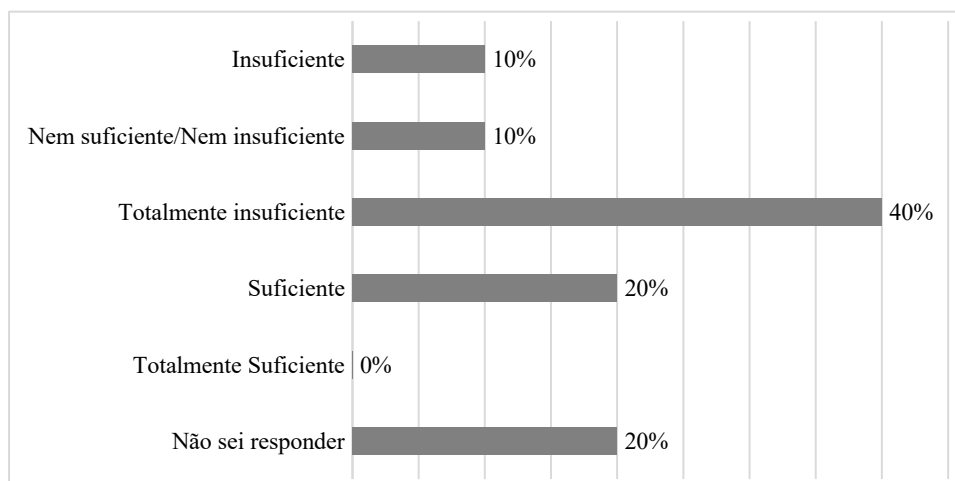
Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Os respondentes podiam selecionar mais de uma opção

No que diz respeito às características da propriedade, metade dos produtores declarou que a área total abrange de 10 a 600 hectares (ha), enquanto a outra metade possui entre 850 e 6.000 ha. A pecuária é a principal atividade para 70% desses produtores, dos quais 30% também cultivam soja e milho. Enquanto no Rio Grande do Sul (município de São Pedro das Missões) 100% dos produtores têm a cultura da soja como a principal fonte de renda (Oliveira, Oliveira e Pauli 2018). Considerando que Mato Grosso se destaca na exportação de soja, a pecuária preominou no grupo dos 10 respondentes da pesquisa.

Quanto aos incentivos que o Governo Federal tem revertido em prol da agropecuária, a pesquisa utilizou uma escala de *likert* de 5 pontos: 1-Insuficiente, 2-Nem suficiente/Nem insuficiente, 3-Totalmente insuficiente, 4-suficiente e 5-Totalmente insuficiente, para entender a percepção dos respondentes conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5 – Incentivos em prol da agropecuária



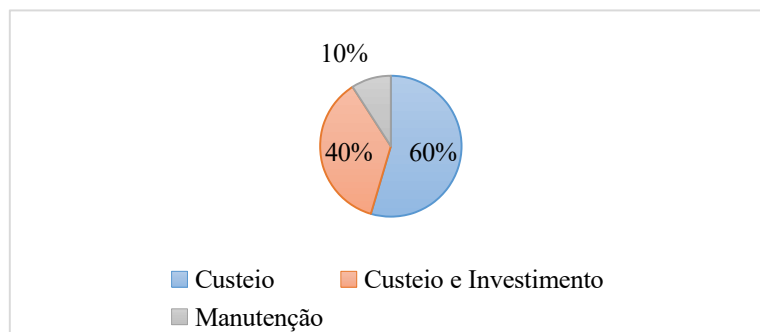
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que 80% dos produtores tiveram e ainda têm acesso ao crédito rural e 20% nunca teve acesso, 40% dos respondentes acreditam ser “totalmente insuficiente” os recursos direcionados ao setor agropecuário. Destes, 60% acessam o segmento de custeio e 10% acessam o segmento de Manutenção. Ainda um percentual expressivo, 40% dos produtores entrevistados acessam tanto o segmento de custeio como o de investimento, conforme explicitado nas Figuras 4 e 5, considerando que os respondentes poderiam marcar mais de uma opção de segmento.

No estudo de Oliveira, Oliveira e Pauli (2018), de 100 produtores pesquisados, 60% consideram os investimentos do Governo Federal ao setor agropecuário como "Suficientes" ou "Totalmente Suficientes". No entanto, o estudo questiona a forma como esses recursos vêm sendo distribuídos. Segundo os depoimentos, mesmo sendo considerados adequados, esses recursos ainda não se materializam em quantias que realmente atendam às demandas específicas do contexto rural. Ao examinar ambas as pesquisas, nota-se que, apesar das iniciativas para monitorar o desenvolvimento do setor, os resultados não se traduzem em números que satisfaçam as demandas específicas do ambiente rural.

O estudo de Silva e Souza (2014), no município de Durandé - MG, constatou que 60% dos agricultores utilizam o crédito rural para custeio, enquanto 40% optam pelo crédito voltado para investimentos. As outras linhas de crédito não são empregadas. Assim, conclui-se que a forma de crédito mais frequente entre os produtores é a destinada ao custeio, cuja finalidade é suprir as despesas relativas ao ciclo produtivo, considerando que o produtor pode tomar crédito em mais de uma linha os respondentes podiam marcar mais de uma opção conforme resultados apresentados na Figura 6.

Figura 6 – Linhas de Crédito Acessadas

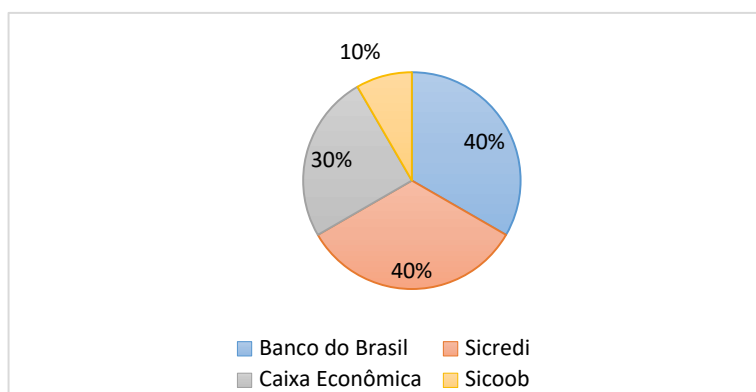


Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Os respondentes podiam selecionar mais de uma opção

A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) concluiu o ano de 2023 com um total de R\$ 214 milhões disponibilizados para crédito rural. Esses recursos foram destinados à melhoria das propriedades rurais, além da compra de máquinas e insumos (EMPAER, 2024). Diante disso, a pesquisa identificou que em média os produtores acessam por ano valores de 100 mil a 5 milhões, uma média de R\$ 507 mil por produtor. E desses valores acessados foi identificado as instituições que disponibilizam os créditos de acordo com a percepção dos produtores rurais, considerando que o produtor pode tomar crédito em mais de uma instituição financeira os respondentes podiam marcar mais de uma opção conforme resultados apresentados na Figura 7.

Figura 7 – Instituições financeiras mais acessadas



Fonte: Dados da pesquisa

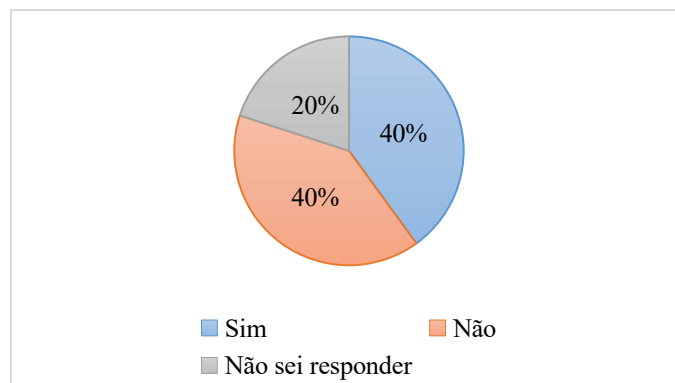
Nota: Os respondentes podiam selecionar mais de uma opção

Dentre as instituições financeiras mais mencionadas, destacam-se a cooperativa de crédito Sicredi e o Banco do Brasil, que juntas representam 80%. Além disso, 30% contam com os serviços da Caixa Econômica, enquanto 10% recorrem à cooperativa de crédito Sicoob (Figura 6).

Segundo Eusébio e Toneto Júnior (2022) os produtores que possuem propriedades entre vinte e cinquenta hectares, que estão associados, cooperados ou sindicalizados, que mantêm registros contábeis ou que têm acesso a assistência técnica oficial e que possuem até o ensino primário completo apresentam uma chance significativamente maior de conseguir crédito em comparação a um produtor com médias dessas características, sendo 59,2% contra 12,7%, respectivamente.

Esses resultados evidenciam a relevância das instituições mencionadas. No Estado de São Paulo, os produtores vinculados a cooperativas, associações e sindicatos têm uma probabilidade maior de obter crédito rural e em Mato Grosso não foi diferente. Com o acesso ao crédito é provável que a produção aumente, assim, foi questionado se com o acesso ao crédito houve um aumento na produção, ou seja, um crescimento da atividade. (Figura 8).

Figura 8 – Aumento da produção após acesso ao crédito



Fonte: Dados da pesquisa

Dos respondentes, 40% relataram um crescimento na produção após obterem os recursos financeiros aplicados em suas atividades, enquanto 40% afirmaram não notar um aumento na renda e os outros 20% não souberam informar, (Figura 8).

Ter o acesso ao crédito exige que o produtor organize uma série de documentos como a escritura do imóvel ou, no caso de agricultura familiar, a CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (documento que comprove a regularidade ambiental da propriedade, projeto técnico que descreve a finalidade a qual será a aplicada o recurso), comprovantes de regularidade tributária como ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, bem como certidões negativas de débitos na Receita Federal, trabalhistas e ambientais. (BACEN, 2024)

Neste cenário, a pesquisa verificou as dificuldades enfrentadas pelos produtores no acesso ao crédito rural, os resultados foram: “Recursos do Governo e Garantias”; “Burocracia para juntar os documentos necessários”; “Ter garantia (avalista)”; “Garantias”; “Taxa de juros”; “Taxa de juros e pouco recurso”; “Garantia real”; “Documentos exigidos e garantia”; “Dificuldade por que minha área está em condomínio”. Diante disso, percebe-se os principais entraves e dificuldades enfrentados para ter acesso aos recursos do crédito rural resumem-se às taxas de juros, garantia junto às instituições financeiras, além da burocracia para reunir as documentações exigidas da propriedade.

Corroborando com a pesquisa, quando se trata dos desafios de acesso ao crédito, segundo o estudo de Oliveira, Oliveira e Pauli (2018) estão relacionadas à inadimplência dos produtores perante as instituições financeiras, bem como a burocracia e a capacidade de pagamento dos agricultores.

O acesso aos recursos do crédito rural pode refletir na qualidade de vida das famílias residentes e que trabalham nas atividades do meio rural. Pensando nisso o estudo verificou a opinião dos produtores sobre essa afirmativa e apresentou as seguintes respostas: “Sim, sem dúvidas, proporciona folego ao agricultor e todos que dependem da atividade”; “Acredito que seja de grande importância aqueles que necessitam, possibilitando o desenvolvimento da atividade”; Sim, trabalhando certo com o recurso ajuda e muito, pois a um crescimento”.

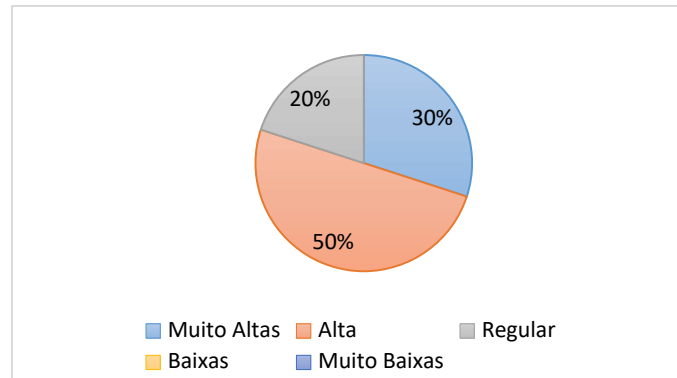
Percebe-se que os respondentes concordam que, quando a produção é eficaz e os produtores têm acesso ao crédito com juros baixos, isso resulta em um aumento na renda familiar e consequentemente, em uma melhoria na qualidade de vida das pessoas possibilitando um melhor desenvolvimento da atividade e por consequência melhorando a qualidade de vida destes indivíduos.

Neste contexto, segundo uma pesquisa de Wahlbrinck (2017) no estado do Rio Grande do Sul (cidade de Imigrantes), concluiu que as principais melhorias realizadas nas propriedades através do PRONAF incluem a aquisição de tratores, a implementação de melhorias nas estruturas das propriedades e a construção de aviários, pocilgas e estrebarias.

Todas essas ações contribuem para o progresso e a modernização das propriedades, proporcionando mais conforto ao produtor devido à redução do trabalho manual e aumentando a geração de renda. Aspectos que favorecem a satisfação do agricultor, elevando o padrão de qualidade de vida. Isso diverge dos resultados obtidos na Figura 4, quanto aos incentivos que o Governo Federal tem revertido em prol da agropecuária, na qual 50% dos respondentes afirmaram que no estado de Mato Grosso apresentaram de insuficiente a totalmente insuficiente.

Contudo um dos desafios dos produtores é cumprir com os prazos e taxas do crédito tomados, devido à instabilidade do setor. Dessa forma, foi questionado como os produtores classificariam as taxas aplicadas pelas instituições financeiras (Figura 9).

Figura 9 – Taxas de juros



Fonte: Dados da pesquisa

A avaliação revela que 70% percebem os prazos de pagamento como "Regulares", enquanto 30% os consideram "Bons". No que diz respeito às taxas de juros, 50% as classificam como "Altas", 20% as veem como "Regulares" e 30% as avaliam como "Muito Altas". Esses dados indicam que a maioria dos produtores enfrenta dificuldades para saldar esses financiamentos, uma vez que o custo total do crédito é elevado e o prazo de pagamento é curto em comparação com o retorno financeiro de cada atividade, conforme a Figura 9.

De acordo com Oliveira, Oliveira e Pauli (2018) a principal razão para os descumprimentos está relacionada com a má gestão do crédito, pois, em alguns casos, os fundos obtidos junto dos bancos são desviados para atividades diferentes das originalmente propostas.

Neste cenário o estudo de Santos (2019), indicou que tanto os produtores com restrição quanto aqueles sem restrição acreditam que a inadimplência é decorrente de diversos fatores, incluindo problemas produtivos, de comercialização e institucionais. Entre os motivos citados estão: condições climáticas adversas, elevado custo de produção, infestação por pragas, preços de venda insatisfatórios, dificuldades de transporte da produção, obstáculos no comércio local e as condições de crédito disponíveis.

Os produtores também apontaram que a falta de pagamento dos financiamentos se deve, em grande parte, aos desafios enfrentados pela seca na região, que resultou na morte de animais e aumento nos

custos de insumos e sementes. Além disso, também relataram que os preços de comercialização frequentemente não atenderam suas expectativas, com valores baixos durante a venda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou identificar a percepção de produtores rurais da região de Tangará da Serra (MT) acerca do acesso e disponibilidade do crédito rural, e impactos no que tange à inadimplência do meio rural. Neste sentido, considera-se que tal objetivo foi alcançado, uma vez que demonstrou a evolução dos recursos financeiros disponibilizados ao crédito rural, identificou o perfil dos produtores rurais bem como o perfil da propriedade rural e averiguou ainda a percepção dos produtores rurais acerca das políticas de crédito disponibilizadas no âmbito rural, detectando as dificuldades do acesso até a liquidação do crédito rural e possíveis causas de inadimplência.

Com o avanço do setor rural foram estabelecidas estratégias voltadas para a produção agropecuária, como o crédito rural. Nesse sentido, percebe-se uma crescente evolução de recursos direcionados ao setor. Contudo os resultados identificaram uma insatisfação dos produtores rurais quanto aos incentivos que o Governo Federal tem revertido em prol da agropecuária. Identificou-se que a modalidade mais optada pelos produtores é o custeio, pois a finalidade é suprir as despesas relativas ao ciclo produtivo.

Os resultados evidenciaram ainda a relevância das instituições financeira no apoio ao produtor, mesmo que identificado dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito rural, como: garantias e burocracia para reunir as documentações exigidas.

O acesso ao crédito resulta no desenvolvimento da atividade e por consequência a qualidade de vida dos envolvidos. No entanto, os produtores enfrentam desafios como o cumprimento dos prazos e taxas do crédito tomados, devido à instabilidade do setor, evidenciado quando 70% percebem os prazos de pagamento como "Regulares" e quando 50% as classificam as taxas de juros como "Altas". Por outro lado, a inadimplência pode estar relacionada a má gestão do crédito, como apontado por Oliveira, Oliveira e Pauli (2018).

A inadimplência também pode estar associada a diversos fatores, incluindo problemas produtivos, de comercialização e institucionais como: condições climáticas adversas, elevado custo de produção, infestação por pragas, preços de venda insatisfatórios, dificuldades de transporte da produção, obstáculos no comércio local e as condições de crédito disponíveis.

Diante disso conclui-se que além das políticas públicas que incentivam a tomada de crédito, o setor financeiro e os órgãos responsáveis precisam se adaptar e capacitar as instituições. Além disso, faz-se necessário o apoio do Governo Federal por meio de linhas de crédito com juros mais acessíveis e prazos flexíveis, que atendam às demandas dos produtores.

A pesquisa apresentou como limitação uma resistência dos agricultores da região em fornecer dados significativos, o que impossibilitou que a investigação alcançasse a profundidade necessária para explorar a temática e obter resultados mais conclusivos. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo investigativo, explorando dados em outras localidades com realidades diversas de produtores rurais. Além disso, é importante buscar a colaboração de instituições inseridas no meio rural para facilitar a divulgação da pesquisa e o processo de coleta de dados. Isso se deve ao fato de que a relação com o produtor rural se fundamenta na confiança; assim, ao serem abordados por pessoas conhecidas, tendem a oferecer respostas mais sinceras e relevantes, o que enriquece a profundidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGRO ESTADÃO. **PIB: Qual é a importância do agronegócio na economia do Brasil**. 2023 Disponível em: <https://agro.estadao.com.br/summit-agro/pib-qual-e-a-importancia-do-agro-negocio-na-economia-do-brasil>. Acesso em: 02 junho 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Manual do Crédito Rural - MCR**- <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BANCO DO BRASIL. **Revista de Política Agrícola - Evolução histórica do crédito rural**, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/2000-a-2016/revista-de-politica-agricola-n4-2004.pdf>. Acesso em: 28 abril 2024.

BARROS, Wellington Pacheco. **O contrato e os títulos de crédito rural**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001**. Constituição da República Federativa do Brasil de 2001. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3991.htm. Acesso em: 02 junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm. Acesso em 28 abr. 2024.

BREITENBACH, Raquel. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 2, n. 2, Maio/Ago. 2014. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/1160/753>. Acesso em 28 abr. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. CNA –

Boletim Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro. 2023. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Boletim%20Mercado%20de%20Trabalho%20do%20Agronegocio%20-%204T2023.pdf>. Acessado em: 02/06/2024.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 3-58, 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237/200>. Acesso em 28 abril 2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. **Guia do crédito rural 2018.** Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/guia-do-credito-rural>. Acesso em: 02 junho de 2024

COPETTI, Lúcia Daiane. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural:** o caso do PRONAF - crédito no município de Alegria – RS - Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15638>. Acesso em: 10 mar. 2024.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo, Atlas, 2003.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL. **Plano Safra 2023/2024: o que é e como funciona.** 2023. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/planosafra/#:~:text=Para%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%202023%2F2024,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20plano%20anterior>. Acesso: 28 abril 2024.

DIAS, Thyena Karen Magalhães; SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; COSTA, Edward Martins; KHAN, Ahmad Saeed. O impacto da posse da terra do agricultor familiar sobre o acesso ao crédito rural. **Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 58, p. 33-71, abr./jun. 2021.** Disponível Em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62585>. Acesso em: 10 mar. 2024

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA - **Políticas públicas para a agricultura familiar** – 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 22 maio 2024

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Trajetória da agricultura brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em 02 junho de 2024.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – EMDRAGO - CAF – **Cadastro Nacional da Agricultura Família**. Disponível em: <https://emdagro.se.gov.br/caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familia/>. Acessado em 02 junho 2024

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL - EMPAER - **Apoio da Empaer garante R\$ 214 milhões em crédito a produtores familiares de Mato Grosso**. 2024. Disponível em: <https://www.empaer.mt.gov.br/-/assist%C3%A2ncia-do-governo-de-mt-garante-r-214-milh%C3%B5es-em-cr%C3%A9dito-rural-a-agricultores-familiares>. Acesso em 05 Out. 2024.

EUSÉBIO, Gabriela dos Santos; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Uma Análise do Acesso ao Crédito Rural para as Unidades Produtivas Agropecuárias do Estado de São Paulo – **LUPA, Planejamento E Políticas Públicas**, (38). 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/178>. Acesso em 26 fev. 2024.

FREITAS, André Marcelo Pereira; BRISOLA, Marlon Vinícius. Fundos garantidores como alternativas de acesso ao crédito rural. **Revista de Economia e Agronegócio**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 153–176, 2018. DOI: 10.25070/rea.v16i2.569. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/7843>. Acesso em: 10 mar. 2024.

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. 2010. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf>. Acessado em: 28 maio de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Último Censo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/tangara-da-serra/panorama>. 2022. (Tangará da Serra). Acesso em 10 jun. de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Desempenho E Crescimento Do Agronegócio No Brasil**. 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5355317/mod_resource/content/1/Gasques%20%282004%29.pdf. Acesso em 02 junho de 2024.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática**. Curitiba: Intersaberes, 2014. 193p.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6ª.ed. Editora Bookman, 2001.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MALAFAIA, G. C.; AZEVEDO, D. B. de; PEREIRA, M. de A.; MATIAS, M. J. de A.

A sustentabilidade na cadeia produtiva da pecuária de corte brasileira. In: BUNGENSTAB, D. J.; ALMEIDA, R. G. de; LAURA, V. A.; BALBINO, L. C.; FERREIRA, A. D. (Ed.). ILPF: inovação com integração de lavoura, pecuária e floresta. Brasília, DF: Embrapa, 2019. 835 p. p. 117-130. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/202688/1/A-sustentabilidade-na-cadeia-produtiva.pdf>. Acesso: 04 Out. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Portaria Sap/Mapa nº 387, de 9 de Setembro de 2021.** Dispõe sobre a proibição da captura, transporte e comercialização da espécie *Gramma brasiliensis*, com finalidade ornamental e de aquariofilia, em todo o território brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/principais-recursos-pesqueiros/ornamentais-1/lista-oficial-do-ministerio-da-pesca-e-aquicultura.pdf>. Acesso em 16 junho de 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Valor da Produção Agropecuária fecha 2022 em R\$ 1,189 trilhão, 2023 – Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-fecha-2022-em-r-1-189-trilhao>. Acesso em 16 junho de 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Valor da Produção Agropecuária fecha 2022 em R\$ 1,189 trilhão, 2023 – Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-fecha-2022-em-r-1-189-trilhao>. Acesso em 16 junho de 2024.

MIRANDA, Maria Bernardete. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MONTEIRO, Regina Celia. Impacto da legislação ambiental sobre operações de crédito rural no município de Marilandia-ES. **Monografia**. 2023. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/impacto-legislacao-ambiental-sobre-operacoes-credito-rural-no.htm>. Acessada em: 16 junho de 2024.

MORAIS, Ezequiel; BERNARDINO, Diogo. **Contratos de crédito bancário e de crédito rural: questões polêmicas**. São Paulo: Método, 2010.

NOE, Heraclito Higor. **Alongamento do Crédito Rural após alterações do MCR**. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/alongamento-do-credito-rural-apos-alteracoes-do-mcr/1234966046>. Acesso em 27 abril 2024.

OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de; OLIVEIRA, Lidiane Binello de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. Disponibilidade e acesso ao crédito rural: a percepção dos produtores rurais do município de São Pedro das Missões (RS). **SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 22, n. 1, p. 51–64. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/7748>. Acesso em 17 jan. 2024.

OSENI; I. O.; BABALOLA, A. D.; ADESOYE, B. A. Agricultural credit policy as a panacea for sustainable food Production in Nigeria: evidence from Ogun State. *Journal of Economics and Business*, v. 69, n. 1-2, p. 18-29, 2019. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/download/4161/3483/15618#:~:text=Segundo%20Linh%20et%20al.,%2C%20consequentemente%2C%20redu%20a%20da%20pobreza>. Acesso em 17 jan. 2024.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Trad. Elizabeth Maria de Pinto Braga. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 1989. Acessado em 02 junho de 2024. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -PRONAF. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 28/05/2024.

SANTOS, Sandra Nogueira. **Análise Das Restrições De Acesso Ao Crédito Rural Para Produtores Rurais Assentados No Município De Mirandópolis – SP**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8ff8042c-8945-46c1-84f2-0971d47c0e96/content>. Acesso em 15 out. 2024.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SENADO FEDERAL. **CRA adia pagamento de dívidas rurais em áreas de emergência climática**. Agência do Senado em 10 abril 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/10/cra-adia-pagamento-de-dividas-rurais-em-areas-de-emergencia-climatica>. Acessado em: 14 abril 2024.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. LED/UFSC. Florianópolis, 2000.

SILVA, Matheus Júlio Guedes da ALMEIDA, Ueliton Oliveira - **Identificação dos principais obstáculos do acesso ao crédito rural pelo produtor rural a partir da Fundação do Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Agronomia, apresentado a Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifaema.edu.br/jspui/handle/123456789/3039>. Acesso em 26 fev. 2024.

SOUZA, Julia Alvez; SILVA, Roberta Aparecida. **Impactos Causados Pelo Crédito Rural: A Percepção Dos Produtores Rurais Do Município De Durandé - MG**. 2014. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1030>. Acesso em 15 out. 2024.

WAHLBRINCK, Joana. As contribuições do crédito rural na geração de renda e qualidade de vida dos produtores rurais de Imigrante-RS. 2017. **Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado**, 09 jun. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1772>. Acesso em 26 fev. 2024.

25 ANOS DA LRF: UMA ANÁLISE TEMPORAL DOS IMPACTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE NOS ESTADOS DO CENTRO-OESTE

Douglas Viana
Roberto Sergio do Nascimento
FRANCISCO FELIPE RAMOS RODRIGUES LIMA

Resumo

Este artigo analisa os efeitos da LRF na gestão fiscal de Goiás e Mato Grosso do Sul, estados da região Centro-Oeste, ao longo de seus 25 anos de vigência, destacando avanços, limitações e desafios persistentes. A metodologia é quantitativa, com uso de séries temporais, estatísticas descritivas, testes de normalidade, correlação de Spearman e análise fatorial exploratória, a partir de dados dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO), entre 2000 e 2024. Os resultados mostram que o crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL) foi decisivo para melhorar indicadores como a redução proporcional do endividamento, a estabilidade dos gastos com pessoal e o fortalecimento dos investimentos sociais. A análise fatorial revelou fatores distintos: em Goiás, sobressaíram solvência fiscal, oscilação de resultados e trade-off entre folha salarial e educação; em Mato Grosso do Sul, destacaram-se receita vinculada ao investimento social, eficiência arrecadatória e pressões de despesas obrigatórias. Conclui-se que a LRF reforçou accountability e sustentabilidade fiscal, mas ainda exige modernização das finanças públicas.

Linha temática: Contabilidade e Finanças Públicas e Terceiro Setor.

Palavras-Chave: LRF; indicadores fiscais; accountability; análise fatorial.

1. Introdução

A região Centro-Oeste é considerada, segundo Figueiredo et al. (2025), a mais dinâmica do país. Além de abrigar a sede administrativa da União, no Distrito Federal, o forte impulso do agronegócio — voltado principalmente para as exportações — tem desempenhado papel central no acelerado desenvolvimento regional nas últimas décadas.

O Censo Demográfico de 2022 evidencia o crescimento da região Centro-Oeste nas últimas décadas, que conta atualmente com aproximadamente 16 milhões de habitantes distribuídos em cerca de 7 milhões de domicílios. A maior parte da população (91%) encontra-se em áreas urbanas, o que reflete em maior acesso a serviços e infraestrutura, especialmente na área da educação. Segundo o IBGE (2022), aproximadamente 94% da população é alfabetizada e apenas 29,5% não concluiu o ensino básico.

No campo econômico, a região abriga dois dos estados mais ricos do país: Goiás e Mato Grosso. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022), esses estados somaram, juntos, um produto interno bruto superior a R\$ 517 bilhões em 2022, destacando a relevância da região no cenário nacional.

Diante disso, o problema de pesquisa consiste em analisar qual o comportamento fiscal dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul ao longo dos últimos 25 anos da LRF? Tais estados, encontrados na região centro-oeste brasileira, têm gerido suas finanças públicas ao longo dos 25 anos de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, à luz dos demonstrativos fiscais exigidos pela lei complementar nº 101 de 2000.

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar o comportamento fiscal dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul quanto à aplicação das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal ao longo de seus 25 anos de vigência a partir dos seus demonstrativos fiscais.

Como objetivos específicos, propõe-se a) identificar indicadores fiscais com melhores e piores desempenhos ao longo dos 25 anos de vigência da LRF; b) realizar comparação entre os estados estudados; c) identificar o comportamento deles em relação aos indicadores de educação, saúde e pessoal.

O trabalho se justifica em termos acadêmicos devido a inovação do estudo em avaliar estados de uma das regiões mais ricas do país em termos de responsabilidade fiscal justamente quando a LRF completa seus 25 anos a partir de uma análise fatorial. O despertar da pesquisa pode subsidiar dados para gestores, tribunais de contas bem como para a população a partir da análise temporal obtida no período estudado quanto à dinâmica socioeconômica dos estados pesquisados.

Outro ponto relevante diz respeito à capacidade dos dados analisados em fomentar discussões sobre a aplicação dos recursos públicos pelos gestores. Assim, os resultados desta pesquisa poderão subsidiar propostas de aprimoramento na alocação dos investimentos públicos, além de servir como instrumento de consulta para a população avaliar a atuação dos gestores públicos e cobrar maior eficiência e transparência na gestão fiscal.

No tocante aos processos metodológicos para o enriquecimento desta pesquisa foi utilizada a Análise Fatorial (AF). Ela é utilizada nos processos de investigação nos casos que as relações com grandes variáveis são passíveis de serem sintetizadas em um conjunto de fatores. Para Matos e Rodrigues (2019), ao invés de atuar somente com um processo de regressão múltipla de forma isolada com variáveis dependentes e independentes, na AF cada variável é explicada pelas demais.

Ademais, além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções: a seguir, apresenta-se a revisão de literatura, com os fundamentos teóricos sobre gestão fiscal e a LRF; em seguida, a metodologia detalha os procedimentos técnicos e estatísticos utilizados; na sequência, são discutidos os principais resultados com base nos indicadores analisados; por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações para futuras pesquisas.

2. Revisão da Literatura

A gestão fiscal dos recursos públicos é um elemento essencial para garantir a sustentabilidade financeira e a prestação eficiente de serviços à sociedade. A boa condução das finanças públicas permite que os direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 sejam assegurados aos cidadãos, sendo a gestão fiscal um instrumento para materializar os princípios constitucionais da eficiência, legalidade e moralidade.

2.1 A LRF como Instrumento de Accountability Fiscal

O papel que a Administração Pública desempenha na gestão do orçamento público é indispensável para garantir que os direitos básicos estabelecidos na Constituição sejam garantidos aos cidadãos (Brasil, 1988). Nesse contexto, levando-se em conta que a gestão pública deve agir de forma clara e publicizar seus atos, o legislador entendeu, assim, ser necessário melhorar a responsabilidade fiscal dos agentes, quer eles se encontrem na União, nos Estados, municípios ou DF.

O debate sobre o desequilíbrio fiscal tem se intensificado, especialmente em momentos de crise econômica, exigindo que o Estado promova ajustes na estrutura tributária e na dinâmica da gestão pública. Nesse contexto, torna-se indispensável adotar medidas que conciliem responsabilidade fiscal com políticas de estímulo ao crescimento econômico e à inclusão social. (Nascimento et.al, 2020).

Exemplo recente dessa necessidade pode ser observado na aprovação da Reforma Tributária (EC nº 132/2023) e nas medidas de contenção de despesas, como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs um teto aos gastos públicos. Tal desequilíbrio não permite que a equação receitas menos despesas resulte em superávit orçamentário, provocando, dessa forma, o surgimento de novas dívidas atreladas ao capital de giro da máquina pública.

Outro ponto a ser destacado é o grau de transparência que os demonstrativos fiscais da LRF transmitem aos usuários das demonstrações financeiras públicas. Na verdade, estados com maior grau de transparência estatisticamente possuem melhores níveis de educação, saúde, emprego e renda (Zuccolotto e Teixeira, 2014, tradução nossa).

Desta forma, o engajamento social e a prestação de contas por partes dos governantes juntamente com o monitoramento contínuo da sociedade permitem que os estados evoluam para reduzir as assimetrias informacionais e aproximem os cidadãos das políticas públicas adotadas.

Contudo, parte da literatura afirma que em virtude dos seus fundamentos e objetivos, a LRF tem desencadeado o argumento político que seus limites têm impedido o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a áreas como saúde, educação ou mesmo gastos com pessoal (Medeiros et. al, 2017). Ainda assim, os limites máximos de despesa estabelecidos visam garantir que o mesmo tratamento conferido pela união seja distribuído aos cidadãos por estados e municípios.

Segundo Walraven et al. (2020), os gestores públicos estão utilizando a auditoria contábil como ferramenta para assegurar a confiabilidade e exame dos demonstrativos fiscais como meio crucial para coibir a existência de desperdícios, negligência bem como garantir que os benefícios sociais promovidos pela ação estatal atinjam seus objetivos.

De acordo com Lunetta (2024), a política fiscal deve equilibrar três funções primordiais: alocativa, distributiva e estabilizadora, sendo estas intensamente impactadas em períodos de crise. No contexto da pandemia, por exemplo, a covid-19 provocou quedas na arrecadação tributária e aumentou a demanda por gastos emergenciais, como assistência social e investimentos na saúde pública.

A análise da gestão fiscal, portanto, torna-se fundamental para compreender não apenas o cumprimento de regras fiscais, mas também a capacidade dos entes federativos de manterem a sustentabilidade financeira em cenários adversos. Embora trabalhos anteriores já tenham investigado a situação fiscal de estados do Sudeste e do Nordeste (Mota, 2025); (Camargo, 2025); (Ribeiro, 2025); (Aranibar, 2025), a realidade do Centro-Oeste brasileiro ainda é pouco explorada, principalmente no que se refere à evolução dos indicadores fiscais e à adequação dos entes às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) após 25 anos de sua vigência.

Por outro lado, Maciel et al. (2021) apontam dificuldades na avaliação do impacto da LRF em municípios do Sul do Brasil, por exemplo, especialmente pela inconsistência das informações e excesso de dados não padronizados.

2.2 Planejamento orçamentário e aplicações da LRF

Entre outras premissas, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a existência de limites legais. Dentre eles, face à relevância e representatividade do gasto no orçamento público, destaca-se os gastos com pessoal. Nesse contexto, Foltz (2024) esclareceu que ponderar o indicador fiscal com o nível educacional da população é algo diretamente intrínseco tendo em vista a estrutura e qualificação da população com posterior impacto na prestação e fornecimento de bens e serviços do poder público.

Sob o ponto de vista político, outra vertente que foi abordada por Barbosa et al (2019) é a relação existente entre a gestão fiscal e a ideologia partidária. Segundo os autores, ao avaliar, no caso, o estado de Minas Gerais nos anos de 2002 a 2018, mesmo em governos de direita ou esquerda com políticas públicas voltadas para o enxugamento de despesas públicas ou para alavancagem da máquina pública e atuação estatal, o estado mineiro conviveu com sucessivos anos de déficit fiscal.

Tais fatos comprovam a necessidade de reavaliar os gastos públicos, além do seu papel na sustentabilidade financeira dos entes financeiros, em especial, aqueles que estão em situações alarmantes de calamidade financeira. Para Arais (2019), essa situação fiscal aponta a ausência de políticas de controle e de responsabilização. O plano de ação tomado pela União nesses casos envolvia um plano de recuperação com ações claras e a necessidade de constante acompanhamento pelos gestores.

Ademais, é válido ressaltar que a divulgação dos orçamentos fiscais periódicos permite a análise comparativa e performance administrativa, em destaque, nas áreas tidas de forma prioritária da população, como o quesito segurança pública. A inadequada aplicação dos recursos públicos neste cenário sinaliza a ausência de robustez nas ações de combate ao crime quando comparadas com os recursos aplicados em sua respectiva área, conforme dito por Costa (2021).

Um cenário que é constante para a administração das contas públicas é a herança da dívida pública que percorre o exercício orçamentário da União e seus federados. Parreiras (2008) lembrou que o estado brasileiro ainda nos anos 2000 não concluiu conforme sua expectativa a transição monetária com a mudança ocasionada pelo Plano Real. No caso brasileiro, isso significa que para controlar a taxa de juros o governo aposta em uma estrutura de governo voltada para a arrecadação provocando um crescimento expressivo na arrecadação ano após ano.

Acerca da efetividade do uso da LRF como norteador dos gastos públicos, o trabalho de Santos et. al (2016) destacou que há uma tendência de mudança nos gastos com pessoal após a implantação do

regramento da LC nº 101 de 2000. Tal medida afeta, por conseguinte, diretamente nos investimentos públicos que podem ser potencializados por meio da realocação dos recursos.

Outra ótica passível de análise quanto à condição financeira dos estados brasileiros possível de ser feita através dos indicadores fiscais calculados por meio da LRF diz respeito a capacidade de geração e controle do fluxo de caixa.

De acordo com Miranda et. al (2018), o grau de endividamento nos estados tem por consequência o desembolso com juros e amortizações da dívida e por conseguinte, a postergação de despesas, reduzindo, assim, a capacidade de realização de investimentos dos estados e aumentando a dependência de aportes de recursos da União.

Segundo a hipótese testada por Silva e Crisóstomo (2019), sob o ponto de vista de ordem municipal testado, nos municípios cearenses entre 2007 e 2013, verificou-se que a gestão fiscal e a eficiência dos gestores públicos foram fundamentais para agregar na evolução econômica dos 184 municípios cearenses estudados.

Apesar de compreender a importância e a relevância das demonstrações fiscais, outro ponto sobre o qual deve ser discutido envolve a forma de veiculação dessas informações.

Para Leite Filho et. al (2014), mesmo a grande maioria dos municípios de Minas Gerais, por exemplo, divulgando o seu plano de governo através da Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as informações nem sempre são dispostas de forma íntegra e disponíveis na Web. Isso aponta para a necessidade de investigação dos níveis de disclosure dos municípios e por conseguinte, dos seus estados.

2.3 Estudos Anteriores

Diversas pesquisas analisaram a aplicação da LRF em diferentes contextos regionais e temporais. Abaixo, listou-se algumas das principais que foram consideradas para o exame dessa pesquisa.

Quadro 01- Estudos Anteriores

Autor/Ano	Objetivo Geral	Método	Resultados
Medeiros et. al, 2018	Analisar a tendência temporal do indicador de despesas com pessoal e a correlação entre este e o perfil de gastos com pessoal da saúde, a capacidade de arrecadação e a situação de dependência, no período de 2004 a 2009.	Série Temporal	Correção entre os indicadores de despesa com pessoal, mediana das séries históricas, análise de tendência linear dos indicadores de despesa total com pessoal e a capacidade de arrecadação do município.
Ribeiro et al. (2024)	Analisar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, desagregados em três categorias – municípios que cumpriram o teto da	Modelo econométrico	Municípios que respeitam os limites da LRF tendem a reduzir a sua estrutura com a

	folha de pagamento;		administração pública.
Cruz et al. (2018)	Verificar o papel da LRF na dinâmica da gestão fiscal do Rio de Janeiro e na sustentabilidade da dívida pública estadual no período de 2001 a 2017	Abordagem quantitativa sob a ótica dos parâmetros da LRF	Conclui-se que, embora a LRF tenha desempenhado um papel disciplinador na gestão das finanças do estado do Rio de Janeiro até meados de 2012, a legislação não limitou a má gestão dos recursos e não foi suficiente para evitar a insustentabilidade fiscal instalada no estado a partir de 2014.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os estudos de Medeiros et al. (2018) e Ribeiro et al. (2024) evidenciaram a relevância da LRF como instrumento de controle da despesa com pessoal e de ajuste estrutural nos entes subnacionais. Esses achados dialogam com o presente artigo ao reforçar que o cumprimento dos limites legais impacta diretamente a sustentabilidade fiscal dos estados.

Cruz et al. (2018) destacou a limitação da LRF frente à má gestão e crises fiscais prolongadas, como ocorreu no Rio de Janeiro. Tal constatação contribui para o debate proposto neste trabalho ao indicar que, embora eficaz em cenários de normalidade, a LRF carece de mecanismos mais robustos para lidar com contextos de colapso fiscal.

Apesar da riqueza de abordagens, ainda há uma lacuna quanto à avaliação da LRF na região Centro-Oeste, principalmente em estudos que associem os dados fiscais a indicadores sociais e econômicos. Essa ausência justifica a importância de pesquisas como a presente, que visam preencher esse espaço analítico.

3. Materiais e Métodos

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa e documental. Segundo Gil (2022), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis, enquanto a exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

A base empírica do estudo é composta pelos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e pelos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) de somente dois estados da região Centro-Oeste: Goiás e Mato Grosso do Sul. Sobre os demais estados, a ausência de alguns valores impossibilitou o uso da técnica da análise fatorial e prejudica o cálculo das correlações, sendo tal situação, um limitante para alcançar os objetivos dessa pesquisa.

Acerca disso, com relação ao recorte temporal, destaca-se que para Goiás o período selecionado abrange os anos de 2014 a 2024. Isso permitiu observar a evolução dos indicadores ao longo de 11 anos recentes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Já para o estado do Mato Grosso do Sul, considerando a disponibilidade dos dados dos indicadores já mencionados, foi possível ampliar a base de dados considerando o período de 2006 a 2024, possibilitando, dessa forma, que as conclusões encontradas pudessem contemplar outros lapsos temporais da gestão dos recursos públicos do ente federado.

A população da pesquisa compreende todos os entes federativos brasileiros, porém a amostra é intencional, composta especificamente pelos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Essa delimitação justifica-se por dois fatores principais: (i) a relevância econômica da região, com destaque para o papel estratégico do agronegócio e sua expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional; e (ii) a escassez de estudos empíricos voltados à análise da adesão desses estados à LRF, em contraste com regiões mais amplamente estudadas, como o Sudeste e o Nordeste.

A coleta de dados envolveu a extração de nove indicadores fiscais, selecionados com base em sua capacidade de mensurar as principais dimensões da responsabilidade fiscal: Receita Corrente Líquida (RCL), Dívida Consolidada Líquida (DCL), Resultado Primário, Resultado Nominal, Gastos com Educação, Gastos com Saúde, Despesas com Pessoal, Operações de Crédito e Restos a Pagar.

O tratamento dos dados foi conduzido por meio de análises de séries temporais, estatísticas descritivas, teste de normalidade de Shapiro-Wilk e análise de correlação de Spearman. Em seguida, foi aplicada a Análise Fatorial (AF), com o objetivo de sintetizar a estrutura de relações entre os indicadores fiscais e identificar fatores latentes que explicam a dinâmica da gestão fiscal nos estados analisados. A operacionalização foi realizada por meio dos softwares R e Factor, garantindo robustez analítica e reprodutibilidade da pesquisa.

A Análise Fatorial é uma técnica estatística multivariada utilizada para identificar estruturas latentes em um conjunto de variáveis inter-relacionadas, permitindo a redução da complexidade dos dados sem perda substancial de informação.

Conforme Hair et al. (2009), essa técnica é apropriada quando se deseja revelar padrões comuns entre variáveis que compartilham variância. Para sua aplicação, é fundamental verificar a existência de correlações significativas entre os indicadores, por meio da matriz de correlação (matriz R).

De acordo com Matos e Rodrigues (2019), a premissa da análise fatorial repousa na expectativa de que, entre variáveis inter-relacionadas, existam itens com maior grau de proximidade, os quais podem ser agrupados em dimensões comuns.

O procedimento metodológico seguiu as etapas recomendadas pela literatura. A partir do conjunto de indicadores já descrito, foi elaborada a matriz de correlação. Em seguida, testou-se a adequação da amostra à AF por meio do teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,05$) e do índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), cujos resultados foram satisfatórios ($KMO > 0,6$).

A extração dos fatores foi realizada pelo método dos componentes principais. Foi utilizado o critério de Kaiser (autovalores superiores a 1) como modelo para as medidas, seguido da aplicação da rotação ortogonal Varimax, com o intuito de facilitar a interpretação dos fatores extraídos.

A análise resultou na identificação de três fatores distintos tanto para Goiás quanto para Mato Grosso do Sul. Em Goiás, os três fatores extraídos explicaram conjuntamente 88,0% da variância total dos dados, enquanto em Mato Grosso do Sul essa proporção foi ainda maior, atingindo 91,2%.

A estrutura fatorial encontrada permitiu evidenciar dimensões ocultas da gestão fiscal, como esforço fiscal, rigidez orçamentária e capacidade de endividamento, as quais contribuíram para uma interpretação mais aprofundada da sustentabilidade fiscal nos entes estudados.

4. Resultados

No desenvolvimento da presente pesquisa, embora inicialmente tenham sido selecionadas quatro unidades federativas da região Centro-Oeste do Brasil, apenas dois estados, Mato Grosso e Goiás, apresentaram séries históricas consistentes e estatisticamente confiáveis restringindo-se o período nos anos de 2014 a 2024 para o estado de Goiás e 2006 a 2024 para o estado do Mato Grosso do Sul.

No entanto, as demais unidades revelaram distorções significativas nos dados, interrupções na publicação de demonstrativos e alterações metodológicas que comprometeram a comparabilidade e a robustez das análises. Segundo Severino (2018), é comum que, em estudos empíricos de natureza quantitativa, haja a necessidade de readequação da amostra ou da abrangência da investigação, em razão de limitações inerentes à disponibilidade, à qualidade ou à fidedignidade das fontes de dados.

4.1 Goiás

A análise longitudinal dos indicadores fiscais do Estado de Goiás, no período de 2014 a 2024, revela uma trajetória marcada por picos extraordinários e fases de contenção, refletindo os ciclos econômicos, políticas públicas e choques externos (como a pandemia de COVID-19). No tocante aos investimentos constitucionais mínimos, tanto educação quanto saúde apresentaram relativa estabilidade ao longo da série.

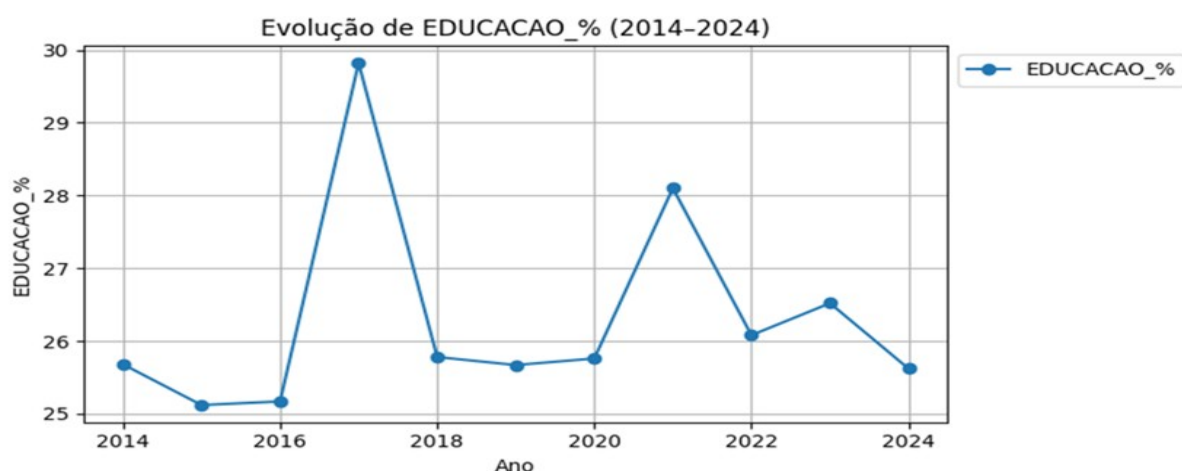


Figura 01 - Evolução Gastos com Educação

A aplicação em educação oscilou entre 25% e 28%, com dois saltos relevantes em 2017 e 2021, que podem ser atribuídos a investimentos pontuais ou pagamentos extraordinários. A partir de 2022, nota-se uma tendência de retração, com o percentual atingindo 25,62% em 2024, próximo ao mínimo constitucional. Os gastos em saúde, por sua vez, cresceram de forma contínua desde 2019, atingindo 14,31% em 2024, impulsionados pela elevação das receitas correntes e pelas demandas pós-pandêmicas.

A Receita Corrente Líquida (RCL) apresentou crescimento nominal expressivo, saindo de R\$ 15,7 bilhões em 2014 para R\$ 42,3 bilhões em 2024 — uma expansão de aproximadamente 169%, com destaque para os anos de 2020 a 2022, quando o aumento acumulado foi de cerca de 40%, como podem ser vistos na figura 03 abaixo.

Tal crescimento, embora positivo, provocou efeitos colaterais na interpretação de outros indicadores, como a Dívida Consolidada Líquida (DCL), que caiu de 100% para 24% da RCL no período. Essa queda é majoritariamente explicada pelo chamado “efeito denominador”, em que o aumento da base de cálculo (RCL) reduz artificialmente a proporção do endividamento, sem necessariamente indicar amortizações efetivas.

Os resultados fiscais — primário e nominal — apresentaram elevada volatilidade, com variações percentuais extremas (como -12.182% em 2021 e +7.991% em 2018 no resultado primário), sugerindo forte influência de receitas extraordinárias, gastos emergenciais e ajustes contábeis pontuais. Em 2024, por exemplo, mesmo com um superávit primário elevado (+1.189%), o resultado nominal foi negativo (-149%). Isso permitiu evidenciar que o custo da dívida compromete parte relevante da arrecadação.

Já as despesas com pessoal oscilaram entre 39% e 49% da RCL, mantendo-se abaixo do limite legal (60%), com tendência de queda desde 2019. Esse ponto indica haver indícios de realidade relacionada à contenção salarial, ao congelamento de vínculos ou à substituição do quadro de servidores permanentes.

As operações de crédito exibiram comportamento descendente até 2020, com pico isolado em 2021 (16% da RCL), possivelmente relacionado a financiamento emergencial durante a pandemia. A partir de 2023, o indicador é zerado, indicando maior autonomia fiscal ou restrições legais à contratação de novas dívidas.

Quanto aos restos a pagar, observou-se redução progressiva até 2020, com um salto abrupto em 2021 (R\$ 2,93 bilhões), compatível com gargalos administrativos e adiamento de compromissos durante a crise sanitária, retornando a patamares mínimos em 2024 (R\$ 455 milhões).

Já os resultados fiscais (primário e nominal), operações de crédito e restos a pagar evidenciaram coeficientes de variação elevados, acima de 100%. Tal ponto caracteriza alta imprevisibilidade e risco de governança.

Quadro 02- Teste de Normalidade Shapiro-Wilk

Indicador	Statistic	p_value	Normal
EDUCACAO_%	0,742327	0,001651055	FALSO
SAUDE_%	0,82768	0,02176298	FALSO
RCL_R\$	0,914807	0,2777297	VERDADEIRO
RES_PRIM_ANUAL_%	0,729695	0,001131283	FALSO
RES_NOM_ANUAL_%	0,4709	6,78249E-07	FALSO

PESSOAL_%	0,962338	0,8004842	VERDADEIRO
DCL_%	0,83654	0,02844861	FALSO
OP_CRED_%	0,741849	0,00162758	FALSO
RESTOS_A_PAGAR_R\$	0,733027	0,001249765	FALSO

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

O teste de normalidade de Shapiro-Wilk demonstrou que a maioria dos indicadores não segue uma distribuição normal, resultado de variações abruptas, eventos não recorrentes e pressões fiscais atípicas. A RCL apresentou variabilidade moderada com Coeficiente de Variação ($CV \approx 34\%$), ao passo que despesas obrigatórias, como educação e saúde, apresentaram baixa volatilidade ($CV < 10\%$), sinalizando estabilidade relativa.

Por outro lado, a correlação negativa entre os percentuais de gasto com pessoal e investimento em educação (-0,75) evidencia a existência de um trade-off orçamentário: quando a folha de pagamento consome parcela significativa da Receita Corrente Líquida, o espaço fiscal para a educação tende a ser comprimido.

A análise de correlação entre os indicadores fiscais de Goiás revelou relações estatisticamente fortes que ajudam a explicar a dinâmica da gestão ao longo do período. O método de correlação de Spearman confirmou as relações esperadas: correlação positiva entre RCL e Saúde (0,94); correlação negativa entre RCL e DCL (-0,99); e correlação negativa entre Pessoal e Educação (-0,75), o que sustenta a interpretação dos fatores extraídos.

A correlação positiva entre Saúde (%) e RCL (0,94) demonstra que o aumento dos investimentos na área da saúde decorreu principalmente da expansão da arrecadação, e não de endividamento.

Essa constatação é reforçada pela correlação negativa quase perfeita entre RCL e DCL (-0,99), indicando que a redução do endividamento relativo foi provocada majoritariamente pelo crescimento da receita, e não necessariamente por amortizações ativas. O vínculo negativo entre Saúde (%) e DCL (-0,92) sugere que o fortalecimento fiscal abriu margem para maior gasto social, em especial com saúde pública.

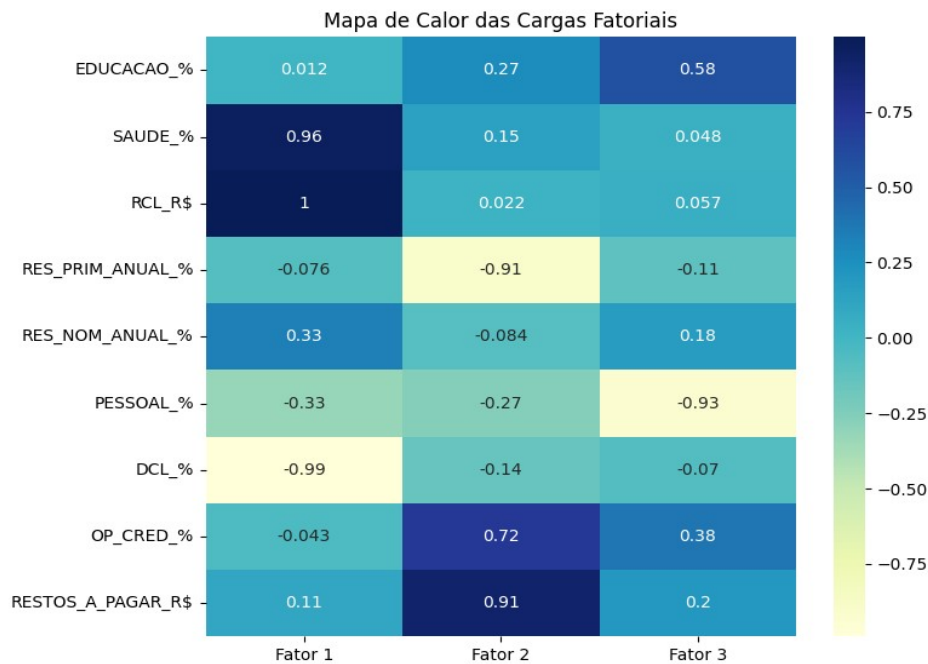


Figura 01 – Mapa de calor das cargas fatoriais do estado de Goiás.
Fonte: elaborado no sistema Factor (2025).

Para facilitar a interpretação e a análise visual da estrutura fatorial, foi construído o mapa de calor com base na matriz de cargas, destacando em gradação de cores os valores mais relevantes. Essa abordagem gráfica reforça a robustez dos agrupamentos e facilita a identificação dos indicadores que melhor explicam cada fator, oferecendo uma leitura mais acessível das relações estatísticas subjacentes.

Complementando a análise, a aplicação da Análise Fatorial identificou três dimensões latentes da gestão fiscal goiana, como pode ser visto na figura 08. As cargas mais altas (positivas ou negativas) indicam maior representatividade da variável no fator correspondente.

A Análise Fatorial aplicada aos dados de Goiás revelou três fatores principais, que juntos explicam aproximadamente 88% da variância total, conforme apresentado no quadro 03.

Quadro 03- Análise fatorial estado de Goiás

Fonte:

Fator	Tipo	%	Análise
Fator 1	Capacidade de Receita e Solvência Fiscal	38,2	Engloba RCL, DCL e gastos com Saúde. Esse fator indica que o fortalecimento da arrecadação influenciou positivamente a redução da dívida e permitiu maior investimento em saúde pública.

Elaborado pelos autores, 2025.

Fator 2	Oscilações Fiscais e Endividamento Temporário	31,7	Composto por Resultado Primário, Operações de Crédito e Restos a Pagar. Este fator reflete a influência de déficits pontuais e da necessidade de financiamento extraordinário.
Fator 3	Pressão da Folha e <i>Tradeoff</i> com Educação	18,1	Contrapõe gastos com pessoal e investimentos em Educação, indicando que a rigidez da folha limita a capacidade de investimento em setores estratégicos como a educação

Fonte:

Elaborado pelos autores, 2025.

Os resultados encontrados neste estudo convergem com análises recentes da literatura, (Palermo Santoro, 2024; Sampaio, 2021) ao apontar que as despesas com pessoal e o endividamento são variáveis centrais para explicar o risco fiscal dos estados brasileiros. A partir de modelos econométricos semelhantes a essa pesquisa os autores demonstram que o aumento dessas despesas impacta negativamente os índices de condição financeira, com ênfase maior para a folha de pagamento e ainda, por conseguinte, da transparência fiscal.

4.2 Mato Grosso do Sul

A população sul-mato-grossense em 2024 finalizou com um número estimado em 2.901.895 habitantes, segundo o último censo demográfico (IBGE, 2024). O estado está entre os 10 com melhor índice de desenvolvimento humano (IDH), 0,742 e uma renda per capita de R\$ 2.169,00 (IBGE, 2024).

A despesa com educação manteve-se, ao longo dos anos analisados, em patamar superior ao mínimo constitucional de 25%, desde 2006, com média próxima a 27,4%. Essa constância, associada a um coeficiente de variação de apenas 7,27%, indica que o estado de MS preservou um padrão de investimento mínimo obrigatório, mesmo em anos de crise fiscal ou instabilidade econômica.

O comportamento estável do indicador evidencia compromisso institucional com as políticas educacionais e o cumprimento da legislação, fato atestado pelo último censo no qual o estado contava com 396.193 matrículas no ensino fundamental. (IBGE, 2024).

A participação da saúde nos gastos estaduais também revelou crescimento progressivo, saindo de cerca de 12% no início da série para mais de 17% nos anos mais recentes. Este crescimento se intensificou durante o período da pandemia de COVID-19 (2020–2021), quando a necessidade de resposta sanitária se refletiu diretamente no orçamento público.

A correlação altamente positiva com a receita corrente líquida ($\rho = 0,94$) sugere que o investimento em saúde não ocorreu em detrimento de outras áreas, mas sim em consonância com o aumento da arrecadação, respeitando o mínimo constitucional (15%) e adaptando-se a emergências.

A RCL apresentou crescimento substancial, passando de R\$ 3,17 bilhões em 2006 para R\$ 22,80 bilhões em 2024, o que representa um aumento superior a 600% em termos nominais. Essa trajetória reflete

a combinação de fatores como expansão econômica estadual, incremento de repasses federais, maior eficiência na arrecadação de tributos próprios (como ICMS) e mudanças nas transferências constitucionais. A variação da RCL é fundamental para entender os demais indicadores, pois muitos são expressos como proporção dela, como a dívida, a despesa com pessoal e os limites da LRF.

O resultado primário, embora com média positiva (0,85%), mostrou forte oscilação ao longo dos anos — variando entre -1,20% e 3,30% da RCL — com um coeficiente de variação superior a 140%. Isso indica que o estado nem sempre conseguiu gerar superávit primário, especialmente nos anos de 2009 (crise internacional) e 2020 (pandemia), quando houve necessidade de aumento de gastos e queda de receitas.

O resultado nominal apresentou trajetória semelhante, com média negativa (-2,71%) e maior amplitude, indo de -9,20% até 3,30%. Os déficits nominais mais intensos coincidem com períodos de elevação da dívida e instabilidade macroeconômica nacional, como os anos de 2015–2016 e o biênio pandêmico.

Sua correlação negativa com a RCL ($\rho = -0,76$) reforça o diagnóstico de que a elevação da receita contribui para a reversão dos déficits, ao passo que quedas abruptas impactam diretamente o resultado nominal e o endividamento líquido.

A despesa com pessoal manteve-se relativamente constante durante o período analisado, com média de 47,9% da RCL e desvio padrão moderado. Esse comportamento indica que o estado operou com o indicador abaixo do limite máximo da LRF (60%) e, na maior parte dos anos, dentro do chamado limite prudencial (51,3%).

Contudo, a correlação com o aumento de restos a pagar ($\rho = 0,62$) sugere que, em alguns momentos, a rigidez da folha salarial pode ter pressionado o caixa estadual, levando ao adiamento de despesas discricionárias. Os saltos históricos do grupo de restos a pagar saltam de R\$ 100 milhões para R\$ 1,4 bilhão de reais em 2024 (Mato Grosso, 2024).

A Dívida Consolidada Líquida (DCL), quando analisada isoladamente, parece ter sido reduzida — de 87% da RCL em 2006 para cerca de 32% em 2024. No entanto, essa leitura exige cuidado: a redução proporcional da DCL decorre em grande medida do aumento expressivo da receita líquida, como evidenciado pela correlação negativa quase perfeita entre os dois indicadores ($\rho = -0,99$).

Isso indica que o estoque da dívida pode ter se mantido ou mesmo crescido em termos absolutos, mas seu peso relativo na capacidade de arrecadação estadual foi substancialmente reduzido — um dos principais objetivos da LRF.

Com relação às operações de crédito do estado do Mato Grosso do Sul, notou-se a existência de um percentual baixo com relação a receita corrente líquida entre os anos de 2006 a 2010 o qual atingiu seu pico no ano de 2010, tal característica pode levar em sugestão a possibilidade de captação de recursos nos últimos anos de mandato. Nos demais exercícios, constatou-se haver um equilíbrio com margens abaixo de um ponto percentual.

A correlação de Spearman neste cenário, portanto, contribui metodologicamente para a identificação de vínculos estruturais e dinâmicos entre os eixos da responsabilidade fiscal, viabilizando uma leitura mais sensível à realidade dos entes subnacionais (Bryman; Cramer, 2005).

A matriz de Spearman traça um panorama robusto das interações entre os principais indicadores fiscais do Mato Grosso do Sul. Em termos metodológicos, a escolha desse coeficiente é adequada à natureza não-normal dos dados, conferindo maior fidelidade estatística às relações reveladas.

Outrossim, a correlação negativa ($-0,33$) entre Despesas com Pessoal (%) e Restos a Pagar mostrou que o crescimento do gasto com folha limitou a liquidação de despesas empenhadas. Em Mato Grosso do Sul, essa dinâmica confirmou o desafio estrutural dos entes federados em equilibrar despesas obrigatórias e investimentos, exigindo planejamento rigoroso.

A análise fatorial realizada com quatro fatores revelou a presença de quatro dimensões latentes subjacentes ao conjunto de indicadores fiscais de Mato Grosso do Sul. Esses fatores sintetizaram aproximadamente 80 a 90% da variância total do modelo, atendendo ao pressuposto metodológico comumente adotado em análises fatoriais. Assim, foi possível reduzir o conjunto original de nove variáveis para quatro dimensões que retêm quase a totalidade da informação estatística relevante.

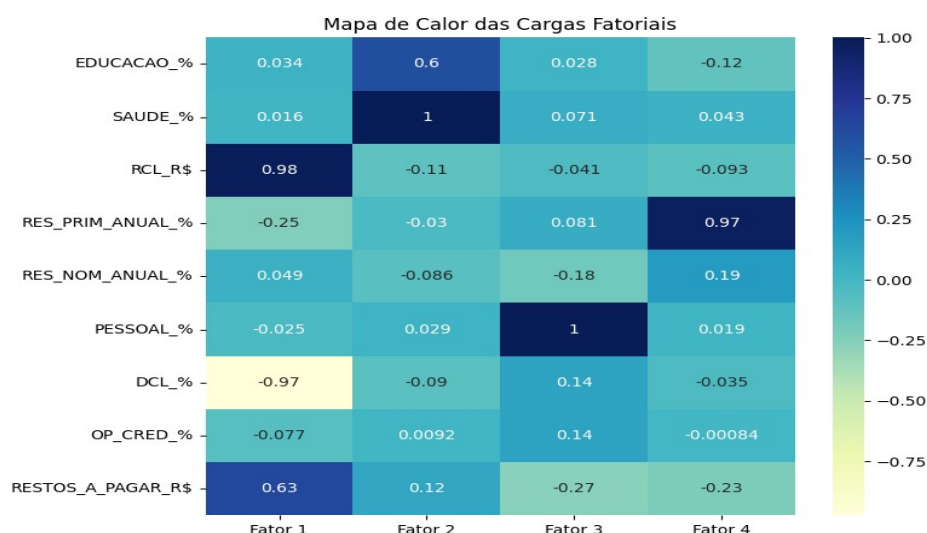


Figura 02- Mapa de calor das cargas fatoriais do Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaborador pelos autores, 2025.

Como ponto de partida apresenta-se o Fator 1, Capacidade de Arrecadação x Endividamento. O primeiro fator evidenciou a relação entre a capacidade de arrecadação e o nível de endividamento, com a Receita Corrente Líquida (RCL) apresentando carga muito forte positiva ($+0,980$) e a Dívida Consolidada Líquida (DCL), em percentual da RCL, carga muito forte negativa ($-0,973$).

Nesse sentido, verificou-se que anos de maior arrecadação estiveram associados à redução proporcional do endividamento, ainda que acompanhados de um crescimento moderado dos Restos a Pagar ($+0,626$), o que indica que a expansão da receita gerou margem fiscal, mas também compromissos financeiros futuros.

O segundo fator, Gastos Sociais, por conseguinte, captou a orientação política e normativa na alocação de recursos sociais, com a despesa em saúde apresentando carga muito forte positiva ($+1,0017$) e a educação carga moderada positiva ($+0,5967$). Dessa forma, o fator sintetizou uma priorização consistente dessas funções, revelando a vinculação constitucional como elemento estruturante do orçamento estadual e a busca por equilíbrio no atendimento das demandas sociais.

Já o terceiro fator representou uma dimensão isolada do orçamento, uma vez que a despesa com pessoal apresentou carga quase perfeita ($+1,0002$), enquanto o Resultado Nominal Anual demonstrou associação fraca e negativa ($-0,1768$). Assim, este fator destacou a rigidez estrutural desse tipo de gasto, que se manteve central na dinâmica fiscal, independentemente do comportamento das demais variáveis.

Por fim, o quarto fator, Resultado Fiscal, concentrou-se na capacidade de sua geração com destaque para o Resultado Primário Anual, que apresentou carga muito forte positiva (+0,9699), e o Resultado Nominal, que contribuiu de forma marginal (+0,1921). Nesse contexto, esse fator sintetizou o papel do resultado primário como métrica-chave para avaliar a sustentabilidade fiscal, demonstrando que os esforços de consolidação financeira estiveram focados no equilíbrio estrutural das contas públicas.

Em Mato Grosso do Sul, a composição dos fatores também evidencia a centralidade da arrecadação e do controle fiscal, porém com uma dinâmica mais equilibrada em comparação a outros estados. O Fator 1 responde por 34,5% da variância e apresenta altas cargas fatoriais para a Receita Corrente Líquida (RCL) (0,917) e os gastos com Saúde (0,764), enquanto o endividamento exibe carga negativa (−0,811), o que sugere uma política fiscal mais ajustada e orientada ao equilíbrio das contas públicas.

O Fator 2, responsável por 28,6% da variância, destaca a importância das Operações de Crédito (0,823) e dos Restos a Pagar (0,806), evidenciando o uso de instrumentos temporários de financiamento por parte do estado.

A principal diferença em relação a Goiás está no Fator 3, no qual as cargas fatoriais de Despesas com Pessoal (0,822) e Educação (−0,732) mostram menor polarização, o que indica uma relação menos conflituosa entre os gastos com folha de pagamento e os investimentos em educação. Destaca-se ainda que Mato Grosso do Sul manteve suas Despesas com Pessoal próximas de 45% da RCL em 2023 — significativamente abaixo do limite prudencial de 57% — enquanto Goiás operava com um percentual superior a 50%, aproximando-se mais do limite de alerta.

Esses resultados apontam para uma maior aderência de Mato Grosso do Sul aos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre despesas obrigatórias e políticas públicas estruturantes. Tal desempenho é atribuído, em parte, às políticas de educação fiscal implementadas pelo estado ao longo dos anos (Gomes, 2024).

Costa e Silva (2024) complementa ao destacar que tanto Mato Grosso do Sul quanto Goiás apresentam elevado índice de participação cidadã, aproximadamente 75%, impulsionado pela ampla divulgação dos demonstrativos fiscais por meio dos respectivos portais de transparência.

Tais evidências corroboram a premissa de que, à medida que a Receita Corrente Líquida dos entes federativos cresce, há um impacto direto na capacidade de investimento em transparência e na efetiva aplicação dos preceitos da LRF, fortalecendo a prestação de contas e a governança fiscal perante a sociedade.

5. Conclusão

Este estudo analisou o comportamento fiscal dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul ao longo dos 25 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com base em nove indicadores aplicados a métodos quantitativos, como análise fatorial exploratória. Os resultados indicam que a LRF contribuiu para maior disciplina, transparência e equilíbrio fiscal nos estados analisados, destacando-se o papel da Receita Corrente Líquida na sustentabilidade da dívida, nos investimentos em áreas sociais e na estabilidade das despesas com pessoal.

A análise fatorial evidenciou padrões distintos entre os estados: em Goiás, destacaram-se solvência e trade-offs entre folha e educação; em Mato Grosso do Sul, sobressaíram a eficiência arrecadatória e as pressões de gastos obrigatórios. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à rigidez orçamentária e à volatilidade dos resultados fiscais.

A pesquisa contribui ao preencher lacuna regional sobre a LRF, subsidiar práticas de gestão e ampliar o controle social. As limitações envolvem restrições de dados e a elevada dependência da RCL. Recomenda-se que estudos futuros ampliem a análise a outros entes da região e avaliem os efeitos da Reforma Tributária (EC nº 132/2023) sobre a sustentabilidade fiscal e a efetividade da LRF.

Referências

- Arais, J. K. (2020). Calamidade financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Necessidade pública ou liberdade administrativa? *Cadernos de Finanças Públicas*, 19(2). <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2019.51>
- Araújo, A. H. dos S., Santos Filho, J. E. dos, & Gomes, F. G. (2015). Lei de Responsabilidade Fiscal: Efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000–10. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 739–759. <https://www.scielo.br/j/rap/a/3NWxBKfFhJqvTRbhgFtQWTs/?lang=pt>
- Barbosa, A. F., et al. (2019). Ideologia partidária e crise fiscal dos estados: O caso de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 53(6), 1106–1127.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2000). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Brasil. (2020). Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm
- Cacau, L. T., et al. (2021). Padrões alimentares e fatores associados em mulheres residentes de um município do Nordeste do Brasil. *Saúde (Santa Maria)*, 47(1), 1–13. <https://doi.org/10.5902/2236583964012>
- Camargo, R. F. de. (2025). O impacto dos investimentos em infraestrutura e equipamentos na evolução da dívida pública nos estados do Nordeste (2013–2023) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará].
- Confederação Nacional da Indústria. (2025). Ranking dos estados. CNI. <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=9&id=3953>

- Costa, J. T. do N. (2025). Eficiência nos gastos com segurança pública e instituições formais: Uma análise para os estados brasileiros a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). *Revista Econômica do Nordeste*. <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1282>
- Cruz, F. F., & Meirelles, J. C. A. (2018). A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: Uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 23(2), 3–21.
- Foltz, R. D. (2024). Análise das despesas de pessoal à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal nos estados brasileiros no período 2013 a 2022 [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará].
- Garcia, G. P. (2021). Tribunais de Contas e jurimetria: Contas rejeitadas e seus possíveis reflexos eleitorais. *Revista do TCU*, 147(147), 56–77. <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1698>
- Gil, A. C. (2023). Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). Atlas.
- IBGE. (2022). Censo Brasileiro de 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Lunetta, R. R. (2025). Regras fiscais brasileiras e a política fiscal: Análise do período brasileiro recente (2002–2022) [Monografia, Universidade Estadual de Campinas]. <https://www.joserobertoafonso.com.br/regras-fiscais-brasileiras-e-a-politica-fiscal-lunetta/>
- Maciel, A. M. H., Miguel, L. de, Beló, A., & Pinto, N. G. M. (2021). Evolution of the Fiscal Responsibility Law: An analysis in the municipalities of the southern region of Brazil. *Research, Society and Development*, 10(2), e52610212865. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12865>
- Matos, D. A. S., & Rodrigues, E. C. (2019). Análise fatorial. Enap.
- Medeiros, F. L., et al. (2017). Avaliação da gestão fiscal nos estados brasileiros: Análise no quinquênio 2011 a 2015. *Contexto Contábil*, 10(19), 119–138.
- Medeiros, K. R. de, et al. (2016). Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: Uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009. *Revista Iberoamericana de Contabilidade, Auditoria e Gestão Pública*, 2(3), 1–15.

- Miranda, R. J., et al. (2018). Avaliação dos determinantes de endividamento público dos entes subnacionais brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(2), 16–35.
- Mota, R. M. (2025). *Análise da gestão fiscal dos estados do Nordeste do Brasil (2020–2023)* [Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- Musgrave, R., & Musgrave, P. (1989). *Public finance in theory and practice* (5th ed.). McGraw-Hill.
- Nascimento, D. V., & Paiva, S. (2018). Calamidade financeira: Análise dos estados brasileiros no período de 2012 a 2018. In USP International Conference. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UsplInternational/ArtigosDownload/2700.pdf>
- Nunes, A. L. N., et al. (2019). Os Tribunais de Contas na interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 7(25), 113–134.
- Oliveira, F. C. dos S. (2022). Accountability: O estudo de sua aplicação a partir da Constituição da República de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Direito Administrativo*, 281(3), 143–177. <https://doi.org/10.12660/rda.v281.2022.88319>
- Oliveira, S. R. (2022). A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a administração pública [Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Internacional Uninter].
- Palermo Santoro, G. A. (2024). Medição da condição financeira dos estados brasileiros. *Cadernos de Finanças Públicas*, 24(3). <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/257>
- Ramos, L. S. C. (2020). *Regime jurídico do controle de despesas com pessoal* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-22032021-201259/>
- Ribeiro, L. L., Feitosa, D. G., Melo, M. M., & do Nascimento, J. B. (2024). The effects of the fiscal responsibility law on the size of the government and the productivity of expenditures in northeastern municipalities. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 22(2), e3252.
- Ribeiro, P. V. A. (2025). *Da LRF ao Regime Fiscal Sustentável: Um estudo sobre as regras fiscais e as dinâmicas no investimento em vacinas no Brasil* [Monografia de graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].

- Sacramento, A. R. S., & Raupp, F. M. (2023). O uso dos instrumentos fiscais pelo Governo Federal no pós-LRF (2001–2022). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e89238. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.89238>
- Sampaio, A. C. B. (2023). *Gestão pública municipal: Uma análise empírica dos determinantes socioeconômicos, contábeis e políticos de transparência dos municípios brasileiros* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí].
- Santos, A. D. C. (2016). *A dinâmica dos gastos com pessoal em municípios do estado de São Paulo: Uma análise sob os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Saranibar, V. H. (2025). *Análise de sustentabilidade fiscal dos estados brasileiros no período entre 2015 e 2023* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/82137/3/2025_dis_vhsaranibar.pdf
- Silva, B. V. da, & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e155099.
- Silva, C., & Santos, D. (2022). Um novo paradigma na análise das contas públicas no TCE-RJ: Sistema LRF Automática. In *Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública – EBAP* (No. 4). <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/26/61>
- Silva, S. D. S., Santos, L. S., & Fortes Filho, V. de F. (2024). Inovações na gestão pública a partir da lei de responsabilidade fiscal. *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(9), e4152. <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i9.4152>
- Silva, W. J. C. e. (2024). *Responsabilidade em Tribunais de Contas Estaduais: Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), Transparência e Participação Social nos Portais Eletrônicos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/7685/1/Wermeson%20Jardel%20Costa%20e%20Silva%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). The causes of fiscal transparency: Evidence in the Brazilian states. *Public Administration Review*, 74(5), 611–622

INVESTIMENTO FINANCEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL INVESTIDOR

Silvia Cardoso de Araújo
Graziele Oliveira Aragão Servilha
Magno Alves
Rogério Silva

RESUMO:

Com a evolução do mercado e a diversificação de produtos e serviços oferecidos, torna-se essencial que o investidor possua conhecimento e discernimento para identificar a opção de investimento mais adequada à sua renda, sua tolerância a perdas e expectativa de retorno. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo identificar as principais alternativas de investimento disponíveis no mercado, associadas ao perfil e às expectativas dos investidores. A pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e foi realizada por meio de amostragem não probabilística. O instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado via *Google Forms*, enviado à pessoas da rede de contatos da pesquisadora, onde incluiu grupo universitário, grupo de trabalho bem como grupo familiar e amigos, resultando em 52 respostas. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes possui conhecimento sobre o mercado financeiro, contudo, ainda demonstram insegurança em realizar investimentos sem algum tipo de orientação especializada. Conclui-se que o conhecimento financeiro do mercado se torna relevante, uma vez que permite fazer escolhas conscientes e priorizando as alternativas de investimento mais adequadas a cada perfil.

Palavras-chave: Investimento; Mercado Financeiro; Finanças; Educação Financeira;

ABSTRACT:

With the evolution of the market and the diversification of products and services offered, it is essential that the investor has the knowledge and discernment to identify the investment option that best suits their income, loss tolerance, and return expectation. In this context, the present study aimed to identify the main investment alternatives available in the market, associated with the profile and expectations of investors. The research was characterized as exploratory and descriptive, with a qualitative approach, and was carried out through non-probabilistic sampling. The data collection instrument was a questionnaire applied via Google Forms, sent to people in the researcher's network of contacts, which included a university group, a work group, as well as a family group and friends, resulting in 52 responses. The results indicated that most participants have knowledge about the financial market, however, they still demonstrate insecurity in making investments without some kind of specialized guidance. It is concluded that financial knowledge of the market becomes relevant, since it allows making conscious choices and prioritizing the most appropriate investment alternatives for each profile.

Keywords: Investment; Financial market; Finance; Financial Education;

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea o dinheiro possui significativa influência no consumo e no padrão de vida dos indivíduos. Um aumento na renda proporciona felicidade, investimentos em lazer, saúde e bem-estar familiar com menor esforço (Tolotti, 2007). Contudo, não há respostas definitivas sobre a melhor maneira de utilizar os recursos financeiros, pois cada indivíduo atribui importância a diferentes aspectos, direcionando seus recursos para o que considera mais relevante (Lovato, 2011).

Por esse motivo, a educação financeira é essencial para manter o equilíbrio entre receitas, despesas e investimentos, tendo em vista que proporciona a compreensão dos conceitos dos produtos financeiros. Desse modo é possível desenvolver valores e competências necessários para se tornar mais conscientes das oportunidades e riscos envolvidos (OCDE, 2005).

Neste sentido, como o tempo e o dinheiro são dois recursos fundamentais para alcançar a realização pessoal é possível observar uma evolução do mercado na diversificação de produtos e serviços ofertados, pois cada vez mais torna-se desafiador atender as demandas e desejos da sociedade (Tolotti, 2007).

Sullivan e Sheffrin (2000) e Costa (2016) definem investimentos como sendo a aplicação de recursos financeiros em algo com expectativas de retornos futuros. Sendo assim, saber investir é parte crucial do planejamento financeiro, onde são analisadas da melhor forma os produtos disponíveis no mercado. Isso demanda aprimorar as estratégias de investimento de modo a garantir sua conciliação com o prazo de retorno selecionado e tolerância de risco do investidor. Saber diferenciar os investimentos em classes de ativos, títulos e imóveis ajuda a mitigar riscos e maximizar retornos ao longo do tempo (C6 Bank, 2023).

Diante disso, a questão problema que norteia esta pesquisa é: quais alternativas de investimento disponíveis no mercado são atrativas ao perfil do investidor? Como objetivo geral: identificar as principais alternativas de investimento disponíveis no mercado associadas ao perfil e expectativas do investidor. E como objetivos específicos: identificar o perfil do investidor de um município do sudoeste de Mato Grosso; apresentar os tipos de investimentos e suas características que os tornam atrativos ao perfil de cada investidor e verificar os principais investimentos optados pelos investidores.

Justifica-se a pesquisa pela dificuldade que as pessoas enfrentam ao acessar conhecimentos relacionados ao investimento financeiro. Embora a educação financeira tenha se tornado uma pauta relevante, na maioria das vezes não é aplicada na prática. Adicionalmente, destaca-se a baixa renda da população, que é um dos fatores influentes na escolha do tipo de investimento. Portanto, é

necessária uma abordagem simples e didática sobre os conceitos de planejamento financeiro e consumo consciente para facilitar a compreensão.

Assim, é possível organizar melhor os gastos, possibilitando uma melhor performance em termos de investimento, pois, em cenários futuros, ao compreender as características de cada modalidade, as pessoas podem investir com mais segurança, alinhando suas escolhas financeiras aos seus objetivos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do dinheiro no Brasil

O dinheiro é um meio de troca de bens e serviços que evoluiu com o tempo, sendo que inicialmente era utilizado o escambo como moeda-mercadoria para pagamento de dívidas e compras de bens. Com o progresso nos meios de trocas, foram criadas moedas de metal, prata, ouro, cheques, valores impressos em papéis e, recentemente, os cartões. Diante disso, se fez necessário a criação de um ente responsável pela produção de cédulas monetárias e moedas, tendo em vista que a cédulas monetárias e a moeda se tornaram o meio de mensurar os valores dos bens, produtos e serviços e ainda controlar o desenvolvimento econômico do país (Banco Central do Brasil, 2003).

Neste contexto, foi fundada no Brasil Colônia, em 8 de março de 1694, pelos governantes portugueses, a Casa da Moeda do Brasil, para fabricar moedas com o ouro proveniente das minerações. A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda e acumula mais de três séculos de existência (Casa da Moeda, 2024). Segundo o Banco Central do Brasil (2003), a moeda brasileira passou por diversas mudanças ao longo do tempo, ocorrendo por vezes uma oscilação do que diz respeito a sua valorização, na qual nota-se uma evolução pecuniária, com diversas alterações, observadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Evolução da moeda brasileira

Descrição	Ano	Histórico
Réis	1695 a 1834	As patacas foram moedas de maior duração no Brasil com a utilização por 139 anos, de 1695 até 1834. Neste ano, a Casa da Moeda do Rio de Janeiro criou uma nova sequência de moedas de prata para trocar pelas patacas.
Cruzeiro (Cr\$)	1942 a 1967	Com a intenção de uniformizar a circulação de uma única moeda, ocorreu a primeira reforma monetária do país. Devido à existência de uma grande diversidade de moedas (56 tipos), os antigos Réis foram substituídos pelo Cruzeiro, com a equivalência de um cruzeiro para mil réis.
Cruzeiro Novo (NCr\$)	1967 a 1970	Com a desvalorização do Cruzeiro, foi criada uma moeda temporária para ser utilizada enquanto se preparavam as novas cédulas e a sociedade se adaptava à retirada de três zeros. As cédulas já existentes foram reaproveitadas e carimbadas com novos valores, onde mil cruzeiros passaram a valer um cruzeiro novo.
Cruzeiro (Cr\$)	1970 a 1986	Em março de 1970, a moeda voltou a ser chamada de Cruzeiro, mantendo-se a paridade com o Cruzeiro Novo, ou seja, um cruzeiro novo continuou sendo igual a um cruzeiro.
Cruzado (Cz\$)	1986 a 1989	Com o aumento da inflação nos anos 1980, foi introduzido um novo padrão monetário, o cruzado, que equivalia a mil cruzeiros. Assim como em reformas anteriores, as cédulas em circulação foram reaproveitadas, sendo carimbadas ou adaptadas com novos valores.
Cruzado Novo (NCz\$)	1989 a 1990	Em janeiro de 1989, foi criado o Cruzado Novo, que valia mil cruzados. As três cédulas de maior valor do padrão cruzado receberam carimbos indicando o novo valor em cruzados novos, e, em seguida, foram emitidas cédulas específicas para esse novo padrão.
Cruzeiro (Cr\$)	1990 a 1993	Em março de 1990, a moeda voltou a ser chamada Cruzeiro, com paridade de um cruzeiro para um cruzado novo. Mais uma vez, cédulas carimbadas e com legendas adaptadas circularam junto às novas cédulas do padrão.
Cruzeiro real (CR\$)	1993 a 1994	Em julho de 1993, uma nova reforma monetária foi realizada, instituindo o Cruzeiro Real. A nova unidade valia mil cruzeiros, com o reaproveitamento das cédulas do padrão anterior e a emissão de novas notas.
Real (R\$)	1994 até hoje	Finalmente, em 1º de julho de 1994, o Real foi introduzido, com uma unidade equivalente a CR\$ 2.750,00. Nesta ocasião, o Banco Central do Brasil não carimbou ou adaptou cédulas antigas; toda a moeda em circulação foi substituída por novas cédulas do padrão Real.

Fonte: Banco Central do Brasil (2003)

Segundo Nóbrega (2004), o dinheiro ou a moeda como atualmente são conhecidos e utilizados, é resultado de uma longa evolução histórica. Durante o período feudal, a riqueza das pessoas era medida pela quantidade de terras que possuíam, enquanto hoje em dia essa mensuração é feita por meio da moeda.

2.2 Relação do dinheiro com a sociedade atual

O dinheiro exerce uma significativa influência na sociedade contemporânea, ao atuar como meio de troca, facilitando transações comerciais e fomentando o desenvolvimento econômico. Além disso, está profundamente associado ao consumo e ao padrão de vida, influenciando as aspirações e os valores individuais. Para determinados indivíduos, um aumento de renda poderia proporcionar maior felicidade, permitindo investimentos adicionais em lazer, saúde e bem-estar familiar, com menor esforço (Tolotti, 2007).

No entanto, não há respostas definitivas sobre a melhor maneira de utilizar os recursos financeiros, pois estes desempenham um papel fundamental e variado ao longo da vida de cada indivíduo. Cada pessoa atribui importância diferenciada a aspectos diversos, direcionando seus recursos para aquilo que considera mais significativo e relevante em sua jornada pessoal (Lovato, 2011).

A sociedade frequentemente avalia as pessoas com base em seus bens materiais, aparência e *status*, incluindo riqueza, posses, vestimentas e círculos sociais frequentados. Essa busca pelo reconhecimento social e pela conquista do *status* tem se tornado predominante em grande parte da população contemporânea, configurando uma corrida incessante em direção a esses ideais, os quais muitos associam à felicidade (Tolotti, 2007).

Segundo Tolotti (2007), “comprar é uma arte que pode ser apreciada. Mas pode se transformar em um veneno, se for tomado como remédio contra a insatisfação, depressão, baixa estima e angústia.” Assim, é notável a contribuição do mercado para a crescente evolução e diversificação dos produtos e serviços oferecidos, o que consequentemente torna mais desafiador satisfazer as demandas individuais e os desejos pessoais das pessoas (Tolotti, 2007).

Neste contexto, o tempo e o dinheiro são dois recursos essenciais na vida de qualquer pessoa e a maneira como são geridos pode impactar significativamente a qualidade de vida e as realizações

pessoais. Para Macedo Jr. (2010), os indivíduos estão perdendo a perspectiva de uma relação equilibrada e saudável com o dinheiro. Este distanciamento progressivo dos valores essenciais, afetos e aspirações pessoais em prol da busca incessante pela acumulação financeira é uma tendência preocupante, visto que muitas vezes, sacrificam-se princípios éticos e os próprios sonhos em busca de melhorar seu status perante a sociedade.

O tempo representa o principal fator determinante na relação com o dinheiro, apesar de não haver critérios universais que estabeleçam uma definição objetiva do que é correto ou incorreto nesse contexto, dado que tais questões são particulares de cada indivíduo. No entanto, é inegável que para todos, o tempo dedicado a qualquer relação seja ela financeira, afetiva ou profissional é irrecuperável. O próprio tempo constitui uma variável única e cada pessoa tem a capacidade de avaliar o valor da troca que realiza (Tolotti, 2007).

Priorizar a vivência plena de cada momento e zelar pela saúde são fundamentais para desfrutar com maior qualidade da existência. Esta abordagem serve como alicerces para capacitar indivíduos a tomar decisões mais assertivas sobre como investir seu tempo, visando assim alcançar objetivos e desejos pessoais (Macedo Jr., 2010).

É fundamental destacar a relevância da inclusão da Educação Financeira na vida dos indivíduos, incentivando-os a “gastar de forma consciente” em vez de simplesmente “gastar menos”. Essa abordagem ajuda a evitar o endividamento desnecessário, capacita as pessoas a obter lucros em aplicações financeiras, elimina o medo de investimentos em renda variável e, por fim, promove a tão almejada saúde financeira. (Amancio, 2020).

2.3 Educação financeira

A educação financeira é definida como saber gerenciar suas finanças, mantendo o equilíbrio entre receitas, despesas e investimentos de forma mais assertiva. Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), o processo pelo qual os indivíduos e a sociedade melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros se dá a partir da informação, formação e orientação, para que assim possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos envolvidos. Com isso, fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações podem melhorar o seu bem-estar.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2013), os consumidores que possuem conhecimento sobre mercado financeiro conseguem ser mais objetivos na contratação de produtos e serviços no que diz respeito às suas necessidades, trazendo maior relevância na competitividade e desempenho do mercado, pois, devido as exigências na transparência das instituições financeiras, acabam por contribuir para solidez e para a eficiência do sistema financeiro.

Neste contexto, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2017) afirma que a efetiva utilização da educação financeira como estratégia de conhecimentos e controle de finanças tem cada vez mais buscado *insights* de ciência comportamentais para conseguir entender como as pessoas agem em relação à administração financeira. Um exemplo disso é a *Behavioural Insights Team 3*, no Reino Unido, na qual o objetivo principal é ampliar a consciência das pessoas referente a comportamentos financeiros, visando uma melhor qualidade de vida.

No Brasil, foi adotada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/10 e implementada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), do qual fazem parte os reguladores do sistema financeiro nacional e alguns representantes da sociedade civil e que objetiva auxiliar as pessoas com informações e orientações relacionadas a finanças, para que a tomada de decisão em relação aos produtos e serviços seja feita de forma mais perspicaz (Comissão de Valores Mobiliários, 2017).

É necessário disseminar de maneira eficaz os conceitos de educação financeira e consumo consciente, de modo a otimizar a utilização da renda. O crédito é um elemento crucial para qualquer economia e seu controle adequado pode prevenir crises sistêmicas, como as observadas recentemente em países desenvolvidos (Vieira, 2010).

2.4 Investimentos

Segundo Sullivan e Sheffrin, (2000, p.150) “os investimentos são *tradeoffs* que ocorrem ao longo do tempo: firmas e indivíduos incorrem em custos hoje na esperança de obter ganhos no futuro”. Podendo assim, ser definidos como sendo a aplicação de recursos financeiros em algo com expectativas de retornos futuros, ou seja, ao investir você está “emprestando” dinheiro para empresas que posteriormente recompensam esse investimento com juros (Costa, 2016).

2.4.1 Investimento em renda fixa

Os investimentos em renda fixa são considerados de baixo risco, visto que em comparação com os demais a possibilidade de perda é menor. Além disso, ao escolher esse tipo de investimento já é informado qual será o seu retorno. A rentabilidade desses ativos é baseada em indicadores como a taxa Selic e a inflação e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (B3, 2024a).

No campo de investimento da renda fixa, é preciso ter conhecimento da taxa pré-fixada, ou seja, saber a taxa de rentabilidade indicada em um momento prévio ao vencimento, o que facilita escolher a alternativa que mais atende os objetivos, estando ciente do percentual de retorno (Lovato, 2011).

Os títulos de renda pré-fixados assim como outros tipos de investimentos também possuem seus riscos, visto que se cotar uma determinada taxa de investimento e a inflação no resgate for superior a rentabilidade, o ganho real será negativo, pois a rentabilidade contratada não acompanhou a inflação (Melo; Polidório, 2016). Vale destacar que o estudo de mercado econômico e dos tipos de investimentos é de grande relevância, visto que assim há maiores chances de ser assertivo na escolha do título, atendendo melhor suas expectativas (Melo; Polidório, 2016).

Além da taxa pré-fixada existe a taxa pós-fixada, a qual é indexada a indicadores financeiros da economia, sendo: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Taxa Selic, CDI (Certificado de Depósito Interbancário), entre outros. Sendo assim, ocorrerá uma variação nos valores da remuneração conforme oscilação das taxas mencionadas, não sendo possível mensurar qual será o valor final que o investidor receberá (Sicredi, 2023).

Ao realizar um investimento vinculado ao indexador IPCA, que tem como objetivo medir a inflação da economia brasileira, recebe-se, no final desse ciclo, uma remuneração baseada na variação da inflação e esse acompanhamento do título ao indicador serve como uma espécie de proteção (Melo; Polidório, 2016). No Quadro 2 é demonstrado exemplos de investimentos de renda fixa:

Quadro 2 – Investimentos de renda fixa

Tipos de investimentos	Descrição
CDB (Certificado de Depósito Bancário)	É um investimento de renda fixa no qual aplica-se dinheiro em uma instituição financeira e em troca recebe o valor que investiu acrescido da rentabilidade prevista no CDB. Tem-se as opções prefixadas, na qual a rentabilidade é determinada por uma taxa de juros, ou pós-fixadas, na qual seu rendimento é atrelado a um indicador, como o CDI.
LCI (Letra de Crédito Imobiliário)	São títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, lastreados em operações de crédito com garantia imobiliária. Ao investir em LCI, o investidor empresta dinheiro para a instituição financeira emissora e ajuda a fomentar o setor imobiliário. Em troca, receberá, em uma data predefinida, o dinheiro corrigido por juros.
LCA (Letras de Crédito do Agronegócio)	São títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, como os bancos, lastreados em empréstimos relacionados ao agronegócio. Ao investir em LCA, empresta-se o dinheiro para a instituição financeira emissora e ajuda a fomentar o agronegócio brasileiro. Em troca, receberá, em uma data predefinida, o dinheiro acrescido por juros.
CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)	É um título emitido por companhias securitizadoras lastreados em recebíveis do setor imobiliário. A empresa que atua no setor imobiliário cede seus recebíveis para uma securitizadora, que os utiliza como lastro para emitir os CRIs. Ao investir, os recursos obtidos pelas empresas com os CRIs são destinados para financiar algum projeto ou atividade do setor imobiliário e recebe o valor investido mais a remuneração contratada.
CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio)	É um título emitido por instituições securitizadoras para financiar o setor agropecuário. A empresa que atua no agronegócio cede seus recebíveis para uma securitizadora, que os utiliza como lastro para emitir os CRAs. Ao investir, os recursos obtidos pelas empresas com os CRAs são destinados para financiar algum projeto ou atividade do setor agropecuário e recebe o valor investido mais a remuneração contratada.

Fonte: Itaú Unibanco (2020)

Para investir é preciso pagar o imposto sobre investimento de renda fixa. É importante que todos os investimentos sejam informados na declaração do Imposto de Renda (IR), mesmo que sejam isentos de tributos, visto que a Receita Federal cruza todos os dados dos contribuintes com os informes enviados pelas instituições financeiras e corretoras (Nubank, 2022).

A alíquota do Imposto de Renda (IR) de 22,5% a 15% é cobrada quando ocorre o resgate do valor. Esse percentual segue o que denomina a tabela regressiva, na qual, quanto mais tempo manter o valor investido, menor será o valor a ser pago de imposto (Nubank, 2022). O Quadro 3 apresenta a tabela regressiva de IR:

Quadro 3 – Tabela Regressiva do IR para Renda Fixa

Prazo	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dia	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 721 dias	15%

Fonte: Nubank (2022)

A tributação sobre transações de renda fixa, tais como Certificados de Depósito Bancário (CDB), debêntures, notas promissórias, títulos do tesouro público, operações com rendimento prefixado, entre outras modalidades de investimento em renda fixa, é regida pela tabela regressiva de Imposto de Renda (IR). No entanto, há exceções para aplicações em fundos de investimento, que são tributados de forma distinta, de acordo com a categoria específica do fundo (Puga, 2009, p.98).

Ao optar por poupar, um indivíduo acumula recursos no presente visando sua utilização em momentos posteriores. Os valores economizados e investidos ao longo de períodos, que podem variar de um a vários anos, têm o potencial de exercer um impacto significativo na qualidade de vida futura. Portanto, existem diversas razões para adotar o hábito de poupar, como forma de prevenção diante de imprevistos, preparação para a aposentadoria, realização de aspirações pessoais, entre outros (Banco Central do Brasil, 2024). Diante disso no Quadro 4 são apresentados tipos de investimentos e suas peculiaridades.

Quadro 4 – Tipos de investimentos

Tipos de investimentos	Características
Caderneta de poupança	A rentabilidade da poupança é estabelecida por normativas legais e está sujeita a variações conforme a taxa de juros Selic. No contexto das pessoas físicas, quando a Selic ultrapassa o patamar de 8,5%, a poupança proporciona um rendimento de 0,5% ao mês acrescido da Taxa Referencial (TR). Por outro lado, quando a Selic é equivalente ou inferior a 8,5%, a poupança oferece um rendimento correspondente a 70% da meta Selic somada à TR (Banco do Brasil, 2024).
Títulos de renda fixa (títulos privados)	O título Certificado de Depósito Bancário (CDB) refere-se a um instrumento financeiro que representa a obrigação de pagamento de uma quantia específica acrescida de uma remuneração, denominada taxa de juros, na data de sua maturidade. Este instrumento possui um período de vigência que geralmente se estende de 30 a 180 dias. Formalmente, esses títulos são conhecidos como depósitos a prazo, uma vez que possuem uma data de vencimento preestabelecida (Berger, 2020).
Debêntures	As debêntures constituem títulos de crédito que materializam empréstimos concedidos por uma empresa a terceiros, conferindo aos seus possuidores direitos em relação à emissora, conforme estipulado na escritura de emissão (Berger, 2020). Os riscos das debêntures dividem-se em: risco de crédito que refere-se à possibilidade de a empresa emissora não cumprir suas obrigações definidas na escritura de emissão; risco de mercado que relaciona-se às oscilações macroeconômicas, como o aumento da taxa SELIC, que pode reduzir o preço unitário dos títulos no mercado secundário; e risco de liquidez que deriva das diversas cláusulas e condições contratuais, que dificultam a análise e precificação das debêntures, contribuindo para os baixos níveis de liquidez no mercado (Bruni, 2010).
Notas promissórias	Notas promissórias são instrumentos de curto prazo emitidos por empresas não financeiras. Guardam semelhanças significativas com debêntures e CDBs, embora ofereçam uma vantagem substancial ao emissor devido ao menor ônus fiscal, uma vez que a transação é isenta de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em geral, esses títulos remuneram taxas superiores às oferecidas pelo CDB (Berger, 2020). Trata-se de instrumentos comerciais que representam dívidas de empresas privadas (<i>commercial papers</i>). As taxas de remuneração podem ser pré ou pós-fixadas (Lovato, 2011).

Fonte: (Banco do Brasil, 2024); (Bruni, 2010); (Lovato, 2011); (Berger, 2020).

Os CDB dividem-se em prefixados e pós-fixados. Nos CDB prefixados, a taxa de remuneração é definida no momento da aplicação, permitindo ao investidor saber quanto seu investimento valorizará, e não há prazo mínimo obrigatório para essa modalidade (Berger, 2020). Nos CDB pós-fixados, a remuneração depende da capitalização baseada em índices de correção, como a Taxa Referencial (TR), o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou o CDI, acrescidos de uma taxa de juros fixa. Embora os CDB pós-fixados ligados ao CDI não exijam um prazo mínimo, os indexados a outros índices podem ter prazos diferentes, como os CDB corrigidos pela TR ou pela TJLP requerem um prazo mínimo de 30 dias (Berger, 2020).

Os riscos inerentes às transações envolvendo os CDB incluem o risco de crédito, caso a instituição emissora do título venha a enfrentar dificuldades financeiras devido a uma gestão inadequada, resultando na impossibilidade de honrar seus compromissos. O risco de mercado está associado, por exemplo, ao aumento das taxas de juros em operações pré-fixadas. No entanto, é relevante ressaltar que os riscos vinculados aos CDB são mitigados pela existência do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que assegura cobertura de perdas de até R\$60.000,00 por CPF (Bruni, 2010).

2.4.5 Investimento de renda variável

Ao contrário do que se observa na renda fixa - na qual o prazo da aplicação e os juros correspondentes são estabelecidos previamente no momento da contratação do investimento - a renda variável caracteriza-se por um mercado volátil. Neste contexto, os recursos investidos experimentam flutuações frequentes ao longo do dia, tanto positivas quanto negativas. É importante ressaltar que a rentabilidade passada não assegura ganhos futuros, e há aspectos ligados à sorte e ao risco que não devem ser subestimados (Lovato, 2011).

Neste contexto os fundos de renda variável são definidos como aqueles cuja composição consiste principalmente em aplicações em ações e/ou títulos, cuja taxa de retorno é variável e, portanto, está sujeita ao desempenho do mercado. Assim sendo, o resultado positivo ou negativo do fundo será determinado pelo desempenho das ações, cotas ou títulos que integram essa modalidade. Em consequência, o investidor obterá lucro em caso de bom desempenho, enquanto eventuais perdas ocorrerão em caso contrário (Fortuna, 2008).

2.4.6 Ações

O mercado de ações se subdivide em dois segmentos distintos: o mercado primário e o mercado secundário. No mercado primário, ocorrem as Ofertas Públicas Iniciais (IPO), nas quais as empresas abrem seu capital para angariar os recursos necessários destinados ao financiamento de suas atividades, lançando pela primeira vez seus ativos no mercado para venda. Por outro lado, o mercado secundário é caracterizado pelas negociações subsequentes à realização das emissões no mercado primário. Essas transações de compra e venda de títulos têm lugar na bolsa de valores, sendo que no contexto brasileiro, a Bovespa desempenha esse papel, estando sujeita à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de valores mobiliários (Bruni, 2010).

Existem dois tipos de ações, as Ordinárias Nominativas (ON), que oferecem a oportunidade de participação nos resultados econômicos de uma empresa, conferindo ao detentor o direito de voto, ou seja, quanto maior o número de ações ordinárias em posse de um investidor, maior será o seu poder de voto (Cerbasi, 2008). E as Preferenciais Nominativas (PN), caracterizadas pela prioridade na distribuição de lucros, conferindo aos detentores o direito preferencial de receber dividendos, porém, sem direito a voto (Cerbasi, 2008).

As ações representam uma parcela do capital social de uma empresa S.A. Ao adquirir ações, o investidor não está concedendo empréstimos à empresa, pelo contrário, está adquirindo uma participação acionária, tornando-se, por conseguinte, sócio da mesma. Como tal, ele possui direitos legítimos sobre os resultados da empresa, em proporção direta à quantidade de ações detidas (Puga, 2009).

2.4.7 Títulos públicos

Ao adquirir um título público, o investidor efetuará um empréstimo ao Tesouro. A principal finalidade desses títulos é captar recursos destinados ao financiamento da dívida pública, além de contribuir para o suporte de atividades do Governo Federal, tais como educação, saúde e infraestrutura (Lovato, 2011). Neste contexto, por meio de uma pesquisa detalhada é possível alcançar um custo total em torno de 1% ao ano, o que se mostra condizente com as taxas de administração aplicadas por fundos destinados exclusivamente a grandes montantes (Cerbasi, 2008).

Dentre os títulos públicos disponíveis, recomenda-se que o investidor selecione aquele que esteja em maior conformidade com seu perfil e objetivos financeiros. Esses títulos podem ser

categorizados como pré-fixados ou pós-fixados, estando estes últimos vinculados a índices como IGPM, IPCA e Taxa Selic, e podem apresentar diferentes prazos de vencimento, incluindo curto, médio e longo prazo.

No Quadro 5 é evidenciado os principais títulos e suas respectivas características, de acordo com Lovato (2011).

Quadro 5 - Principais títulos e suas respectivas características

Títulos	Descrição
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	Título pré-fixado, ou seja, com rentabilidade definida no momento da compra, o investidor sabe exatamente o valor a ser recebido no seu vencimento. Indicada para investidores que acreditam que a taxa pré-fixada do título será maior que a taxa básica de juros da economia (Selic).
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	Em tese, um título pós-fixado é vinculado à taxa de juros básica da economia (Selic). O reembolso ocorre ao término do período, compreendendo o valor nominal acrescido do rendimento acumulado desde a data base do título. Tal investimento é reconhecido por seu baixíssimo grau de risco, oferecendo proteção ao investidor em situações de instabilidade econômica. Adicionalmente, caso o Comitê de Política Monetária decida aumentar a Taxa Selic, a rentabilidade do título também será incrementada.
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	Trata-se de um título com rentabilidade pós-fixada, ajustada pelo IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acrescida de juros previamente estipulados no momento da aquisição, por exemplo, IPCA + 7,5% ao ano, acima da variação apurada para o IPC-A. Este tipo de investimento é recomendado para aplicações de médio e longo prazo, com pagamentos de juros semestrais, o que incrementa a liquidez e permite reinvestimentos periódicos. Ao final do prazo, o valor investido, acrescido dos juros do último semestre, será resgatado. Considera-se uma opção de investimento conservadora, pois protege o capital da erosão do poder de compra durante períodos de elevada inflação.
Notas do Tesouro Nacional – Série B Principal (NTN-B Principal)	Apresenta as mesmas características da NTB-B. Contudo, os juros são pagos apenas ao término do período de aplicação ou no resgate antecipado. O investidor usufrui de vantagens como a dispensa da necessidade de reinvestir os juros obtidos semestralmente, o que resulta em efeito de capitalização de juros sobre juros, além de evitar a tributação regressiva do imposto de renda.
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	É a única com rentabilidade pré-fixada e com o pagamento dos juros efetuado semestralmente, representa uma excelente escolha para investidores que almejam conhecer previamente o montante a ser recebido ao término da aplicação com base no capital investido. Similarmente à LTN, existe o risco de perda de capital caso as taxas de juros da economia aumentem e o investidor opte por revender o título antes do seu vencimento.

Fonte: Cerbasi (2008).

Sendo assim, os títulos públicos são considerados um investimento extremamente seguro, uma vez que são garantidos pelo governo, e, portanto, tidos como livres de risco. De fato, o risco está associado à possibilidade de o governo enfrentar insolvência e não honrar sua dívida, uma hipótese remota no contexto brasileiro (Cerbasi, 2010, p. 106).

2.4.8 Fundos de investimentos

Os fundos categorizados como Renda Fixa devem primordialmente considerar como fator de risco preponderante em sua carteira a oscilação das taxas de juros, dos índices de preços, ou de ambos. Adicionalmente, é requisito que mantenham pelo menos 80% de sua carteira em ativos diretamente relacionados, ou sintetizados por meio de derivativos, ao fator de risco que define sua classificação (B3, 2024c).

A alocação de recursos de fundo de renda fixa a curto prazo é direcionada exclusivamente para títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou vinculados à taxa SELIC, com vencimento máximo de 375 dias e prazo médio da carteira do fundo inferior a 60 dias, bem como para títulos privados de baixo risco, cotas de fundos de índice que investem em títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou de baixo risco, e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (B3, 2024c).

Para o fundo de renda fixa (dívida externa) é exigido que no mínimo 80% de seu patrimônio líquido seja composto por títulos representativos da dívida externa sob a responsabilidade da União. Cada fundo de investimento em renda fixa é regido por um regulamento que, entre outras disposições, estabelece sua política de investimento. Atualmente, a tributação dos fundos segue a tabela regressiva, na qual a alíquota diminui progressivamente à medida que o prazo de aplicação se estende. Essa alíquota inicia em 22,5% e é reduzida a 15% para investimentos mantidos por mais de 720 dias (B3, 2024c).

O Fundo de Investimento em Renda Fixa (FIRF) é estruturado como um condomínio fechado, no qual aos investidores não é facultado resgatar as cotas antes do término do prazo de vigência do fundo. A maioria dos Fundos de Investimento Multimercado (FIM) possui um prazo de vigência indeterminado, ou seja, não é estabelecido um período para sua liquidação. Nesse cenário, caso o investidor opte por retirar-se do investimento, sua única alternativa será realizar a venda de suas cotas no mercado secundário (B3, 2024c).

Adicionalmente, há a aplicação de taxa de performance e em determinadas circunstâncias, a incidência de taxa de ingresso e resgate do fundo. Tais encargos, assim como todas as demais tarifas, devem ser claramente estipulados no estatuto social e no prospecto do fundo (Silveira, 2014).

2.5 Planejamento e perfil do investidor

Desenvolver um planejamento financeiro pessoal é essencial, pois, com isso torna-se viável estabelecer metas definidas e elaborar um orçamento condizente com a realidade individual, o que resultará em uma maior estabilidade financeira. No entanto, este processo de planejamento implica em uma série de questionamentos acerca do que realizar, como realizá-lo e por que realizá-lo. A tarefa de estruturar estratégias alinhadas à realidade não é fácil, e uma vez estabelecidas, requer disciplina para efetivamente implementá-las (Silveira, 2014).

O investimento pessoal é outra parte crucial do planejamento financeiro, é fundamental analisar os produtos disponíveis no mercado. Isso demanda aprimorar as estratégias de investimento de modo a garantir sua conciliação com o prazo de retorno selecionado e o perfil de risco do investidor. Saber diferenciar os investimentos em classes de ativos, títulos e imóveis ajuda a mitigar riscos e maximizar retornos ao longo do tempo (C6 Bank, 2023).

De acordo com B3 (2022), para definir o perfil de investidor, é importante considerar sua tolerância ao risco, a sua situação financeira, idade e conhecimento sobre os produtos financeiros. Existem pessoas que estão dispostas a tomar maiores riscos do que outras, portanto, tendem a suportar melhor as flutuações do mercado. No Quadro 6 é evidenciado segundo o autor o perfil do investidor.

Quadro 6 – Classificação do perfil investidor

Perfil	Estratégias	Descrição
Conservadores	Estratégias Conservadoras	Este perfil assume os menores riscos possíveis e, como pode necessitar do dinheiro a qualquer momento, prioriza a manutenção do patrimônio, optando por manter grande parte de sua carteira em ativos de renda fixa. O investidor conservador valoriza a segurança acima dos demais critérios (liquidez e rentabilidade). É o que menos tolera perdas e a falta de liquidez.
Moderados	Estratégias Moderadas	Como o próprio nome sugere, este investidor valoriza a segurança, mas se sente confortável ao abrir mão de parte dela em uma parcela de seu patrimônio, considerando um rendimento maior a longo prazo. As pessoas deste perfil tendem a diversificar mais sua carteira entre renda fixa e renda variável, apostando em

		fundos de investimento que mitiguem os riscos, como os híbridos, além de outros ativos.
Dinâmicos	Estratégias Dinâmicas/Agressivas	Este é o perfil que possui a maior tolerância aos riscos, pois compreende melhor a dinâmica do mercado e se sente confortável em realizar aportes em ativos voláteis, visando uma maior rentabilidade a longo prazo. O investidor de perfil arrojado necessita de elevada inteligência emocional ao investir, para evitar grandes frustrações causadas pela volatilidade do mercado.

Fonte: Adaptado de B3 (2022).

Diante do exposto, o perfil do investidor, é como instrumento normativo e regulatório, fundamental para que as instituições financeiras busquem a transparência e a lisura em suas atividades com os investidores. Contudo, é igualmente crucial que o investidor conheça e defina, de forma clara, seus objetivos com o investimento em que pretende alocar seus recursos, dado que haverá diversos produtos de investimento disponibilizados dentro do perfil indicado pela ferramenta (Fiegenbaum Jr., 2019).

2.6 Estudos Correlatos

Os estudos correlatos sobre alternativas de investimentos disponíveis exploram a variedade de opções financeiras, como ações, títulos, fundos imobiliários, criptomoedas e outros instrumentos, investigando os fatores que as tornam atraentes para investidores. Esse campo de pesquisa examina, principalmente, como diferentes variáveis incluindo risco, rentabilidade, liquidez, segurança e acessibilidade que influenciam o processo de decisão de investimento.

Diante disso, o estudo de Lovato (2011) dentro do mercado nacional, buscou identificar as opções mais apropriadas para o perfil e perspectivas do investidor. E Amancio (2020) discutiu o nível de educação financeira e o conhecimento sobre investimentos, identificando, que a falta de informação relativa a questões financeiras traz um medo maior em investir, tornando assim as pessoas mais conservadoras.

Silveira (2014) investigou como a educação financeira aliada ao planejamento financeiro pessoal pode contribuir para a tomada de decisão de investimento e para aumento da renda futura das pessoas físicas, através da elaboração de um planejamento financeiro. Foi possível identificar que as pessoas sabem o que é um planejamento financeiro, porém não o utilizam e que, apesar de se

preocuparem com suas finanças, ainda falta conhecimento sobre o tema, o que se daria pela falta de educação financeira.

Neste mesmo contexto Fiegenbaum Jr. (2019) estudou o perfil de risco e as estratégias mais utilizadas pelo público-alvo para a formação e preservação de patrimônio, observando um perfil conservador ou moderado, pois prioriza a segurança e preservação de seu patrimônio. Também opta por realizar um planejamento financeiro e, apesar de não ampliar sua carteira de investimento, possuem o objetivo de crescimento patrimonial, mesmo que a longo prazo.

Diversos públicos de pesquisas realizadas por Torres e Barros (2014) em que analisaram os investimentos realizados pelos alunos por meio de métodos quantitativos. Os resultados apontaram que 78% dos alunos realizam investimentos e que 99% se enquadram no perfil moderado e agressivo, devido a desejarem um retorno mais expressivo. Foi pontuado o fato de os alunos não buscarem conhecimento de outros tipos de investimentos, sendo aconselhado pelo autor o estudo mais a fundo do mercado financeiro.

E ainda, Vieira, Bataglia e Sereia (2011) averiguaram se a educação financeira obtida junto aos cursos de graduação influencia na atitude de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. Foi constatado que formação acadêmica tem uma grande influência nas questões financeiras, pois na comparação entre os alunos dos semestres iniciais e os dos semestres finais dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, os alunos dos semestres finais tinham mais conhecimento referente aos riscos e tipos de investimento. Porém, foi frisado pelos autores que pode ser buscado outras fontes de conhecimento.

Vale mencionar o estudo de Bittencourt (2021) que observou o perfil de investidor de um grupo de médicos e relacionou o processo de escolha dos investimentos que compõem a carteira desses clientes, com as variáveis sexo, idade e renda. Tendo em vista que os homens estão dispostos a correr mais risco, pois buscam retorno de médio a longo prazo, enquanto as mulheres optam pela rentabilidade certa e não se dispõem a correr riscos desnecessários. Em relação a idade e a renda foi observado que os médicos que estão há mais tempo no mercado e possuem uma renda maior têm um perfil mais agressivo, diferentemente dos que acabaram de ser introduzidos no mercado, com uma rentabilidade inferior e que não se interessam tanto em investir.

Diante disso, tais estudos são essenciais, tendo em vista que contribuíram com informações relevantes por meio de diferentes metodologias, riscos e peculiaridades de cada investimento e o perfil mais adequado, onde identificou-se por meio do planejamento financeiro.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza de cunho exploratório, descritivo e de abordagem qualitativa, que se configurou como um estudo do perfil investidor no município de Tangará da Serra - Mato Grosso (MT). Cabe destacar que, de acordo com Gil (2002, p. 17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A pesquisa descritiva requer do investigador uma série de informações detalhadas sobre o objeto de estudo. Esse tipo de estudo tem como objetivo descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (Triviños, 1987). E segundo Richardson (1997, p. 80), uma pesquisa qualitativa pode descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de diversas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos e possibilitar, com maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Sendo assim, a pesquisa foi dividida em duas etapas: sendo a primeira parte teórica, de caráter exploratório, envolvendo os tipos de investimentos e suas características que os tornam atrativos ao perfil de cada investidor, tendo embasamento teórico a partir de pesquisas bibliográficas e documental.

Na segunda parte, foi realizada uma pesquisa no município de Tangará da Serra (MT) para obter os dados primários quanto ao perfil do investidor e os principais investimentos optados pelos investidores.

Foi elaborado um questionário para coleta de informações, utilizando o *Google forms*, enviado para pessoas da rede de contato da pesquisadora, configurando a pesquisa como do tipo não-probabilística. A rede de contato da pesquisadora incluiu grupo universitário, grupo de trabalho bem como grupo familiar e amigos. Segundo Cooper e Schindler (2003), a amostragem não probabilística é subjetiva e não aleatória, permitindo que os pesquisadores selecionem suas observações de forma intencional, sendo assim, a amostra utilizou seleção por conveniência. De acordo com Freitag (2017), as cotas por conveniência e julgamento são selecionadas com base na disponibilidade e na voluntariedade em aceitar os termos da coleta. Diante disso, o estudo obteve um retorno de 52 respostas.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário adaptado ao estudo de Torres e Barros (2014) e Sicredi (2024) sobre perfil do investidor. Os dados foram tabulados com uso *software Microsoft*

Office Excel, analisados utilizando-se da estatística descritiva simples e apresentados em formas de tabelas e figuras, comparando com resultados de pesquisas anteriores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando identificar as principais alternativas de investimento disponíveis no mercado associadas ao perfil e expectativas do investidor, a pesquisa identificou o perfil socioeconômico dos respondentes, para verificar os principais investimentos optados pelos investidores e comparar com as rentabilidades, tempo de retorno, nível de formação e risco.

Tabela 1 – Perfil dos pesquisados

Descrição		Nº	%
Gênero	Feminino	36	69,2
	Masculino	16	30,8
Total		52	100
Idade	Até 20 anos	10	19,2
	De 21 a 35 anos	36	69,2
	De 36 a 45 anos	4	7,8
	De 46 a 65 anos	2	3,8
Total		52	100
Renda Mensal Individual	Até 3.000,00	27	51,9
	De 3.000,01 a 5.000,00	15	28,8
	De 5.000,01 a 7.000,00	8	15,5
	De 7.000,01 a 15.000,00	1	1,9
	De 15.000,01 a 30.000,0	1	1,9
Total		52	100
Quantidade de dependentes financeiros	Nenhum dependente	35	67,3
	1 ou 2	13	25
	3 ou 4	4	7,7
	Acima de 5	0	0
Total		52	100
Escolaridade	Ensino médio completo	3	5,8
	Ensino superior incompleto	30	57,7
	Ensino superior completo	16	30,8
	Mestrado	2	3,8
	Doutorado	1	1,9
Total		52	100

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

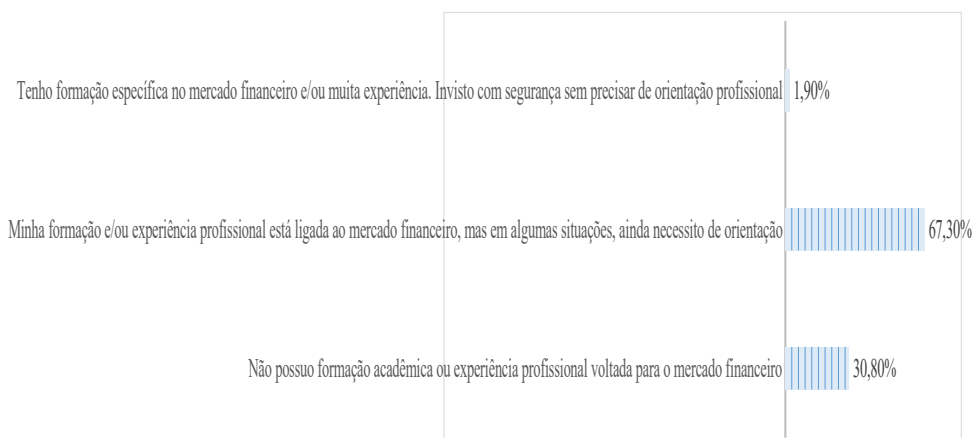
Os resultados identificaram dentre os respondentes 69,2% do gênero feminino, enquanto 30,8% do gênero masculino, com predominância do sexo feminino. Ademais, cabe salientar que o questionário foi disponibilizado para um público abrangente e aleatório, por esse motivo é possível notar a variação de rendas e formações.

Observou-se que a maior proporção corresponde a indivíduos com ensino superior incompleto totalizando 57,7%, seguida por 30,8% dos participantes que possuem ensino superior completo. Além disso, 5,8% dos respondentes possuem ensino médio completo, enquanto 5,7% têm pós-graduação concluída. Observa-se que a maioria dos participantes apresentam formação acadêmica, seja em andamento ou já finalizada, o que indica um certo domínio sobre o tema em questão.

No que se refere à faixa etária, nota-se uma predominância de indivíduos entre 21 e 35 anos que totalizam 69,2%. Em seguida, os participantes com até 20 anos representam 19,2%, enquanto aqueles com idades entre 36 e 65 anos correspondem a 11,6%. De acordo com a Figura 1, constata-se que a maioria dos participantes, equivalente a 51,9%, possui uma renda de até 3 mil reais. Além disso, 28,8% dos participantes apresentam renda entre 3 mil a 5 mil reais, enquanto 15,5% situam-se na faixa de 5 mil a 7 mil reais e os demais participantes apresentam rendas variadas. E, apesar da grande maioria dos respondentes possuírem uma escolaridade em nível superior, a faixa de renda predominante não corresponde às expectativas, situando-se entre um e dois salários-mínimos, assim como no estudo de Amancio (2020).

Neste contexto, foi indagado se suas experiências profissionais e/ou formações influenciam sua percepção sobre investimentos, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Sua formação/experiência profissional influenciou sua compreensão sobre investimentos?



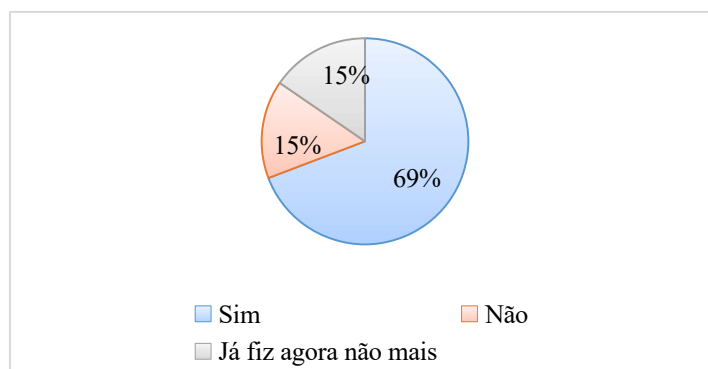
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Observa-se que 67,30% dos entrevistados possuem formação ou experiência profissional vinculada ao mercado financeiro, no entanto, ainda demonstram insegurança em relação aos investimentos, o que indica a necessidade de algum tipo de orientação. Em seguida, 30,28% dos respondentes não possuem

qualquer conexão com o mercado financeiro, enquanto 1,90% têm formação específica e/ou considerável experiência na área, o que facilita sua compreensão sobre o investimento ideal, levando em conta sua renda, a tolerância ao risco e o tempo esperado para retorno.

Com o perfil dos respondentes identificado, o estudo questionou se o participante já realizou algum tipo de investimento, conforme demonstrado na Figura 3.

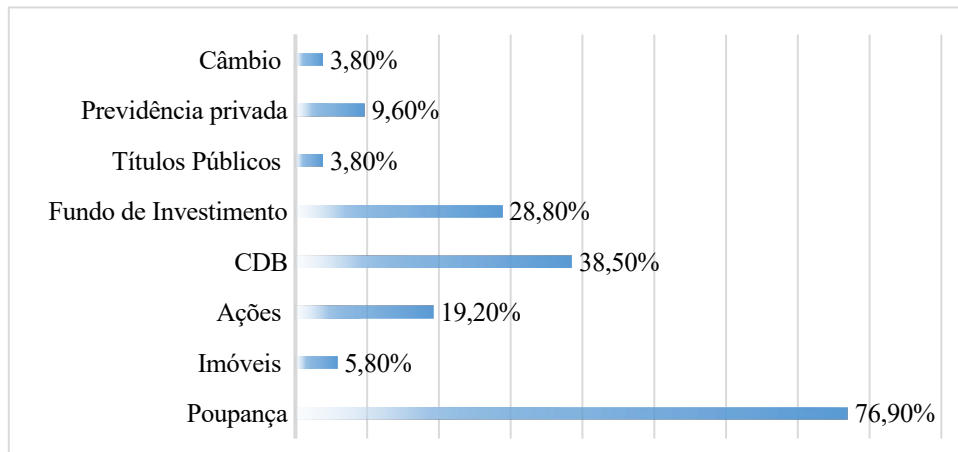
Figura 3 - Realiza algum tipo de investimento (poupança, ações, imóveis etc)?



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Foi identificado que 15,4% dos entrevistados não realizaram nenhum tipo de investimento, enquanto 15,4% realizaram algum tipo de investimento no passado, porém atualmente não o fazem mais, por outro lado e 69,2% dos respondentes confirmaram que praticam algum tipo de investimento. Quando se aborda o conceito de investimento é importante ressaltar que cada indivíduo possui um planejamento e ou expectativa individual sobre quais opções de investimentos deve escolher, na qual leva-se em consideração sua capacidade de pagamento e tempo de retorno. Diante disso, foi indagado o tipo de investimento que realiza ou já realizou, conforme dados demonstrados na Figura 4.

Figura 4 - Qual tipo de investimento você realiza ou já realizou? (foi possível marcar mais de uma opção)

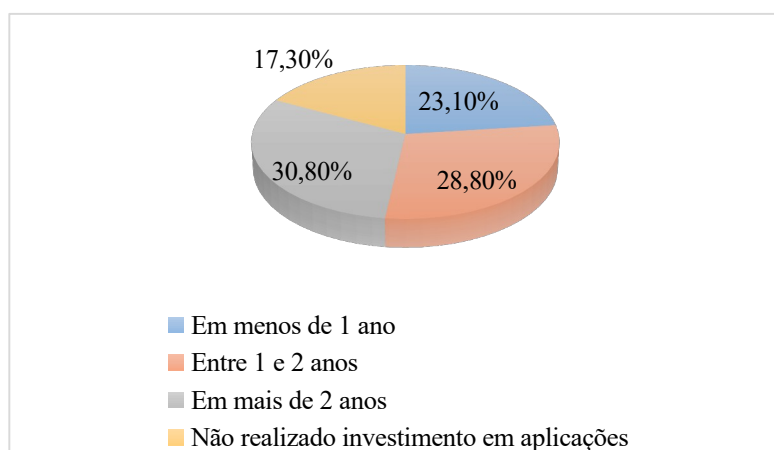


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As três opções mais selecionadas foram: poupança (76,90%), CDB (38,50%) e fundos (28,80%). Seguiram-se as ações com 19,20%, imóveis com 5,80% e por último títulos públicos e câmbio, ambos com 3,80%. É pertinente mencionar que investimentos em terrenos, Caixinha Nubank, LCA e criptomoedas somaram 1,90% das respostas. Corroborando a pesquisa de Camargo (2020), na qual 48% das preferências foi a poupança, seguida pelos CDB com 26%, com os investimentos de natureza variável como as criptomoedas apresentando menor adesão por parte dos participantes. Mesmo com o aumento de interesse em outros investimentos, a poupança continua a liderar principalmente devido à percepção de segurança que oferece.

Neste contexto, considerando a existência das três categorias de investimentos: curto, médio e longo prazo, o estudo buscou entender qual o tempo em médio que os investidores deixam seu valor investido conforme Figura 5:

Figura 5 – Tempo de investimento

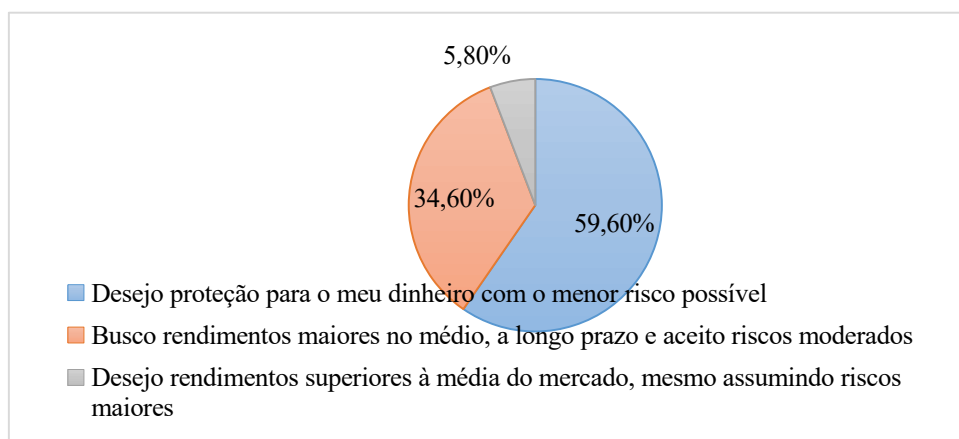


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Foi identificado que 30,80% dos respondentes apresentam uma expectativa de retorno superior a 2 anos, o que já era previsível, considerando que a maior parte dos participantes investe em poupança. Em seguida, 28,80% dos entrevistados possuem uma tolerância de 1 a 2 anos para retorno, enquanto 23,10% almejam resultados mais rápidos. Por fim, 17,30% dos respondentes não realizam nenhum tipo de investimento.

Nesse sentido, também foi questionado aos participantes qual é o objetivo ao investir, conforme ilustrado na Figura 6 apresentada abaixo.

Figura 6 - Qual o seu principal objetivo ao investir?

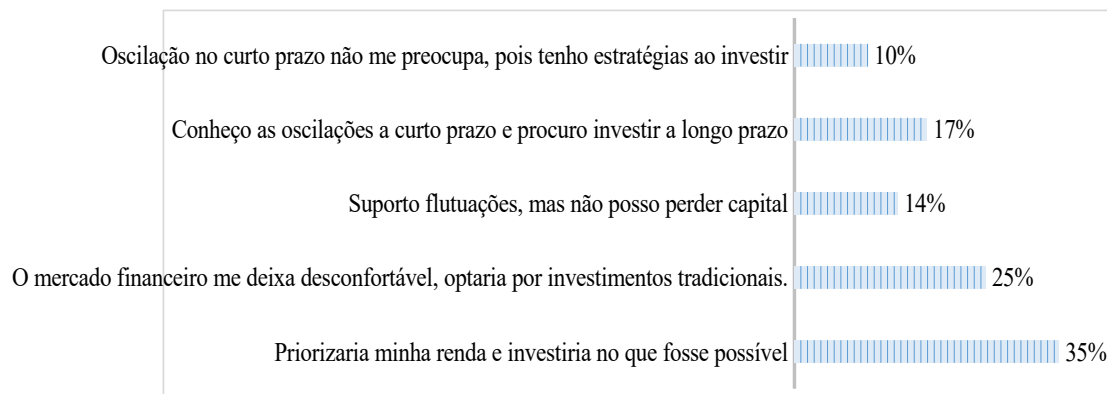


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com os dados, 59,60% priorizam investimentos com o menor risco. Com 34,60% dos respondentes buscam rendimentos de médio a longo prazo e são mais adeptos a riscos moderados e ainda 5,80% dos respondentes buscam rendimentos superiores à média do mercado, demonstrando maior tolerância ao risco.

Nesse contexto, a questão relacionada às oscilações do mercado foi abordada, conforme ilustrado na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Como você reagiria a flutuações/variações em seus investimentos?



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Observa-se que 34,60% dos respondentes demonstram baixa tolerância às oscilações do mercado, o que reforça a concordância com os resultados das questões 4 e 6, evidenciando uma preferência por alternativas mais conservadoras. E 25% dos participantes indicaram não possuir tolerância às flutuações do mercado, optando por investimentos tradicionais. Um grupo de 17,30% já apresenta maior familiaridade com as variações e busca opções de investimento de longo prazo. Enquanto 13,50% dos entrevistados toleram as oscilações do mercado, desde que não envolvam perdas significativas. E 9,60% demonstram maior aceitação das variações, pois dispõem de conhecimento e estratégias que lhes permitem obter bons retornos.

Para compreender melhor o perfil investidor dos participantes da pesquisa, foi questionado como se consideram como um perfil de investidor, conservador, moderado ou agressivo, conforme dados demonstrados na Figura 8

Figura 8 - Baseado nas respostas anteriores e no seu autoconhecimento, qual o seu perfil de investidor?



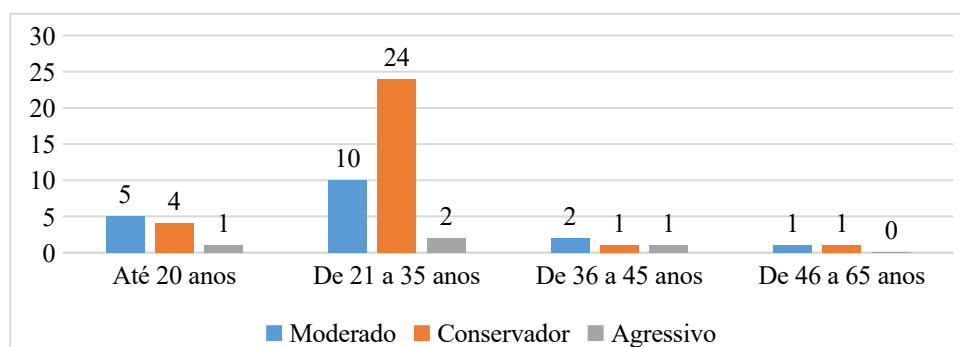
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Cerca de 34,60% dos participantes indicaram possuir um perfil moderado, 57,70% apresentaram um perfil conservador e apenas 7,70% afirmaram ter um perfil arrojado. Esses percentuais comprovam os resultados da pesquisa, uma vez que as respostas anteriores indicavam uma predominância de perfis conservadores e moderados entre os investidores.

Em consonância com os resultados da pesquisa de Cardozo, Modesto e Magalhães (2019), verificou-se um destaque no perfil conservador dos respondentes, evidenciado pelo fato de 88% deles optarem por alternativas de investimento mais seguras e com menor aderência ao risco, como a poupança.

O estudo buscou identificar a relação em idade com o perfil dos investidores, os resultados estão ilustrados na Figura 9.

Figura 9 - Comparativo de percentuais de idade e perfil baseada nos resultados da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Observou-se que o perfil conservador prevaleceu em investidores com idades entre de 21 a 35 anos, enquanto o perfil moderado foi mais frequente entre aqueles com menos de 21 anos. Esse

comportamento pode estar relacionado à renda, considerando que a maior parte dos entrevistados pertence à faixa salarial de 1 a 2 salários-mínimos, o que pode limitar sua propensão ao risco, levando-os a optar por investimentos mais seguros. Apesar da predominância do perfil conservador, constatou-se um percentual mais elevado de investidores com perfil agressivo na faixa etária de 21 a 35 anos, o que pode ser explicado pela influência da idade, tendo em vista que indivíduos mais jovens tendem a ter maior acesso à informação e por serem mais propensos a buscar altos retornos apresentam maior tolerância ao risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo identificar as principais alternativas de investimento no mercado, associadas ao perfil e às expectativas do investidor. Nesse sentido, entende-se que o objetivo foi atingido, uma vez que o estudo abordou o perfil do investidor, os tipos de investimentos e suas características que os tornam atrativos para cada perfil, além de apresentar os principais investimentos escolhidos pelos investidores.

Nesse contexto, foi possível constatar que os participantes apresentaram conhecimento sobre o mercado financeiro, uma vez que 67,30% possuem formação ou experiência profissional vinculada ao mercado financeiro, o que permitiu ter discernimento para entender e optar pelo melhor investimento, baseado em seus objetivos. No entanto, muitos, por insegurança, optam por seguir no caminho mais conservador e assumir menores riscos.

Diante disso, evidenciou um perfil de investidor conservador se sobressaindo, apesar de a maior parte da amostra serem pessoas jovens entre 21 e 35 anos, isso demonstrou um perfil investidor tímido a assumir riscos, pois priorizam a segurança e a liquidez em vez da rentabilidade, como demonstrado nos resultados em que 76,90% escolhem a poupança para seus investimentos e 38,50% optam pelos Certificados de Depósito Bancário (CDB). Contudo, o perfil moderado apresentou significância, buscando o equilíbrio entre a rentabilidade e a segurança. Isso corrobora, pela facilidade do acesso às informações sobre o mercado financeiro, o que gera no investidor a responsabilidade de buscar um planejamento financeiro.

Percebe-se a importância de os investidores possuírem conhecimento sobre os produtos e serviços disponíveis no mercado, uma vez que permite fazer escolhas conscientes e embasadas,

selecionando as alternativas de investimento mais adequadas a sua realidade. Essa prática contribui para a melhoria de suas perspectivas financeiras.

Apesar da pesquisa ter alcançado seus objetivos, apresentou como limitações um número restrito de respondentes. Assim, sugere-se para estudos futuros a promoção de pesquisas que ampliem os conhecimentos dos investidores sobre o mercado financeiro, com foco em temas como bolsa de valores, planejamento financeiro, orientação sobre hábitos de consumo e endividamento. É relevante destacar que a sociedade ainda enfrenta certas dificuldades na busca por informações, embora isso esteja sendo progressivamente superado pela geração atual.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Jean Carlos Batista. **Educação financeira e investimentos: um breve estudo sobre o perfil do brasileiro em 2020**. Trabalho de Conclusão de Curso, curso de Administração pelo Centro Universitário de Anápolis – GO, Julho, 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/9384>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cartilha Dinheiro**. Histórico do dinheiro. Banco Central do Brasil, 2003. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/Cartilha_Dinheiro_no_Brasil.pdf. Acesso em: 16 de mar. de 2024.

_____. **Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais**. Educação Financeira. Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 23 de mar. de 2024.

_____. **Quero aprender a poupar e investir**. 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/poupar_investir. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

BANCO DO BRASIL. **Poupança BB: Comece com qualquer valor e sem custo!** 2024. Disponível em: [Poupança BB: Comece com qualquer valor e sem custo!](#). Poupança. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

BITTENCOURT, Stéfany Bittencourt Fonseca. **Finanças comportamentais e perfis de investimentos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Finanças Empresariais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36650/1/Dissertação%20Financas%20Comportamentais%20e%20perfis%20de%20investidores.pdf>. Acesso em: 27 de jan. de 2024.

BRUNI, Adriano Leal. **Certificação profissional ANBID Série 10 (CPA10)**. São Paulo: Atlas, 2010.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. **Perfil do investidor: por que é importante descobrir o seu?** 2022. Disponível em: https://borainvestir.b3.com.br/objetivos-financeiros/perfil-do-investidor-por-que-e-importante-descobrir-o-seu/?gclid=CjwKCAiA9lC6BhA3EiwAsbltOOIkf-TwI7qU48A-WfE1kgkUzIX_dwpri_STKInUiXCB_6uoCCvmDRoCCq4QAvD_BwE. Acesso em: 25 de maio de 2024.

_____. **Tudo sobre renda fixa - tipos, dicas e conteúdos relevantes**. B3, 2024a. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/tipos-de-investimentos/renda-fixa/>. Investimentos de renda fixa. Acesso em: 20 de abr. de 2024.

_____. **Fundo de investimento renda fixa**. 2024c. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/fundo-de-investimento-renda-fixa-fi-rf.htm. Acesso em 4 de mai. de 2024.

CAMARGO, Matheus. **O Novo Perfil do Investidor no Mercado Financeiro: O Impacto das Criptomoedas na Economia e no Investimentos Pessoais**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/6504/TCC%20Matheus%20Camargo%20P%20loni.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

CARDOZO, Tuane; MODESTO, Nathália; MAGALHÃES, Nathália; FONSECA, Raony; POLICARPO, Renata. **Análise do Perfil de Investidores Brasileiros**. IX Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, Ponta Grossa-Paraná, Brasil. 2019. Disponível em: https://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/09292019_14_0900_5d90e7fc62875.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2024.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **História da CMB**. 2024. Disponível em: <https://www.casadoemeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/historia-da-cmb.html#:~:text=A%20Casa%20da%20Moeda%20do,o%20ouro%20proveniente%20das%20minera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 16 de mar. de 2024.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes: para conquistar e multiplicar seu primeiro milhão**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro. Os Segredos de Quem Têm: como conquistar e manter sua independência financeira**. São Paulo: Editora Gente, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Educação financeira para além do conhecimento: estratégias de intervenção no comportamento de poupança**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/estudo-cvm-educacao>

financeira-para-alem-do-conhecimento-setembro-2017. Educação Financeira. Acesso em: 24 de mar. de 2024.

COSTA, Helder Tonini. **Tipos de investimento:** os investimentos mais realizados. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais Aplicada a Economia da Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - RS. 2016. Disponível: <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/541>. Acesso em: 21 de abr. de 2024.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Método de pesquisa em administração**, Porto Alegre: Bookman, 7ª edição. 2003.

C6 BANK. **Quem é Warren Buffett:** biografia de um dos maiores investidores. 2023. Disponível em: <https://www.c6bank.com.br/blog/warren-buffett>. Planejamento e investimento pessoal. Acesso em: 21 abr. 2024.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro:** produtos e serviços. 17ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

FIEGENBAUM JR, Valmir. **Formação e preservação de patrimônio:** perfil do investidor e carteira de investimentos. Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado - RS. 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/0c91915f-1663-4f12-ae79-a543fdb2f94a>. Acesso em: 27 de jan. de 2024.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Documentação Sociolinguística, coleta de dados e ética em pesquisa.** São Cristóvão: ed. UFS, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em: 18 de mai. de 2024.

ITAÚ UNIBANCO. **Investimentos de renda fixa.** 2020. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/investimentos/renda-fixa>. Acesso em: 20 de abr. de 2024.

LOVATO, Bruno Nascimento. **Finanças Pessoais:** investimentos de renda fixa e renda variável. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) curso em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Florianópolis – SC. Julho 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121011>. Acesso em: 16 de mar. de 2024.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MELO, Ítalo Francelino, POLIDÓRIO, Gilson Rodrigo Silvério. **Investimento em renda fixa e renda variável. ETIC - Encontro de Iniciação Científica**. 2016. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/7110/67647192>. Acesso em: 20 de abr. 2024.

BERGER, Paulo Lamosa. **Mercado de renda fixa no Brasil: Ênfase em títulos públicos**. 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=_10tEAAAQBAJ&lpg=PT1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

NÓBREGA, Clemente. **A ciência da gestão – marketing, inovação, estratégia: um físico explica a gestão – a maior inovação do século XX – como uma ciência**. Rio de Janeiro: Senac, 2004.

NUBANK. **Como declarar investimentos de renda fixa no IR?** 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/ir-renda-fixa-2024/>. IR renda fixa. Acesso em: 21 de abr. de 2024.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies**. Paris, 2005. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/improving-financial-literacy_5lgqq1kffg20.pdf?itemId=%2Fcontent%2Fpublication%2F9789264012578-en&mimeType=pdf. Acesso: 23 de mar. de 2024.

PUGA, Rodrigo. **Formação de investidores: supere a poupança e invista em ações no home broker**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

RICHARDSON, Roberto, Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SICREDI. **Como investir após a reversão da Selic? Pré-fixados são opção**. Sicredi, 2023. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/investimentos/investimentos-pre-fixados-periodos-alta-taxa-juros/#:~:text=Se%20voc%C3%AA%20%C3%A9%20um%20as%20sociado,emitido%20pelas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20financeiras%20cooperativas>. Investimentos de renda pré-fixadas. Acesso em: 21 de abr. de 2024.

_____. **Simulador de Perfil do investidor**. Sicredi, 2024. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/investimentos/simulador-de-perfil/>. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

SILVEIRA, Matheus da Silva. **Gestão financeira pessoal e tomada de decisão de investimento**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Administrativas da Universidade Federal de Porto Alegre,

Rio Grande do Sul – RS. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117439>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

SULLIVAN, Arthur e SHEFFRIN, Steven. **Princípios de economia**. Rio de Janeiro: Editora: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo**: acabe com o endividamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TORRES, Inácio Alves; BARROS, Fábio Segatto. **Investimentos financeiros**: uma análise dos alunos investidores de uma Instituição de ensino superior de Brasília – DF. Universitas Gestão e TI, Brasília, v. 4, n. 1, p. 39-53, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/gti/article/view/2804>. Acesso em: 16 de jan. de 2024.

VIEIRA, José Guilherme. **Endividamento e o consumo**, O economista, 11 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.oeconomista.com.br/endividamento-e-consumo/>. Acesso em: 06 de abr. de 2024

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, v. 9, n. 3, set-dez, 2011, p. 61-86. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258860133_Educacao_Financeira_e_Deciso es_de_Consumo_Investimento_e_Poupanca_Uma_Analise_dos_Alunos_de_Uma_Universidade_Publica_do_Norte_do_Parana. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

MODELO DE PREVISÃO DE
INSOLVÊNCIA: APLICAÇÃO DO
TERMÔMETRO DE KANITZ NAS
EMPRESAS DO SEGMENTO VAREJISTA
LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Geovanna Kaliny Barbosa
Alex Fabiano Bertollo Santana
Juliano Almeida de Faria

Resumo

O Termômetro de Kanitz configura-se como um indicador de análise financeira que busca mensurar a condição econômica de uma organização, permitindo verificar as situações de solvência ou de insolvência. Sendo assim, o principal objetivo da pesquisa é analisar o nível de solvência das Cias abertas do setor de varejista listada na BM&FBOVESPA no período de 2020 a 2024. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza descritiva, fundamentando-se na coleta e análise de dados disponibilizados pela B3. Nos resultados obtidos, as companhias encontram-se classificadas nas categorias de solvência e penumbra. Verificou-se que algumas organizações apresentaram deterioração em seus indicadores, evidenciando uma acentuada tendência à insolvência. Nesse contexto, destaca-se a Lojas Marisa, cujo índice passou de 3,09, em 2000, para 0,59, em 2024. Situação semelhante é observada na Casas Bahia, que, ao longo dos cinco períodos analisados, registrou resultados sucessivamente decrescentes nos períodos analisados: 1,93; 1,32; 1,20; 0,03; e -1,46.

Palavras-chave: Termômetro de Kanitz; Demonstrações contábeis; Empresas Varejistas.

Área Temática: IV- Conteúdo informacional sustentado na avaliação quanti-qualitativa dos agregados econômicos das demonstrações contábeis;

1. Introdução

A contabilidade é de suma importância para o desenvolvimento do País, pois, todas organizações sejam elas públicas ou privadas devem estar em conformidade com as exigências legais necessárias para que possam atuar no mercado. Sendo assim, a contabilidade fornece informações essenciais para que empresas, governos e a sociedade em geral possam tomar decisões mais conscientes e eficazes, contribuindo para um desenvolvimento econômico e social mais sustentável.

Neste sentido, conforme Ferrari (2011), a ciência contábil tem por objeto o patrimônio das entidades, onde estabelece como propósito o controle desse patrimônio, com finalidade de fornecer informações a seus usuários. Ela garante a transparência e a confiabilidade dos dados, permitindo uma melhor análise da saúde econômica das empresas. Com as informações disponíveis e confiáveis, os usuários internos podem realizar diversas análises essenciais para sua gestão, como análise de produção, relação custo x volume x lucro, dentre outras. Já os usuários externos (investidores) utilizam principalmente para fins de investimento, como a evolução do crescimento da empresa, dos preços das ações e análises técnicas como a metodologia do termômetro de Kanitz.

Importante ressaltar que, para realizar qualquer análise pelos usuários externos, os dados contábeis devem estar disponíveis, principalmente as companhias abertas brasileiras, pois, são obrigadas pela Lei 6.404/76 a divulgarem suas informações contábeis. Neste sentido, Barbosa (2010), informa que as empresas passaram a enxergar os demonstrativos como instrumentos de grande utilidade, uma vez que os dados extraídos podem se transformar em informações extremamente valiosas ao desenvolvimento financeiro das organizações.

Portanto, percebe-se que a contabilidade é muito importante, visto que, as informações contábeis divulgadas servem para diversas análises de gestão e investimento. Destaca-se que, uma das

principais análises realizadas é a questão da insolvência, segundo Gitman (1997), a insolvência é o estado de inadimplência causada pela falta de capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações de contas a pagar até a data estipulada para seu vencimento.

Para Stüpp (2015), a previsão de insolvência busca uma classificação mais confiável e objetiva, buscando identificar futuros problemas financeiros, despertando o interesse de diversos usuários na análise das demonstrações como: investidores, instituições de créditos, auditores, contadores, administradores, acadêmicos e pesquisadores. Segundo Altman, Baidya & Dias (1979), períodos de instabilidade financeira fazem parte de todas as empresas, o que implica que, cedo ou tarde, uma empresa irá passar por problemas financeiros que podem levar a sua descontinuidade.

Para realizar uma análise de insolvência é necessário utilizar os demonstrativos contábeis produzidos e divulgados pelas organizações. Marion (2012) a utilização de índices padrões têm como único objetivo servir de comparação para análise de empresas que atuam no mesmo ramo de atividade. Essa comparação é útil e relevante para todos os usuários das informações contábeis, sejam eles usuários internos ou externos.

Portanto, o presente estudo analisou as companhias abertas brasileiras do setor varejista, devido a informações divulgadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que em janeiro de 2025 o setor apresentou um cenário de enfraquecimento de vendas, com sua terceira queda consecutiva na comparação mensal, com recuo de 0,1%. Além disto, há indícios de grandes grupos empresariais do mesmo ramo amargam a possibilidade de fechamento de suas portas, como por exemplo, Lojas Americanas em 2023 e Casas Bahia em 2024 entraram em processo de recuperação judicial e, Magazine Luiza – tem dado sinais que caminha para o mesmo rumo (Menezes dos Santos & Seabra, 2025).

Sendo assim, parte-se para a seguinte questão-problema: Qual o nível de solvência das companhias abertas brasileiras do setor varejista no período de 2020 a 2024 utilizando o termômetro de Kanitz?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o nível de solvência das companhias abertas brasileiras do setor de varejo no período de 2020 a 2024 utilizando o termômetro de Kanitz. Tendo como objetivos específicos: coletar os demonstrativos contábeis nos *sites* das companhias abertas; tabular os dados de acordo com a metodologia do termômetro de Kanitz; verificar o nível de solvência das companhias abertas. A principal ideia nessa linha de pesquisa, é buscar identificar quais empresas apresentam tendências a desequilíbrios financeiros.

2. Discussão Teórica

2.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são informações divulgadas pelas organizações que devem possuir características objetivas, claras e concisas, permitindo que os usuários avaliem a situação econômica e financeira da entidade. Além disso, essas informações ajudam a inferir tendências futuras. Portanto, a qualidade da informação contábil é essencial para uma tomada de decisão eficiente e para a prestação de contas transparente. Segundo Iudícibus (2009) as demonstrações contábeis são relatórios que expõe resumidamente e de forma ordenada os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008) as demonstrações contábeis têm como objetivo fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, contribuindo para as avaliações e tomada de decisões de seus diversos usuários. Neste sentido, percebe-se a importância das demonstrações

contábeis geradas pela contabilidade, pois, as informações disponibilizadas são essenciais para a tomada de decisão.

Segundo Ross, Wasterfield & Jordan (1998) as informações extraídas de demonstrações financeiras possuem uma gama de aplicações no âmbito de uma empresa, são úteis para indivíduos e organizações externas à empresa, incluindo credores a curto e longo prazo e investidores em potencial.

Ao utilizar as demonstrações contábeis para análise, Iudícibus (2007) descreve que a arte de saber extrair relações úteis entre contas e grupos de contas dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões, possibilita a alta administração com informações úteis à tomada de decisão. Braga (1999) esclarece que o objetivo da análise das demonstrações contábeis é atuar como um instrumento de gerência, pois por meio dela, os administradores da empresa podem ter uma melhor visão das tendências dos negócios, com a finalidade de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização das metas da organização.

Sendo assim, com as demonstrações contábeis divulgadas, os usuários podem utilizar as mesmas para um estudo mais aprofundado, verificando a tendência futura da organização, ou seja, pode-se utilizar as informações aplicando análises como por exemplo: análise vertical, horizontal, índices de liquidez, estrutura, rentabilidade, dentre outras. Já para análises mais robustas, cita-se o termômetro de Kanitz, que é uma ferramenta de análise financeira que ajuda a prever a possibilidade de uma empresa falir. Baseia-se na análise de alguns índices financeiros e tem como objetivo identificar o risco de insolvência de uma empresa. Sendo que os principais relatórios para fins de aplicação do termômetro de Kanitz são utilizados os Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício.

2.2 Termômetro de Kanitz

A aplicação de métodos voltados à insolvência empresarial tem sido objeto de estudo e prática há mais de 50 anos. Ao longo desse período, essa trajetória visa testar a confiabilidade de diversos modelos e técnicas, com o propósito de identificar os principais fatores que influenciam a sustentabilidade financeira das empresas ao longo do tempo (Scalzer, Rodrigues & Macedo, 2015).

O estudo de Kanitz analisou cerca de 5.000 demonstrações contábeis de empresas brasileiras, no qual a partir dessa grande amostra, selecionou aleatoriamente 21 empresas que faliram entre 1972 e 1974, examinando seus balanços referentes aos dois anos anteriores à falência. Em complemento, para realizar uma comparação justa, selecionou de forma aleatória 21 empresas que não faliram, analisando seus balanços nos mesmos períodos. Ao aplicar a metodologia, conseguiu identificar possíveis sinais de risco de falência e diferenças entre empresas que tiveram sucesso e aquelas que enfrentaram dificuldades financeiras (Kanitz, 1976).

Após a divulgação da metodologia do termômetro de Kanitz, iniciou-se diversas pesquisas em vários segmentos, buscando verificar indícios de insolvência nas organizações, como por exemplo, o estudo de Assis & Martins (2017), analisaram as empresas da carteira do IBOVESPA em 2016, concluindo que 94,553% da carteira não apresenta risco de insolvência e 5,447% estão na zona de penumbra. Já a pesquisa de Alencar (2017) realizou um estudo no Grupo Votorantim no período de 2012 a 2015 concluindo que a empresa apresentou solvência em todos os períodos, assim como, o estudo de Menezes & Melo (2017), que analisaram as Lojas Renner S/A nos anos de 2011 a 2015 chegando às mesmas conclusões.

Entretanto, pesquisas encontraram fortes indícios de insolvência nas organizações, como Sarango (2021), no qual analisou a insolvência empresarial do ramo hoteleiro, concluindo a existência

significativa entre os períodos pré e pós-pandêmico de indícios para insolvência no setor. E, Soares et al., (2021), aplicaram o termômetro de Kanitz no setor aéreo brasileiro, concluindo que foi possível verificar o pedido de recuperação judicial solicitado por uma das empresas estudadas.

Por outro lado, Teixeira (2012) define o Termômetro de Kanitz como um modelo de análise que determina o grau de insolvência das empresas. O qual se baseia na combinação de alguns indicadores de liquidez, de endividamento e rentabilidade. Essa ferramenta de gestão utilizou estes índices financeiros com o fito de criar um termômetro que, a partir do resultado de sua aplicação, indica a tendência de uma empresa falir ou não.

Portanto, percebe-se que a aplicação de ferramentas para análise de insolvência é de suma importância, pois, de acordo Ross, Westerfield & Jaffe (2002), uma empresa passa a enfrentar dificuldades financeiras quando os fluxos de caixa gerados se tornam insuficientes para cobrir as obrigações correntes, o que leva a necessidade da adoção de medidas corretivas.

Sendo assim, conforme o quadro 1, apresenta-se os indicadores que Kantiz (1974) utiliza em seu modelo para a previsão de insolvência.

Quadro 1: Índices utilizados no Termômetro de Kanitz

Conforme Braga (2012) a análise das demonstrações deve ser orientada em função dos objetivos do analista, dependendo da finalidade, os exames podem ter maior ou menor profundidade.

De acordo com os relatórios que são extraídos das demonstrações contábeis, é possível ter um entendimento fundamentado da situação do negócio, como sua capacidade de pagamento, lucratividade, posição no mercado, rentabilidade e o endividamento. A análise de balanço, que cruza informações dos anos anteriores com o presente, aliado aos termômetros de insolvência é possível apresentar formas de obter resultados melhores no futuro (Assaf Neto, 2015).

Ressalta-se que o Modelo de Kanitz utiliza os indicadores econômico-financeiros, para avaliar a saúde financeira de uma empresa e prever o risco de insolvência. Estes índices, como a rentabilidade do patrimônio e a liquidez, fornecem uma visão ampla da situação da empresa, permitindo identificar características típicas de empresas saudáveis ou em risco.

Além dos indicadores, Kanitz chegou ao fator de solvência, no qual foi encontrado via um processo de análise, seleção de indicadores, e na construção de uma escala e desenvolvimento de uma fórmula matemática que combina esses indicadores para prever o grau de insolvência de uma empresa. Portanto, de acordo com a proposta de Kanitz, para a aplicação do modelo, deve-se utilizar as equações matemáticas conforme descrição abaixo.

$$X_1 = RPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} * 0,05 \dots \dots \dots (1)$$

$$X_2 = LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a L. P.}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a L. P.}} * 1,65 \dots \dots \dots (2)$$

$$X_3 = LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} * 3,55 \dots\dots\dots (3)$$

$$X_4 = LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} * 1,06 \dots\dots\dots (4)$$

$$X_5 = \geq = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} * 0,33 \dots\dots\dots (5)$$

$$\text{Fator de Insolvência (Z)} = ((X_1 0,05 + X_2 1,65 + X_3 3,55) - (X_4 1,06 + X_5 0,33)) \dots\dots (6)$$

A partir dos indicadores selecionados, Kanitz construiu uma escala com intervalos que representam a probabilidade de insolvência, dividida em três faixas. Estas faixas correspondem aos resultados no qual as formulações do modelo foram aplicadas nas organizações, de acordo com os dados coletados das demonstrações contábeis.

Figura 1 - Termômetro de Kanitz

Fonte: Adaptado Kanitz (1974)

De acordo com Costa (2014), uma empresa com o fator de insolvência entre 0 e 7 está na faixa de solvência, entre -3 e 0, na região da penumbra ou indefinida. A zona de insolvência é compreendida na faixa entre -7 e -3. Em decorrência, se a empresa se situar com um resultado acima de 0 no termômetro, indica que a saúde financeira da empresa está com bons resultados.

Segundo Alves (2013), um desempenho mais elevado na escala indica uma maior probabilidade de solvência, enquanto um desempenho mais baixo sugere uma maior chance de insolvência. Além disso, é possível estabelecer uma classificação das empresas com base no seu desempenho no termômetro, permitindo identificar quais delas possuem maior capacidade de pagamento aos credores.

3. Metodologia

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o nível de solvência das companhias abertas brasileiras do setor de varejo no período de 2020 a 2024 utilizando o termômetro de Kanitz. Quanto à abordagem do estudo, classifica-se como pesquisa quantitativa de caráter descritiva, visto que, realizou-se uma análise dos dados contábeis aplicando o termômetro de Kanitz verificando o nível de solvência das organizações em estudo. Utilizando-se de análises dos indicadores de liquidez, rentabilidade, grau de endividamento, para posteriormente utilizar o fator de insolvência.

Sendo assim, a pesquisa quantitativa segundo Beuren *et al.*, (2009), utiliza meios estatísticos e formulações matemáticas tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos fatos. De acordo com os objetivos da pesquisa, Andrade

(2002) a pesquisa descritiva se atenta em observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, e o pesquisador não intervém neles. Em complemento, Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno.

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados disponíveis no site da B3. Foram coletados os dados de 11 empresas brasileiras de capital aberto do ramo varejista, sendo os respectivos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado do exercício (DRE) referente ao período 2020 a 2024. Para a consecução dos objetivos propostos, foram examinados, tabulados e analisados os balanços patrimoniais e os demonstrativos de resultados do exercício.

Posteriormente, aplicou-se os cálculos dos índices inserindo as fórmulas do termômetro de Kanitz e a montagem das tabelas, utilizando o software Microsoft Excel. Os dados foram interpretados por meio da técnica de análise desenvolvida pelo Professor Stephen Charles Kanitz, o Termômetro de Kanitz, para descobrir o fator de insolvência das empresas com o intuito de prever o grau de possibilidade de falência das empresas.

Utilizou-se ainda, o procedimento da pesquisa documental, pois faz uso de fontes que não sofreram qualquer análise científica (Medeiros, 2012). Neste sentido, fontes referentes às companhias abertas brasileiras do setor varejista na B3: Grazziotin, Guararapes, Azzas 2154, Lojas Renner, C & A Modas, Allied, Magazine Luiza, Veste S.A. Estilo, Lojas Americanas, Lojas Marisa e Casas Bahia.

Conforme as escalas do termômetro Kanitz (1976), entre 0 e 7 está na faixa de solvência, entre -3 e 0, na região da penumbra ou indefinida, e a zona de insolvência é na faixa entre -7 e -3. Partindo do pressuposto de que não há empresas na classificação de insolvência, os autores decidiram realizar uma análise das empresas que apresentarem resultados abaixo de 2,0, levando em consideração possíveis declínios que possam ocorrer.

4. Análise e Discussão dos Resultados

De acordo com a proposta do estudo, apresenta-se na tabela 01 os resultados da aplicação do termômetro de Kanitz, das companhias abertas do ramo varejista listadas na B3, referente a período de 2020 a 2024.

Em uma primeira análise, verificou-se a classificação das companhias abertas segundo os indicadores do termômetro de Kanitz, sendo o fator entre 0 e 7 está na faixa de solvência, entre -3 e 0, na região da penumbra ou indefinida e, insolvência na faixa entre -7 e -3. Os resultados indicam que algumas empresas do setor varejista vêm apresentando uma tendência contínua de declínio, com seus indicadores financeiros registrando redução progressiva ao longo dos anos.

Tabela 1: Fator de Solvência das Companhias Abertas do Setor Varejista

De acordo com o pressuposto estabelecido na metodologia, quatro empresas apresentaram índices abaixo de 2,0. As Lojas Americanas no período de 2023 foram palco de um escândalo bilionário de fraude contábil, de acordo com o período analisado, seus dados já estavam manipulados e mesmo assim, seus indicadores já estavam em queda. Entretanto, no período de 2024 seus indicadores apresentaram uma melhora significativa, passando de 1,82 em 2023 para 4,04 em 2024. De acordo com Santos (2024), apesar das dificuldades enfrentadas, as medidas

adotadas foram essenciais para estabilizar a empresa e estabelecer uma base sólida para sua recuperação. O processo teve um impacto variado no mercado: a estabilização financeira e as reformas implementadas ajudaram a restaurar gradualmente a confiança dos investidores.

Com relação as Lojas Marisa e Casas Bahia, apresentam resultados com possíveis dificuldades futuras, pois seus indicadores estão em declínio constantes. Lojas Marisa que no ano de 2020 estava com o índice de 3,90, apresentou um resultado em 2024 de 0,59, ou seja, uma queda em seus indicadores de 661,02%. Já as Casas Bahia, em todos os períodos analisados apresentaram resultados em declínio, no ano de 2020 estava com 1,93, 2021 = 1,32, 2022 = 1,20, 2023 = 0,03, e 2024 = -1,46 uma queda de -132,47% comparando 2020 para 2024. Finalizando, a Cia Veste S.A Estilo, apresentou no ano de 2020 um índice de 0,82, entretanto, nos anos subsequentes seus indicadores estão em crescimento e estabilidade nos períodos posteriores.

De acordo com o relatório do Diretor Presidente e de Relações com Investidores, João Pinheiro Nogueira Batista, no segundo trimestre de 2023 as Lojas Marisa fecharam 88 lojas que geravam um EBITDA negativo. Já a Casas Bahia, também realizou fechamento de 57 lojas físicas em 2023, devido a problemas estruturais e quedas de receitas, conforme emissão do relatório do 1º trimestre de 2024.

Neste sentido, percebe-se que o modelo Kanitz é altamente confiável, pois foi desenvolvido com base em princípios sólidos e rigorosos. Sua aplicação tem mostrado consistentemente resultados corretos, ajudando a tomar decisões precisas e fundamentadas. Ressaltando-se que os dados informados pelas organizações devem ser confiáveis para que se possa realizar análises corretas, pois, a estrutura do modelo é projetada para oferecer precisão e consistência em diferentes contextos.

Em completo, apresenta-se na tabela 02, os indicadores das três companhias abertas que apresentaram resultados abaixo de 2,0. Os dados apresentados foram extraídos e tabulados conforme os relatórios contábeis divulgados pelas mesmas, dados estes do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício.

Tabela 02: Resultado dos Indicadores utilizados no Termômetro de Kanitz

De acordo com os resultados dos indicadores utilizados na aplicação do modelo de previsão de insolvência, as três empresas no qual apresentaram os seus indicadores com tendência preocupante, devido ao declínio serão discutidas a seguir. Os resultados em destaque significam que estes indicadores apresentam problemas, como por exemplo, o X_1 corresponde a rentabilidade do PL, conhecida como *Return on Equity* (ROE), que mede a capacidade de uma empresa de gerar lucro a partir do capital próprio investido pelos acionistas. Um ROE alto indica maior eficiência na gestão e pode atrair mais investidores. Os demais indicadores serão explicados no decorrer das análises.

Primeiramente, o indicador X_1 corresponde a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), no qual as Lojas Americanas apresentaram resultados considerados eficientes, pois, apesar do ano 2020 ser negativo, os demais anos apresentaram resultados positivos. Importa salientar que a confiabilidade das informações divulgadas mostrou-se comprometida, uma vez que, em 2023, foi anunciado um rombo milionário nos registros da companhia. Já as companhias abertas Lojas

Marisa e Casas Bahia, apresentaram resultados em queda em todos os períodos, com exceção do ano 2020 da Casas Bahia que apresentou resultado positivo. Este indicador é muito importante para analisar as organizações, pois reflete o quanto ela gera de lucros a partir do dinheiro dos acionistas. Quanto maior ele for, mais eficiente é considerada a organização.

Já o indicador X_2 diz respeito a Liquidez Geral (LG), é um indicador financeiro que mensura a capacidade da empresa de pagar as obrigações totais, com os ativos de curto e longo prazos (Assaf Neto, 2007). Se o resultado for maior que 1 (um) significa que a empresa tem recursos financeiros em seu ativo suficientes para quitar dívidas que estão presentes no passivo, caso contrário, não terá condições de honrar seus compromissos. Conforme análises deste indicador, percebe-se que as organizações Lojas Marisa e Casas Bahia apresentam resultados acima de 1, considerando-se um resultado favorável, entretanto, as Lojas Americanas apresentaram nos últimos três anos o resultado abaixo de 1, neste sentido, a empresa pode ter dificuldade em cobrir seus compromissos, o que pode indicar problemas financeiros.

Com relação ao indicador X_3 , significa Liquidez Seca (LS), e de acordo com Santos (2008) a liquidez seca mensura a capacidade da empresa de pagar as obrigações de curto prazo com suas disponibilidades financeiras e contas a receber, excluindo o estoque. Informa como uma avaliação mais realista da capacidade de pagamento imediato da empresa, sem depender da venda do estoque. As Lojas Americanas e Lojas Marisa, apresentaram no ano de 2020 um resultado de 2,6407 e 1,0336, isto pode indicar que as empresas estavam com caixa ocioso, e, que poderiam ser utilizados para outros fins. Entretanto, Lojas Americanas, Lojas Marisa e Casas Bahia nos demais períodos o resultado foi abaixo de 1, indicando dificuldades em pagar suas dívidas de curto prazo.

De acordo com o indicador X_4 , Liquidez Corrente (LC), permite avaliar a saúde financeira da empresa e sua capacidade de cumprir suas obrigações; auxilia a analisar a estabilidade financeira da empresa e a identificar riscos potenciais e, facilita o planejamento financeiro, a gestão de caixa e a tomada de decisões estratégicas (Marion, 2019). Os resultados demonstrados na tabela 02, indicaram que no período de 2020 as empresas analisadas obtiveram os índices acima de 1, Lojas Americanas 2,96; Lojas Marisa 1,2215 e Casas Bahia 1,0406. Já nos demais períodos com exceção das Lojas Marisa em 2021 com 1,1979 as demais empresas e períodos foram abaixo de 1. Isto significa que as empresas podem ter dificuldades para pagar suas obrigações de curto prazo, indicando que podem estar em risco de insolvência, especialmente em cenários de crise ou mudanças no mercado.

Finalizando, o X_5 Participação de Capital de Terceiros (GE), é uma métrica financeira que avalia a dependência da empresa em relação a capital externo. Indica a fração do total do capital da empresa que vem de terceiros, e não dos seus próprios proprietários (Matarazzo, 2010, p.219). Um resultado alto pode indicar uma maior dependência de capital externo e um maior risco de endividamento, enquanto um resultado baixo pode indicar maior autonomia financeira. De acordo com resultados apresentados, Lojas Marisa e Casas Bahia estão com seus índices altos e com maior destaque para o ano de 2024 das Casas Bahia 12,681. Já as Lojas Americanas, somente o ano de 2020 foi positivo e nos demais períodos negativos. Importante destacar que as Lojas Americanas no ano de 2023 entraram com processo de recuperação judicial, portanto, seus dados podem estar enviesados.

As companhias Lojas Marisa e Casas Bahia apresentam situações financeiras delicadas, evidenciadas pela deterioração contínua de seus indicadores nos últimos anos. No caso das Lojas Marisa, os indicadores vêm decrescendo ao longo dos últimos cinco anos, e, em 2024, a empresa

aproximasse da classificação na categoria de penumbra, com um índice de 0,59, indicando fragilidade crescente e risco de insolvência caso não sejam adotadas medidas corretivas eficazes.

De forma similar, as Casas Bahia registraram o menor índice entre as 11 empresas do setor varejista analisadas em 2024. A companhia já apresentava indicadores em declínio de 2020 a 2023, atingindo 0,03 em 2023, e em 2024 o índice caiu para -1,46, resultando igualmente na classificação de penumbra. Esse desempenho negativo reflete fatores como aumento do endividamento, redução das receitas operacionais e ineficiências na gestão de custos, evidenciando um agravamento significativo da situação financeira e maior vulnerabilidade frente ao risco de insolvência.

A comparação entre ambas as empresas demonstra que, embora os contextos específicos possam variar, o setor varejista enfrenta desafios estruturais que impactam a sustentabilidade financeira das companhias, reforçando a necessidade de estratégias de gestão proativa, governança corporativa eficiente e medidas corretivas robustas para assegurar a continuidade das operações.

De forma geral os resultados de 2024 mostraram que as empresas apresentaram resultados no mesmo padrão dos anos anteriores, reforçando a eficácia do modelo Kanitz. Pode-se observar que, as empresas analisadas mostram que, enquanto uma parte do setor se fortaleceu no ano de 2024, outra parte demonstrou declínio nos índices apresentados.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa contribuiu para o entendimento da aplicação do termômetro de Kanitz (1974), assim como, dos índices utilizados nas análises das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) das companhias abertas do setor varejista listadas na BM&FBOVESPA. Para realização da pesquisa, foram coletados os dados necessários das 11 empresas do segmento varejistas, dos períodos propostos para análise. Após, os dados foram tabulados e analisados conforme o modelo de insolvência de Kanitz, onde percebe-se que, todas elas estão na classificação de solvência, entretanto, o resultado da aplicação do fator de insolvência do ramo varejista pode estar passando por dificuldades, pois, grande parte das organizações estão com seu indicador em queda.

Neste sentido, os autores definiram como pressuposto, analisar as organizações que apresentaram resultados abaixo de 2,0. As empresas selecionadas e analisadas de acordo com pressuposto foram as Lojas Americanas, Lojas Marisa e Casas Bahia. De acordo com os índices de liquidez tradicionais, como o indicador X_1 referente a Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Lojas Marisa e Casas Bahia apresentam indicadores negativos e Lojas Americanas com resultados positivos.

Com relação ao indicador X_2 , Liquidez Geral (LG), Lojas Marisa e Casas Bahia apresentam resultados satisfatórios, acima de 1, porém, as Lojas Americanas apresentam nos últimos três anos o resultado abaixo de 1, confirmando o fato de estar em processo de recuperação judicial, indicando problemas financeiros. O próximo indicador analisado foi o X_3 , Liquidez Seca (LS), Lojas Americanas e Lojas Marisa, apresentaram no ano de 2020 um resultado positivo de 2,6407 e 1,0336. Entretanto, Lojas Americanas, Lojas Marisa e Casas Bahia nos demais períodos o resultado foi abaixo de 1, indicando dificuldades em pagar suas dívidas de curto prazo.

Já o indicador X_4 , Liquidez Corrente (LC), os resultados demonstrados indicaram que no período de 2020 as empresas analisadas obtiveram os índices acima de 1, considerado satisfatório,

entretanto, nos demais períodos foram abaixo de 1, indicando dificuldades para pagar suas obrigações de curto prazo. O último indicador utilizado no termômetro de Kanitz foi o X_5 , Participação de Capital de Terceiros (GE), as empresas Lojas Marisa e Casas Bahia estão com seus índices altos e com maior destaque para o ano de 2024 das Casas Bahia 12,681. Já as Lojas Americanas, somente o ano de 2020 foi positivo e nos demais períodos negativos.

Os resultados gerais indicam que algumas empresas do setor varejista vêm apresentando uma tendência contínua de declínio, com seus indicadores financeiros registrando redução progressiva ao longo dos anos. É relevante destacar, ainda, que a fidedignidade das demonstrações contábeis divulgadas por algumas companhias restou comprometida, como evidenciado pela revelação, em 2023, de um rombo milionário que demonstrou inconsistências significativas na transparência informacional.

Portanto, considera-se que a pesquisa alcançou seu objetivo principal, ao aplicar o modelo de Kanitz para avaliar a situação de solvência das companhias abertas do setor varejista no período de 2020 a 2024. Os resultados indicaram que as empresas se encontram nas categorias de solvência e penumbra; contudo, observou-se uma tendência de declínio nos indicadores de algumas companhias, evidenciando fragilidades financeiras que podem comprometer sua sustentabilidade a longo prazo. Tais constatações reforçam a importância da adoção de práticas robustas de governança corporativa, de estratégias de gestão financeira proativa e de medidas corretivas oportunas, de modo a mitigar riscos de insolvência e assegurar a continuidade e competitividade das organizações no mercado.

Concluiu-se que esta ferramenta auxilia no processo de análise das organizações, auxilia na tomada de decisões, demonstram características como a liquidez, endividamento e rentabilidade nos períodos estudados. E, a fragilidade na sustentabilidade financeira das organizações analisadas, pode comprometer suas capacidades de gerações de valor a longo prazo. Além disso, os resultados apontam para a necessidade de revisão das estratégias de gestão, especialmente no que se refere à eficiência operacional, estrutura de capital e adaptação ao ambiente competitivo.

Dessa forma, embora os resultados atuais ainda indiquem solvência e penumbra no conjunto das empresas, o Termômetro de Kanitz evidencia que algumas empresas apresentam trajetória descendente, sinalizando risco de futura classificação como insolventes.

Portanto, sugere-se para futuras pesquisas, realizar uma comparação entre os modelos de solvência a existentes na literatura, como, Elizabetsky (1976) e Altman, Baidya & Dias (1979), incluindo também a aplicação de outros métodos de análise, como a análise vertical e horizontal, destacando as possíveis vantagens e desvantagens dos modelos.

Referências

- Andrade, M. de F. P. (2002). **Metodologia científica: tipos e técnicas de pesquisa**. SP, Atlas.
- Alencar, S. C. (2017). **O Termômetro de Kanitz e Análise de Índices Tradicionais: Estudo de Caso na Empresa Fibria do Grupo Votorantim**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados.
- Altman, E. I.; Baidya, Tara, K. N. & Dias, L. M. R. (1979). Previsão de problemas financeiros em empresas. **Revista de administração de empresas**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 17-28, jan/mar.
- Alves, A. C. O. (2013). **Previsão de Insolvência nas PME no Setor Alimentar**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Contabilidade e Finanças, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Assaf Neto, A. (2007). **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas.

_____. (2015). **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas.

Assis, L. M. & Martins, M. A. dos S. (2017). Aplicação do Termômetro de Kanitz a partir da evidenciação de indicadores econômico-financeiros de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **RGSN – Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 62-80, jun.

Barbosa, H. M. A. (2010). Análise de Demonstrativos Financeiros como ferramenta para tomada de decisão nas Micro e Pequenas Empresas. **Scientia FAER**, Olímpia - SP, Ano 2, Volume 2, 1º Semestre.

Braga, H. R. (2012). **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7.ed. São Paulo: Atlas.

Beuren, I. M; Longaray, A. A.; Raupp, F. M.; Sousa, M. A. B.; Colauto, R. D. & Porton, R. A. B. (2009). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Braga, H. R. (1999). **Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas.

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Varejo tem queda em janeiro, e CNC prevê retração de 1% em 2025. <https://portaldocomercio.org.br/economia/omc-varejo-tem-queda-em-janeiro-e-cnc-preve-retracao-de-1-em-2025/>. Acesso em 28/05/2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2008). **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3 ed. Brasília.

Costa, D. M. D. & Silva, P. M. (2014). **Uma Análise do modelo de Kanitz aplicado em pequenas e médias empresas do setor de confecções**. VI JCET- Pouso Alegre/ MG.

Elizabetsky, R. (1976). **Um modelo matemático para decisões de crédito no banco comercial**. 1976. 190 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Ferrari, E. L. (2011). **Contabilidade Geral: Teoria e mais de 1.000 questões**. 11. ed. Niterói: Impetus.

Gil, A. C. (2008). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gitman, L. J. (1997). **Princípios de administração financeira**. 7ª edição. São Paulo: Habra, 841p.

Iudícibus, S. de. (2007). **Teoria da contabilidade**. 8ed. São Paulo: Atlas.

Kanitz, S. C. (1974). Como prever falências de empresas. **Revista Exame**, dezembro.

_____. (1978). **Como prever falências**. São Paulo: McGraw-Hill.

_____. (1976). **Indicadores contábeis e financeiros – previsão de insolvência: a experiência da pequena e média empresa brasileira**. Tese (Livre Docência), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Marion, J. C. (2019). **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas.

_____. (2012). **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas.

Matarazzo, D. C. (2010). **Análise Financeira de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Medeiros, J. B. (2012). **Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11a Ed. São Paulo: Atlas.

Menezes, G. O. de, & Melo, G. C. V. de. (2020). Análise de Solvência da empresa Lojas Renner S/A utilizando o Termômetro de Kanitz e os Índices de Liquidez Tradicional. **Revista Conhecimento**

Contábil, 4(1). Acesso em 08 de maio de 2025
<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCC/article/view/812>

Menezes dos Santos, C. G. & Seabra, I. C. N. (2025). Análise das Demonstrações Financeiras: Avaliação de Desempenho Financeiro de três Empresas do Setor Varejista. **Amazon Business Research**, [S.l.], n. 3, p. 72-91, mar. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/abr/article/view/4261>>. Acesso em: 01 jun. 2025. doi: <https://doi.org/10.59666/abr.v0i3.4261>.

Ross, S. A.; Westerfield, R. W. & Jaffe, J. F. (2002). **Administração Financeira: Corporate Finance**. 2.ed. São Paulo: Atlas.

Ross, S. A.; Wasterfield, R. W. & Jordan, B. D. (1998). **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas.

Sarango, A. H. (2021). Impacto del covid-19 en el turismo sostenible: un estudio desde la perspectiva estadística financiera en hoteles y alojamientos turísticos. **Revista Cubana de Administración Pública y Empresarial**, 5(3), 185-185.

Scalzer, R. S., Rodrigues, A., & Da Silva Macedo, M. A. (2015). Insolvência empresarial: um estudo sobre as distribuidoras de energia elétrica brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 12(27), 27-60.

Soares, C. S., Marin, L. O., Degenhart, L., & Krüger, C. (2021). Aplicação de Modelos de Previsão de Insolvência nas Empresas do Setor Aéreo Brasileiro. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, 13(2).

Stüpp, D. R. (2015). **Previsão de insolvência a partir de indicadores contábeis: evidências de empresas listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2004-2013**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Teixeira, T. M. (2012). **O termômetro de Kanitz versus análise de liquidez tradicional: um estudo de caso na empresa Roda Bem Comércio e Serviços Ltda**. 55 f. Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Cariacica.

Apêndice B:

Quadro 1: Índices utilizados no Termômetro de Kanitz

Indicadores	Explicação	Cálculo
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Demonstra a capacidade que a empresa possui de gerar resultados, evolução de vendas e despesas, identificando quanto foi adicionado ao PL decorrente do resultado do período	$RPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Índice Liquidez Geral	Retrata a saúde financeira do LP da empresa. Da mesma forma que o observado nos demais indicadores de liquidez, a importância desse índice para análise da folga financeira pode ser prejudicada se os prazos dos ativos e passivos, considerados em seu cálculo, forem muito desiguais.	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Índice Liquidez Seca	É obtido mediante o relacionamento dos ativos circulantes de maior liquidez (disponível, valores a receber e aplicações financeiras de curto e curtíssimo prazo) com o total do PC total.	$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
Índice de Liquidez Corrente	Avalia o % das dívidas de curto prazo (PC) o qual pode ser quitado pela empresa, pelas disponibilidades de caixa. Quanto maior for esse índice, maiores serão os recursos da empresa	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Participação do capital de terceiros	Representa o quanto de endividamento da empresa corresponde ao total de recursos que foram utilizados.	$\text{PCT} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Os autores

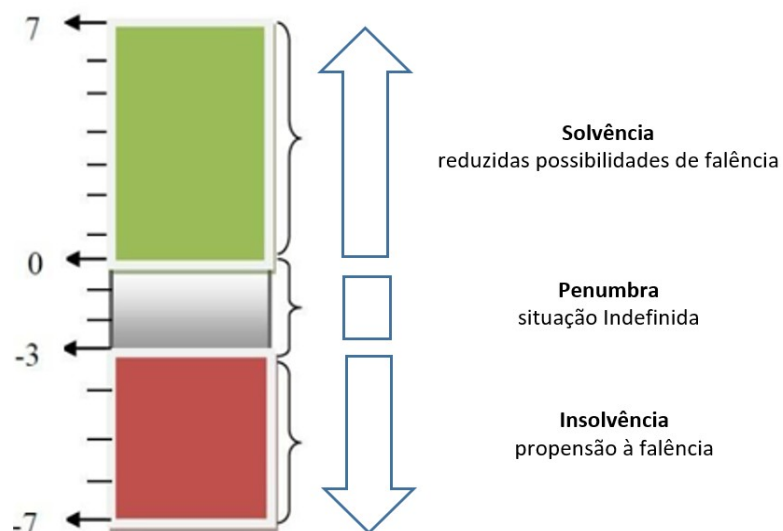


Figura 1 - Termômetro de Kanitz

Fonte: Adaptado Kanitz (1974)

Tabela 1: Fator de Solvência das Companhias Abertas do Setor Varejista

Nº	Companhias Abertas	2020	2021	2022	2023	2024
1	Grazziotin	9,87	9,19	9,67	8,94	9,61
2	Guararapes	14,61	5,29	5,17	5,34	5,33
3	Azzas 2154	6,64	5,24	5,54	4,75	4,74
4	Lojas Renner	5,17	6,32	6,50	6,11	6,33
5	C&A Modas	4,90	4,70	4,06	4,21	3,38
6	Allied	3,99	4,00	6,45	5,95	7,16
7	Magazine Luiza	3,12	3,42	3,27	2,62	2,91
8	Veste S.A. Estilo	0,82	3,48	5,77	6,42	5,29
9	Lojas Americanas	8,73	2,58	1,66	1,82	4,04
10	Lojas Marisa	3,90	3,33	2,05	0,85	0,59
11	Casas Bahia	1,93	1,32	1,20	0,03	-1,46

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 02: Resultado dos Indicadores utilizados no Termômetro de Kanitz

Nome da Cia Aberta	Ano	X_1	X_2	X_3	X_4	X_5
Lojas Americanas	2020	-0,0165	1,7229	2,6407	2,9600	1,0632
	2021	0,2196	0,7429	0,3596	0,4829	-1,7652
	2022	0,0387	0,3674	0,2673	0,3414	-1,4190

	2023	0,0990	0,4942	0,1579	0,1972	-1,9770
	2024	1,6620	1,3977	1,1818	1,6152	2,5140
Lojas Marisa	2020	-0,4357	1,4175	1,0336	1,2215	2,3951
	2021	-0,1083	1,3445	0,9417	1,1979	2,9027
	2022	-1,0042	1,1999	0,8240	1,0908	5,0036
	2023	-1,1151	1,0002	0,0895	0,5913	5,2526
	2024	-1,1095	1,1757	0,3575	0,6515	5,6908
Casas Bahia	2020	0,1679	1,2208	0,7067	1,0406	4,5287
	2021	-0,0526	1,1898	0,6057	0,9886	5,2693
	2022	-0,0647	1,1744	0,5848	0,8670	5,7324
	2023	-0,7599	1,1210	0,4778	0,7090	8,2638
	2024	-0,4218	1,0789	0,4903	0,7341	12,681

Fonte: Dados da Pesquisa

REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA
MESORREGIÃO DO SUDESTE
PARAENSE

Cleidiane Costa dos Santos
Josely Dias Varão Araújo
Bruno Ferreira Galvão

RESUMO

O sistema tributário brasileiro é conhecido mundialmente por ser complexo e burocrático, englobando particularidades que afetam diversos setores da sociedade. Em vista disso, está sendo amplamente debatido em busca de simplificação ao longo dos anos. Esse processo culminou na elaboração e promulgação da Emenda Constitucional 132/2023. Esse momento de regulamentação tributária é um marco histórico para o Brasil, uma vez que as alterações da reforma do sistema fiscal impactam diretamente a economia do país. Diante do exposto, o estudo tem como objetivo analisar as percepções dos profissionais contábeis da mesorregião do Sudeste Paraense em relação às alterações advindas da reforma tributária brasileira – Emenda Constitucional 132/2023. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é caracterizada como qualitativa, de caráter descritivo, e para coleta de dados foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado a cinco profissionais contábeis. Dessa maneira, constatou-se diversas percepções, com destaque ao processo de simplificação e unificação do sistema tributário, além da criação de novos tributos, com a substituição de alguns impostos. Para os profissionais contábeis, no processo de implementação das alterações tributárias, surgirão desafios a serem enfrentados durante a transição, e a maioria dos entrevistados não acreditam na diminuição da carga tributária, podendo ocasionar aumento dos preços de alguns produtos. Evidenciou-se a necessidade de qualificação e atualização dos profissionais contábeis, com intuito de atender e proporcionar conhecimentos atuais para as organizações, a fim de seguir as normas e as obrigações fiscais e acessórias estabelecidas pela reforma tributária brasileira.

Palavras-chave:; Sistema tributário Reforma tributária brasileira; Profissionais contábeis.

1 INTRODUÇÃO

No cenário global, a reforma tributária alcançou destaque com a crescente complexidade das economias e a globalização dos mercados. Diversos países estão empenhados em modernizar seus sistemas tributários para enfrentar desafios, tais como: a evasão fiscal e a desigualdade de financiar serviços públicos essenciais (Pugas; Jurubeba, 2024).

¹ Graduandas em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

² Professor Especialista da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

No território brasileiro, a discussão sobre a reforma tributária é um processo histórico que estende-se por anos, desde o processo da restauração da democracia do país, durante a década de 1980, onde diversas sugestões foram apresentadas com o intuito de descomplicar o sistema tributário, tornando mais justo e eficiente (Ramos, 2024).

No Brasil, as questões tributárias perpassam por diversas modificações ao longo dos anos, uma vez que, com o processo de globalização, constantemente ocorrem alterações significativas, devido às inserções de novas tecnologias que auxiliam diretamente na execução das atividades produtivas do país (Lemos; Contão, 2023).

Recentemente, foram desenvolvidos estudos que apresentam temática similares pertinente a reforma tributária brasileira, ressaltando que o sistema tributário precisa de ajustes para atender as necessidades da sociedade, visto que os procedimentos advindos das legislações vigentes são considerados burocráticos (Appy, 2018; Lima; Silva, 2020; Melo, 2021; Santos, 2022; Soeiro; Alencar, 2023; Ramos, 2024). Desse modo, o âmbito tributário passa por mudanças relevantes que visam contribuir com o crescimento e desenvolvimento econômico e social do país (Giannetti, 2020).

A reforma tributária brasileira é um dos temas centrais no debate político e econômico nos últimos anos, com o objetivo de modernizar, simplificar e unificar o sistema tributário (Kunz, 2021). A Emenda Constitucional (EC) 132/2023 promulgou a reforma tributária no Brasil e introduziu ajustes importantes no sistema fiscal do país. Entre as alterações, destaca-se a substituição de cinco tributos por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios. Assim, esses tributos substituirão PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo, extrafiscal, para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (Brasil, 2025).

Nesse sentido, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção dos profissionais contábeis em relação as alterações decorrentes da reforma tributária brasileira? Diante disso, o estudo têm como objetivo **geral** analisar as percepções dos profissionais contábeis da mesorregião do Sudeste Paraense em relação as alterações advindas da reforma tributária brasileira – Emenda Constitucional 132/2023.

Diante do exposto, a pesquisa justifica-se por analisar as possíveis variações decorrentes da reforma tributária, especificamente no âmbito empresarial, visto que é considerado um setor que enfrenta os efeitos adversos do sistema tributário vigente, sendo um dos principais desafios o elevado custo associado ao cumprimento da obrigações fiscais. Desse modo, é fundamental ressaltar a

relevância de reconhecer as repercussões da reforma, uma vez que, a partir dessas identificações, os profissionais poderão se preparar adequadamente para preservar e manter-se no mercado de trabalho (Paulsen, 2020).

Para o ambiente acadêmico, proporciona contribuições para a literatura atual, relativa à reforma tributária brasileira e suas implicações no âmbito empresarial. Desse modo, almeja-se colaborar com os profissionais do setor contábil, evidenciando as alterações resultantes da reforma tributária.

Na próxima seção, é exposto o referencial teórico que fundamenta o estudo. Assim, são ressaltados e analisados conceitos, definições e aspectos que embasam a pesquisa, os quais permeiam a literatura, viabilizando uma fundamentação coerente para a temática.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Tributário Brasileiro

A tributação está intrinsicamente relacionada ao Estado, visto que, a arrecadação de recursos é fundamental para sua sobrevivência e a realização de suas funções constitucionais (Paulsen, 2020). O sistema tributário brasileiro vigente, mostra-se desconectado da realidade social do país, apresentando-se como um modelo burocrático e custoso, o que restringe as potencialidades de crescimento econômico (Abreu; Urquiza, 2022).

Appy (2018) ressalta que o atual sistema tributário brasileiro é frequentemente classificado como um dos mais deficitários globalmente. A complexidade desse sistema resulta em um considerável investimento de tempo nas obrigações tributárias, o que compromete a produtividade nacional. Assim, verifica-se a existência de lacunas que favorecem a diminuição da tributação sobre os indivíduos de alta renda.

Desse modo, a estrutura do sistema tributário provoca elevados custos para os órgãos fiscais e para os contribuintes. Além disso, a multiplicidade de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), somada à cumulatividade de determinados tributos, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), representam barreiras significativas a eficiência econômica (Soeiro; Alencar, 2023).

É importante destacar que o atual ambiente tributário impacta diretamente as empresas, seja por meio da elevada carga tributária ou horas de trabalho exigidas para atender às obrigações fiscais, o que consequentemente, gera custos adicionais (Bez-Batti, 2017).

Conforme Silva et al. (2020), ao longo da história, surgiu uma relação entre tributação e o bem-estar da sociedade. Atualmente, o estado utiliza os impostos, taxas e contribuições como ferramentas para assegurar recursos à população, investindo em serviços públicos e promovendo avanços sociais para benefícios coletivos. Nesse contexto, os tributos permanecem como uma expressão de autoridade, e possibilitam a elaboração e execução de políticas públicas que contribuem diretamente na promoção de qualidade de vida da população brasileira, ofertando e disponibilizando serviços essenciais na área da saúde, educação, infraestrutura, assistência social e entre outras.

Em conformidade com Orair e Gobetti (2018), o Brasil possui uma elevada carga tributária quando comparado aos padrões internacionais. Contudo, entende-se que, parte desse sistema tributário justifica-se pela demanda de propiciar o bem-estar da sociedade, no entanto, essa estrutura apresenta características de um sistema regressivo e ineficaz.

De acordo com Santiago e Silva (2006), a Constituição Federal é responsável pela estrutura e organização dos tributos que compõem o sistema. Este sistema abrange tributos classificados em: federais, estaduais e municipais, além das taxas e contribuições de melhorias. Assim, o governo incentiva e necessita de recursos para viabilizar e concretizar as ações governamentais.

2.2 Reforma Tributária Brasileira – Emenda Constitucional 132/2023

A Reforma Tributária Brasileira, proposta por várias iniciativas legislativas ao longo dos últimos anos, está entre os temas mais debatido na atualidade, e tem como objetivo tornar a cobrança de impostos mais simples e distribuir a arrecadação de forma justa entre os diversos níveis de governo e setores da sociedade (Kunz, 2021). Uma reforma tributária bem-sucedida deve minimizar as distorções econômicas geradas pela variedade de tributos e cria um ambiente mais competitivo para os negócios, além de garantir maior equidade fiscal (Santos, 2022). A simplificação tributária é um aspecto fundamental, pois proporciona o aumento à transparência fiscal e minimiza os custos de conformidade, contribuindo para um crescimento sustentável (Oliveira, 2019).

A reforma tributária apresenta várias questões, desde a sua regulamentação e implementação, impactando diretamente a economia do país. É evidente que há uma percepção coletiva sobre sua relevância, principalmente pela necessidade de simplificar as obrigações fiscais e diminuir a carga tributária (Vieira, 2022).

Contudo, conforme mencionado por Melo (2021), a reforma do sistema tributário enfrenta obstáculos, uma vez que a mudança para um novo conjunto de regras pode encontrar oposição dos grupos que atualmente usufruem de vantagem do modelo vigente, afetando de forma desfavorável as organizações de vários segmentos, notadamente as empresas de pequeno e médio porte. Dessa maneira, é fundamental considerar as especificidades setoriais e regionais, para que a reforma produza resultados distributivos e benéficos aos diversos setores envolvidos.

Carrijo (2020), destaca que uma reforma nos tributos envolve a reestruturação dos impostos e os métodos de arrecadação. Uma proposta recorrente em debate é a junção de vários tributos em um único imposto, e os objetivos dessa mudança incluem a simplificação da arrecadação e o aumento da transparência no sistema. Luz Neto (2020) ressalta que modificar o sistema tributário é essencial para aumentar a competitividade do país, especialmente quando comparado as nações que possuem custos de produção e transações mais baixos, tornando-as competitivas. Apesar de sua importância, a reforma tributária enfrenta desafios, como a relação entre o governo federal, os estados e os municípios, além da questão da independência tributária.

Diante do exposto, após anos de debates e trâmites legislativos, a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023 modifica de forma significativa o Sistema Tributário Nacional (STN), apresentando diversas mudanças na forma de tributação sobre o consumo, estabelecendo novas definições tributárias, alterações nas responsabilidades fiscais, criação de fundos, ajustes na aplicação e na base de cálculos dos tributos e suas alíquotas, assim como na distribuição da receita, promovendo uma transformação estrutural no Sistema Tributário Brasileiro (Brasil, 2025).

A consolidação dos impostos sobre o consumo foi inicialmente sugerida através das PECs 45/19 e 110/19, e promulgada pela EC 132/2023, que possibilitam vantagens para a economia do país. Ao simplificar a estrutura tributária, essa reforma descomplexifica o cumprimento das obrigações fiscais de responsabilidade das empresas e diminui a burocracia associada ao pagamento de impostos. Assim, a unificação dos tributos promove maior clareza e eficácia no sistema tributário, contribuindo para a diminuição da evasão fiscal e o aumento da arrecadação. Por outro lado, a fusão de impostos é capaz de ocasionar alguns impactos negativos para a economia, como os possíveis aumentos da carga

tributária, a complexidade dos sistemas, os impactos de preços, possíveis aumento dos custos, instabilidade jurídica e operacional, entre outros (Soeiro; Alencar, 2023).

Nesse contexto, o aumento da alíquota consegue resultar em um acréscimo nos preços dos bens, o que pode reduzir o consumo e afetar de forma negativa a performance econômica (Santos, 2022). Logo, é importante destacar que o Brasil é um país com diversas classes sociais, podendo, a população de baixa renda ser diretamente afetada, ocasionando diversos problemas sociais (Andrade, 2015). Além disso, a unificação tributária impacta setores diferentes de maneira desigual, variando conforme o nível atual de tributação em cada área.

A Emenda Constitucional 132/2023 não garante a independência dos entes federativos, permitindo que cada estado e município estabeleçam suas próprias alíquotas do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), com a gestão compartilhada com a União. Com isso, a autonomia para definir a alíquota é limitada. Além disso, as alíquotas dos novos tributos serão definidas e revisadas anualmente pelo Senado Federal (Brasil, 2025).

2.3 A Competitividade empresarial e a Simplificação tributária

A desburocratização do sistema tributário impulsiona a competitividade das organizações, diminuindo os custos operacionais e a complexidade dos procedimentos de conformidade fiscal (Silva; Andrade, 2021). Um sistema eficaz e transparente proporciona à diminuição dos níveis burocráticos, permitindo que as empresas redirecionem seus recursos para áreas de inovação e desenvolvimento de produtos, ao invés de dedicá-los ao cumprimento de obrigações fiscais. No entanto, a execução de uma reforma tributária requer uma análise minuciosa de seus impactos, especificamente para as micros e pequenas empresas, que geralmente enfrentam desafios com a complexidade do sistema atual (Lima; Costa, 2020).

Além disso, o planejamento tributário permite uma alocação eficiente dos recursos, e as empresas que conseguem reduzir sua carga tributária, têm a oportunidade de investir o seu capital em áreas estratégicas, como inovação, marketing e expansão de mercado. Essa habilidade de reinvestir é imprescindível em setores competitivos, onde a inovação e a eficiência operativa se destacam como fatores diversificados. Por outro lado, organizações que não adotam um planejamento tributário eficaz, enfrentam elevados encargos fiscais, o que compromete sua margem de lucro e sua concorrência em relação as empresas mais eficientes (Felix; França; Mendes, 2023).

Outro fator relevante, sobre o planejamento tributário é a conformidade com as obrigações fiscais, que afeta diretamente a competitividade das empresas. Aqueles que implementam uma gestão fiscal adequada, minimizam os riscos de multas e autuações, que podem acarretar em dispêndios financeiros significativos, prejudicando a reputação da empresa no mercado. Desse modo, a conformidade fiscal favorece a estabilidade financeira e operacional, criando condições propícias para um planejamento estratégicos de longo prazo (Batista; Machado, 2021).

A competitividade das empresas está interligada à sua capacidade de planejamento e adaptação às mudanças da legislação, com a nova regulamentação, alteração de alíquotas, incentivos fiscais e modificações nos limites de faturamento, podendo afetar de maneira significativa a lucratividade e a posição organizacional das empresas. As entidades que se mantêm atualizadas sobre essas alterações e ajustam suas estratégias fiscais de maneira ágil possuem possibilidades de destaque no mercado (Pereira et al., 2022).

Outro aspecto pertinente, é a influência do planejamento tributário no acesso aos incentivos fiscais e regimes especiais. No Brasil, várias legislações oferecem benefícios tributários para empresas que atuam em determinadas áreas específicas ou em áreas favorecidas, como a zona franca de Manaus (Soeiro; Alencar, 2023). O planejamento fiscal possibilita que as organizações reconheçam e aproveitem essas chances, diminuindo sua tributação e aprimorando sua competitividade no mercado.

A aplicação estratégica de benefícios fiscais pode gerar uma vantagem competitiva duradoura, particularmente em mercados em que a tributação é um elemento crucial para a sustentabilidade econômica. A relação entre o planejamento fiscal e a administração dos negócios promovem a automatização de procedimentos fiscais, diminuindo os gastos administrativos e disponibilizando recursos para setores estratégicos, favorecendo a eficácia e a eficiência da empresa (Batista; Machado, 2021).

O planejamento fiscal é um instrumento fundamental para aprimorar a competitividade das empresas em um cenário de negócio, marcado por mudanças legislativas frequentes. A avaliação minuciosa das alternativas fiscais disponíveis e a aplicação de táticas fiscais eficientes possibilitam as empresas otimizar sua carga fiscal, diminuir despesas operacionais e ampliar sua capacidade produtiva. Ademais, a aderência e a incorporação do planejamento fiscal na administração da empresa estabelece um cenário propício para as práticas empresariais, alinhadas com as políticas públicas, inovação, sustentabilidade e o desenvolvimento regional (Felix; França; Mendes, 2023).

Conforme apontam Silva e Andrade (2021), os incentivos fiscais operam como instrumentos que moldam o comportamento econômico, permitindo às empresas direcionar recursos para áreas prioritárias em favor de benefícios fiscais legalmente estabelecidos. Contudo, a efetividade desses incentivos estão vinculados a um planejamento tributário adequado e a uma gestão fiscal eficaz, que consiga identificar oportunidades legítimas e garantir a conformidade com a legislação.

A ausência de controle e utilização imprópria desses incentivos podem acarretar passivos tributários e sanções, afetando a reputação e a saúde financeira da organização. Dessa forma, os incentivos fiscais devem ser considerados como ferramentas estratégicas, que aplicadas de maneira responsável e com uma perspectiva de longo prazo, contribuem significativamente para a continuidade e sustentabilidade das empresas (Carvalho; Torres, 2020).

Além disso, a aplicação consciente de incentivos fiscais consegue fortalecer a conexão das empresas com a responsabilidade social e a inovação, que se tornaram diferenciais em mercados cada vez mais acirrados. As políticas públicas, como a lei de incentivo à cultura e a lei de incentivo ao esporte, permitem que organizações destinem parte de seus tributos aos projetos sociais, culturais e esportivos, adicionando valor à sua marca e fortalecendo sua imagem perante clientes, investidores e a sociedade (Souza; Martins, 2019).

Nessa perspectiva, mecanismos como a lei do bem, favorecem a dedução de despesas com pesquisa e desenvolvimento, estimulando a inovação e a atualização dos processos produtivos, o que afeta diretamente a produtividade e a posição da empresa em seu setor. Assim, os incentivos fiscais são mecanismos de inovação social e tecnológica, que se integram à estratégia empresarial de maneira consciente e sustentável (Oliveira; Ramos, 2021).

A tecnologia é um fator essencial para auxiliar na execução das práticas contábeis, contribuindo diretamente no ambiente profissional. Na área contábil, os profissionais que desejam se manter atualizados precisam estar sempre atentos as inovações e avanços tecnológicos para aprimorar seu desempenho no trabalho. A presença da tecnologia na contabilidade visa tornar as atividades do contador mais eficientes e rápidas. Atualmente, é possível mencionar várias ferramentas tecnológicas utilizadas nesse setor, como: softwares, aplicativos, atendimentos virtuais, além de um crescente número de cursos acadêmicos ofertados de maneira online (Souza, 2019).

1 METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa classifica-se como qualitativa. Conforme Gil (2022), refere-se ao estudo que analisa um fenômeno específico com uma perspectiva detalhada, além de permitir a análise de questões sob uma concepção profunda com diversas visões.

É importante salientar que esta pesquisa é categorizada como descritiva. De acordo com Ott e Soldera (2012), a pesquisa pode ser descritiva com a aplicação prática, e isso envolve a procura por identificar possíveis questões pertinentes a um contexto específico.

Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por questões direcionadas aos profissionais contábeis. O instrumento de pesquisa foi encaminhado e validado por um docente, a fim de verificar a viabilidade de aplicação do roteiro de entrevista. Desse modo, foram entrevistados cinco profissionais contábeis com registros ativos no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), que atuam no âmbito público e privado dos municípios da mesorregião do Sudeste Paraense.

De forma específica, foram entrevistados profissionais dos municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo e Rondon do Pará, devido estarem localizados na BR 222. A seleção de contadores é justificada por serem profissionais diretamente afetados com as alterações e reformas fiscais, conforme demonstrado no estudo de Ribeiro Pinto (2014).

As entrevistas aconteceram entre os dias 10 a 17 de maio de 2025 e foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet*. Após a coleta dos dados por meio das entrevistas, iniciou-se a análise das informações. E para viabilizar as análises dos resultados, aplicou-se a análise de conteúdo, com objetivo de investigar e interpretar os dados do estudo. Segundo Bardin (2016), essa análise consiste em um conjunto de técnicas voltadas para o exame das comunicações. Divide-se o processo em três fases: pré-avaliação, exploração e tratamento dos resultados.

A pré-avaliação visa organizar o material e envolve as seguintes atividades: seleção dos dados a serem analisados e a definição dos indicadores que auxiliarão nas inferências. A fase de exploração envolve a codificação do material, ou seja, a conversão dos dados coletados para que possam ser utilizados nas análises. A etapa final, referente ao tratamento dos resultados, tem finalidade de elaborar conclusões a partir das informações obtidas, considerando os conhecimentos da literatura, a fim de embasar teoricamente os conhecimentos adquiridos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, com base nas investigações conduzidas, foram obtidos resultados pertinentes a temática proposta. Foram realizadas entrevistas com profissionais da área contábil acerca das potenciais modificações que podem emergir, a partir, da reforma fiscal. Com intuito de estruturar e organizar as ideias, foram criados tópicos para apresentar de forma clara e coesa as informações pertinentes ao objetivo do estudo.

4.1 Perfil dos Profissionais Contábeis

Nessa alínea, realiza-se uma análise das informações coletadas através das entrevistas com os profissionais contábeis, a fim de entender o perfil dos entrevistados. Desse modo, o Quadro 1, apresenta informações referente a formação acadêmica, setor de atuação, tempo de experiência e localidade.

Quadro 1 – Perfil dos Profissionais Contábeis

Entrevistados	Formação Acadêmica	Sector de atuação	Tempo de experiência	Localidade
Entrevistado A	Graduado e pós graduado em contabilidade tributária	Contabilidade privada – Simples nacional, Lucro real e Lucro presumido	13 anos	Marabá/PA
Entrevistado B	Graduado	Contabilidade – setor público e privado	9 anos	Abel Figueiredo/PA
Entrevistado C	Graduado	Contabilidade privada - simples nacional	8 anos	Bom Jesus do Tocantins/PA
Entrevistado D	Mestrando - profissional em Administração Pública -UNIFEPPA/PROFIAP	Contabilidade privada	2 anos	Rondon do Pará/PA
Entrevistado E	Graduado	Contabilidade pública	10 anos	Bom Jesus do Tocantins/PA

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Analizando os dados do Quadro 1, verifica-se que os indivíduos envolvidos nesta pesquisa ocupam diferentes áreas, como a contabilidade pública e privada, apresentando diversidade no nível educacional, distinguindo-se o Entrevistado D, que está mestrando em administração pública, e ambos possuem experiência no mercado, com destaque o Entrevistado A, com aproximadamente 13 anos de atuação no mercado contábil.

De acordo com Paulsen (2020) é recomendável que os profissionais contábeis devem possuir um considerável tempo de experiência no mercado, o que auxilia diretamente a permanência na área contábil, uma vez que, é necessário os conhecimentos teóricos e práticos para atender as necessidades dos clientes. É notório que as questões tributárias influenciam diretamente no crescimento e desenvolvimento das empresas.

4.2 Categorias de Análise do Estudo

Nesta etapa da pesquisa descreve-se os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo conforme Bardin (2016), essas ocorrências foram agrupadas em categorias para viabilizar a aplicação da técnica definida no estudo. Desse modo, com base na recorrência temática e na homogeneidade de sentido, originando subcategorias principais, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2 - Categorização – Modelo de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016)

Categorias de Análise	Subcategoria	Unidade de Registro (Palavras/Ideias-Chave)	Frequência (n/5)	Exemplo de Fala
CA 1: Expectativas sobre a Reforma Tributária - EC 132/2023	Simplificação e transparência	simplificação, clareza, desburocratização	5	“A proposta busca simplificar o sistema e torná-lo mais transparente...”
	Unificação de tributos	fusão, substituição de impostos	4	“A substituição dos tributos é um ponto importante da EC 132/2023...”

Categorias de Análise	Subcategoria	Unidade de Registro (Palavras/Ideias-Chave)	Frequência (n/5)	Exemplo de Fala
	Redução da carga tributária	expectativa, redução, alívio fiscal	2	“Acredito que a reforma poderia reduzir a carga para algumas empresas, mas não tenho certeza...”
CA 2: Alterações advindas para Profissão Contábil	Necessidade de atualização e capacitação	cursos, especialização, mudança de rotina	5	“Teremos que nos atualizar constantemente para acompanhar as mudanças nas normas...”
	Novo papel estratégico do contador	consultoria, atuação estratégica, planejamento	3	“Vamos precisar atuar de forma mais estratégica e consultiva, não apenas operacional.”
CA 3: Planejamento Tributário e Competitividade	Adaptação empresarial	Ajustes, reorganização, planejamento	4	“O planejamento tributário será essencial, principalmente para enfrentar a

Categorias de Análise	Subcategoria	Unidade de Registro (Palavras/Ideias-Chave)	Frequência (n/5)	Exemplo de Fala
das empresas				transição.”
	Insegurança para micro e pequenas	Insegurança, dificuldade, competitividade, falta de apoio	2	“As pequenas empresas podem ter dificuldades se não forem orientadas...”
CA 4:Desafios no processo de Implementação	Transição complexa	convivência de sistemas, confusão, adaptação	5	“Durante o período de transição, será necessário lidar com o antigo e o novo sistema ao mesmo tempo.”
	Aumento de preços	inflação, repasse, impacto no consumidor	3	“Pode haver aumento de preços em alguns setores até tudo se ajustar.”
CA 5: Tecnologia e Inovação	Ferramentas digitais	cursos online, livres, redes sociais	4	“Hoje conseguimos acessar conteúdos e trocar experiências pelas redes e grupos de contadores.”
	Automatização do trabalho contábil	softwares, eficiência, redução de erros	3	“As ferramentas tecnológicas vão automatizar rotinas e reduzir erros no dia a dia.”

4.2.1 CA: 1 - Expectativas sobre a Reforma Tributária – EC 132/2023

Os entrevistados foram indagados sobre as informações e compreensões relativas a reforma no sistema tributário, e quais os pontos que são considerados mais importantes acerca dessa temática. Entre os profissionais contábeis, o Entrevistado **A**, relatou: *“Os aspectos mais relevantes que observo são: a substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo IBS e CBS, criação do Imposto Seletivo, sistema de crédito financeiro mais amplo, o fim da cumulatividade tributária, a unificação da legislação nacional e a transparência e simplificação no recolhimento de tributos”*.

Para o Entrevistado **B**: *“Um dos pontos mais relevantes é a mudança nos tributos indiretos. Acredito que haverá uma unificação ou reestruturação de tributos como PIS, COFINS e IPI, que incidem sobre produtos e serviços. A proposta de simplificação desses tributos é algo bastante discutido, e pode tornar o sistema mais compreensível para os contribuintes e profissionais da contabilidade”*.

Os resultados obtidos estão em consonância com Carrijo (2020) e Vieira (2022) que destacam que a reestruturação, simplificação e unificação tributária brasileira, possibilita um sistema mais simples, facilitando e proporcionando condições favoráveis para as empresas.

Com as modificações no sistema tributário, essas alterações influenciam diretamente nas atividades e práticas contábeis. Assim, os entrevistados foram questionados sobre as alterações relacionadas a reforma tributária, e quais as expectativas e entendimento pertinentes as mudanças decorrentes da EC 132/2023. Assim, o Entrevistado **C**, mencionou: *“Comecei a me aprofundar no tema recentemente, e percebo que alguns pontos são bastante comentados, como a unificação de tributos federais, estaduais e municipais, a criação do IBS, além do novo imposto seletivo. Também noto que a proposta busca simplificar o sistema e torná-lo mais transparente, o que deve beneficiar tanto os contribuintes quanto aos profissionais da contabilidade”*.

Dando continuidade o entrevistado **E** mencionou: *“Tenho acompanhado as discussões e debates sobre a reforma tributária, trata-se de um tema que impacta a todos nós e, por isso, merece atenção. A ideia de simplificação do sistema tributário é positiva, já que o modelo atual é extremamente complexo, com sobreposição de imposto entre união, estados e municípios. Considero esse aspecto um avanço”*.

Os resultados obtidos estão em conformidade com as observações de Santiago e Silva (2006), que enfatizam que a Constituição Federal estabelece as bases e a organização do sistema tributário do

país, definindo as competências para a criação de tributos nas diferentes esferas: federal, estadual e municipal. Este sistema engloba impostos, contribuições e taxas, cada um tendo suas particularidades e responsabilidades. Assim, as opiniões dos entrevistados demonstram um entendimento que se organiza à proposta de simplificação e reformulação tributária apresentada pela EC 132/2023 (Brasil, 2025).

A análise das entrevistas evidenciou que os profissionais contábeis demonstram conhecimento técnico consistente sobre os principais pontos da Emenda Constitucional nº 132/2023, sobretudo no que tange à proposta de simplificação e unificação do sistema tributário nacional. A substituição dos tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelos novos CBS e IBS foi mencionada por praticamente todos os participantes, evidenciando que essa medida constitui o eixo mais reconhecido da reforma. De modo recorrente, também foi destacada a criação do Imposto Seletivo, o que demonstra familiaridade com os instrumentos de natureza extrafiscal previstos no novo modelo.

Seguindo os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo conforme Bardin (2016), essas ocorrências foram agrupadas com base na recorrência temática e na homogeneidade de sentido, originando duas subcategorias principais: (1) simplificação e unificação tributária e (2) transparência e previsibilidade normativa. Essas subcategorias configuram unidades de sentido organizadas sistematicamente a partir da leitura flutuante, da codificação e da categorização temática, respeitando a lógica interna do corpus e os objetivos da investigação.

4.2.2 CA 2: Alterações advindas para Profissão Contábil

Os entrevistados foram questionados sobre as alterações e efeitos que a reforma tributária brasileira apresenta para a profissão contábil, além de verificar o tempo que os profissionais contábeis utilizam para desenvolver suas atividades laborais pertinentes as obrigações solicitadas pelo governo. Ambos afirmaram que aguardam uma redução no tempo das obrigações fiscais e acessórias. Por sua vez, o entrevistado **D** comentou:

A reforma substitui cinco tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS, e ISS por dois novos o CBS (Contribuição sobre bens de serviços) e IBS (Imposto sobre bens e serviços), assim, será necessário menos tempo para cumprir com as obrigações fiscais e acessórias das empresas. Temos que entender a legislação que iniciará sua aplicação em 2026 e será implantada gradualmente até 2032, iniciando com tudo implementando em 2033.

Em concordância com o entrevistado, Oliveira (2019) ressalta que a reforma tributária poderia resolver diversos problemas, incluindo o elevado tempo requerido para cumprir as obrigações fiscais e

acessórias. Segundo Carrijo (2020) a reforma fiscal pode gerar a unificação e simplificação do sistema fiscal e melhorar as condições de trabalho dos profissionais contábeis.

Os profissionais foram questionados se acreditam que haverá alterações relevantes na função do contador com a reforma tributária e quais seriam essas alterações. As respostas coletadas indicaram que todos os entrevistados acreditam que mudanças ocorrerão, mas relataram visões distintas sobre o assunto. O entrevistado **B** afirmou: *“Com certeza. A reforma trará impactos diretos na atuação dos contadores. Será necessário acompanhar as mudanças de perto, estudar continuamente e compartilhar conhecimentos com colegas de profissão. Isso tornará a adaptação mais fácil. A atuação contábil tende a se tornar mais estratégicas, pois haverá novas exigências e reinterpretações das normas tributárias”*.

Diante disso, o entrevistado **C** destacou a importância da especialização para oferecer uma consultoria eficaz para as empresas: *“Sim, mesmo estando no início dos meus estudos sobre a reforma, já percebo que ela exigirá uma adaptação importante dos profissionais da contabilidade. Será necessário se atualizar constantemente, revisar rotinas fiscais e buscar uma atuação mais consultiva. A contabilidade vai além da apuração de tributos, o papel estratégicos vai ganhar ainda mais força”*.

Por outro lado o entrevistado **E** comenta que: *“Assim com toda mudança na legislação seja de cunho fiscal ou, como neste caso, a reforma impactará sim a atuação dos profissionais contábil. Isso é inevitável, o primeiro reflexo será a necessidade de atualização constante sobre as novas leis, decretos, alíquotas, e formas de apuração, inclusive desde já, durante o período de transição, além de reduzir a burocracia e os custos para as empresas e o fisco”*.

Em consonância com Souza (2019), é fundamental que os contadores busquem recursos e formações que os ajudem a acompanhar as mudanças no sistema de tributação. Participar de cursos de atualização, treinamentos especializados, seminários e eventos técnicos é uma maneira eficaz de se manterem atualizados. Além disso, a busca de especializações, como pós-graduações focadas na área tributária ou na reforma do sistema, pode ser um diferencial significativo. Essas formações oferecem conhecimento teórico e prático atualizado, permitindo que os profissionais prestem serviços de qualidade, garantindo segurança jurídica e estratégica para seus clientes.

4.2.3 CA 3: Planejamento Tributário e Competitividade das empresas

Outro aspecto central identificado nas entrevistas, se refere à conexão entre planejamento tributário e competitividade das empresas. Uma vez que, as organizações precisam ter conhecimento das modificações implementadas, através da reforma tributária, pois serão impactados diretamente. Assim, o planejamento tributário é essencial para mitigar os riscos e proteger as empresas, estimulando a competitividade no mercado. O entrevistado

E mencionou: “Acredito que o planejamento tributário é essencial para as empresas, uma vez que a reforma tributária vai impactar bastante os contribuintes. Por outro lado, tenho receio de como será feita a transição e se os benefícios vão realmente chegar para quem mais precisa. Também pode haver aumento de preços em alguns setores no início, até tudo se ajustar.”

Os achados do estudo estão em consonância com a afirmação de Felix, França e Mendes (2023), que ressaltam a importância das empresas adotarem estratégias eficientes de planejamento tributário, pois conseguem reinvestir e trabalhar com transparência. Outro fator, é o possível aumento dos preços dos produtos, o que pode impactar diretamente as classes sociais menos favorecidas e com baixo poder aquisitivo.

O entrevistado **C** mencionou sobre as dificuldades relacionadas as micros e pequenas empresas: “Sim. Embora o Simples Nacional deve ser mantido, as micros e pequenas empresas ainda podem sentir o impacto da mudança, principalmente se houver dificuldade para entender as novas regras. Por isso, será importante garantir que haja apoio e orientação adequada para esse público, que muitas vezes não tem acesso a consultorias especializadas.”

Este ponto de vista também apoia os argumentos de Melo (2021) ressaltando que as micros e pequenas empresas poderão ser afetadas de forma desfavorável. Desse modo, Silva e Andrade (2021), afirmam que os incentivos fiscais são ferramentas que podem influenciar o comportamento empresarial e fomentar a inovação.

4.2.4 CA 4:Desafios no processo de Implementação

Quando questionados sobre o período necessário para a transição e a adaptação às alterações decorrentes da reforma tributária, os entrevistados mencionaram que a legislação passará por alterações que serão adaptadas com as dificuldades que poderão surgir. Em relação aos motivos que poderiam impulsionar essas mudanças, surgiram diversas opiniões, como o aumento da carga tributária, a necessidade de ajustes, a utilização dos sistemas e meios tecnológicos. O entrevistado **A** ressaltava essa questão, ao afirmar que: “Durante o período de transição, teremos a convivência dos sistemas antigos e novos, exigindo a atenção redobrada. Haverá ajustes normativos, e possíveis aumentos de tributos, regulamentações complementares e prováveis disputas judiciais sobre a interpretação das regras. A legislação passará por constante atualização para corrigir lacunas e inconsistências.”

Por outro lado, o entrevistado **B** comenta: *“Sim, acredito que haverá mudanças relevantes na legislação e no aumento da carga tributária. Logo, isso exigirá reinterpretação das normas, tanto por parte dos profissionais da contabilidade quanto por parte das empresas e órgãos públicos.”*

Os resultados estão em consonância com os estudos de Bez-Batti (2017) que destaca preocupações com a possibilidade de insegurança legal e operacional, durante o tempo em que os sistemas antigos e novos coexistirem, havendo a necessidade de atualizações sistêmicas.

Em relação ao acréscimo da carga tributária, os estudos de Silva e Andrade (2021) argumentam que um dos benefícios positivos da reforma tributária é a redução dos impostos, taxas e contribuições. No entanto, divergi com as opiniões dos entrevistados **A** e **B** que ressaltam um possível aumento, e estão em consonância com Felix, França e Mendes (2023) que preveem um acréscimo nos encargos tributários, ocasionando um possível aumento dos preços dos produtos.

4.2.5 CA 5: Tecnologia e Inovação

Os resultados evidenciam uma visão holística pertinente a fase de transição da reforma tributária, que será caracterizada por instabilidade, alterações frequentes e dificuldades técnicas. Os participantes reconhecem que as transformações não serão instantâneas, mas avançarão de maneira gradual, demandando uma atuação planejada dos contadores. Este período será marcado pela presença simultânea dos sistemas vigentes e os novos, o que exigirá atualizações constantes, maior cuidado na interpretação das normas e um esforço adicional para evitar riscos de não conformidade.

Conforme mencionado por Appy (2018), a intrincada estrutura desse sistema acarretam elevados gastos na arrecadação de impostos e provocam incertezas para os contribuintes, tanto no setor judicial quanto no administrativo. Com toda essa simplificação os entrevistados mencionaram algo de suma importância para essas novas mudanças, o entrevistado **E** compartilhou que:

As ferramentas tecnológicas e o meio digital tem um papel muito importante na disseminação de conhecimento e na construção de Network entre os profissionais da contabilidade. Hoje em dia, é possível acompanhar Lives, cursos online, Podcasts e até trocar experiências em grupos de Whatsapp ou redes sociais, o que antes era bem mais limitado. E esses mecanismos facilitam o acesso à informação

atualizada, ajudam na resolução de dúvidas do dia a dia e aproximam profissionais e clientes.

Já o entrevistado **D** afirma que: *“Nós vivemos numa era digital, temos que aproveitar o máximo dessa tecnologia para facilitar nosso trabalho, essas ferramentas são importantes para automatizar processos, reduzir trabalho, diminuir erros, aumentar a eficiência, aperfeiçoar nossas atividades diárias, elas facilitam e impulsionam o desenvolvimento profissional da área contábil.*

Por outro lado o entrevistado **C** afirmou que: *“Com certeza as ferramentas digitais tem sido muito úteis nesse processo de atualização. Cursos online, comunidades de contadores, grupo de discussão e plataformas de aprendizado tornam o conhecimento mais acessível e permitem a troca de experiências com outros profissionais, o que é essencial para crescer na área”.* Dessa forma, os estímulos fiscais deixam de ser apenas um jeito de reduzir tributos, tornando instrumentos de inovação social e tecnológico, que se incorporam à estratégia empresarial de forma intencional e sustentável (Lima; Costa, 2020).

Os resultados estão em concordância com Souza (2019), destacando que as ferramentas digitais contribuem para o crescimento técnico, e estabelecem conexões entre os profissionais e fomentam a inovação no ambiente contábil, sendo essenciais para lidar com os desafios advindos da reforma tributária e para assegurar a prestação de um serviço de qualidade em um ambiente legal em constante mudança.

Nesse contexto, todos os entrevistados destacaram a relevância das ferramentas tecnológicas e do ambiente digital nesse processo de adaptação. Essas ferramentas são percebidas como meios que facilitam a atualização profissional, proporcionando acesso rápido e conveniente a conteúdos especializados, como cursos online, podcasts, fóruns e redes sociais voltadas para profissionais. Além disso, o espaço digital fortalece a construção de redes entre contadores, permitindo a troca de vivências, esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de boas práticas em tempo real.

Desse modo, os benefícios fiscais introduzidos e reformulados pela EC 132/2023 demonstram um avanço normativo, adequando e ajustando a justiça fiscal, inclusão social, sustentabilidade ambiental e eficiência econômica, consolidando uma tributação simples, transparente e orientada ao bem-estar coletivo (Soeiro; Alencar, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as percepções dos profissionais contábeis da mesorregião do Sudeste Paraense em relação as alterações advindas da reforma tributária brasileira – Emenda Constitucional 132/2023, e conclui-se que o objetivo proposto foi alcançado. Durante as entrevistas, constatou-se que, apesar de estarem inseridos na área contábil, esses profissionais possuem um entendimento aprofundado sobre as transformações que poderão ocorrer em função da reforma tributária brasileira. No entanto, compartilharam suas percepções sobre diversos aspectos preocupantes, relacionados ao assunto.

Considerando a avaliação dos resultados, percebeu-se que os profissionais da contabilidade tem uma visão crítica, porém predominantemente otimista, sobre as repercussões da reforma tributária. A simplificação do sistema, a diminuição da burocracia e a mudança no papel do contador são percebidas como importantes avanços. Entretanto, é claro que a eficácia dessas mudanças dependerá de elementos como regulamentações complementares e a eficiência dos métodos de implementação.

Observou-se que os profissionais contábeis acreditam na unificação dos impostos e asseiam pela simplificação do sistema tributário, o que também foi discutido por diferentes autores mencionados na pesquisa. Os entrevistados esperam alterações na arrecadação de tributos e observaram que a expectativa é que a fase de transição seja tumultuada, uma vez que, precisarão calcular os impostos do sistema tributário vigente e do novo sistema implementado através da reforma tributária.

Ao integrar os relatos dos profissionais com a literatura, nota-se que a reforma tem potencial para beneficiar a economia do país, ao oferecer condições favoráveis para o planejamento tributário, inovação e competitividade das empresas. No entanto, essa transformação necessita de investimento em capacitação e uma atitude proativa por parte dos profissionais contábeis, que destacaram a necessidade de atualização e qualificação profissional, com intuito de atender e proporcionar conhecimentos atuais para as organizações.

Em relação às limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade de conseguir profissionais contábeis registrados no CRC, que exercem suas funções no âmbito público e privado, para

participarem do estudo. Além disso, o estudo foi conduzido com um número reduzido de entrevistados, resultando em uma visão que reflete o entendimento desses profissionais.

Para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação desse estudo com indivíduos que exerçam suas funções especificamente na área fiscal, que podem incluir contadores, advogados, entre outros especialistas, a fim de obter conhecimentos específicos. É sugestivo, realizar a pesquisa após a adoção do novo sistema tributário, com o objetivo de realizar uma análise comparativa, considerando as expectativas anteriores com as transformações realmente implementadas da reforma tributária brasileira, facilitando a identificação das principais mudanças no cenário empresarial e na atuação dos profissionais contábeis.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. A.; PEREIRA, W. C.; URQUIZA, P. Os impactos da Reforma Tributária no ambiente social e corporativo. **Brazilian Applied Science Review**, v. 6, n. 1, p. 87-106, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34115/basrv6n1-007>.

ANDRADE, J. A. Eforma tributária no brasil e seus impactos na redução da desigualdade: uma análise das propostas de emenda à constituição sob a perspectiva da justiça fiscal. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.9, n.22, p. 832-852 - ISSN 1980-5756. 2015.

APPY, B. Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. **Centro de Cidadania Fiscal**, São Paulo, 23 jul. 2018. Disponível em: https://ccif.com.br/wpcontent/uploads/2020/06/Appy_Tributacao_1610.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, A. K. P.; MACHADO, L. S. Planejamento tributário em empresa da construção

civil: o caso das sociedades de propósito específico (SPEs). **ConTexto – Contabilidade**. 2021.

BEZ-BATTI, G. Reforma tributária no Brasil: uma necessidade inadiável. **Revista Ciências da Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 68-79, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30810/rcs.v1i1.374>

BRASIL. Mitos e Verdades sobre a Reforma Tributária. Gov.br. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/mitos-e-verdades>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CARRIJO, W. Reforma tributária: conheça seus objetivos e saiba o que pode mudar.

Jornal Contábil, 11 set. 2020, 9:47. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/reforma-tributaria-conheca-seus-objetivos-e-saiba-o-que-pode-mudar/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CARVALHO, R.; TORRES, A. C. Gestão tributária estratégica: compliance fiscal e os desafios do uso de incentivos fiscais. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 1, p. 112–130, 2020.

FELIX, R. K.; FRANÇA, A. A.; MENDES, C. A. S. Regimes tributários: um estudo sobre os impactos da escolha nas empresas comerciais de pequeno e médio porte. **Revista Encontros Científicos UniVS**, v. 5, n. 2, 2023.

GIANNETTI, C. *Tributação no Brasil: Impactos e perspectivas para a economia local*. **Revista de Economia e Negócios**, v. 25, n. 3, p. 45-58, 2020.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

KUNZ, M. *Reforma tributária no Brasil: Propostas e desafios para o sistema fiscal brasileiro*. Editora Atlas, 2021.

LEMONS, F. R; CONTÃO, T. S. Perspectivas e desafios da reforma tributária no Brasil. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, v.7, ISSN 2675-4312, 2023.

LIMA, R.; SILVA, M. Impactos da reforma tributária sobre a competitividade das empresas brasileiras. **Journal of Business Studies**, v. 34, n. 2, p. 123-140, 2020.

LIMA, R. A., & COSTA, L. S. Competitividade e simplificação tributária: o papel do sistema fiscal no crescimento das empresas. **Revista de Economia e Gestão**, 28(2), 120-134. 2020.

LUZ NETO, Luiz G. da. Reforma tributária e a contribuição da teoria da tributação ótima.

Revista Direito Tributário Atual, n. 45, p. 289-302, 2020. Disponível em <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1205>. Acesso em: 15 out. 2023.

MELO, P. A simplificação tributária e os impactos nas pequenas empresas: O caso da reforma tributária. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 4, p. 45-61, 2021.

OLIVEIRA, T. M. (2019). *O federalismo fiscal e a unificação de tributos pelos Projetos de Reforma Tributária das PECs' Nº 45/2019 e 110/2019*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2019.

OLIVEIRA, Tânia M.; RAMOS, Felipe A. Inovação tecnológica e incentivos fiscais: um estudo sobre os efeitos da Lei do Bem nas empresas brasileiras. **Revista de Economia e Gestão**, v. 28, n. 3, p. 88–105, 2021.

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. Reforma tributária no Brasil: princípios norteadores e

Propostas em debate. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 213-244, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.25091/S01013300201800020003>.

OTT, Ernani; SOLDERA, Sérgio B. **Técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PEREIRA, M. L. M. et al. A importância da escolha e enquadramento tributário para futuros

empreendedores e os efeitos dos impactos do planejamento tributário em tempos de pandemia. **E-Acadêmica**, v. 3, 2022.

PUGAS, L. A.; JURUBEBA, F. M. F. O. Impactos da reforma tributária no cenário fiscal brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. São Paulo, v.10. n.05.maio. 2024.

RAMOS, Pablo Alessandro de Guimarães. Harmonização tributária: uma análise comparativa entre a União Europeia e as dificuldades vivenciadas pelo Mercosul no que concerne à tributação indireta sobre o consumo. 2024. 95 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília.

RIBEIRO, Osni M.; PINTO, Mauro A. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTIAGO, Marlene F.; SILVA, José L. G. Evolução e composição da carga tributária Brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, p. 22-41, 2006. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v2i1.51>

SANTOS, E. Reforma tributária no Brasil: Desafios para a implementação e os efeitos no setor privado. Editora FGV, 2022.

SILVA, Gabriela E. M.; NASCIMENTO, Júlia G.; ESPOLADOR, Rita de C. R. T.; SILVA, Thiago E. M. Reforma tributária: seria afinal uma solução econômica diante da pandemia que O país enfrenta? **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 79755-79772, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-414>

SILVA, João Carlos; ANDRADE, Marcos Vinícius. Incentivos fiscais e desenvolvimento econômico: uma análise da função extrafiscal dos tributos. **Revista de Direito Tributário Contemporâneo**, v. 7, n. 2, p. 145–163, 2021.

SOUZA, Carolina A.; MARTINS, Leandro P. Responsabilidade social empresarial e incentivos fiscais no Brasil: análise da eficiência e percepção de valor. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 732–750, 2019.

SOUZA, Humar José de. O que acontecerá com a Contabilidade num futuro próximo? 2019. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5759/o-queacontecera-com-a-contabilidade-num-futuroproximo/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+p>

ortalcontabeis+%28Contabeis.com.br+
+Not%C3%ADcias%2C+Artigos%2C+Legisla%C3%A7%C3%A3o%29>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOEIRO, W. C; ALENCAR, R.V. o projeto de reforma tributária no brasil à luz dos benefícios fiscais: uma análise dos potenciais impactos na realidade das empresas do nordeste do brasil detentoras de benefícios fiscais. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 10, ISSN 2447-0961, 2023.

VIEIRA, A. G. Reforma tributária brasileira: uma análise das propostas em tramitaçãoem 2021. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Uberlândia,Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35610>. Acesso em: 18 maio 2025.

CRISE NO TRANSPORTE PÚBLICO DE
ÔNIBUS DE PORTO ALEGRE:
IMPACTOS TARIFÁRIOS,
SUSTENTABILIDADE E ACESSO
DEMOCRÁTICO

Bruno Da Rosa Lumertz

RESUMO

Este estudo analisa a política tarifária do transporte público de ônibus em Porto Alegre entre 2015 e 2024, com foco na sustentabilidade econômica e social do sistema. O objetivo é compreender os efeitos da dependência da tarifa sobre a resiliência do serviço diante de crises. Utilizando dados secundários da EPTC e modelagem ARIMAX, a pesquisa identifica três tendências críticas: aumento da tarifa de R\$3,25 para R\$4,80, forte queda na demanda e crescente dependência de subsídios públicos – totalizando cerca de R\$580 milhões entre 2020 e 2024. Os resultados mostram que o modelo atual, baseado quase exclusivamente na arrecadação tarifária, não conseguiu se recuperar de choques como a pandemia da COVID-19 e as enchentes de 2024, mesmo com expressivos aportes financeiros. Conclui-se que é urgente repensar o modelo de financiamento do transporte coletivo. As recomendações incluem: diversificação das fontes de recursos por meio de tributos progressivos, adoção de tecnologias inteligentes para gestão do sistema e ampliação da transparência e participação social na definição das tarifas. A superação do ciclo de crise exige um novo desenho institucional que una viabilidade financeira, justiça socioespacial e inovação tecnológica.

Palavras-chave:

Transporte; Ônibus, Tarifa, Porto Alegre

ABSTRACT

This study analyzes the fare policy of the public bus transport system in Porto Alegre between 2015 and 2024, focusing on its economic and social sustainability. The objective is to understand the effects of fare dependency on the system's resilience during crises. Using secondary data from EPTC and ARIMAX modeling, the research identifies three critical trends: fare increases from R\$3.25 to R\$4.80, a sharp decline in ridership, and growing dependence on public subsidies—totaling approximately R\$580 million between 2020 and 2024. The results show that the current model, which relies almost exclusively on fare revenue, failed to recover from shocks such as the COVID-19 pandemic and the floods of 2024, despite significant financial injections. The study concludes that it is urgent to rethink the financing

model of the public transport system. Recommendations include: diversifying revenue sources through progressive taxation, adopting smart management technologies, and enhancing transparency and social participation in fare-setting processes. Overcoming the ongoing cycle of crisis requires a new institutional framework that integrates financial viability, socio-spatial justice, and technological innovation.

Keywords:

Transport; Bus; Fare; Porto Alegre

1. INTRODUÇÃO

O transporte é reconhecido como direito social pela Emenda Constitucional nº 90/2015, sendo, também, o transporte a condição necessária para o exercício de outros direitos fundamentais, como educação, saúde e trabalho. No entanto, em grande parte dos municípios brasileiros, os sistemas de transporte público coletivo operam sob modelos de financiamento historicamente frágeis, baseados quase exclusivamente na arrecadação tarifária, o que os torna altamente sensíveis a choques externos e economicamente insustentáveis.

Porto Alegre exemplifica de forma contundente esse cenário. A capital gaúcha adota, desde o edital de licitação de 2015, um modelo tarifário centrado na cobertura dos custos operacionais por meio do pagamento individual da tarifa dos passageiros do transporte de ônibus.

Ao longo da última década, esse arranjo produziu efeitos cumulativos que revelam um ciclo de exclusão e colapso: aumento progressivo da tarifa (de R\$ 3,25 em 2015 para R\$ 4,80 em 2024¹), queda acentuada na demanda (-43,5%) e crescente dependência de aportes públicos extraordinários, que somaram R\$ 580 milhões entre 2020 e 2024. A pandemia da COVID-19 e as enchentes de maio de 2024 agravaram esse quadro, ao expor a incapacidade do modelo atual de garantir a continuidade do serviço em contextos críticos.

¹ Em 2025, a tarifa foi reajustada para R\$ 5,00, passando a vigorar com o novo valor a partir do dia 31 de março.

Tais evidências colocam em xeque a sustentabilidade do modelo de financiamento vigente e levantam uma questão central: até que ponto o desenho tarifário vigente compromete a resiliência do transporte público e o acesso democrático à mobilidade urbana? A literatura sobre capacidades estatais e políticas urbanas indica que arranjos institucionais centrados na tarifa são regressivos, tecnicamente frágeis e politicamente limitados para enfrentar contextos de crise (Gomide, 2003; IPEA, 2022; Cingolani, 2023).

Este estudo parte da hipótese de que o modelo tarifário adotado em Porto Alegre opera como um fator de vulnerabilização estrutural do transporte público. A partir dela, derivam-se três hipóteses específicas:

- (H1) Sistemas dependentes da arrecadação tarifária apresentam maior sensibilidade da demanda a aumentos tarifários, resultando em quedas proporcionais ou superiores no número de passageiros.
- (H2) Eventos extraordinários, como a pandemia e as enchentes de 2024, têm impactos severos e duradouros na demanda, que não são mitigados pelo arranjo institucional vigente.
- (H3) O financiamento do sistema centrado na tarifa gera um ciclo: aumentos de tarifa levam à redução da demanda, que reduz a receita, exigindo novos aumentos ou aportes extraordinários.

O objetivo central é analisar os impactos desse modelo sobre a sustentabilidade econômica do sistema, a garantia de acesso democrático ao serviço e a capacidade de resiliência frente a choques exógenos.

Para isso, recorre-se à modelagem ARIMAX e à regressão log-linear com dados secundários do total de passageiros mensais, entre 2015 e 2024, do transporte de ônibus de Porto Alegre, com o intuito de estimar a elasticidade-preço da demanda e os efeitos de eventos críticos sobre o número de passageiros transportados no período.

Ao articular evidências empíricas e aportes teóricos do campo das políticas públicas, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre financiamento, equidade de acesso e

sustentabilidade do transporte público de ônibus. Ao final, propõe caminhos alternativos que combinem justiça social, inovação institucional e capacidade estatal ampliada, em sintonia com a diretriz constitucional que reconhece o transporte como um direito social da população brasileira.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do objetivo de analisar os impactos do modelo tarifário do transporte público de ônibus de Porto Alegre entre os anos de 2015 e 2024, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade econômica do sistema, à garantia de acesso democrático ao serviço e à resiliência frente a crises socioambientais, optou-se pela adoção de uma abordagem metodológica quantitativa, com base em dados secundários e modelagem estatística de séries temporais.

Essa estratégia se justifica pela natureza do problema investigado, que envolve uma política pública com impacto mensurável, de quase uma década, sobre o comportamento da demanda agregada de passageiros ao longo do tempo. A utilização de dados em painel temporal, com frequência mensal, e amplitude de 10 anos, sobre o número total mensal de passageiros que acessam o transporte de ônibus no município, permite observar tendências, rupturas e padrões sazonais relevantes para compreender os efeitos do modelo de financiamento sobre o funcionamento do sistema de transporte de ônibus.

Para operacionalizar a análise, foi construída uma base de dados sobre o número de passageiros transportados no sistema de ônibus de Porto Alegre entre janeiro de 2015 e dezembro de 2024 (ver Tabela 2, no Anexo A). Essa variável foi extraída de registros oficiais da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), disponível em painel de monitoramento para acesso público.

A escolha da abordagem quantitativa orientou-se pela necessidade de isolar e medir empiricamente o impacto das variações tarifárias na quantidade de passageiros transportados, dado que essa relação constitui o núcleo da tensão entre sustentabilidade financeira e acessibilidade do serviço. Considerando a complexidade envolvida, optou-se por um modelo de séries temporais com controle de variáveis externas, especificamente, o modelo *AutoRegressive Integrated Moving Average with exogenous variables* (ARIMAX), por

sua capacidade de incorporar simultaneamente a dinâmica temporal da variável dependente e os efeitos de choques externos sobre ela. Esse tipo de modelagem é particularmente adequado para sistemas sujeitos a fatores sazonais e variações estruturais, como é o caso do transporte urbano, cuja demanda é afetada por ciclos econômicos, alterações institucionais e eventos imprevistos.

Paralelamente à modelagem ARIMAX, foi aplicada uma regressão linear com transformação logarítmica das variáveis contínuas, com o intuito de estimar a elasticidade-preço da demanda por transporte coletivo. A especificação do modelo *log-log* é amplamente utilizada na literatura econômica e permite interpretar diretamente o coeficiente da tarifa como elasticidade, ou seja, a variação percentual esperada na demanda em resposta a uma variação percentual na tarifa. Essa etapa metodológica se mostrou necessária para complementar a análise da sustentabilidade econômica do sistema, fornecendo uma medida sintética da sensibilidade da população usuária à política tarifária aplicada. Como variável explicativa, utilizou-se o valor da tarifa praticada em cada ano do período temporal analisado.

Dessa forma, o modelo ARIMAX permite captar efeitos dinâmicos e sazonais da série, enquanto a regressão log-linear fornece uma estimativa sintética e direta da elasticidade-preço, estabelecendo um diálogo com as hipóteses centrais da pesquisa.

Foi realizada a incorporação de variáveis fictícias (*dummies*), com duas funções principais. A primeira é de controle estatístico, isto é, isolar os efeitos de eventos extraordinários que impactaram de forma abrupta e significativa o número de passageiros transportados, mas que não decorrem da política tarifária. Ao controlar esses eventos diretamente na equação de regressão, evita-se que seus efeitos interfiram na estimativa do coeficiente da tarifa, que é o foco analítico para a mensuração da elasticidade. A segunda função é a de assegurar comparabilidade metodológica entre os dois modelos utilizados no estudo: o modelo ARIMAX e a regressão log-linear.

Em termos práticos, o que se fez foi incluir no modelo de regressão duas variáveis fictícias, sendo:

- (i) correspondente ao período da pandemia de COVID-19, assumindo valor igual a 1 durante os anos de 2020 e 2021, e 0 nos demais;
- (ii) construída para representar os efeitos das enchentes ocorridas em maio de 2024, assumindo valor igual a 1 apenas neste mês.

Como ambos modelos têm o objetivo comum de estimar o impacto da tarifa sobre a demanda, ainda que com abordagens estatísticas distintas, é fundamental que considerem o mesmo conjunto de variáveis explicativas, para que os resultados possam dialogar de maneira consistente. Caso a regressão log-linear não incorpore os mesmos controles, os efeitos da pandemia e das enchentes poderiam ser erroneamente atribuídos à variação da tarifa, distorcendo a interpretação da elasticidade-preço estimada.

Essas variáveis agem como ajustes estruturais na equação, permitindo que a regressão desconsidere os desvios provocados por esses eventos no cálculo do efeito marginal da tarifa sobre o número de passageiros. Assim, a regressão logarítmica estima a elasticidade e mantém coerência conceitual e estatística com o modelo ARIMAX.

A criação das variáveis se fundamenta no reconhecimento de que a demanda por transporte público não é explicada apenas pela variação da tarifa, mas também por eventos extraordinários e abruptos, que produzem impactos não-lineares e desproporcionais no número de passageiros transportados. Sendo metodologicamente necessária para que o modelo seja capaz de estimar de forma mais acurada a relação entre tarifa e demanda, sem violar o pressuposto de exogeneidade das variáveis explicativas. Além disso, elas permitem observar, empiricamente, a capacidade de resiliência do sistema diante de choques externos. Ao identificar o tamanho e a direção do impacto desses eventos na série, é possível inferir o grau de vulnerabilidade estrutural do transporte público de ônibus em Porto Alegre, e como essa vulnerabilidade se articula com o modelo da política em vigor.

No caso da pandemia de COVID-19, o distanciamento social imposto por decretos municipais e estaduais, a suspensão de atividades econômicas presenciais e a adoção massiva do trabalho remoto levaram a uma queda abrupta e sem precedentes na circulação de pessoas. Essa retração da mobilidade urbana em 2020 e 2021 não foi causada por decisões tarifárias, nem reflete mudanças estruturais na política de transporte, mas sim uma condição

externa que afeta diretamente a variável dependente (a demanda). Da mesma forma, as enchentes de maio de 2024 constituíram um evento climático extremo que interrompeu o funcionamento de linhas de ônibus, causou o fechamento de terminais, alagamento de vias e a perda de infraestrutura logística essencial. Assim como a pandemia, trata-se de um choque exógeno ao sistema, cuja influência sobre a demanda também não pode ser atribuída ao modelo tarifário.

A modelagem das séries temporais e demais etapas da análise quantitativa foram todas conduzidas no ambiente *RStudio*, com o uso de pacotes específicos para manipulação de dados (*tidyverse*), tratamento de dados (*lubridate*) e modelagem estatística (*forecast* e *tseries*). A base de dados foi organizada em formato longo, com estrutura adequada para a análise de séries temporais mensais, permitindo a identificação de padrões e rupturas ao longo do período de estudo.

Especificamente, a função *auto.arima*, do pacote *forecast*, tem como objetivo identificar automaticamente a melhor especificação do modelo ARIMA, considerando diferentes combinações de parâmetros autorregressivos (AR), de diferenciação (I) e de médias móveis (MA). Essa automatização é particularmente útil em séries longas e com estruturas temporais complexas, como é o caso dos dados mensais de demanda por transporte de ônibus, pois evita a necessidade de testagem manual exaustiva de múltiplas configurações de modelo.

A escolha do melhor modelo é feita pelo *auto.arima* com base em critérios de informação estatística, principalmente o Akaike Information Criterio (AIC) e o *Bayesian Information Criterion* (BIC). Esses critérios funcionam como métricas que equilibram a qualidade do ajuste do modelo aos dados com a complexidade do modelo utilizado. Em outras palavras, eles penalizam modelos excessivamente complexos, com vários parâmetros, evitando o problema do sobreajuste (*overfitting*), que ocorre quando um modelo se adapta bem aos dados observados, mas perde capacidade preditiva em dados novos.

O *Akaike Information Criterion* (AIC) é calculado com base na verossimilhança do modelo ajustado, incorporando uma penalidade proporcional ao número de parâmetros estimados. Seu valor absoluto não tem interpretação direta, mas quanto menor o AIC, melhor o equilíbrio entre ajuste e parcimônia do modelo. Já o *Bayesian Information Criterion* (BIC)

funciona de forma similar, mas aplica uma penalização mais severa conforme o número de observações aumenta, sendo particularmente útil quando se deseja favorecer modelos mais simples e robustos.

Ao utilizar o *auto.arima*, o algoritmo interno testa diferentes combinações de parâmetros e seleciona o modelo com o menor valor de AIC ou BIC, assegurando assim uma especificação condizente com as propriedades da série analisada. Essa etapa visa garantir a validade dos resultados obtidos pelo modelo ARIMAX, por evitar erros de especificação ²que poderiam comprometer a interpretação da relação entre tarifa, eventos externos e demanda por transporte. O uso do *auto.arima* com base em critérios como AIC e BIC contribui para que os efeitos das variáveis exógenas sejam estimados com maior precisão, e que o comportamento da série temporal da demanda seja adequadamente modelado ao longo do período analisado.

A regressão log-linear foi estimada com o objetivo de calcular a elasticidade-preço da demanda do transporte de ônibus e incluiu, além da variável logarítmica da tarifa, as mesmas variáveis de controle adotadas na modelagem de séries temporais: pandemia e enchente.

Reconhece-se que a metodologia adotada implica certas limitações que merecem explicitação. A ausência de variáveis como renda per capita, preços de combustíveis e indicadores de qualidade do serviço decorre tanto de restrições de disponibilidade de dados em série histórica compatível, quanto de uma opção analítica deliberada de focar na relação tarifa-demanda, que constitui o centro do modelo de financiamento investigado. Embora variáveis omitidas possam gerar viés de especificação, a magnitude e consistência dos coeficientes obtidos pelos modelos construídos ARIMAX e regressão log-linear, visam minimizar tal limitação a fim de aumentar o potencial de inferência dos resultados.

A escolha metodológica adotada, portanto, visa a consecução dos objetivos específicos da pesquisa, ao permitir avaliar simultaneamente a capacidade do modelo tarifário de garantir a sustentabilidade financeira do sistema, os impactos que ele gera sobre o acesso da população ao serviço e sua capacidade de absorver os efeitos de choques externos de grande magnitude, como nos dois casos (pandemia e enchentes) analisados no modelo. Ao integrar análise estatística e contextualização institucional, a pesquisa busca contribuir para a

² Pode ocorrer quando o modelo estatístico não representa corretamente a relação real entre as variáveis.

compreensão crítica do modelo de financiamento atualmente vigente e para a construção de alternativas sustentáveis e socialmente justas para o transporte público de ônibus em Porto Alegre.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de capacidade estatal emerge como categoria analítica para compreender as condições sob as quais o Estado consegue implementar políticas públicas de forma efetiva, especialmente em contextos caracterizados por elevada complexidade institucional e desigualdades territoriais (Evans, 1995; Mann, 1986). No campo das políticas urbanas, essa perspectiva teórica ganha particular relevância ao permitir analisar como diferentes arranjos institucionais e modelos de financiamento influenciam a capacidade governamental de garantir acesso universal e sustentável a serviços essenciais, como o transporte público coletivo.

A literatura sobre capacidades estatais tem evoluído significativamente desde os trabalhos seminais de Mann (1986), que introduziu a distinção entre poder despótico e poder infraestrutural do Estado. Segundo o autor, o poder infraestrutural refere-se à capacidade do Estado de penetrar realmente a sociedade civil e implementar logisticamente decisões políticas por todo o reino (Mann, 1986, p. 113). Essa conceituação desloca o foco da autoridade coercitiva para a capacidade logística e organizacional do Estado de operar próximo ao cidadão, onde as políticas são efetivamente entregues à população.

No contexto das políticas de mobilidade urbana, o poder infraestrutural manifesta-se na capacidade do Estado de estruturar sistemas de transporte que sejam simultaneamente acessíveis, sustentáveis e resilientes. Isso envolve não apenas a provisão física da infraestrutura, mas também a construção de arranjos institucionais que garantam financiamento adequado, qualidade do serviço e capacidade de resposta a variações de demanda e choques externos.

Como destaca Gomide (2003), quando o financiamento do transporte público depende exclusivamente da tarifa paga pelos passageiros, o sistema tende a se tornar socialmente excludente e economicamente insustentável. Essa configuração compromete a função

redistributiva do transporte coletivo urbano e acentua desigualdades socioespaciais, especialmente em contextos de pobreza urbana estrutural.

Cingolani (2023) retoma e aprofunda essa perspectiva, propondo que a capacidade infraestrutural se desdobra em três manifestações interdependentes: os recursos institucionais disponíveis, o alcance territorial das ações estatais e o grau de legitimidade social das intervenções governamentais.

A autora argumenta que o poder infraestrutural tem sido definido de várias maneiras, mas comumente se refere à capacidade de um Estado de ter presença completa nos territórios que governa, a fim de implementar suas políticas como desejado (Cingolani, 2023, p. 276).

Essa perspectiva é especialmente relevante para o contexto municipal brasileiro, no qual a proximidade com o cidadão pode tanto facilitar, quanto obstaculizar, a implementação de políticas públicas, dependendo da qualidade das instituições locais e do grau de confiança da população nos gestores públicos.

A dimensão técnica da capacidade estatal refere-se à existência de recursos humanos qualificados, sistemas de informação adequados e instrumentos de planejamento e monitoramento que permitam ao Estado formular e implementar políticas baseadas em evidências (Gomide; Pires, 2014). No campo das políticas de mobilidade urbana, essa dimensão manifesta-se na capacidade de desenhar modelos de financiamento que equilibrem sustentabilidade financeira, acessibilidade social e eficiência operacional.

Evans (1995) destaca que a qualidade da burocracia e a presença de quadros técnicos especializados constituem elementos fundamentais para o que denomina autonomia inserida, que se refere à capacidade do Estado de formular políticas tecnicamente consistentes sem perder conexão com as demandas sociais. No contexto do transporte público de ônibus, isso implica a capacidade de desenvolver modelos tarifários que considerem simultaneamente a elasticidade-preço da demanda, os custos operacionais do sistema e os impactos distributivos das decisões de financiamento.

A ausência ou insuficiência de capacidade técnica pode levar à adoção de arranjos institucionais subótimos, que geram ciclos viciosos de ineficiência e insustentabilidade. Como observa Cingolani (2023), a mera existência de estruturas formais não garante sua efetividade,

sendo necessário considerar como essas estruturas se articulam com diferentes dimensões da capacidade de ação governamental.

Uma dimensão crescentemente importante na análise das capacidades estatais refere-se à capacidade de resiliência, que diz respeito à habilidade do Estado de manter a provisão de serviços essenciais e adaptar suas políticas diante de choques externos imprevistos (Boin; Lodge, 2016). Essa dimensão ganha particular relevância no contexto contemporâneo, marcado pela frequência crescente de crises sanitárias, climáticas e econômicas que testam a robustez dos arranjos institucionais existentes.

Mais do que resistir a impactos, a resiliência envolve também a capacidade de aprender com as crises e incorporar esses aprendizados no redesenho de políticas, evitando a repetição de vulnerabilidades. No campo do transporte público, essa perspectiva implica não apenas assegurar a continuidade do serviço em situações adversas, mas também aprimorar mecanismos de financiamento, gestão e planejamento, de modo que o sistema retorne rapidamente a níveis adequados de operação, preservando o acesso e a equidade.

Cingolani (2023) também argumenta que, mesmo em ambientes tecnologicamente avançados, a capacidade de resposta a crises depende fundamentalmente da qualidade das instituições e da confiança social nas ações governamentais. A autora afirma que "é um aspecto definidor da estabilidade, e é mais acentuado sempre que os Estados são capazes de agir na fonte, ou seja, o mais próximo possível do sujeito regulado" (Cingolani, 2023, p. 276). No caso do transporte público, a capacidade de resiliência manifesta-se na existência de mecanismos institucionais que permitam ao sistema absorver impactos de crises, como pandemias ou desastres climáticos, sem colapsar financeiramente ou comprometer definitivamente o acesso da população ao serviço.

Sistemas baseados exclusivamente em financiamento tarifário tendem a apresentar menor resiliência, uma vez que choques que reduzem a demanda geram automaticamente crises de receita que podem inviabilizar a continuidade do serviço. A Nota Técnica nº 75 do IPEA (2020) ressalta que a pandemia da COVID-19 escancarou a fragilidade dos sistemas de transporte público coletivo no Brasil, fortemente dependentes da arrecadação tarifária. A queda abrupta na demanda comprometeu a continuidade da oferta e expôs a ausência de subsídios estruturais e de mecanismos permanentes de amortecimento.

Complementando a perspectiva centrada na qualidade burocrática, Meckling e Nahm (2020) desenvolvem o conceito de capacidade estratégica, definida como "a habilidade do Estado, definido aqui como o executivo e/ou o legislativo, de mobilizar ou desmobilizar grupos de interesse em busca de objetivos políticos oficiais" (Meckling; Nahm, 2020, p. 3, tradução do autor). Essa perspectiva enfatiza o papel ativo do Estado na gestão de coalizões sociais e políticas, especialmente quando se trata de implementar políticas que enfrentam resistências organizadas.

Os autores identificam quatro estratégias que os governos utilizam para contornar obstáculos: recrutamento de aliados, alinhamento de interesses, limitação de acesso e apaziguamento de opositores. A capacidade estratégica torna-se particularmente relevante quando se considera que políticas de transporte público frequentemente envolvem *trade-offs* entre diferentes grupos sociais e interesses econômicos. Modelos de financiamento baseados exclusivamente na tarifa paga pelo passageiro podem refletir limitações na capacidade estratégica do Estado de construir coalizões que sustentem alternativas redistributivas, como subsídios cruzados ou financiamento por meio de tributos progressivos.

No caso do federalismo brasileiro, existem características específicas que influenciam diretamente a configuração das capacidades estatais nos municípios. A Constituição Federal (Brasil, 1988) conferiu aos municípios autonomia para organizar o transporte público local, mas não estabeleceu mecanismos de financiamento ou coordenação com outras esferas de governo (Gomide; Galindo, 2013). Esse arranjo institucional cria um cenário no qual a efetividade das políticas de mobilidade urbana depende primariamente da capacidade municipal de mobilizar recursos próprios e construir arranjos sustentáveis de financiamento.

Essa lacuna institucional é apontada pelo IPEA (2021), ao afirmar que a ausência de fontes permanentes de financiamento federal compromete a sustentabilidade e a universalização do transporte público no Brasil. Como observam Pires e Gomide (2016), a implementação efetiva de políticas públicas em contextos federativos descentralizados requer a articulação entre diferentes dimensões da capacidade estatal: técnica, administrativa e política-relacional. No caso do transporte público municipal, essa articulação manifesta-se na necessidade de combinar competências técnicas para o planejamento do sistema, capacidades administrativas para sua operação e habilidades político-relacionais para construir sustentação financeira.

A ausência ou insuficiência dessas capacidades pode levar à adoção de modelos de financiamento que transferem custos desproporcionalmente aos passageiros, comprometendo tanto a sustentabilidade do sistema quanto sua função redistributiva. Esse padrão é particularmente problemático em contextos de elevada desigualdade social, nos quais o transporte público deveria funcionar como mecanismo de inclusão social e acesso a oportunidades urbanas.

A literatura econômica sobre demanda por transporte público tradicionalmente enfatiza fatores como renda, preços relativos e qualidade do serviço como determinantes do comportamento dos usuários do serviço público (Litman, 2004). No entanto, uma perspectiva institucional permite compreender que a elasticidade-preço da demanda também reflete os arranjos institucionais e a capacidade estatal de estruturar sistemas integrados e subsidiados.

Litman (2004) demonstra que a elasticidade-preço da demanda por transporte coletivo apresenta variações relevantes conforme o horizonte temporal e o perfil do usuário. Em geral, oscila entre $-0,2$ e $-0,5$ no curto prazo (até um ano) e entre $-0,6$ e $-0,9$ no longo prazo (cinco a dez anos), sendo menor entre usuários dependentes do transporte público e maior entre usuários discricionários, mais sensíveis a mudanças de preço. Litman (2004) também observa que viagens fora do pico e de lazer tendem a ter elasticidades aproximadamente duas vezes superiores às de deslocamentos em horários de pico, e que as elasticidades cruzadas com o transporte individual por automóvel, embora baixas no curto prazo, aumentam no longo prazo. Esses achados indicam que a resposta à variação tarifária não é uniforme e depende de fatores como dependência modal, motivo da viagem, qualidade percebida do serviço e existência de alternativas de deslocamento.

Segundo o IPEA (2022), a sustentabilidade do transporte público depende da adoção de fontes alternativas de financiamento, como subsídios cruzados, contribuições específicas e tributos progressivos. Modelos baseados exclusivamente na tarifa são mais vulneráveis a choques de demanda e operam sob risco permanente de colapso, especialmente em municípios de médio e grande porte. Nesse sentido, a elasticidade-preço elevada pode ser interpretada não apenas como um fenômeno econômico, mas como um indicador de limitações na capacidade estatal de estruturar modelos de financiamento sustentáveis e socialmente justos.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Compreender os efeitos do modelo tarifário sobre a demanda por transporte público em Porto Alegre, no período de 2015 a 2024, exige conhecer o funcionamento do modelo tarifário vigente, e a sua fórmula de cálculo da tarifa. Implementado a partir do Edital de Licitação de 2015 (Porto Alegre, 2015), a política tarifária se baseia na fórmula concebida nos anos 1980 pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), vinculado à extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes Urbanos (EBTU). Essa metodologia, amplamente adotada em municípios brasileiros, estabelece que a tarifa seja calculada pela divisão dos custos totais estimados para a operação do serviço pelo número de passageiros pagantes (Porto Alegre, 2013).

No caso do edital de Porto Alegre (2015), os custos operacionais incluem despesas fixas e variáveis, além de tributos obrigatórios. Entre os custos fixos, destacam-se a aquisição e depreciação de veículos, a remuneração do pessoal operacional e administrativo, benefícios como plano de saúde, e gastos com peças e manutenção.

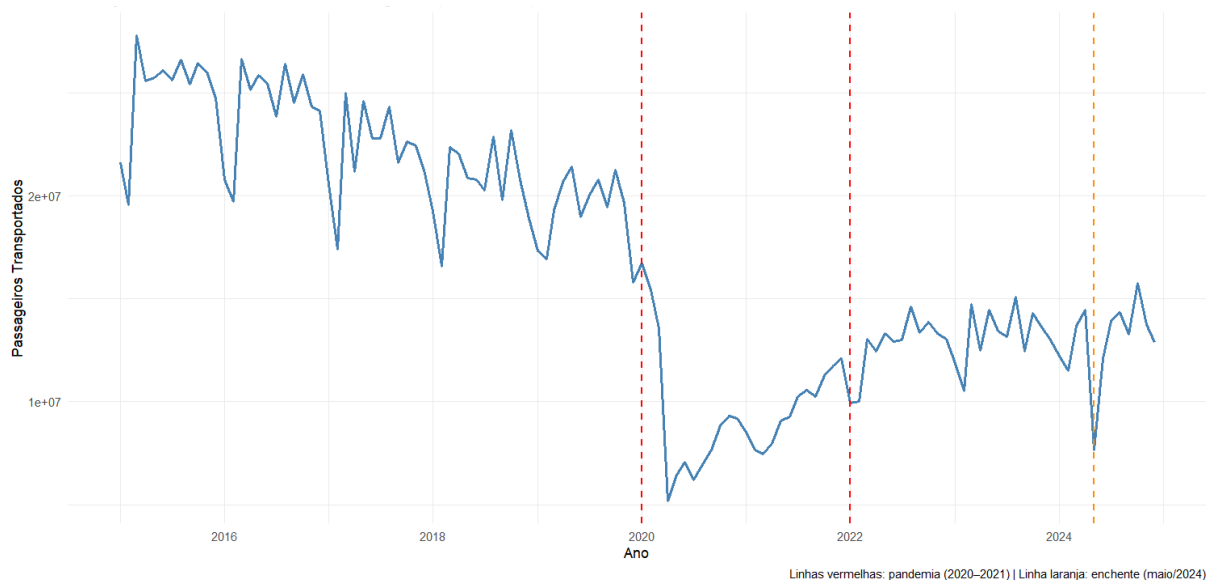
As despesas variáveis abrangem itens diretamente relacionados ao uso da frota, como combustíveis, lubrificantes e pneus, sujeitos a oscilações conforme o volume de operação (Lumertz, 2024). Os tributos PIS, COFINS e ISSQN também integram a composição tarifária, influenciando diretamente o valor final pago pelo usuário. Dessa forma, a estrutura de custos impacta tanto a sustentabilidade econômico-financeira das concessionárias quanto a acessibilidade do serviço para a população.

4.1 Panorama Evolutivo da Demanda de transporte de ônibus em Porto Alegre (2015-2024)

A análise dos dados mensais de passageiros do transporte público de ônibus de Porto Alegre em Porto Alegre, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2024, revela um padrão de declínio estrutural que transcende os impactos conjunturais de eventos específicos. Conforme evidenciado no Gráfico 1, o número de passageiros transportados apresenta tendência

decrecente consistente ao longo de todo o período analisado, com quedas acumuladas que atingiram 43,5% entre o início e o fim da série temporal.

Gráfico 1 – Evolução mensal da demanda de passageiros (2015–2024) e eventos críticos

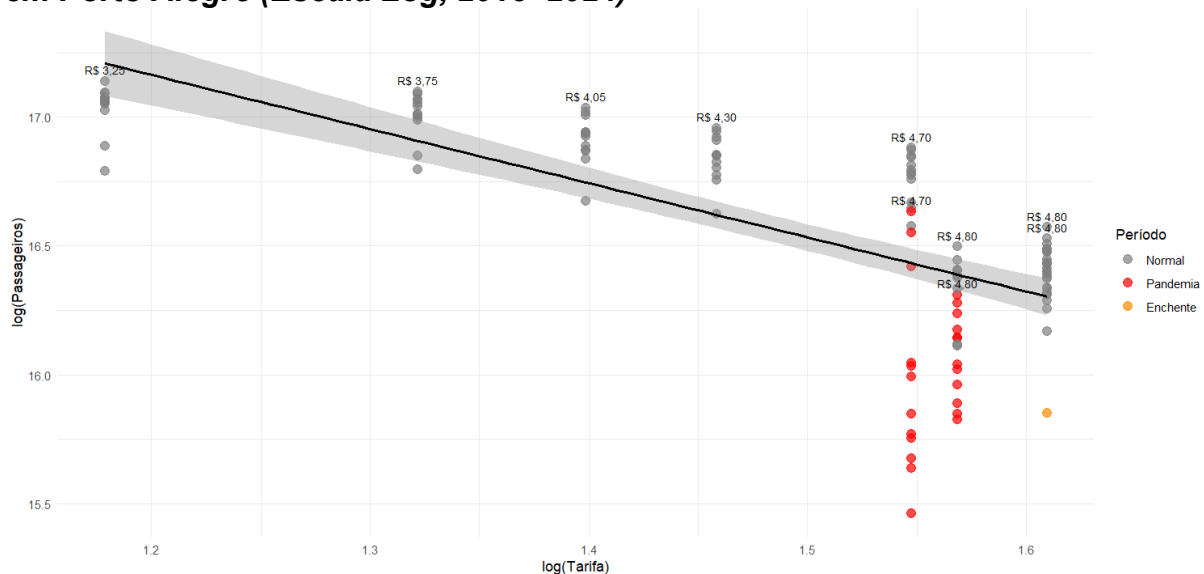


Fonte: *Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).*

Três fases distintas podem ser identificadas nessa trajetória: (i) declínio gradual entre 2015-2019, coincidente com o período de aumentos tarifários sucessivos que elevaram a tarifa de R\$ 3,25 para R\$ 4,30; (ii) colapso abrupto em 2020-2021, associado à pandemia de COVID-19 e às medidas de distanciamento social; e (iii) recuperação parcial em 2022-2023, seguida por nova retração em 2024 devido às enchentes de maio. Essa periodização sugere que, embora choques externos tenham amplificado as perdas, a tendência de esvaziamento do sistema precede e transcende eventos conjunturais.

O coeficiente obtido na regressão log-linear indica que a demanda por transporte público em Porto Alegre é altamente elástica, com variações superiores à proporção das mudanças tarifárias. Esse resultado tem implicações teóricas e práticas relevantes para a compreensão dos limites do modelo de financiamento vigente. O Gráfico 2 apresenta a relação entre a tarifa nominal (valores correntes) e a demanda agregada anual, ambas transformadas em escala logarítmica, destacando-se os eventos críticos e a tendência negativa da série.

Gráfico 2 – Relação entre Tarifa Nominal e Demanda por Transporte Público em Porto Alegre (Escala Log, 2015–2024)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).

O coeficiente de -1,61 indica que cada 1% de aumento na tarifa está associado a uma redução média de 1,61% no número de passageiros transportados. A significância estatística ao nível de 1% ($p < 0,001$) assegura que essa relação não é produto de variações aleatórias, mas reflete um padrão estrutural de comportamento da demanda. O Gráfico 2 ilustra essa relação negativa na escala logarítmica, evidenciando a consistência do padrão ao longo de todo o período analisado. Esse resultado confirma a primeira hipótese ($H1$) do estudo, de que o aumento da tarifa está associado a uma redução significativa na demanda, reforçando a relação inversa entre preço e volume de passageiros.

A interpretação dos resultados obtidos também dialoga diretamente com o trabalho de Litman (2004), que, ao revisar estudos sobre elasticidade-preço e elasticidades cruzadas no transporte público, identificou que sistemas com alta integração modal, qualidade elevada de serviço e políticas de subsídio apresentam elasticidades substancialmente menores (entre -0,2 e -0,5), refletindo maior resiliência e menor sensibilidade da demanda a variações tarifárias. No caso de Porto Alegre, o valor de -1,61 estimado neste estudo ultrapassa essa faixa de referência.

Sob a perspectiva teórica das capacidades estatais, a alta elasticidade-preço reflete limitações na dimensão infraestrutural do poder estatal de Porto Alegre. Como argumenta Cingolani (2023), a capacidade de penetrar a sociedade civil e implementar logisticamente decisões políticas manifesta-se na capacidade de estruturar serviços que sejam simultaneamente acessíveis socialmente e sustentáveis financeiramente. A elevada sensibilidade ao preço observada em Porto Alegre indica que o Estado não conseguiu estruturar um sistema que equilibrasse esses objetivos fundamentais.

Mais especificamente, a elasticidade superior à unidade revela que o modelo tarifário atua como mecanismo de autorregulação perversa: a cada tentativa de equilibrar as contas por meio de aumentos de preço, a redução mais que proporcional da demanda compromete a própria arrecadação, exigindo novos aumentos em um ciclo vicioso de exclusão e insustentabilidade financeira. Esse padrão é incompatível com a função redistributiva que o transporte enquanto direito social deveria exercer.

4.2 Impactos dos Choques Externos

A análise dos choques externos fornece evidências empíricas sobre a capacidade de resiliência do sistema de transporte público diante de crises não-tarifárias. Os resultados revelam padrões distintos de impacto e recuperação, permitindo avaliar a robustez institucional do modelo vigente em contextos de excepcionalidade.

Para a Pandemia de COVID-19 (2020-2021) o coeficiente estimado de foi de -0,53073 ($p < 0,001$), que indica que a demanda durante o período pandêmico foi, em média, 53% inferior ao padrão normal, controlando-se pelo efeito das variações tarifárias. Esse impacto, embora severo, mostrou-se parcialmente reversível, com recuperação gradual observada em 2022-2023. No entanto, a recuperação foi incompleta, sugerindo que parte da redução da demanda se converteu em mudança estrutural de comportamento, possivelmente associada à consolidação do trabalho remoto, alterações nos padrões de mobilidade urbana e migração para modalidades individuais de transporte.

Já as Enchentes de maio de 2024 apresentaram coeficiente de -0,62744 ($p = 0,00176$), que representa uma queda de 62,7% na demanda durante o mês das enchentes, constituindo o impacto mais severo registrado em toda a série temporal. Embora pontual, esse impacto foi

proporcionalmente maior que o observado durante a pandemia, refletindo tanto a destruição física da infraestrutura de transporte (alagamento de terminais, interrupção de linhas, bloqueio de vias) quanto a disrupção completa das rotinas urbanas. A recuperação pós-enchente foi mais rápida que na pandemia, mas revelou déficits estruturais na preparação para eventos climáticos extremos.

Ambos os eventos evidenciam déficits sistemáticos na capacidade de resiliência do sistema, conceito definido por Boin e Lodge (2016) como a habilidade institucional de manter serviços essenciais durante crises e adaptar-se rapidamente a novas condições. A ausência de mecanismos permanentes de amortecimento da crise, como subsídios de emergência, modulações tarifárias automáticas, integração com modalidades alternativas ou protocolos de contingência, amplificou os impactos dos choques externos e prolongou os períodos de recuperação.

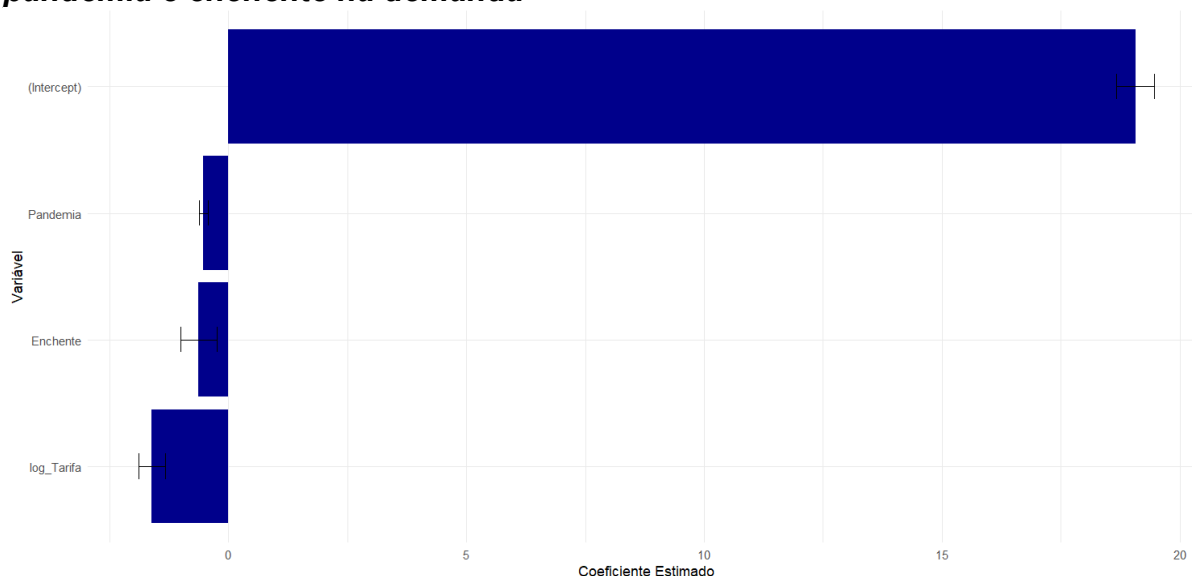
4.3 Validação dos Modelos Estatísticos

A qualidade estatística dos modelos estimados reforça a confiabilidade dos achados empíricos e sustenta a validade das inferências realizadas ao longo da análise. O R^2 ajustado de 0,7659 na regressão log-linear indica que 76,6% da variação na demanda mensal é explicada pelas variáveis incluídas no modelo (logaritmo da tarifa, variáveis *dummy* para pandemia e enchente).

Esse nível de explicação sugere que o modelo capturou adequadamente os principais determinantes estruturais da demanda no período analisado. Os 23,4% de variação não explicada podem ser atribuídos a fatores não modelados, como variações sazonais, ciclos econômicos locais, mudanças na qualidade do serviço e eventos pontuais não capturados pelas variáveis de controle. A identificação desses padrões reforça a terceira hipótese (*H3*) do estudo, segundo a qual efeitos sazonais e tendências temporais exercem influência significativa sobre a demanda ao longo do tempo.

O Gráfico 3 apresenta os coeficientes da regressão log-linear, e os intervalos de confiança de 95% para os três principais efeitos estimados.

Gráfico 3 – Coeficientes estimados da regressão log-linear: impacto da tarifa, pandemia e enchente na demanda

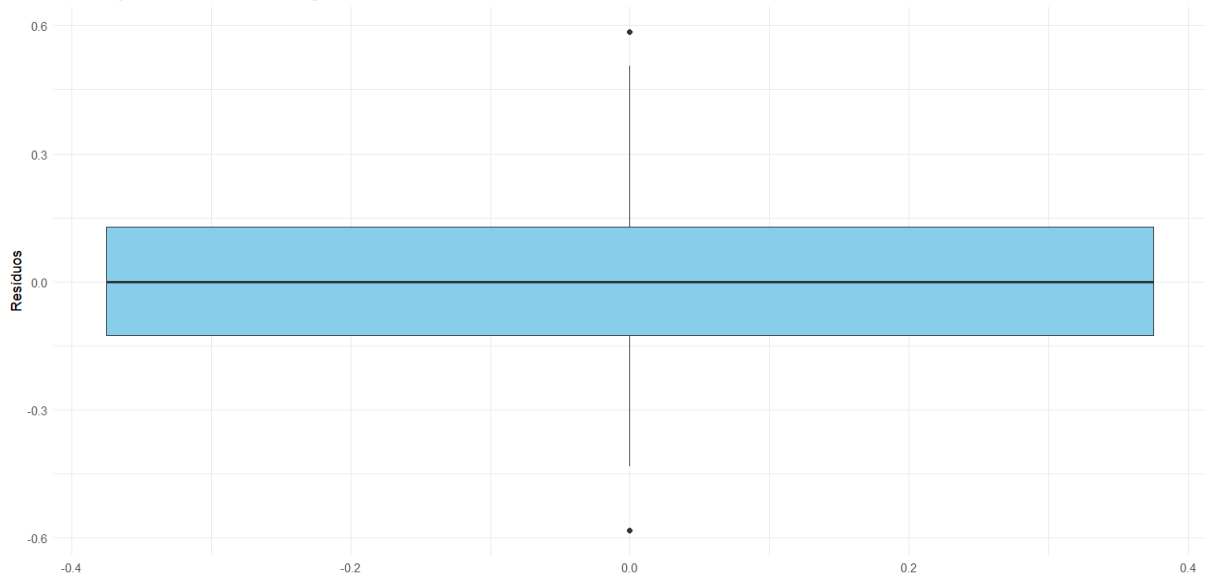


Fonte: Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).

A visualização confirma que todos os coeficientes são negativos e estatisticamente significativos, com intervalos de confiança que não incluem o zero. A magnitude relativa dos efeitos, com a tarifa apresentando o maior impacto em valor absoluto, seguida pelas enchentes e pela pandemia, reforça a interpretação de que o modelo tarifário constitui o principal determinante estrutural do declínio da demanda no período temporal analisado. A magnitude e a significância dos coeficientes das variáveis de controle para pandemia e enchente confirmam a segunda hipótese (*H2*), demonstrando que choques externos impactam a demanda, mesmo sem alteração tarifária.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição dos resíduos em formato *boxplot*, revelando simetria aproximada em torno de zero, ausência de *outliers* extremos e dispersão homocedástica. Esses indicadores sugerem que o modelo não apresenta viés sistemático e que os erros de estimação distribuem-se aleatoriamente, validando a especificação funcional adotada na modelagem.

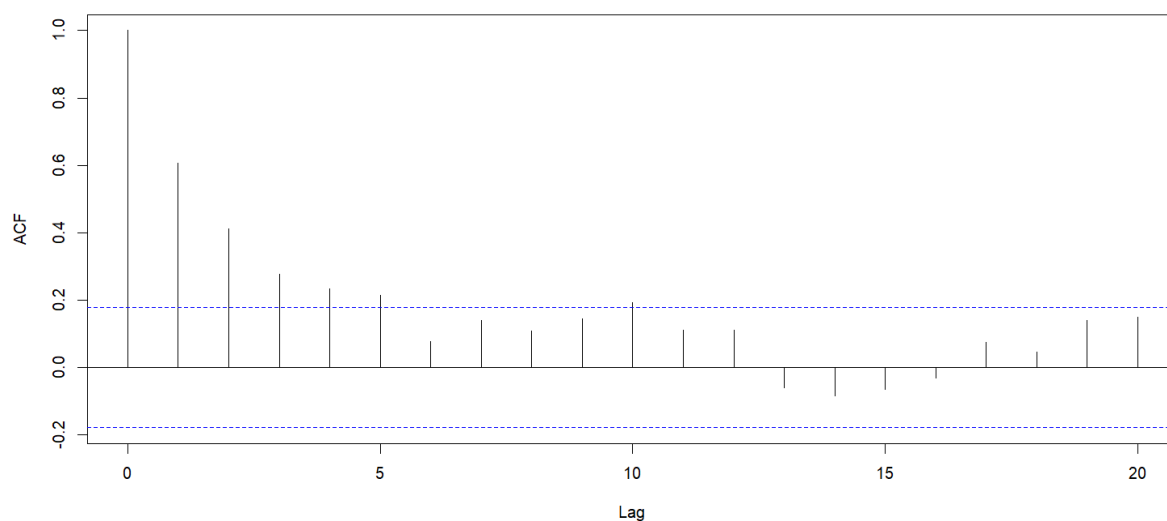
Gráfico 4 – Distribuição dos resíduos do modelo log-linear, indicando simetria e ausência de viés sistemático



Fonte: Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).

Complementarmente, o Gráfico 5 apresenta a função de autocorrelação dos resíduos (ACF), utilizada para investigar a presença de dependência temporal não capturada pelo modelo. Os coeficientes de autocorrelação para os primeiros *lags* situam-se próximos de zero e dentro dos limites de significância estatística (bandas azuis), indicando que os resíduos são independentes ao longo do tempo.

Esse resultado confirma que o modelo não omitiu variáveis com estrutura temporal relevante e que os erros distribuem-se de maneira aleatória, atendendo ao pressuposto de não autocorrelação, condição essencial para a validade dos testes de hipótese e a precisão dos intervalos de confiança.

Gráfico 5 – Autocorrelação dos resíduos da regressão

Fonte: Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).

A convergência entre os resultados da regressão log-linear e do modelo ARIMAX fornece validação cruzada dos achados principais do estudo. Ambas as abordagens estatísticas produziram estimativas consistentes para o impacto da tarifa e dos choques externos, aumentando a confiança nas inferências realizadas, reduzindo a probabilidade de que os resultados sejam artefatos de especificações metodológicas particulares.

A Tabela 1 sintetiza os resultados estatísticos completos, apresentando coeficientes, erros padrão, *valores-p* e intervalos de confiança para todas as variáveis do modelo.

Tabela 1 – Resumo dos resultados da regressão log-linear

Resumo da Regressão Log-Linear					
Variável	Coeficiente	Erro Padrão	IC 95% (Inferior)	IC 95% (Superior)	Valor-p
(Intercept)	19.0715	0.2024	18.6705	19.4724	0.0000
log_Tarifa	-1.6115	0.1380	-1.8848	-1.3383	0.0000
Pandemia	-0.5307	0.0463	-0.6224	-0.4390	0.0000
Enchente	-0.6274	0.1960	-1.0156	-0.2393	0.0018

Fonte: Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).

A combinação de alta elasticidade-preço (-1,61) com declínio estrutural da demanda (-43,5% em nove anos) demonstra empiricamente que o modelo de financiamento centrado na tarifa paga pelo passageiro é economicamente insustentável no médio e longo prazo. Cada tentativa de equilibrar as contas operacionais por meio de aumentos tarifários produz redução mais que proporcional da receita total, aprofundando a crise financeira que motivou o aumento inicial. Além disso, mesmo com os aumentos tarifários, o atual arranjo necessitou de aportes públicos extraordinários da ordem de cerca de R\$ 580 milhões entre 2020 e 2024 (Diário Gaúcho, 2025).

A magnitude dos impactos da pandemia (-53%) e das enchentes (-62,7%) revela um sistema com capacidade de resiliência limitada, incapaz de absorver choques externos sem comprometer gravemente sua operação. Sistemas de transporte resilientes caracterizam-se pela existência de mecanismos permanentes de estabilização, com reservas financeiras, fontes alternativas de receita, protocolos de contingência, integração modal, que permitem manter níveis mínimos de serviço mesmo em contextos adversos. A ausência desses mecanismos em Porto Alegre torna o sistema refém de condições externas estáveis, arranjo incompatível com a crescente frequência de choques climáticos, sanitários e econômicos que caracterizam o contexto urbano contemporâneo.

Sob a perspectiva teórica das capacidades estatais, os achados empíricos evidenciam limitações críticas em Porto Alegre em duas dimensões identificadas por Cingolani (2023):

recursos institucionais insuficientes, tendo em vista a dependência excessiva de uma única fonte de financiamento; e alcance territorial limitado, devido à exclusão progressiva de parcelas significativas da população. Essas limitações manifestam-se na incapacidade do Estado municipal de estruturar um sistema de transporte que cumpra simultaneamente suas funções econômicas (equilíbrio econômico-financeiro do contrato de licitação), sociais (inclusão e acessibilidade da população) e ambientais (redução das externalidades negativas do transporte individual).

5. CONCLUSÕES

Este estudo analisou a política tarifária do transporte público de ônibus em Porto Alegre entre 2015 e 2024, com foco na sustentabilidade econômica e social do sistema, bem como sua capacidade de resiliência frente a choques externos. A investigação empírica, fundamentada em modelagem ARIMAX e regressão log-linear, permitiu identificar padrões estruturais que evidenciam as limitações do modelo de financiamento vigente e seus impactos sobre o acesso democrático à mobilidade urbana.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese central de que o modelo tarifário adotado em Porto Alegre opera como fator de vulnerabilização estrutural do transporte público. A elasticidade-preço da demanda estimada em -1,61 revela que o sistema apresenta sensibilidade superior ao padrão internacional de referência, indicando que cada 1% de aumento na tarifa resulta em redução de 1,61% no número de passageiros transportados. A trajetória descendente da demanda, com queda acumulada de 43,5% no período analisado, demonstra que o modelo de financiamento centrado na arrecadação tarifária produz ciclos viciosos de exclusão e insustentabilidade. Mesmo o aumento progressivo da tarifa no período não conseguiu garantir o equilíbrio financeiro do sistema, que necessitou de aportes públicos extraordinários da ordem de R\$ 580 milhões entre 2020 e 2024.

A análise dos choques externos, pandemia de COVID-19 (-53% na demanda) e enchentes de maio de 2024 (-62,7% na demanda), revelaram limitações críticas na capacidade de resiliência do sistema. A magnitude desses impactos e os prolongados períodos de recuperação demonstram a ausência de mecanismos institucionais permanentes de amortecimento, tais como reservas financeiras, fontes alternativas de receita, protocolos de

contingência e integração modal efetiva. Essa fragilidade estrutural torna o sistema refém de condições externas estáveis, arranjo incompatível com a crescente frequência de choques climáticos, sanitários e econômicos que caracterizam o contexto urbano contemporâneo.

Sob a perspectiva teórica das capacidades estatais, os achados empíricos evidenciam limitações nas três dimensões identificadas por Cingolani (2023): recursos institucionais insuficientes, manifestos na dependência excessiva de uma única fonte de financiamento; alcance territorial limitado, expresso na exclusão progressiva de parcelas significativas da população; e déficits de legitimidade social, refletidos na percepção de injustiça e insustentabilidade do modelo. Essas limitações comprometem o cumprimento das funções econômicas, sociais e ambientais que o transporte público deveria exercer em uma metrópole como Porto Alegre. A alta elasticidade-preço identificada (-1,61) contrasta com padrões internacionais de sistemas integrados e de políticas tarifárias subsidiadas, que apresentam elasticidades entre -0,2 e -0,5, conforme documentado em estudo de Litman (2004).

Os resultados estatísticos obtidos, com R^2 ajustado de 0,7659 e significância ao nível de 1% para todas as variáveis principais, sugerem robustez nas inferências realizadas e sustentam a validade das recomendações propostas. A primeira hipótese (H1) evidencia que a variação tarifária possui forte relação negativa com a demanda, em magnitude superior proporcionalmente às mudanças nos valores da tarifa. A segunda hipótese (H2) também é corroborada, já que os choques externos representados pela pandemia de COVID-19 e pelas enchentes de 2024 apresentaram impactos negativos estatisticamente significativos sobre a demanda, independentemente de alterações tarifárias. A terceira hipótese (H3) é parcialmente confirmada, pois, embora o modelo tenha capturado a maior parte da variação observada na demanda, permanece uma parcela residual explicada por fatores não incluídos na modelagem, como variações sazonais.

Diante dessas evidências, conclui-se que a superação da crise estrutural do transporte público de ônibus de Porto Alegre exige transformações profundas que transcendem ajustes tarifários pontuais. As recomendações da pesquisa incluem: (i) diversificação das fontes de financiamento por meio de tributos progressivos e contribuições específicas, reduzindo a dependência da arrecadação tarifária; (ii) fortalecimento das capacidades técnicas e administrativas para planejamento e gestão baseados em evidências; (iii) adoção de tecnologias inteligentes para otimização operacional e melhoria da experiência do usuário;

(iv) construção de mecanismos permanentes de resiliência, incluindo reservas de emergência e protocolos de contingência; (v) ampliação da transparência e participação social na definição das políticas tarifárias e de investimento.

A implementação dessas medidas demanda articulação entre diferentes níveis de governo, considerando as limitações do federalismo brasileiro no financiamento do transporte urbano. A ausência de fontes permanentes de financiamento federal, identificada pelo IPEA (2021) como obstáculo estrutural, requer *advocacy* institucional para alterações no marco regulatório nacional, complementado por iniciativas locais de inovação institucional.

Este estudo contribui para o debate nacional sobre financiamento, equidade e sustentabilidade do transporte público de ônibus ao sugerir que modelos centrados na arrecadação gerada pela tarifa produzem maiores chances de gerar exclusão social, insustentabilidade econômica e vulnerabilidade sistêmica. Reconhece-se que tarifas e subsídios podem ser ajustados em resposta a quedas de demanda, o que pode gerar endogeneidade; análises futuras poderão empregar variáveis instrumentais ou modelos simultâneos para mitigar esse risco e reforçar a robustez causal das estimativas.

Por fim, o caso de Porto Alegre, embora específico, representa padrões encontrados em outras cidades brasileiras, conferindo relevância nacional aos achados e recomendações apresentados. A superação do atual ciclo da política demanda novo arranjo institucional que una capacidade estatal, legitimidade social e resiliência diante das necessidades de financiamento, choques externos, e que crie condições essenciais para que haja a consecução do transporte enquanto direito social.

REFERÊNCIAS

BOIN, Arjen; LODGE, Martin. Designing resilient institutions for transboundary crisis management: a time for public administration. *Public Administration*, [S. l.], v. 94, n. 2, p. 289-298, 2016. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/67652/1/Designing%20resilient%20institutions_author.pdf. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: ago. 2025.

_____. *Emenda Constitucional nº 90*, de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. 2015. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: ago. 2025.

CINGOLANI, Luciana. Infrastructural state capacity in the digital age: what drives the performance of COVID-19 tracing apps? *Governance*, [S. l.], v. 36, p. 275-297, 2023. DOI: 10.1111/gove.12666. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gove.12666>. Acesso em: jul. 2025.

DIÁRIO GAÚCHO. Empresas de ônibus de Porto Alegre foram socorridas com valor recorde em 2024. Jocimar Farina, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://diariogaucha.clicrbs.com.br/dia-a-dia/noticia/2025/02/empresas-de-onibus-de-porto-alegre-foram-socorridas-com-valor-recorde-em-2024-50222513.html>. Acesso em: ago. 2025.

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO (EPTC). *Painel de indicadores do transporte de ônibus de Porto Alegre*. 2025. Disponível em: <https://eptctransparente.com.br/detalhamentovolumepassageiros>. Acesso em: jul. 2025.

EVANS, Peter. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 960). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0960.pdf. Acesso em: jul. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; GALINDO, Ernesto Pereira. A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 27-39, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/y5cDfp8VrLsfCjWkjJHST3S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2014. (Texto para Discussão, n. 1940).

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/L3fXLK7DBfmxRf9jB6dmrSc/>. Acesso em: ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *O financiamento do transporte público no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. (Nota Técnica n. 83). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes/nota-tecnica/115-notas-tecnicas-2021/11861>. Acesso em: 7 ago. 2025.

_____. *COVID-19 e transporte público no Brasil: diagnóstico e propostas*. Brasília: IPEA, 2020. (Nota Técnica n. 75). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes/nota-tecnica/115-notas-tecnicas-2020/11026>. Acesso em: 7 ago. 2025.

_____. *Sustentabilidade econômica do transporte público coletivo no Brasil*. Brasília: IPEA, 2022. (Texto para Discussão, n. 2820). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes/tds/266-2022/12553>. Acesso em: 7 ago. 2025.

LITMAN, Todd. Transit price elasticities and cross-elasticities. *Journal of Public Transportation*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 37-58, 2004. Disponível em: <https://digitalcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1339&context=jpt>. Acesso em: jul. 2025.

LUMERTZ, Bruno Da Rosa. *O desenho da política influencia seus resultados? Um estudo sobre o transporte de ônibus em Porto Alegre a partir do edital de licitação de 2015*. 2024. Monografia (Especialização em Ciência de Dados na Administração Pública) – Universidade Federal de Santa Maria, Santana da Boa Vista, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/34530>. Acesso em: jul. 2025.

MANN, Michael. *The sources of social power: a history of power from the beginning to A.D. 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MECKLING, Jonas; NAHM, Jonas. Strategic state capacity: how states counter opposition to climate policy. In: *AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING*, 2020. Disponível em: <https://preprints.apsanet.org/engage/api-gateway/apsa/assets/orp/resource/item/603fb2ba32c0f2d053bc4ead/original/strategic-state-capacity-how-states-counter-opposition-to-climate-policy.pdf>. Acesso em: ago. 2025.

PORTO ALEGRE. Dispõe sobre o sistema de transporte e circulação no município de Porto Alegre. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, RS, 1998.

_____. *Edital nº 1 – Concessão do serviço de transporte público de ônibus de Porto Alegre*. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/edital_concorrencia_1-2015.pdf.

_____. Decreto nº 23.209, de 28 de março de 2025. *Fixa as tarifas do serviço de transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre e revoga o Decreto nº 21.096, de 21.096, de 30 de junho de 2021*. Porto Alegre, 2025.

_____. *Manual de cálculo da tarifa de ônibus de Porto Alegre*. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu_doc/manual_calculo_tarifario_internet_versaoa18_07.pdf. Acesso em: ago. 2025.

ANEXO A – BASE DE DADOS DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (2015–2024)

Descrição: Base de dados contendo o total de passageiros transportados mensalmente no sistema de ônibus de Porto Alegre, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Dados obtidos junto à Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), consolidados e organizados pelo autor.

Tabela 2 – Passageiros transportados por mês (2015 – 2024)

Mês	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Jan	21.595.632	20.789.959	20.546.244	19.251.060	17.315.645	16.737.175	8.539.395	9.931.600	11.849.054	12.218.346
Fev	19.577.370	19.724.698	17.415.070	16.586.472	16.937.514	15.446.563	7.646.355	10.015.166	10.534.327	11.502.295
Mar	27.760.586	26.640.188	24.997.318	22.358.483	19.272.028	13.535.495	7.477.617	13.053.267	14.745.528	13.682.568
Abr	25.564.241	25.141.268	21.182.091	22.036.120	20.675.509	5.195.104	7.956.994	12.435.638	12.477.178	14.476.673
Mai	25.739.320	25.847.848	24.595.717	20.877.826	21.427.131	6.436.226	9.070.799	13.305.719	14.448.507	7.651.091
Jun	26.098.840	25.476.634	22.779.488	20.781.648	18.971.590	7.060.322	9.263.227	12.940.007	13.455.694	12.107.923
Jul	25.636.494	23.856.874	22.771.542	20.255.815	20.047.487	6.187.968	10.268.643	13.019.940	13.147.225	13.905.562
Ago	26.586.515	26.418.346	24.334.933	22.871.635	20.789.053	6.956.063	10.585.886	14.610.421	15.075.761	14.329.864
Set	25.435.285	24.508.027	21.598.693	19.816.664	19.463.647	7.641.632	10.260.551	13.348.995	12.437.417	13.269.609
Out	26.454.846	25.891.395	22.646.503	23.163.098	21.269.876	8.835.864	11.281.009	13.864.410	14.291.540	15.752.074
Nov	26.006.491	24.312.775	22.418.313	20.781.444	19.663.752	9.306.813	11.748.380	13.319.985	13.652.608	13.735.885
Dez	24.767.480	24.122.900	21.257.127	18.914.178	15.802.380	9.197.562	12.119.415	13.063.099	12.989.782	12.880.435

Fonte: Elaboração própria com base em dados da EPTC (2025).

ENVELHECER NAS RUAS: UM OLHAR
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO
CENTRO DIA EM CAMPO GRANDE/MS

Ariane Maria Blum
Leandro Queiroz
Mayza dos Reis Rodrigues Vilela

Resumo

O presente artigo analisa a interseção entre envelhecimento e situação de rua no Brasil urbano, com ênfase na realidade da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Com base em dados estatísticos, revisão bibliográfica e análise documental, o estudo evidencia como a velhice, quando vivenciada em condição de extrema vulnerabilidade social, potencializa desigualdades estruturais, produzindo trajetórias marcadas por invisibilidade, abandono e precariedade no acesso a direitos. A partir da experiência emergencial de acolhimento institucional desenvolvida pelo Centro Dia durante a pandemia de COVID-19, examina-se a viabilidade de sua consolidação como modelo permanente de política pública. Conclui-se que o reconhecimento da especificidade das pessoas idosas em situação de rua exige respostas intersetoriais, sensíveis à heterogeneidade do envelhecimento e orientadas pelos princípios constitucionais da dignidade, equidade e justiça social.

Palavras-chave: envelhecimento; situação de rua; políticas públicas; pessoa idosa; assistência social.

Abstract

This article analyzes the intersection between aging and homelessness in urban Brazil, with an emphasis on the reality of the city of Campo Grande, in the state of Mato Grosso do Sul. Based on statistical data, literature review, and document analysis, the study highlights how old age, when experienced under conditions of extreme social vulnerability, amplifies structural inequalities, resulting in life trajectories marked by invisibility, neglect, and precarious access to rights. Drawing from the emergency institutional sheltering experience implemented by the Centro Dia during the COVID-19 pandemic, the paper examines the feasibility of its consolidation as a permanent public policy model. The conclusion is that recognizing the specific needs of elderly people experiencing homelessness requires intersectoral responses that are sensitive to the heterogeneity of aging and guided by the constitutional principles of dignity, equity, and social justice.

Keywords: aging; homelessness; public policies; elderly; social assistance.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo bastante complexo e dinâmico, que envolve transformações fisio-biológicas, cognitivo-psicológicas e socioculturais ao longo da vida (Dardengo e Mafra, 2018). No Brasil, o crescimento da população idosa (60 anos ou mais) tem ocorrido de forma acelerada, representando cerca de 15% da população brasileira, ultrapassando 32 milhões de pessoas, um aumento de 56,0% em relação a 2010 (IBGE, 2022). No entanto, a ampliação das políticas públicas voltadas para a proteção e cuidado dessa população não acompanha esse ritmo. Para uma parcela da população

brasileira, envelhecer significa lidar com múltiplas formas de vulnerabilidade, especialmente quando fatores como pobreza, ausência de rede de apoio, violência e abandono se sobrepõem a condições básicas para uma vida digna.

Nesse contexto, destaca-se a situação de rua como uma condição de exclusão extrema, que fragiliza ainda mais os direitos das pessoas idosas (Brasil, 2003). Envelhecer nas ruas significa viver a velhice em um ambiente hostil, marcado por inseguranças, privações e ausência de políticas públicas específicas para esse público. A escassez de dados, a invisibilidade institucional e o descompasso entre marcos legais e práticas locais revelam a urgência de respostas públicas mais inclusivas, articuladas e qualificadas, necessárias para a proteção dos direitos (Bicudo, 1996) dessa população historicamente marginalizada.

O presente artigo propõe-se a discutir essa problemática a partir do panorama da cidade de Campo Grande/MS, analisando os principais desafios enfrentados por essa população e refletindo sobre a experiência do Centro Dia durante a pandemia de COVID-19 como possível referência para a formulação de uma política pública permanente de acolhimento especializado à pessoa idosa em situação de rua.

2. ENTRE O ESTIGMA E O ESQUECIMENTO: ENVELHECIMENTO E SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL URBANO

O envelhecer é compreendido por diversos teóricos como um processo natural, progressivo e irreversível, marcado por transformações de ordem biológica, psicológica e social, que ocorrem ao longo do tempo e impactam a forma como o indivíduo vivencia as diferentes etapas da vida. Segundo Dardengo e Mafrá¹:

[...] o envelhecimento é um fator biológico, natural da vida, constituindo um processo complexo e dinâmico que ocorre das mais variadas formas a partir do modo de vida dos indivíduos, com mudanças morfológicas e funcionais que variam de indivíduo para indivíduo e, principalmente, a visão individual e social sobre o processo de envelhecer.

No contexto brasileiro, esse fenômeno tem se intensificado de forma acelerada, em razão de avanços nos indicadores de saúde, redução da mortalidade infantil e queda nas taxas de fecundidade.

¹ https://periodicos.ufv.br/rch/article/download/8923/pdf_1/39268

Segundo dados do IBGE² (Censo 2022), a população idosa (60 anos ou mais) já ultrapassa 32 milhões de pessoas, representando cerca de 15% da população brasileira, um aumento de 56,0% em relação a 2010.

No entanto, esse aumento na longevidade não tem sido acompanhado, de forma proporcional, pela expansão e qualificação das políticas públicas voltadas à proteção da pessoa idosa. Parcela significativa de idosos no país enfrentam múltiplas vulnerabilidades, especialmente quando acumulam fatores como pobreza, baixa escolaridade, exclusão do mercado de trabalho, violência, negligência familiar, ausência de rede de apoio e doenças crônicas.

Além disso, o envelhecimento no Brasil tem se tornado cada vez mais heterogêneo: há aqueles que envelhecem com saúde, vínculos sociais e recursos, e há os que vivenciam o envelhecimento em situações de abandono, institucionalização ou mesmo em situação de rua — condição extrema de vulnerabilidade que desafia a noção de dignidade e proteção social na velhice.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde³ (OPAS) envelhecer de forma saudável “é um processo contínuo de otimização da habilidade funcional e de oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida ao longo da vida”. Em 2020, a Assembleia Geral da ONU declarou 2021-2030 como sendo a Década do Envelhecimento Saudável, contudo, no Brasil, essa proposta ainda esbarra em barreiras como as profundas desigualdades socioeconômicas e estruturais presentes na sociedade brasileira.

Nesse contexto, a situação de rua se mostra como fenômeno de elevada complexidade, caracterizado por múltiplas dimensões de exclusão e vulnerabilidade social, que afetam profundamente o acesso a direitos fundamentais e a possibilidade de envelhecer com dignidade.

No Brasil, essa condição é oficialmente reconhecida pela Política Nacional para a População em Situação de Rua instituída pelo Decreto nº 7.053/2009⁴) que em seu art. 1º parágrafo único define população em situação de rua como:

² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>

³ <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>

⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Essa definição reflete as múltiplas dimensões do “estar em situação de rua”, que ultrapassa a mera ausência de teto, embora constitua o eixo mais emblemático desse fenômeno. A falta de um espaço privado, seguro e estável para moradia expõe pessoas a riscos permanentes, como violência, intempéries climáticas, obstáculos no acesso à alimentação e higiene e ausência de locais para repouso adequado. A rua torna-se o lugar de sobrevivência, não de escolha, mas resultado de processos sociais excludentes.

O rompimento ou a fragilização dos vínculos familiares constitui fator determinante para a situação de rua. Trajetórias de vida permeadas por conflitos, abandono ou violência no âmbito doméstico comprometem a manutenção da rede de apoio do indivíduo e, associadas ou não a outras vulnerabilidades, culminam, muitas vezes, em sua exclusão social e no consequente deslocamento para as ruas.

A saúde mental é um aspecto fundamental a ser considerado na análise das múltiplas dimensões da situação de rua, estando frequentemente relacionada à ruptura ou fragilização dos vínculos familiares e sociais. Transtornos mentais preexistentes — que nem sempre estão associados ao uso de substâncias psicoativas —, aliados ao desconhecimento ou à incapacidade do entorno em lidar com seus sintomas, contribuem significativamente para o afastamento progressivo da rede de apoio. Dependendo da gravidade da condição psiquiátrica, o indivíduo pode demandar cuidados contínuos, o que impõe uma sobrecarga emocional e física aos familiares, especialmente quando há episódios de agressividade, tornando o cuidado insustentável. Em alguns casos, o primeiro contato com substâncias psicoativas ocorre já na vivência da rua, agravando um quadro previamente vulnerável e dificultando ainda mais a reintegração social.

Em pesquisa intitulada “Relações de Pessoas em Situação de Rua com Uso de Substâncias Psicoativas”, publicada pela Revista Sociais & Humanas⁵, observou-se que:

O primeiro contato ocorreu antes da vivência nas ruas, entre 7 e 27 anos, por meio da influência familiar ou de amigos. Morar na rua contribuiu para o aumento do consumo dessas substâncias e abriu caminho para outras (maconha, crack e pasta base). Atualmente, se reconhecem como dependentes químicos, fazendo uso frequente conforme disponibilidade/acessibilidade da

⁵ <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/download/43479/50665/351121>

substância psicoativa, as quais são adquiridas através do dinheiro arrecado como pedintes. A maioria nunca recebeu tratamento para desintoxicação ou recuperação da dependência, porém expressam o desejo em parar o uso.

Uma vez na rua — condição marcada por forte estigma social —, a combinação entre baixa escolaridade, ausência de documentação civil e consequente dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal contribui para a permanência do indivíduo em um ciclo contínuo de exclusão. A escassez ou ineficácia das políticas públicas voltadas a essa população reforça ainda mais esse quadro de vulnerabilidade, resultando em uma invisibilidade social persistente. Trata-se de uma realidade que o Estado e grande parte da sociedade parecem se recusar a enxergar, mas que permanece latente nos centros urbanos e exige atenção urgente, não apenas para a formulação de novas políticas públicas, mas, sobretudo, para a efetiva implementação daquelas que já existem e que, muitas vezes, permanecem apenas no plano normativo, sem alcançar a realidade concreta.

Compreender a situação de rua em sua complexidade e em todas as suas dimensões é fundamental para reconhecer que esse fenômeno não pode ser enfrentado por meio de respostas pontuais, paliativas ou estritamente assistencialistas. Exige-se a implementação de ações intersetoriais articuladas, sustentadas na promoção da dignidade humana, na ressignificação das trajetórias de vida marcadas por exclusão e violência, na reconstrução de vínculos sociais e familiares e, sobretudo, na garantia integral de direitos sociais, de saúde e de cidadania.

A interseccionalidade entre envelhecimento e situação de rua evidencia um entrelaçamento de vulnerabilidades que potencializa a exclusão social. Envelhecer nas ruas não representa apenas um agravamento das condições físicas e psíquicas impostas pelo tempo, mas também a vivência da velhice em um ambiente hostil, marcado por privações, insegurança, ausência de cuidados contínuos e extrema fragilidade de vínculos. Como visto, o processo de envelhecimento, que por si só exige suporte social, acesso regular à saúde e condições adequadas de vida, torna-se ainda mais desafiador quando se dá em contexto de desproteção institucional e negligência social. Essa intersecção escancara as limitações das políticas públicas em reconhecer e atender a especificidade das pessoas idosas em situação de rua, cuja existência permanece em grande parte invisibilizada nos centros urbanos.

3. CAMPO GRANDE/MS: INVISIBILIDADES INSTITUCIONAIS E OS DESAFIOS DO CUIDADO À PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo levantamento realizado em março de 2025 pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua⁶, 1.091 pessoas vivem nas ruas da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, representando mais da metade da população total nessa situação em todo o Estado, o que evidencia a concentração em centros urbanos.

Outro levantamento, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁷, identificou que, no estado de Mato Grosso do Sul, 169 pessoas idosas constavam no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) como vivendo em situação de rua. A maioria desses indivíduos é composta por homens negros, evidenciando a interseção entre envelhecimento, desigualdades raciais e vulnerabilidade social.

A princípio o cenário pode parecer otimista, contudo, nos últimos dez anos a população de rua na capital sul-mato-grossense teve um aumento de 200%. Em 2015, 56 famílias constavam no CadÚnico como estando em situação de rua, já em 2025, esse número subiu para 1068 famílias.

Diversos fatores estruturais contribuem para o agravamento e a persistência da situação de rua, configurando-se como determinantes sociais de difícil superação. Em Campo Grande, destaca-se, entre outros elementos comumente ligados a essa questão, o intenso fluxo migratório de famílias oriundas de países vizinhos, como Venezuela, Bolívia e Paraguai. Muitas dessas famílias chegam à capital sul-mato-grossense em situação de extrema vulnerabilidade, sem acesso à moradia, trabalho formal ou rede de apoio local, o que favorece sua inserção em contextos de exclusão e precariedade, inclusive nas ruas.

A ausência de políticas públicas que acompanhem e respondam adequadamente a essas variáveis, contribui para o agravamento do problema. A desarticulação entre os serviços e a falta de planejamento intersetorial dificultam a formulação de respostas eficazes frente à complexidade da situação de rua.

Atualmente, não existe em Campo Grande uma política pública específica voltada à atenção integral da pessoa idosa em situação de rua. Mesmo os equipamentos destinados à população em situação de rua, de modo geral, não estão adequadamente adaptados para atender às particularidades desse segmento etário. Os serviços de acolhimento, frequentemente marcados por superlotação,

⁶ <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2025/mais-de-mil-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-em-campo-grande-mostra-estudo/>

⁷ <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-tem-uma-das-menores-populacoes-de-idosos-em-situacao-de-rua>

estrutura física precária e escassez de investimentos, não realizam a separação adequada entre os idosos e os demais usuários. A ausência de critérios de organização e proteção contribui para a exposição dos idosos a situações de violência, negligência e outras formas de violação de direitos, aprofundando sua condição de vulnerabilidade e invisibilidade institucional.

Essa lacuna contraria diretrizes fundamentais previstas em marcos legais como o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que assegura o direito à proteção integral, à dignidade e à prioridade no atendimento; a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que estabelece parâmetros para os serviços de acolhimento, inclusive para pessoas idosas; e a própria Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009), que prevê a articulação intersetorial e a garantia de acesso a políticas de assistência, saúde e habitação. A ausência de uma abordagem específica evidencia a fragilidade do poder público em assegurar uma política intersetorial, equitativa e orientada pelos princípios da justiça social.

Na área da assistência social de Campo Grande, os principais equipamentos voltados ao atendimento da população em situação de rua são o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), as Unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (UAIFAs I e II) e o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS). Embora esses serviços representem um esforço institucional de atenção à população em extrema vulnerabilidade, estão longe de responder de forma satisfatória às demandas específicas da pessoa idosa em situação de rua.

O caso do Centro POP é emblemático quanto à precariedade do sistema. A gravidade das condições de funcionamento da unidade levou à abertura de procedimento pela Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, que apura possíveis violações de direitos e a insuficiência da estrutura física e operacional para atendimento digno à população usuária. Conforme reportado pela imprensa local⁸, o espaço apresenta deficiências graves, o que evidencia a fragilidade da rede socioassistencial no município e o descompasso entre as diretrizes previstas nas normativas federais e a realidade concreta da oferta de serviços.

Já as Unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (UAIFAs I e II) operam com capacidade insuficiente diante da demanda crescente, tornando extremamente difícil a obtenção de vagas, especialmente em situações emergenciais. Essa limitação acarreta o prolongamento da

⁸ Campo Grande News, 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/defensoria-apura-condicoes-de-funcionamento-do-centro-pop-da-capital>

permanência de indivíduos nas ruas, ainda que estes desejem acolhimento, contrariando o princípio da proteção social básica e especial.

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), responsável pelas abordagens sociais em território, enfrenta restrições operacionais e logísticas que dificultam a cobertura contínua e integral de todas as regiões da cidade. A insuficiência de equipes, veículos e recursos impede que o serviço atue de forma sistemática, o que compromete a identificação ativa de pessoas em situação de rua e a articulação com a rede de proteção.

No campo da saúde, Campo Grande conta com duas frentes principais de atuação voltadas à população em situação de rua: o Consultório na Rua e a Equipe ATENDA. No entanto, ambas as iniciativas enfrentam sérios desafios relacionados à estrutura física, equipe técnica e capacidade de resposta territorial, o que compromete a efetividade das ações voltadas à promoção da saúde e ao cuidado contínuo dessa população.

A Equipe ATENDA é um equipamento híbrido que concentra profissionais ligados às secretarias de saúde e assistência social. O serviço, que deveria operar com no mínimo duas equipes compostas por médico, psicóloga, assistente social, enfermeira e técnica de enfermagem, encontra-se atualmente desarticulada e subdimensionada, contando com apenas uma equipe incompleta. Essa fragilidade compromete o acompanhamento longitudinal de pessoas em situação de rua com agravos crônicos, transtornos mentais e demandas complexas de cuidado, como é o caso da população idosa.

Já o Consultório na Rua, embora desempenhe um papel essencial na atenção básica em saúde para essa população, também sofre com limitações logísticas, escassez de recursos humanos qualificados e dificuldades de deslocamento, que restringem sua capacidade de cobertura em todos os territórios onde há presença de pessoas em situação de rua. A atuação, muitas vezes, se restringe aos pontos centrais da cidade, não alcançando áreas mais periféricas ou de ocupação recente, o que amplia as barreiras de acesso e reforça a lógica da desigualdade.

Como se vê, essas fragilidades evidenciam a urgência de investimentos públicos e de estratégias intersetoriais consistentes, capazes de articular assistência social e saúde, com vistas à garantia do cuidado integral, contínuo e humanizado, especialmente às pessoas idosas em situação de rua, cujas demandas são mais complexas e negligenciadas.

5. EXPERIÊNCIA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DE COVID19

Em razão da pandemia de COVID-19, o atendimento presencial do Centro Dia – Campo Grande às pessoas com deficiência e suas famílias foi suspenso no início de 2020, conforme a Lei nº 13.979/20 e o Decreto Municipal nº 14.208/20. Para garantir a proteção dos usuários, pertencentes ao grupo de risco, o serviço passou a ser realizado remotamente por equipe multiprofissional, com orientações, articulações intersetoriais e concessão de benefícios eventuais. Paralelamente, a sede do Centro Dia foi utilizada, a partir de 24 de março de 2020, para acolher idosos em situação de rua, como medida preventiva ao coronavírus.

É importante considerar que as pessoas em situação de rua integram um segmento historicamente marcado por preconceitos e estigmatização social, refletindo a face mais perversa de um sistema socioeconômico excludente e desigual. As precárias condições de vida a que estão submetidas contribuem significativamente para o agravamento da saúde, com alta incidência de doenças crônicas como hipertensão, diabetes, asma e tuberculose. Nesse cenário, especialmente durante a pandemia, a população idosa em situação de rua revelou-se como grupo de extrema vulnerabilidade, demandando maior atenção do Estado e a oferta de serviços especializados e adequados às suas necessidades.

Com o objetivo de garantir proteção e cuidado, a unidade passou a operar em regime de 24 horas, iniciando o atendimento com a acolhida do idoso, realizada por psicólogo e assistente social. A partir do estudo de caso, era elaborado o Plano Individual de Atendimento (PIA), com definição de prazos e intervenções voltadas à promoção de objetivos como o resgate dos processos emancipatórios de consciência, identidade e pertencimento, a ressignificação da história de vida, o fortalecimento das relações socioafetivas e a recuperação da autonomia das pessoas em trajetória de rua, por meio da ressignificação do trabalho.

As atividades desenvolvidas na unidade utilizaram métodos e técnicas diversificadas, sendo planejadas, executadas e supervisionadas por equipe multiprofissional atuando de forma interdisciplinar. A rotina da unidade contemplava cuidados pessoais, com foco nas atividades básicas e instrumentais da vida diária. Fundamentada na superação de modelos assistencialistas e paternalistas, a dinâmica de atendimento do Centro Dia foi orientada pela efetivação de políticas públicas de desenvolvimento social, promovendo o acesso aos direitos sociais (Piovesan, 2014), o fortalecimento

da cidadania, da justiça social, da autonomia e da emancipação dos usuários, possibilitando, assim, uma convivência ética e solidária nos âmbitos familiar e comunitário.

Entre os dias 24 de março de 2020 e 1º de agosto de 2021, período em que o serviço esteve ativo, o Centro Dia acolheu 83 idosos em situação de rua. Durante esse tempo, registraram-se 15 desligamentos voluntários, 5 falecimentos, 5 transferências e 49 reconduções, das quais 20 resultaram em encaminhamentos para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Dentre as principais intervenções realizadas, destacam-se: atendimento psicossocial com acolhida e escuta qualificada; realização de estudos de caso em articulação com equipes da rede; elaboração de Planos Individuais de Atendimento (PIAs); contatos e visitas aos familiares para avaliação da possibilidade de reintegração e fortalecimento dos vínculos afetivos; articulação com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Defensoria Pública da União para solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios previdenciários/assistenciais; agendamentos na rede de saúde, incluindo atendimentos ambulatoriais, de emergência, reabilitação e vacinação; parcerias com o Consultório na Rua e psiquiatra do Sistema Único de Saúde - SUS para atendimento semanal na unidade; articulação com o Instituto de Identificação Gonçalo Pereira - IIGP e cartórios de todo o Brasil para emissão de segunda via de documentos; articulação com Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs; articulação com a Fundação Social do Trabalho de Campo Grande - FUNSAT para inserção de idosos no mercado de trabalho; e realização de grupo terapêutico semanal conduzido por psicólogas, voltado ao autoconhecimento, fortalecimento de vínculos e convivência entre os usuários.

No contexto de políticas públicas, a experiência do Centro Dia durante a pandemia pode ser considerada um modelo — ainda que emergencial — de acolhimento institucional voltado à população idosa em situação de rua, com potencial de ser incorporado como política permanente. A análise da atuação desenvolvida entre março de 2020 e agosto de 2021 evidencia a articulação intersetorial entre assistência social, saúde, sistema de justiça e seguridade social, com foco na proteção integral, no resgate da cidadania e na promoção da autonomia de um público historicamente invisibilizado.

A proposta se diferenciou de abordagens assistencialistas tradicionais ao se estruturar com base em princípios de emancipação e justiça social. A construção de Planos Individuais de Atendimento (PIAs), a atuação de equipe multiprofissional em regime interdisciplinar, o respeito à singularidade das trajetórias e a busca ativa por reintegração familiar, acesso a benefícios e inserção em serviços da rede

demonstram um compromisso com os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Embora tenha sido uma resposta excepcional ao contexto pandêmico, o modelo implementado revelou-se eficaz no enfrentamento de vulnerabilidades complexas e acumuladas, promovendo inclusão, cuidado e reconstrução de vínculos. A capacidade de reorganizar um equipamento pré-existente (o Centro Dia) e direcioná-lo para uma demanda urgente e específica — os idosos em situação de rua — demonstra que, com investimento político e técnico, é possível construir soluções inovadoras e replicáveis em outros contextos municipais.

Essa experiência demonstra a viabilidade de formulação de uma política pública continuada de acolhimento especializado voltada à população idosa em situação de rua, articulando proteção social, saúde e cidadania. Trata-se de uma iniciativa compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da equidade e do direito à cidade, ao reconhecer a especificidade das vulnerabilidades que afetam essa população e propor respostas integradas, qualificadas e orientadas pela garantia de direitos. Ao evidenciar que é possível estruturar um modelo de cuidado baseado na autonomia, no vínculo e na inclusão social, a experiência do Centro Dia configura-se como referência concreta para a construção de políticas públicas mais justas e sensíveis às desigualdades acumuladas ao longo do curso da vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui apresentada evidencia que a vivência da velhice em situação de rua constitui uma das expressões mais cruéis da desigualdade social brasileira, reforçando processos históricos de exclusão e invisibilização. Embora existam marcos legais que garantem o direito à proteção integral da pessoa idosa, a realidade mostra que, para quem envelhece nas ruas, esses direitos permanecem distantes.

A experiência do Centro Dia, implementada de forma emergencial durante a pandemia, demonstrou que é possível construir respostas institucionais mais sensíveis, integradas e eficazes, desde que haja vontade política, investimento técnico e articulação intersetorial. A proposta superou modelos

assistencialistas, apostando na escuta qualificada, na elaboração de planos individuais de atendimento e na promoção da autonomia e cidadania.

Nesse sentido, a consolidação de políticas públicas voltadas à pessoa idosa em situação de rua exige mais do que adaptações pontuais: requer o reconhecimento da especificidade dessa população, o fortalecimento da rede de proteção e o compromisso com uma justiça social que respeite os ciclos da vida. Campo Grande pode e deve transformar uma experiência emergencial em referência estrutural, capaz de inspirar políticas públicas inclusivas e duradouras em outros contextos urbanos do país.

Referências:

BICUDO, Hélio. **Direitos humanos e sua proteção**. São Paulo: FTD, 1996.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL, 1988. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAOCO MPILADO.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoco_mplado.htm)>. ACESSO EM: 30 JUN. 2025.

BRASIL. LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO. DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, BRASÍLIA, DF, 3 OUT. 2003. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.741.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. ACESSO EM: 15 JUN. 2025.

BRASIL. LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020. DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS RESPONSÁVEL PELO SURTO DE 2019. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 7 FEV. 2020, SEÇÃO 1, P. 1. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2019-2022/2020/LEI/L13979.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm)>. ACESSO EM: 2 JUL. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEU COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: SEÇÃO 1, BRASÍLIA, DF, 23 DEZ. 2009. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2007-2010/2009/DECRETO/D7053.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D7053.htm)>. ACESSO EM: 6 JUN. 2025.

CAMPO GRANDE - MS. DECRETO N. 14.208, DE 20 DE MARÇO DE 2020. DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS COMPLEMENTARES PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, CAMPO GRANDE, 20 MAR. 2020. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://DIOGRANDE.CAMPOGRANDE.MS.GOV.BR/DOWNLOAD_EDICAO/EYJJB2RPZ29KAWEOIHI1MDU2IN0%3D.PDF](https://diogrande.camposgrande.ms.gov.br/download_edicao/EYJJB2RPZ29KAWEOIHI1MDU2IN0%3D.PDF)>. ACESSO EM: 2 JUL. 2025.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 18, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923/pdf_1>. Acesso em: 2 jul. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2014.

ENTRE O BRINCAR E O PLANEJAR: ANÁLISE DO PARQUE DAS CRIANÇAS, TERESINA-PI

KARENINA CARDOSO MATOS
FRANCISCO KAIO PINTO DA SILVA
WILZA GOMES REIS LOPES
MARIANA AQUINO ROCHA
DENISE RODRIGUES SANTIAGO

Resumo

Os espaços verdes urbanos são fundamentais para a qualidade de vida, oferecendo lazer, bem-estar e equilíbrio ambiental. Em cidades como Teresina, onde o crescimento urbano é acelerado, esses espaços assumem especial importância diante da urbanização desordenada e da especulação imobiliária. Este estudo analisa criticamente o Parque das Crianças, localizado na zona Leste de Teresina, avaliando sua estrutura, funcionalidade e impacto social, com foco no uso infantil. A pesquisa identifica falhas de acessibilidade, manutenção e integração urbana, e questiona se o parque atende de fato às necessidades da comunidade. Além disso, discute-se os desafios enfrentados pelas gestões municipais na manutenção dos parques urbanos e sua relação com a exclusão socioespacial, contribuindo para o debate sobre planejamento urbano sustentável e direito ao lazer infantil.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Lazer Infantil; Parques Ambientais

Park for Children? An Analysis of Parque das Crianças, Teresina-PI

Abstract

Urban green spaces are essential for quality of life, offering leisure, well-being and environmental balance. In cities like Teresina, where urban growth is accelerated, these spaces take on special importance in the face of disorderly urbanization and real estate speculation. This study critically analyzes the Parque das Crianças, located in the East Zone of Teresina, evaluating its structure, functionality and social impact, with a focus on children's use. The research identifies flaws in accessibility, maintenance and urban integration, and questions whether the park truly meets the needs of the community. In addition, it discusses the challenges faced by municipal administrations in maintaining urban parks and their relationship with socio-spatial exclusion, contributing to the debate on sustainable urban planning and children's right to leisure.

Key words: Right to the City; Children's Leisure; Environmental Parks

¿Parque para los Niños? Análisis del Parque das Crianças, Teresina-PI

Resumen

Los espacios verdes urbanos son esenciales para la calidad de vida, ofreciendo ocio, bienestar y equilibrio ambiental. En ciudades como Teresina, donde el crecimiento urbano es acelerado, estos espacios cobran especial importancia ante la urbanización desordenada y la especulación inmobiliaria. Este estudio analiza críticamente el Parque das Crianças, ubicado en la Zona Este de Teresina, evaluando su estructura, funcionalidad e impacto social, con especial atención al uso infantil. La investigación identifica deficiencias en accesibilidad, mantenimiento e integración urbana, y cuestiona si el parque realmente satisface las necesidades de la comunidad. Además, analiza los desafíos que enfrentan las administraciones municipales para el mantenimiento de los parques urbanos y su relación con la exclusión socioespacial, contribuyendo al debate sobre la planificación urbana sostenible y el derecho de los niños al ocio.

Palabras clave: Derecho a la ciudad; Ocio infantil; Parques ambientales

1 Introdução

Os espaços verdes urbanos são fundamentais para a qualidade de vida, oferecendo lazer, bem-estar e equilíbrio ambiental. Em cidades como Teresina, onde o crescimento urbano é acelerado, esses espaços ganham especial importância no contexto da urbanização desordenada e da especulação imobiliária. Nessa ótica, a presença de áreas destinadas ao lazer infantil é particularmente necessária, considerando a carência de equipamentos públicos de qualidade voltados para o desenvolvimento e a socialização das crianças. Garantir a oferta de espaços adequados para o brincar é essencial para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

Diante disso, este estudo analisa o Parque das Crianças, localizado no bairro Ininga e inaugurado em 2022, na zona Leste de Teresina, avaliando sua estrutura, funcionalidade e impacto social, com foco no uso infantil. A pesquisa busca compreender se o parque atende às necessidades da comunidade em termos de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão, aspectos centrais para a promoção de ambientes urbanos mais equitativos.

A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica e observações de campo realizadas em diferentes dias e horários, com foco na análise espacial e funcional do parque. Não foram realizadas entrevistas com usuários, uma vez que o objetivo principal da pesquisa é examinar a infraestrutura e o contexto urbano do parque, a partir de seus elementos físicos observáveis. Além disso, discute-se os desafios enfrentados pelas gestões municipais na manutenção e qualificação desses espaços urbanos em Teresina, refletindo sobre as implicações para o planejamento urbano sustentável.

2 Infância Verde: Cidades Inclusivas e o Direito ao Espaço urbano

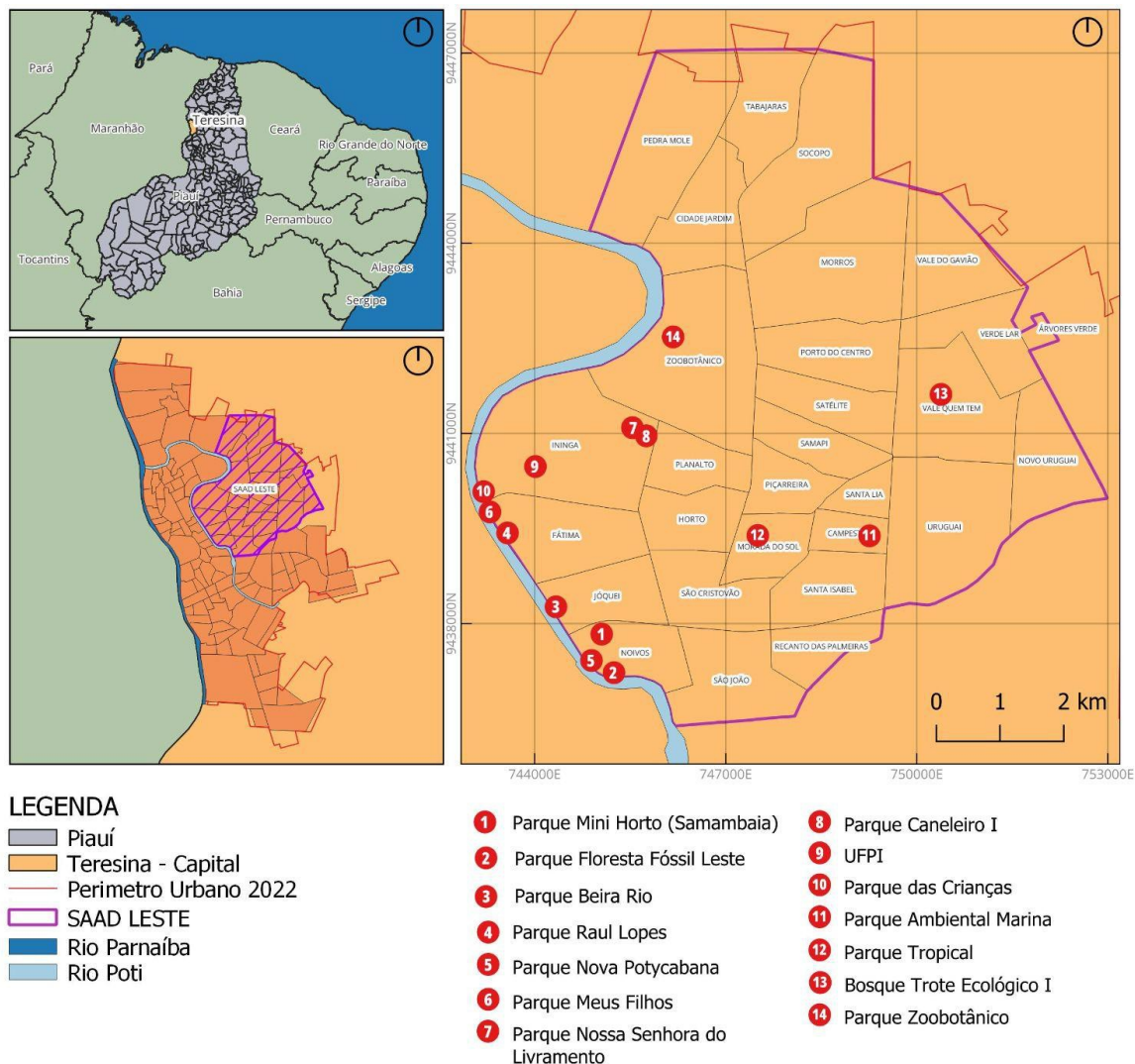
A Revolução Industrial (séculos XVII–XIX), segundo Williams (1999), transformou a organização urbana e levou à criação dos primeiros parques urbanos como resposta aos impactos da industrialização, como a poluição. Cidades como Londres criaram jardins públicos para mitigar esses efeitos, e o movimento dos Parques Ingleses consolidou o modelo de parque urbano para lazer. No Brasil, os primeiros parques, como o Passeio Público no Rio de Janeiro (1783), eram voltados para as elites, enquanto os pobres ocupavam outros espaços. No século XX, parques começaram a incluir playgrounds e ciclovias, e, a partir dos anos 1980, passaram a ter um enfoque ecológico (Raasch e Nardes, 2017). Hoje, os parques urbanos oferecem funções recreativas e ambientais, promovendo bem-estar, conforto térmico, socialização, cidadania e enfrentamento de problemas como o sedentarismo, quando planejados com acessibilidade e participação comunitária.

Raquel Rolnik, em *O que é Cidade* (1998), vê a cidade como um espaço de organização coletiva, alinhando-se à visão de Henri Lefebvre (2011) sobre o direito à cidade como participação ativa na transformação do espaço urbano. David Harvey (2008) critica a urbanização, relacionando-a ao controle da riqueza por elites, e defende a democratização do espaço urbano. No Brasil, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), busca tornar as cidades mais justas e sustentáveis, enfrentando desafios como a especulação imobiliária e o patrimonialismo (Trindade, 2012). Desse modo, a inclusão das crianças no debate urbano é central, já que elas, apesar de marginalizadas, ressignificam o espaço urbano com práticas criativas (Gobbi *et al.*, 2022). A efetivação do direito à cidade depende de transformações culturais e lutas sociais (Rodrigues, 2006). Max Weber (1991) define poder como a imposição da vontade, o que nas cidades se traduz em políticas que excluem populações vulneráveis. Logo, o planejamento urbano deve garantir participação democrática e assegurar direitos fundamentais, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa Idosa. Lefebvre (2011) e Jan Gehl (2013) destacam que a cidade deve ser um espaço de encontros, mas crianças e idosos continuam negligenciados no planejamento. Richard Louv (2016) alerta para o distanciamento das novas gerações da natureza, e estudos recentes mostram que a falta de espaços inclusivos impacta negativamente a saúde pública. Sendo assim, a construção de cidades verdadeiramente inclusivas exige descentralização do poder, equidade e participação ativa de todos os grupos sociais.

3. Teresina e seus Parques Ribeirinhos: Zona Leste

O crescimento urbano em Teresina tem afetado os rios Parnaíba e Poti com poluição e ocupações irregulares. A cidade, planejada para evitar inundações, passou por vários planos urbanísticos, como o Plano Saraiva (1852), o PDLI (1969), os PETs I (1977) e II (1988), o Plano Agenda 2015 (2006) e o PDOT (2019), que buscaram integrar urbanismo e meio ambiente, criando Zonas de Preservação Ambiental e promovendo a descentralização. Apesar disso, a implantação de parques foi irregular, e a falta de dados dificulta o mapeamento e a localização correta de alguns deles. A Zona Leste, por exemplo, passou de 17 para 19 parques entre 2013 e os anos seguintes.

Figura 1- Localização dos Parques Ambientais na Zona Leste de Teresina



Fonte: PMT (2013), Google Maps (2024), modificado pelo autor.

O documento da PMT (2013) agrupa parques, áreas verdes e bosques, o que levou à inclusão da UFPI e do Bosque Trote Ecológico I na análise (Figura 1). Esses espaços têm como objetivo proteger margens de rios, preservar a vegetação nativa e oferecer lazer sustentável, prática comum em Teresina. Na Zona Leste, sete dos 19 parques se destacam pela localização ribeirinha e características específicas, como os parques Zoológico, das Crianças, Meus Filhos, Raul Lopes, Beira Rio, Nova Potycabana e Floresta Fóssil Leste (Figura 2).

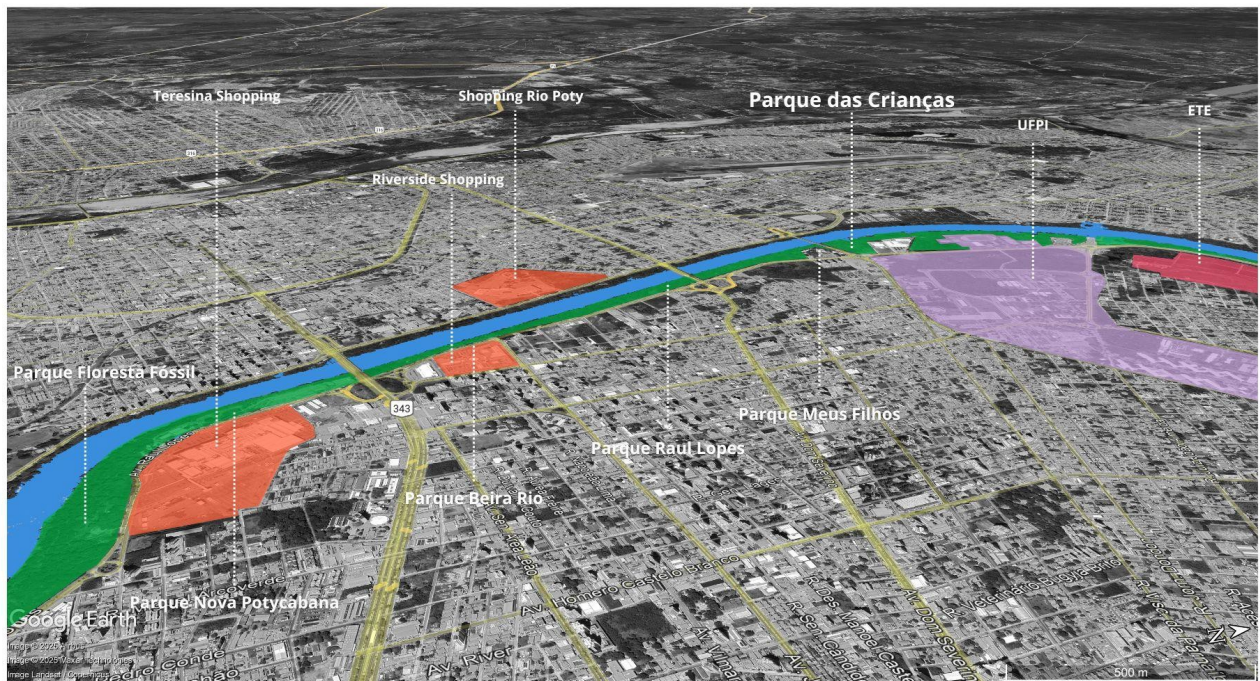
Figura 2 - Eixos atrativos dos seis principais Parques Ambientais de Teresina - Zona Leste



Fonte: PMT (2023), LUPA (2023), Instagram (2024), autor (2025).

Os parques de Teresina oferecem diferentes perfis de uso: o Zoológico combina zoológico e lazer familiar; o das Crianças é voltado ao público infantil, mas tem infraestrutura danificada; o Meus Filhos tem perfil elitizado e uso comercial; Raul Lopes e Beira Rio incentivam esportes e contam com opções gastronômicas; a Nova Potyabana é multifuncional, com áreas esportivas e culturais; e a Floresta Fóssil Leste tem valor arqueológico e educativo. Todos estão na mesma margem do rio, beneficiando bairros de alta renda e influenciados pela presença dos shoppings Teresina, Rio Poty e Riverside (Figura 3).

Figura 3- Interação entre Parques, Shopping Centers e Infraestrutura Urbana em Teresina



Fonte: Go

Earth 2025, modificada pelo autor

Embora ofereçam lazer gratuito e ao ar livre, parques como o das Crianças enfrentam desafios como infraestrutura precária, calor, pressão imobiliária e difícil acesso, agravado em áreas nobres, onde empreendimentos privados são priorizados. O tráfego intenso próximo a shoppings também prejudica a mobilidade de pedestres e ciclistas. Em Teresina, a valorização desses espaços depende de políticas urbanas que garantam infraestrutura, segurança e integração com a cidade, além de melhorias no transporte público, hoje ineficiente e com cobertura limitada, como no bairro Zoobotânico. Outrossim, observa-se uma presença marcante de parques ribeirinhos na zona Leste, localizados em regiões próximas aos bairros mais valorizados da cidade (Figura 4).

Figura 4 - Principais Parques Ambientais Ribeirinhos da Zona Leste de Teresina-PI



Fonte: PMT (2013); Google Maps (2024); Moovit (2025), modificado pelo autor.

Dessa forma, a falta de transporte público adequado dificulta o acesso de populações periféricas a esses parques, sobretudo aquelas que vivem em outras regiões da cidade, especialmente idosos e crianças, ampliando desigualdades no direito ao lazer e aos benefícios das áreas verdes. Isso destaca a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas para garantir a acessibilidade e mobilidade urbana, permitindo o acesso equitativo a esses espaços.

4. Parque das Crianças em Teresina-PI

Inaugurado em 2022, o Parque das Crianças está localizado na Zona Leste de Teresina (Figura 6), na Avenida Raul Lopes, na margem do rio Poti e ao lado da Ponte da Primavera, ocupando uma área de aproximadamente 13 mil metros quadrados (Figura 5). Atualmente, é administrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), sendo aberto ao público todos os dias da semana, das 7h às 21h.

Figura 5 - Delimitação do Parque a partir da Vista Aérea



Fonte: Google Earth, 2024, modificado pelo autor.

O Parque das Crianças foi construído no antigo viveiro de mudas da Zona Leste, revitalizando a área por meio de uma compensação ambiental feita por uma rede de supermercados. Conforme a Lei nº 5.807/2022, o parque está localizado na Macrozona de Interesse Ambiental (MZIA) e na Zona Especial de Uso Sustentável (ZEUS). A MZIA é vulnerável a alagamentos e compartilha diretrizes com a Zona de Interesse Ambiental (ZIA). Já a ZEUS abrange áreas com valor ambiental, patrimônio natural e importância paisagística.

4.1 Projeto Original e Atual

O espaço selecionado para o projeto, um antigo viveiro de mudas, possuía uma vegetação densa e nativa típica das margens do rio Poti (Figura 6). Para o desenvolvimento do projeto, foi realizado o levantamento das árvores existentes e proposta uma composição com formas orgânicas, valorizando a mata local.

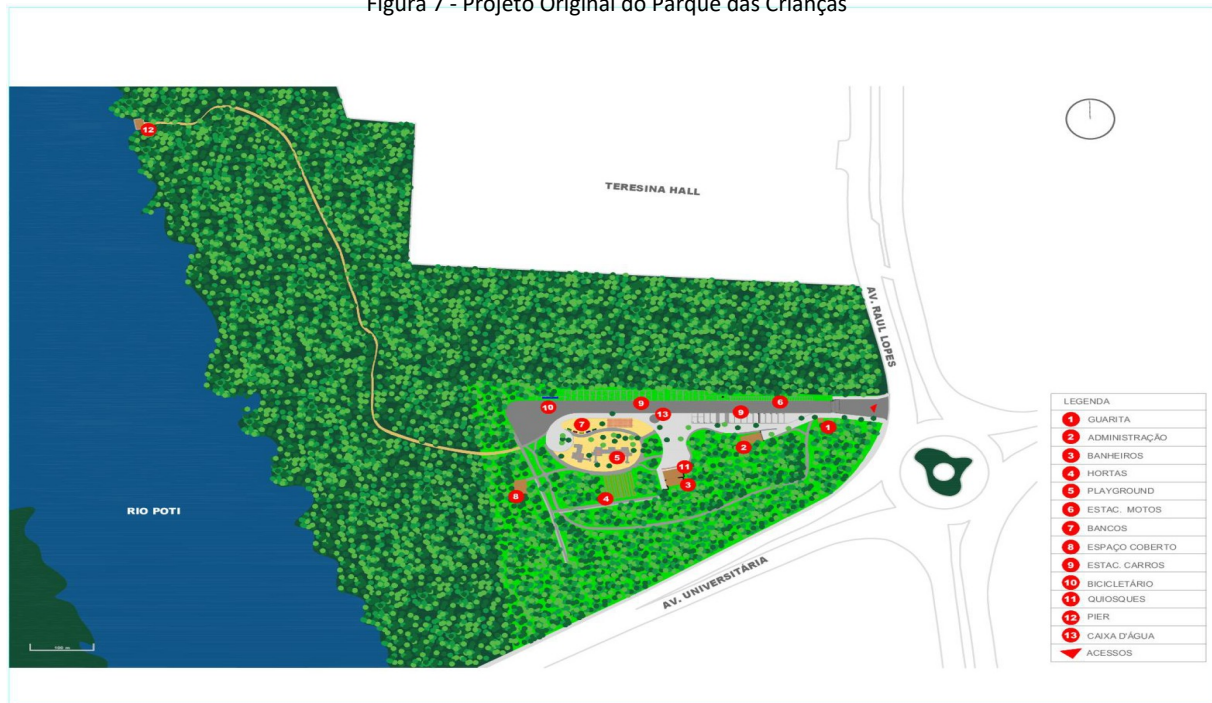
Figura 6 - Antigo Viveiro de Mudas da zona Leste de Teresina



Fonte: Naftaly Nascimento (2021).

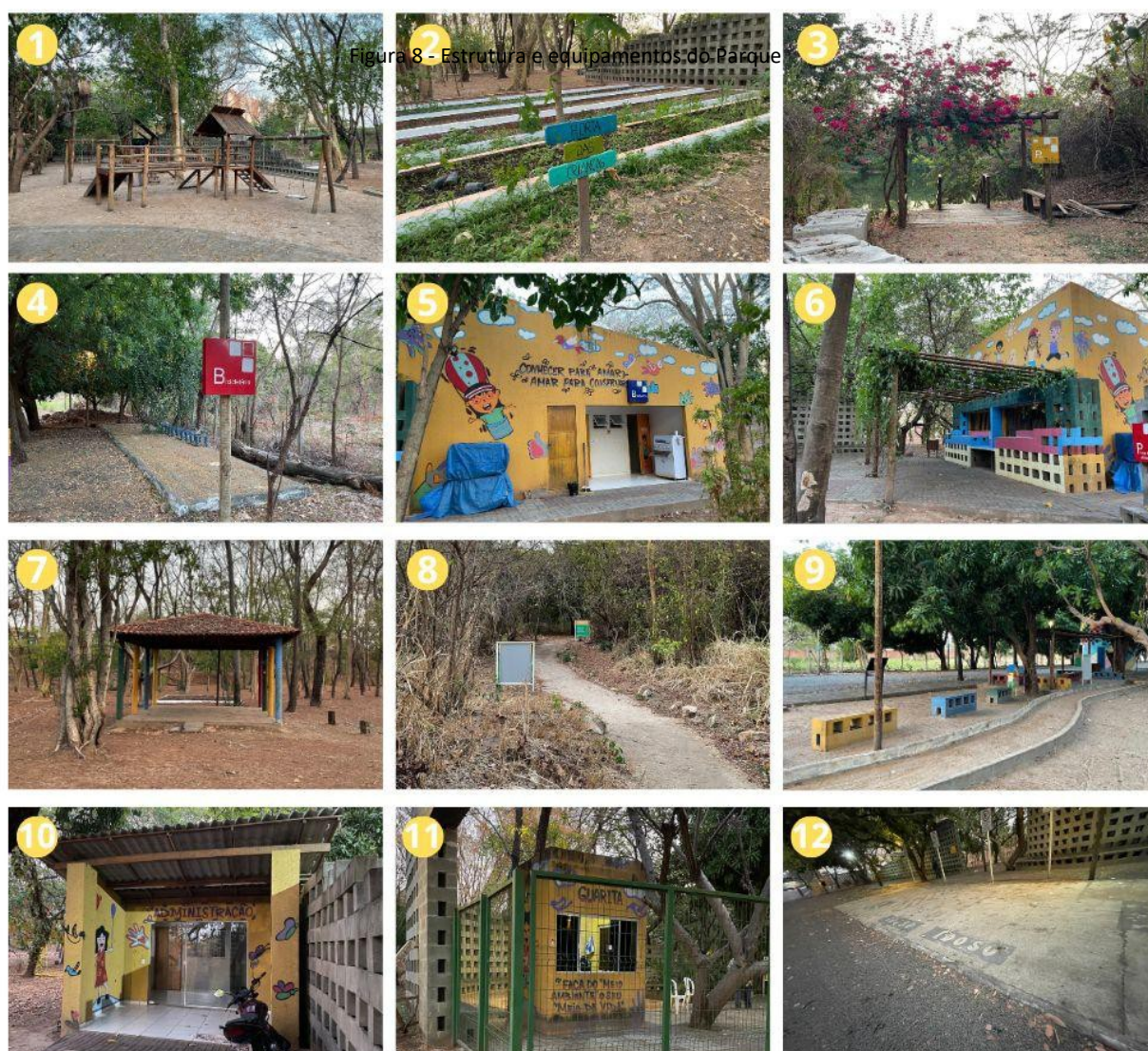
O parque oferece algumas infraestruturas, que incluem playground, hortas, espaços para piqueniques, uma ecobrinquedoteca, trilhas ecológicas e um píer com acesso ao Rio Poti (Figura 7).

Figura 7 - Projeto Original do Parque das Crianças



Fonte: PMT (2022), modificado pelo autor.

Embora pensado para crianças, o Parque das Crianças apresenta limitações na conexão com o entorno, com acesso principal mal integrado, falta de calçadas acessíveis e áreas de transição verde. Internamente, concentra atividades em um único núcleo, deixando o terreno subutilizado e gerando fluxos desiguais e zonas inseguras. Mesmo sendo um projeto recente, de apenas três anos, já é possível perceber sinais de descaso. Alguns equipamentos do parque funcionam parcialmente: o playground precisa de manutenção, a horta está abandonada, os bancos são inadequados em dias chuvosos e o piso dificulta a acessibilidade. Apesar da limpeza, as pias dos banheiros não funcionam, o monumento do Poty está enferrujado, o píer permanece danificado e a trilha está obstruída pela vegetação (Figura 8).



1- Playground 3- Pier 5- Banheiros 7- Espaço Coberto 9- Bancos 11- Guarita
2- Horta 4- Bicicletário 6- Praça de Alimentação 8- Trilha para o Pier 10- Administração 12- Estacionamento

Fonte: Autor (2024).

É interessante destacar que, menos de um mês após a inauguração do parque, uma forte chuva causou alagamentos que danificaram parte do píer, e, desde então, nenhuma manutenção foi realizada para sua recuperação (Figura 9).

Antes



Depois



Figura 9 - Pier antes e depois da inundação

Fonte: Piauihoje.com (2022); Autor (2024)

Fonte: Piauihoje.com (2022); Autor (2024).

Os espaços de convivência do parque têm uma estrutura usável, mas apresentam sinais de envelhecimento e falta de manutenção, como limpeza inadequada das folhagens e a necessidade de renovar pinturas e envernizar as estruturas de madeira, o que é comum em alguns parques de Teresina (Figura 10).



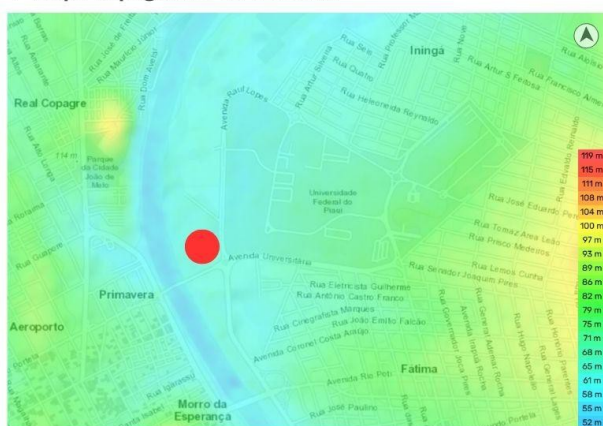
Figura 10 - Falta de manutenção do parque

Fonte: Autor (2024, 2025).

A inundação do Parque das Crianças revela falhas no planejamento urbano, que ignorou o risco de cheia do Rio Poti. Implantado como compensação por um empreendimento na margem do rio, o parque carece de estudos ambientais mais profundos e exige planejamento que valorize a mata ciliar para garantir permeabilidade e equilíbrio ecológico (Figura 11).

Figura 11 - Topografia e estruturas contra enchentes em Teresina-PI

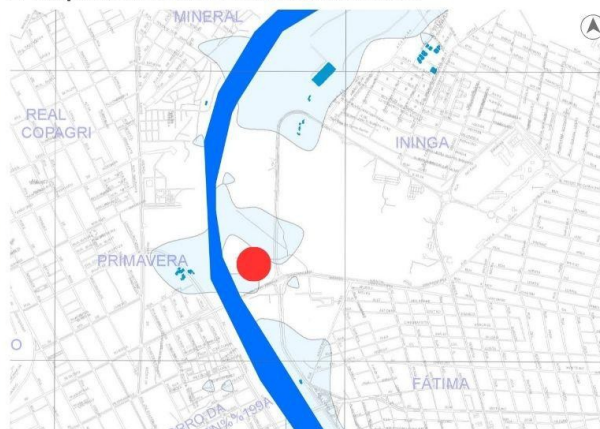
1- Mapa Topográfico de Teresina



 Parque das Crianças

Fonte: Topographic-map.com; Semplan (2011)

2- Mapa de Estruturas Contra Enchentes



Fonte: Topographic-map.com; Semplan (2011)

Os mapas mostram que a baixa cota da margem do Rio Poti favorece o escoamento rápido das águas pluviais, agravado pela impermeabilização da zona leste de Teresina, contribuindo para inundações. A vegetação local, ainda ameaçada, ajuda a conter a erosão, regula a temperatura e filtra a água. Com projetos adequados, essa área pode ser transformada em mais espaços de lazer e integração com a natureza.

5. Conclusão

O Parque das Crianças exemplifica uma política urbana de fachada, isto é, que existe mas não funciona. Possui infraestrutura precária, falta de acessibilidade e riscos de alagamento. Ademais, embora idealizado como espaço de lazer infantil integrado à natureza, sua localização na Zona Leste, sem transporte público adequado, limita o acesso de crianças de baixa renda. A ausência de parcerias com a UFPI e o contraste com espaços privados como o Parque Meus Filhos evidenciam falhas no planejamento urbano de Teresina e a desigualdade no direito ao lazer.

6. Agradecimentos

Ao Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA;

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - UFPI.

7. Referências

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal**, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FRANÇA, João Isidoro. **Plano Urbanístico de Teresina – Plano Saraiva (1852)**. Teresina, 1852. Manuscrito. Arquivo Público do Estado do Piauí.

G1 Piauí. **Secretaria distribui 100 mil mudas de árvores para a população de Teresina.** G1, 14 jan. 2021. Disponível em: <>. Acesso em: 26 abr. 2025.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro e TOMÁS, Catarina. **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.11606/9786587047317> Disponível em: <>. Acesso em: 5 mar. 2025.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução de Marília de Rosis. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. **Lutas Sociais**, n. 53, p. 73-89, 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 15 Fev. 2025.

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. **Teresina-Piauí**. Disponível em: <>. Acesso em: 11 Nov. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011. Disponível em: >. Acesso em: 6 jul. 2025.

LOUV, Richard. **A última criança da natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza**. São Paulo: Aquariana, 2016.

PREFEITURA DE TERESINA. Prefeitura de Teresina inaugura o Parque das Crianças. Por da Prefeitura de Teresina, 18 fev. 2022. Disponível em: >. Acesso em: 19 mar. 2025.

PORTAL O DIA. Parque das Crianças alaga menos de um mês após inauguração em Teresina. Portal O Dia, 16 mar. 2022. Disponível em: <>. Acesso em: 19 mar. 2025.

RAASCH, Werlen Gonçalves; NARDES, Antonia Marília Medeiros. ANÁLISE CONCEITUAL E HISTÓRICA DOS PARQUES URBANOS: IDENTIFICAÇÃO DE CENÁRIOS APTOS EM RONDONÓPOLIS-MT. **Múltiplos Olhares sobre a Biodiversidade**, Mato Grosso, v. V, p. 339-355, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.29142/mosb5-18>. Disponível em: <>. Acesso em: 13 fev. 2025.

RONIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

TERESINA. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 1969.

TERESINA. **I Plano Estrutural de Teresina**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 1977.

TERESINA. **II Plano Estrutural de Teresina**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 1988.

TERESINA. **Agenda Teresina 2015: planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 2006. Disponível em: <>. Acesso em: 6 jul. 2025.

TERESINA. **Lei Complementar nº 3.563, de 20 de outubro de 2006**. Cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção a bens de valor cultural e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Poder Executivo, Teresina, PI, 20 de outubro de 2006.

TERESINA. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 2019.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010005>. Disponível em: <>. Acesso em: 15 fev. 2025.

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Cap. I, p. 3-35. Disponível em:

>. Acesso em: 6 jul. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade. Na história e na literatura.** (1973)
Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

A CASA SWAHILI COMO EXPRESSÃO
CULTURAL: CONSERVAÇÃO DA
ARQUITETURA VERNACULAR EM CABO
DELGADO

Miguel Maria Ribeiro Da Silva
Clara Luiza Miranda
Liziane de Oliveira Jorge

Resumo

Este artigo analisa a casa swahili como expressão cultural e patrimônio vernacular na província de Cabo Delgado, Moçambique. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, baseia-se em levantamento bibliográfico, entrevistas com especialistas locais e análise documental. Os resultados evidenciam que a arquitetura swahili possui forte carga simbólica, espiritual e social, refletindo a identidade das comunidades afro-islâmicas da costa. Com técnicas tradicionais como o pau-a-pique, uso de palha e barro, a casa swahili revela soluções sustentáveis adaptadas ao clima e ao modo de vida local. No entanto, processos de modernização, deslocamentos forçados e políticas habitacionais padronizadas têm ameaçado a permanência desses elementos. Conclui-se que a conservação deve ser compreendida de forma ampliada, valorizando tanto os aspectos materiais quanto imateriais, e considerando estratégias adaptativas que integrem os saberes locais às exigências contemporâneas. A casa swahili deve ser reconhecida como patrimônio vivo e instrumento de resistência cultural.

Palavras-chave: Arquitetura vernacular; Casa swahili; Patrimônio cultural; Conservação; Cabo Delgado.

The swahili house as a cultural expression: conservation of vernacular architecture in Cabo Delgado**Abstract**

This article analyses the Swahili house as a cultural expression and vernacular heritage in the province of Cabo Delgado, Mozambique. The research, of a qualitative and descriptive nature, is based on a bibliographical survey, interviews with local experts and documentary

analysis. The results show that Swahili architecture has a strong symbolic, spiritual and social charge, reflecting the identity of the Afro-Islamic communities on the coast. Using traditional techniques such as wattle and daub, straw and clay, the Swahili house reveals sustainable solutions adapted to the local climate and way of life. However, modernization processes, forced displacement and standardized housing policies have threatened the permanence of these elements. The conclusion is that conservation must be understood in a broader way, valuing both material and immaterial aspects, and considering adaptive strategies that integrate local knowledge with contemporary demands. The Swahili house should be recognized as a living heritage and an instrument of cultural resistance.

Key words: Vernacular architecture; Swahili house; Cultural heritage; Conservation; Cabo Delgado.

La casa swahili como expresión cultural: conservación de la arquitectura vernácula en Cabo Delgado

Resumen

Este artículo analiza la casa swahili como expresión cultural y patrimonio vernáculo en la provincia de Cabo Delgado, Mozambique. La investigación, de carácter cualitativo y descriptivo, se basa en un estudio bibliográfico, entrevistas con expertos locales y análisis documental. Los resultados muestran que la arquitectura swahili tiene una fuerte carga simbólica, espiritual y social, que refleja la identidad de las comunidades afroislámicas de la costa. Utilizando técnicas tradicionales como el bahareque, la paja y la arcilla, la casa swahili revela soluciones sostenibles adaptadas al clima y al modo de vida locales. Sin embargo, los procesos de modernización, los desplazamientos forzados y las políticas de vivienda estandarizadas han amenazado la permanencia de estos elementos. La conclusión es que la conservación debe entenderse de forma más amplia, valorando tanto los aspectos materiales como los inmateriales, y considerando estrategias adaptativas que integren los conocimientos locales con las demandas contemporáneas. La casa swahili debe reconocerse como patrimonio vivo e instrumento de resistencia cultural.

Palabras clave: Arquitectura vernácula; Casa swahili; Patrimonio cultural; Conservación; Cabo Delgado.

1 Introdução

A arquitetura vernacular é uma expressão direta da interação entre o ser humano, o ambiente e a cultura, refletindo modos de vida, valores simbólicos e saberes técnicos transmitidos ao longo das gerações. Em Cabo Delgado, província situada no norte de Moçambique, a arquitetura swahili constitui um exemplo significativo desse legado, representando não apenas uma técnica construtiva, mas também uma forma de organização social e expressão identitária das comunidades costeiras.

Para Bruschi (2001), esta arquitetura tem como técnicas de construção o pau-a-pique (taipa de mão), com recurso a materiais sustentáveis, como barro e madeira. De acordo com Forte (2011), essas técnicas estão intimamente ligadas ao modo de vida e às necessidades espirituais e culturais da população local. A arquitetura retrata a relação dos povos africanos com seu entorno e com sua cosmovisão, descrita por Barcellos e Miranda (2023) como esquemas de configuração dos assentamentos que refletem visões de mundo únicas, incorporando a força vital, suas próprias noções sobre a relação entre cultura e natureza, indivíduo e comunidade, e também sobre a ancestralidade.

Segundo Bruschi (2005), as casas swahili se caracterizam por tipologias distintas, com estruturas simples baseadas em paus, postes e revestimentos de folhas de palmeira, até formas mais sofisticadas com paredes de barro, varandas e cobertura em quatro águas. Essas habitações refletem uma relação profunda com o meio natural, com o uso de materiais locais e sustentáveis, e com o universo simbólico dos habitantes. Para Forte (2011), esses espaços vão além de sua função física, pois também incorporam significados espirituais e sociais que estruturam o cotidiano e a memória coletiva das comunidades.

A arquitetura vernacular é uma expressão tangível da relação entre cultura, ambiente e modos de vida. Em Cabo Delgado, província do norte de Moçambique, a casa swahili representa um elemento significativo dessa arquitetura, revelando valores espirituais, sociais e estéticos de comunidades costeiras afro-islâmicas. No entanto, processos contemporâneos de urbanização, deslocamentos forçados e pressões por modernização têm ameaçado a permanência dessas tipologias.

Contudo, nas últimas décadas, as comunidades tradicionais de Cabo Delgado vêm enfrentar deslocamento forçados e transformações socioeconômicas motivadas por processos como o crescimento urbano desordenado, a globalização, a pressão por "modernização" das técnicas construtivas e os impactos das indústrias extrativas. Portanto, tais mudanças têm resultado na substituição das casas tradicionais por construções padronizadas de cimento e chapas metálicas, muitas vezes desconectadas do contexto cultural e climático local. Nesse cenário, a preservação da arquitetura swahili revela-se urgente como estratégia para manter a continuidade simbólica, técnica e ecológica dessa herança. Como alerta Bruschi (2001), se não forem promovidas intervenções que valorizem e incentivem a produção tradicional, há um risco significativo de que essa tipologia habitacional, amplamente difundida em várias regiões da África, desapareça gradualmente.

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Como conservar a arquitetura vernacular swahili em Cabo Delgado diante das transformações socioeconômicas e pressões por modernização nas comunidades locais?* Para isso, propõe-se como objetivo principal identificar os principais elementos arquitetônicos, simbólicos e construtivos que caracterizam a casa swahili como expressão cultural no território.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com base em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de referências etnográficas e arquitetônicas que abordam a tradição construtiva swahili. O trabalho também considera estudos sobre identidade, memória e conservação patrimonial como aporte teórico para refletir sobre alternativas de valorização e permanência dessas práticas em um contexto contemporâneo.

2 Referencial Teórico

2.1 Arquitetura Vernacular e Expressão Cultural

A arquitetura vernacular é compreendida como a ciência nativa da construção, baseada em conhecimento transmitido ao longo de gerações e adaptada ao ambiente natural e às demandas cotidianas das comunidades (Oliver, 2003; 2006). Essa arquitetura expressa a cultura local e se adapta ao microclima e às

características regionais, utilizando técnicas e materiais locais (Souza, 2022). Ao longo do tempo, a arquitetura vernacular passou por transformações, desde seu conceito inicial até diferentes níveis de geração de ideias, refletindo as mudanças e adaptações de cada época (Maarouf, 2013, p.1). Para Ferreira (2014, p.50), o termo "arquitetura vernacular" designa as construções associadas a um território específico e a um grupo étnico localizado, ressaltando o forte vínculo dessa arquitetura com as identidades locais.

Segundo Oliver (2006), essa forma de construir surge da interação direta entre os recursos locais, o conhecimento tradicional e as necessidades socioculturais. Ela não apenas representa uma solução prática às condições ambientais, mas também constitui um símbolo identitário enraizado na memória coletiva. Nesse sentido, compreender a arquitetura vernacular é também entender a forma como uma sociedade habita o espaço e se representa nele.

A arquitetura vernacular africana reflete a relação profunda entre as comunidades e o meio ambiente, sendo inicialmente interpretada de forma negativa por narrativas coloniais, mas posteriormente valorizada por estudos antropológicos que destacaram sua complexidade cultural (Bruschi, 2005). O kraal, um tipo de assentamento africano, exemplifica essa arquitetura, com estruturas circulares ou retangulares que refletem hierarquias sociais e práticas familiares específicas (Weimer, 2008). Essas construções revelam uma abordagem coletiva e integrada da habitação e da vida cotidiana, refletindo tanto a funcionalidade quanto as tradições culturais (Barcellos; Miranda, 2023).

Os estudos sobre arquitetura vernacular, sobretudo a africana, têm se intensificado nas últimas décadas, sobretudo em resposta às ameaças de descaracterização dos modos tradicionais de habitar frente aos processos de modernização e globalização. No contexto moçambicano, e particularmente em Cabo Delgado, pesquisas destacam a importância da arquitetura swahili como patrimônio cultural e expressão material da identidade das comunidades costeiras.

A arquitetura vernacular é compreendida como uma forma de construção enraizada nas tradições locais, desenvolvida por meio do conhecimento empírico transmitido entre gerações e que reflete profundamente as práticas sociais, culturais e ambientais das comunidades. Essa arquitetura não apenas representa uma

solução técnica de moradia, mas constitui-se como expressão material de uma identidade cultural local.

A relevância simbólica da arquitetura vernacular também é destacada por autores como Oliver (2006), que define essa arquitetura como um reflexo das prioridades e valores de uma sociedade, revelando suas relações simbólicas com o espaço construído. A arquitetura vernacular, segundo ele, é profundamente influenciada pelas limitações e recursos disponíveis no contexto local, sendo uma linguagem arquitetônica “do povo”, carregada de dialetos étnicos e culturais regionais.

Teixeira (2008) reforça esse entendimento ao afirmar que a casa vernácula é, por excelência, uma forma de expressão cultural, sendo produto do saber popular e da vivência coletiva de um povo. Trata-se de uma arquitetura que, por estar profundamente enraizada no território e nas práticas sociais, não é trasladável para outros contextos sem perder seu significado essencial.

Essa arquitetura também pode ser interpretada como uma resposta adaptativa às condições do ambiente natural, expressando a capacidade das comunidades de desenvolver soluções técnicas a partir dos recursos disponíveis e das necessidades cotidianas. A autoconstrução, a economia de recursos e a integração com o ecossistema são elementos recorrentes nas práticas construtivas vernaculares, o que as torna exemplos de sustentabilidade cultural e ambiental.

Nesse sentido, a arquitetura vernacular não é apenas um artefato construído, mas um modo de habitar e de se relacionar com o território, sendo parte integrante da memória coletiva e da identidade dos povos, como é o caso das casas swahili em Cabo Delgado, que traduzem elementos simbólicos, rituais e estéticos próprios de uma cultura com raízes profundas no contexto afro-islâmico da costa oriental africana.

A arquitetura vernacular não é apenas uma solução funcional para o abrigo, mas uma manifestação cultural com forte conteúdo simbólico e identitário. Segundo Oliver (2006), ela constitui “a linguagem arquitetônica do povo com os seus dialetos étnicos, regionais e locais” e é construída “do povo e pelo povo”. Entretanto, percebe-se que a vernacular herança que está intrinsecamente ligada ao local, ao clima, à cultura e às práticas locais.

2.2 Características da Arquitetura Swahili em Cabo Delgado

A arquitetura vernacular se caracteriza pela flexibilidade, permitindo modificações ao longo do tempo, integrando novas necessidades da comunidade (Souza, 2022). Ela não depende de profissionais especializados, sendo conduzida por mestres construtores que orientam o grupo com base na tradição (Stroeter, 1986; Braga, 2018). A construção é fruto da participação ativa da comunidade, que transmite informalmente o conhecimento de geração em geração (Carta sobre o Patrimônio Vernacular, 1999). Essas características fazem da arquitetura vernacular uma expressão cultural sustentável e eficiente, atendendo a necessidades funcionais e sociais, além de minimizar o impacto ambiental (Fernandes; Mateus, 2011).

Além disso, a arquitetura vernacular maximiza recursos locais e promove conforto térmico e eficiência energética, utilizando materiais disponíveis na região (Teixeira, 2017). Essas práticas preservam a identidade cultural, sendo também uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que a própria comunidade se envolve na construção de suas habitações (Sant'Anna, 2013). Além disso, a arquitetura vernacular adapta-se ao clima e utiliza os recursos locais para atender às necessidades comunitárias (Silva; Sigarso 2015). Em consonância com essa perspectiva, Oliver (2006) aponta que o resgate de práticas indígenas pode ser uma importante estratégia para resolver problemas ambientais.

As práticas construtivas vernaculares variam de acordo com o clima e os materiais locais, como terra, madeira e palha, otimizando recursos e reduzindo impactos ambientais (Mateus, 2012). Técnicas tradicionais incluem o uso de taipa, adobe, e coberturas de palha para garantir isolamento térmico. No contexto africano, a construção integra simbolismos e elementos decorativos culturais, como as formas e pinturas utilizadas em cabanas tradicionais (Oliver, 2006).

Essas técnicas promovem uma arquitetura adaptada ao meio ambiente e à cultura, com soluções como ventilação natural e formas específicas para maximizar o conforto térmico. A arquitetura africana ilustra a sofisticação dessas práticas, onde elementos culturais, como as configurações do kraal e a disposição hierárquica das estruturas, são incorporados para refletir a visão de mundo das comunidades (Weimer, 2008).

Autores como Bruschi (2001; 2005) fornecem importantes contribuições ao descrever as tipologias das habitações swahili de Cabo Delgado e suas técnicas construtivas baseadas no uso de materiais naturais e renováveis, como o pau-a-pique, barro, madeira e folhas de palmeira. Esses estudos demonstram que tais construções refletem soluções eficientes de adaptação climática, simplicidade estrutural e adequação sociocultural, aspectos essenciais da sustentabilidade arquitetônica local.

Segundo Bruschi (2005), as casas swahili apresentam duas categorias, a primeira, uma construção simples com apenas uma entrada e telhado de duas águas, com uma estrutura de paus e postes de palmeira, com paredes e teto revestidos por esteiras de folhas de palmeira. A segunda categoria apresenta um nível de sofisticação maior, com portas e janelas, telhado em quatro águas, paredes revestidas com barro e uma varanda. No norte de Moçambique, para Bruschi (2001), a varanda se estende ao longo dos quatro lados da casa, como ilustram as figuras 1 e 2, refletindo uma clara continuidade com estilos arquitetônicos anteriores ao contato com a civilização Swahili. Essa característica é típica das casas cilíndricas com telhados cônicos, especialmente na variante que possui uma varanda que envolve toda a estrutura.

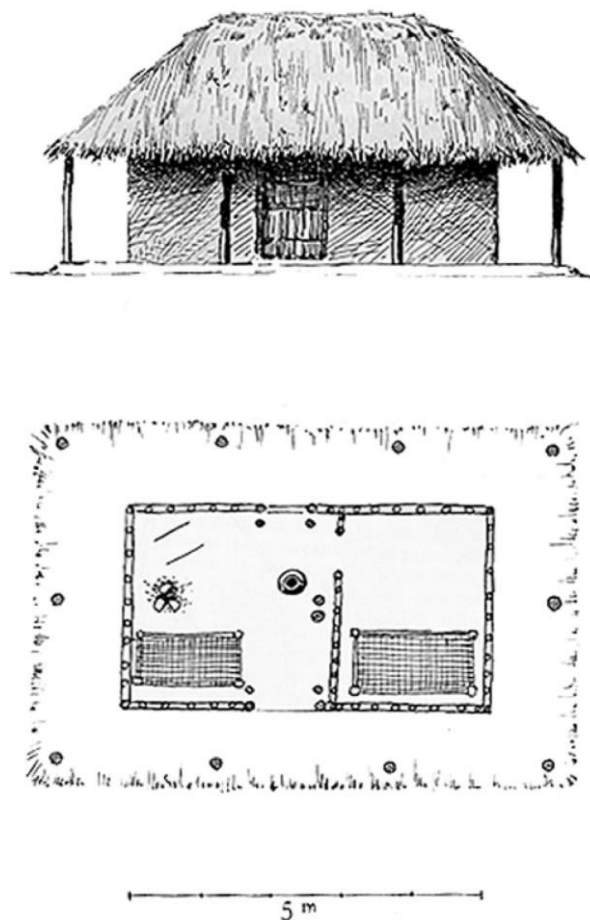
Figura 1: Casa do tipo swahili com telhado de quatro águas



Fonte: (Bruschi; Carrilho; Lage, 2005)

A casa retangular de estilo Swahili (figua 2) tem raízes na arquitetura típica da península arábica, adaptando o terraço em uma cobertura de quatro águas. Esse modelo habitacio substituiu as construções autóctones que existiam anteriormente. Na região norte de Moçambique, as tradicionais casas cilíndricas da família alargada foram gradualmente trocadas por edificações retangulares. Com o tempo, a disposição original das casas, que era em torno de um espaço circular, deu lugar a uma única unidade habitacional com um pátio retangular (Bruschi, 2001).

Figura 2: Casa do tipo swahili com telhado de quatro águas (alçado e planta)



Fonte: (Bruschi; Carrilho; Lage, 2005)

Forte (2011) aprofunda esse debate ao ressaltar o valor simbólico e espiritual da arquitetura swahili, associando a casa a práticas ritualísticas, à organização familiar e à relação entre os indivíduos e o território. Essa perspectiva reforça a compreensão da arquitetura como expressão viva da cultura, e não apenas como artefato físico.

Mais recentemente, pesquisas como a de Barcellos e Miranda (2023) ampliam esse entendimento ao discutir a cosmovisão africana aplicada aos assentamentos tradicionais, abordando as formas como a arquitetura expressa as concepções de mundo, de ancestralidade e de equilíbrio entre cultura e natureza. Esse enfoque contribui para uma leitura mais sensível da arquitetura vernacular, em que o espaço construído é compreendido também como espaço de memória e de força vital coletiva.

2.3 Conservação Cultural e Patrimonial

A conservação é entendida como a manutenção da substância física de um bem cultural, garantindo que ele permaneça no estado em que se encontra, protegendo sua integridade material e histórica. Segundo a Carta de Burra (ICOMOS, 1999), preservar não é apenas manter estruturas físicas, mas também salvaguardar significados culturais, exigindo estudos aprofundados e participação pública nos processos decisórios. No contexto da arquitetura vernacular, como a swahili, a preservação implica reconhecer os valores simbólicos e identitários atribuídos pelas comunidades locais.

A adaptação é reconhecida como uma forma legítima de conservação, especialmente quando permite a sobrevivência do bem cultural em contextos socioeconômicos transformados. Ainda de acordo com a Carta de Burra, a adaptação é tolerada como um meio para manter a funcionalidade dos bens, desde que não comprometa seus valores culturais essenciais. No caso das casas swahili, isso pode significar a incorporação de novos materiais ou tecnologias sem romper com os sistemas construtivos e a simbologia tradicional.

O conceito de patrimônio desloca o foco da materialidade para os usos, práticas e significados dinâmicos atribuídos aos bens culturais pelas comunidades. Tal abordagem entende o patrimônio como um processo contínuo, vinculado à memória social, identidade e modos de vida. O Documento de Nara (1994) destaca que a autenticidade não está apenas nos materiais, mas também nas funções sociais e nos valores atribuídos pelos grupos locais. Preservar a arquitetura vernacular, assim, requer assegurar que as comunidades continuem habitando e utilizando seus espaços conforme suas tradições, mesmo com adaptações contemporâneas.

A preservação do patrimônio deve ter como objetivo principal conservar elementos que representem o cotidiano e os modos de vida de uma sociedade em determinado período histórico. Isso porque os bens que costumam ser preservados são aqueles considerados valiosos, seja pelo material de que são feitos, seja por estarem associados a figuras históricas de destaque e, portanto, influentes. No entanto, a conservação patrimonial deve priorizar construções que possuam significado coletivo para uma comunidade, pois é através da preservação dos espaços por ela utilizados que se mantém viva a memória social e a trajetória histórica de seu povo (Tomaz, 2010).

Nesse sentido, a conservação da casa swahili em Cabo Delgado deve ir além da proteção da materialidade. Ela precisa abarcar os saberes e práticas que sustentam sua existência: técnicas construtivas, modos de uso do espaço, rituais domésticos e processos coletivos de construção e manutenção. Isso exige estratégias participativas, enraizadas no contexto local e atentas às formas de apropriação que essas comunidades constroem em torno do seu habitat.

Essa abordagem encontra respaldo em Arantes (2006), que observa uma mudança significativa na forma como o patrimônio cultural é tratado: ele deixou de ser uma atribuição exclusiva do Estado para tornar-se também uma reivindicação da sociedade civil como um direito à memória e à cidadania. Diante disso, torna-se urgente a formulação de políticas públicas mais inclusivas, que incorporem as transformações socioculturais e valorizem os patrimônios construídos a partir da experiência coletiva.

Segundo Oliver (2006), a arquitetura vernacular deve ser entendida como uma expressão da cultura coletiva, não apenas por sua forma, mas por seu uso e significado social. Jopela (2012) reforça que a patrimonialização de saberes africanos deve respeitar as estruturas de conhecimento local e suas formas de transmissão oral e prática. Documentos como o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD, 2021), Plano de Resposta Rápida, (2020) e os guias da UN-Habitat (2018, 2019), recomendam a valorização da mão de obra local e o uso de técnicas tradicionais na reabilitação pós-conflito, como forma de reconhecer e manter a continuidade das práticas culturais. A valorização do patrimônio é, portanto, um ato de resistência

cultural e também uma estratégia de sustentabilidade e reconstrução com identidade.

2.4 Modernização, Transformações Socioeconômicas e Ameaças à Tradição

As transformações socioeconômicas aceleradas por conflitos armados, desastres naturais e processos de urbanização têm colocado em risco as práticas tradicionais de construção e os modos de vida comunitários. Em Cabo Delgado, o deslocamento forçado de mais de 700 mil pessoas e a destruição de infraestruturas tradicionais intensificaram a adoção de técnicas construtivas industriais e modelos habitacionais padronizados (PRCD, 2021; Plano de Resposta Rápida, 2020). A pressão por modernização, a busca por status social e as imposições de normas técnicas afastam as populações locais de suas referências arquitetônicas tradicionais. Segundo Carrilho *et al* (2001), isso contribui para o apagamento das arquiteturas populares, visto que os projetos habitacionais convencionais raramente dialogam com os saberes locais.

Os guias de habitação resiliente (UN-Habitat, 2017; 2019) alertam que a substituição do pau-a-pique por blocos de cimento, por exemplo, pode comprometer o conforto térmico e a identidade cultural. Forte (2011) também salienta que o abandono de elementos simbólicos das casas swahili representa uma ruptura entre o espaço e a memória coletiva. Assim, a modernização não deve ser rejeitada, mas precisa ser integrada a partir de soluções participativas que garantam a permanência de práticas culturais e o protagonismo das comunidades locais na definição do seu ambiente construído.

3. Metodologia

A pesquisa segue abordagem qualitativa e descritiva, com recorte territorial em comunidades costeiras de Cabo Delgado, onde se preservam exemplares da casa swahili. Os procedimentos metodológicos incluem:

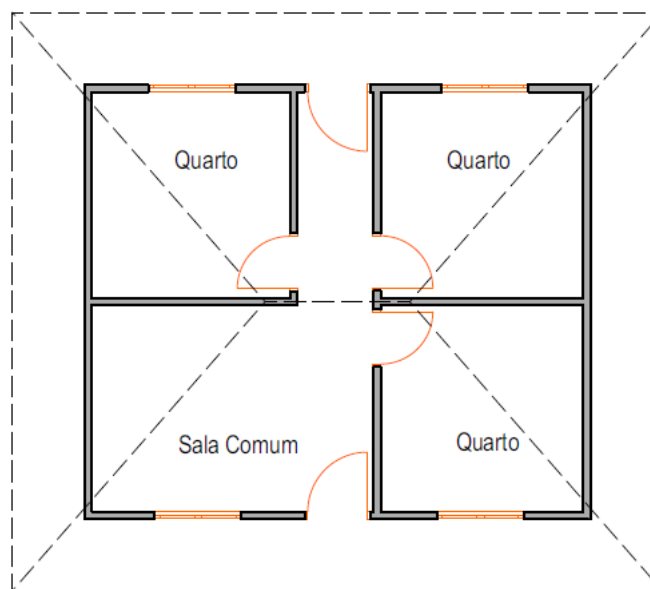
- Levantamento bibliográfico e documental;
- Análise de imagens, plantas e croquis das casas;
- Entrevistas com arquitetos, artesãos e mestres de obras locais;
- Análise de conteúdo para categorização dos elementos arquitetônicos e simbólicos.

Os critérios de análise se baseiam na forma, uso dos materiais, disposição espacial e relação com o entorno. A pesquisa respeita os princípios da pesquisa etnográfica, com escuta ativa e atenção aos saberes locais.

4. Resultados e Discussão

A casa do tipo swahili possui características bem definidas: planta retangular, cobertura em quatro águas, estrutura em madeira ou bambu, paredes de barro com acabamento a taipa de mão, presença de varandas ao redor da casa e pátios internos. A organização espacial interna segue uma lógica de hierarquização dos espaços, com os quartos ao fundo e áreas de convívio próximas à entrada, muitas vezes em espaços externos cobertos. A planta é funcional (figura 3), orientada para a ventilação cruzada e adaptada ao clima, como descrito por Bruschi (2001) e confirmado por entrevistas locais realizadas nos reassentamentos pós-conflito. A varanda, além de função térmica, exerce papel social essencial, sendo o espaço do acolhimento e da interação. Normalmente a planta apresenta duas entradas, uma principal e outra ao fundo.

Figura 3: organização espacial interna



Fonte: Autores

Além das funções práticas, os espaços da casa do tipo swahili têm valores simbólicos e rituais. As varandas e cozinhas externas são locais de socialização e práticas cotidianas que expressam a cultura local. Forte (2011) destaca que as

cozinhas externas, os pátios e as varandas são usados em rituais de passagem e encontros sociais. Há uma espiritualidade implícita na organização do espaço, que respeita a privacidade, o gênero e a tradição familiar. A ornamentação no interior com esteiras, rebocos naturais e objetos esculpidos em madeira reforça a identidade visual e estética da habitação. A casa swahili é um espaço de memória que expressa modos de construir, viver e conviver.

No que concerne as técnicas construtivas locais, a técnica da taipa de mão (figura 4) é a mais citada, combinada com o uso de bambu, barro, palha e madeira de estaca. Essas técnicas são bem adaptadas ao clima da região, proporcionando conforto térmico e controle da umidade. Há também o uso complementar de pedras locais e, em alguns casos, de reboco natural com adição de cimento, para dar mais durabilidade nas construções. Essas técnicas envolvem saberes empíricos e transmissão oral, geralmente por artesãos mestres construtores que atuam na autoconstrução de forma coletiva e participativa. Relatórios do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (2021) e do Plano de Resposta Rápida (2020) reafirmam o uso de métodos locais em habitações resilientes, com adaptação de materiais e incorporação de soluções híbridas, como rebocos estabilizados e estruturas mistas.

Figura 4: Processo construtivo com a técnica da taipa de mão



Fonte: Acervo da arquiteta Salomé Matilde, 2025

Em relação a permanência, transformação ou desaparecimento dos elementos construtivos, verificou-se uma tendência à substituição progressiva de técnicas e materiais tradicionais por soluções industrializadas. A pressão por status, os eventos climáticos extremos como o ciclone Kenneth e o desprestígio cultural em relação à construção popular contribuem para esse abandono. Segundo Oliver (2006), a descaracterização das tipologias vernaculares ameaça a transmissão intergeracional dos saberes construtivos. Apesar disso, iniciativas como as da UN-Habitat buscam integrar elementos culturais às reabilitações, promovendo a conservação adaptativa. Alguns entrevistados apontam iniciativas de conservação adaptativa, como uso de barro estabilizado com cimento, para rebocos e outros acabamentos, uso do varão de aço para o reforço na amarração da estrutura da cobertura e a substituição da cobertura de palha por chapas metálicas.

Nos reassentamentos descritos pelo Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (2021), confirmado pelas entrevistas, algumas habitações, aquando de reabilitação pós-ciclone, preservaram a lógica espacial swahili com uso de materiais locais, enquanto outras foram totalmente transformadas. Casas em áreas mais remotas ou em comunidades com forte organização local tendem a conservar mais elementos originais. Já em zonas urbanizadas, a descaracterização é mais acentuada. Portanto, casas preservadas mantêm a planta retangular, materiais locais e varandas amplas. Já nas casas modificadas, há uma redução dos elementos ornamentais, eliminação dos pátios internos e uso de materiais industriais. Entretanto, projetos como os desenvolvidos pela *Habitat Initiative* (Ziegler; Roswag; Seiler, 2011) de Cabo Delgado demonstram que a possibilidade de incorporar elementos tradicionais em novos modelos, garantindo conforto e identidade cultural.

5. Considerações Finais

A pesquisa permitiu identificar que a casa swahili, em Cabo Delgado, representa uma arquitetura vernacular profundamente enraizada nos modos de vida, nos rituais simbólicos e nos saberes técnicos das comunidades da região. Os resultados apontam que seus elementos arquitetônicos – como a planta retangular, as varandas envolventes e os pátios internos – cumprem funções que vão além do abrigo, operando como instrumentos de identidade, memória e organização social.

A casa swahili é uma expressão cultural viva, que incorpora não apenas uma técnica construtiva adaptada ao clima e ao território, mas também práticas simbólicas e valores comunitários que resistem às transformações. Como mostram Bruschi (2001), Forte (2011) e Barcellos e Miranda (2023), preservar essa tipologia não é apenas conservar edifícios, mas proteger um modo de habitar e de se relacionar com o mundo. Sua importância reside no fato de que ela traduz a ancestralidade, a cosmovisão e o pertencimento das populações de Cabo Delgado ao seu território.

Identificar os elementos vernaculares que caracterizam a arquitetura swahili é fundamental para orientar estratégias de conservação cultural e patrimonial. Tais elementos não se restringem a formas ou materiais, mas envolvem modos de fazer, saberes locais, usos dos espaços e estruturas sociais embutidas nas práticas construtivas. Essa identificação deve ser o ponto de partida para políticas de preservação adaptativa e inclusiva, como já sugerem os documentos do PRCD (2021), os guias de habitação resiliente da UN-Habitat e os princípios da Carta de Burra.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a cartografia dos saberes construtivos tradicionais da região e desenvolvam metodologias participativas com base no conhecimento dos artesãos locais. No campo das políticas públicas, sugere-se a criação de programas de incentivo à construção tradicional com suporte técnico, regulamentações mais flexíveis para construções vernaculares e integração dessa arquitetura nos planos de urbanização e reconstrução pós-conflito. A preservação da casa swahili deve ser tratada como estratégia cultural e ambiental para o desenvolvimento sustentável de Cabo Delgado.

6. Agradecimentos

O present trabalho foi realizad com apoio da Coorde de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

7. Referências Bibliográficas

ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. In: **Hbitatus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006, p.425-435.

BARCELLOS, M. S; MIRANDA, C. L. **A transcrição e a Reversibilidade como Chaves de Compreensão de Territorialidade Afrodiaspóricas**. Territórios ex-Cêntricos: sujeitos,

ações, interfaces. UrbBA, 2023.

BRAGA, S. L. A. **Arquitetura vernácula: Registro e análise do uso do adobe em Lapinha da serra, Santana do riacho, Minas gerais**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BRUSCHI, S. **Campo e Cidades da África Antiga**. Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, Maputo, 2001.

BRUSCHI, S.; CARRILHO, J; LAGE, L. **Era uma vez uma palhota**. Edição FAPF, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2005.

BRUSCHI, Sandro. Casa swahili do norte de Moçambique. 2001. In: CARRILHO, J.; BRUSCHI, S.; MENEZES, C.; LAGE, L. **Um Olhar para o Habitat Informal Moçambicano: de Lichinga a Maputo**. Edição FAPF, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2001, p. 43-55.

CARRILHO, J.; BRUSCHI, S.; MENEZES, C.; LAGE, L. **Um Olhar para o Habitat Informal Moçambicano: de Lichinga a Maputo**. Edição FAPF, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2001.

Carta de Burra: **Carta del ICOMOS Astralia para sítios de significación cultural**. Burra, 1999.

Charte du Patrimoine Bâti Vernaculaire": **Ratifiée par la 12è Assemblée Générale de ICOMOS**, au Mexique, octobre 1999.

Conferên de Narra: Docume de Nara sobre autentici (1994). **Conversaciones**. Nara,Núm. 8, Diciembre 2019, pp. 253 – 256. dad

FERNANDES, J. MATEUS, R. Arquitectura Vernacular: uma lição de sustentabilidade. In. BRAGANÇA, L. et al. **Sustentabilidade na Reabilitação Urbana. O Novo paradigma do Mercado da Construção**. Guimarães, 2011, p. 205-215.

FERREIRA, Thiago Lopes. **Arquiteturas vernáculas e processos contemporâneos de produção: Formação, experimentação e construção em um assentamento rural**. Tese de doutoramento. Université de Grenoble e a Universidade de São Paulo. Grenoble, 2014.

FORTE, Joana da Cunha. **An insight into an outside living – the Mozambican Open House as a sustainable answer for informal settlements: case study Maputo**. Dissertation (Fachgebiet Planen und Bauen in außereuropäischen Regionen) - Technische Universität Darmstadt, 2011.

Jopela, A. Definição de conceitos-chave. In: **Jopela, A. (Coord.) Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique**, Maputo: Ministério da Cultura-Direcção Nacional do Património Cultural. 2012, p.4-8.

MAAROUF, ibrahim. **Re-defining vernacular architecture in third millennium. journal (apj)**. Disponível em:

Acesso em: 14 abril 2024. ISSN: 2789-8547.

MATEUS, J. M. **Culturas construtivas tradicionais, a condição domemórias de Bergson**, pós, v.19 n.31, São Paulo, 2012. DOI:

OLIVER, P. **Built Meet Needs: cultural issues in vernacular architecture**. Oxford, Elsevier,

ISBN-13: 978-0-7506-6657-2, 2006.

OLIVER, P. **Dwellings: The Vernacular House Worldwide**. Phaidon Press, 2003.

PRCD. **Plano de reconstrução de Cabo Delgado das zonas afetadas pelo terrorismo** (2021-2024). República de Moçambique. Maputo, 2021.

SANT'ANNA, Marcia. **Arquitetura popular: espaços e saberes**. Políticas Culturais em Revista, v. 6, n. 2, p. 40-63, 2013.

SILVA, J. J. C.; SIGARSO, J. **Arquitetura Vernácula, Arquitetura Bioclimática e Eficiência Energética. Contributos da arquitetura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente construído**. Atas do Seminário reVer. Porto, 2015.

SOUZA, Maressa Fonseca e. **Arquitetura Do Morar: Do Vernacular ao Popular**. Projetar, v 7, n 3, setembro 2022.

STROETER, J. R. **Arquitetura e teorias**. São Paulo, Nobel, 1986.

TEIXEIRA, M. C. Considerações sobre a arquitetura vernácula. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.15, n.17, 2º sem. 2008, p. 29-45.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição**. Arquitextos. São Paulo, v 01, n 201, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: Acesso em 17 maio 2024.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Msto de 2010 Vol. 7 Ano VII nº 2 ISSN: 1807-6971. Disponível em:

UN-HABITAT. **Habitações Resilientes: Diretrizes para Construção Sustentável e Segura em Áreas Vulneráveis**. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 2019.

UN-HABITAT. **Habitações resilientes: Estratégias para adaptação às mudanças climáticas**. Genebra, 2019.

UN-HABITAT. **Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz**. Maputo, 2018. Acesso em: 15 julho 2024.

UN-HABITAT. **Trends in Urban Resilience 2017**. Nairobi: ONU-Habitat, 2017.

UNOCHA. **Plano de Resposta Rápido: Província de Cabo Delgado, Moçambique**. Maputo, 2020.

WEIMER, Gunter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ZIEGERT, C.; ROSWAG, E.; SEILER, U. **Habitat Initiative Cabo Delgado, Moçambique**. Ziegert | Roswag | Seiler Architekten Ingenieure, 2011.

MINHA FAMÍLIA VEIO DA ROÇA
PARA A CIDADE GRANDE: MEMÓRIA
E HISTÓRIA DE FAMÍLIA NEGRA

Eunice Gonçalves Queiroz
Henrique Cunha Junior

Resumo:

Falar de si é um relato da memória, destaca os fatos marcantes, os processos experimentados, relata o seu próprio processo de socialização, o que faz da pessoa ser humano no sentido daquilo que produziu, potencializando o sentimento de identidade e de pertencimento a uma localidade e um meio social. Povo da roça um povo com junção com a natureza, com seus hábitos passados de geração em geração e detalhes sobre plantas e animais, com épocas do ano que se repetem no sistema terrestre. E talvez o mais significativo é estar intrínseco que aquilo que vem a nascer precisa ser cultivado para crescer bem, mas, com o tempo tudo no planeta de uma maneira ou de outra, a natureza retorna. As histórias de si e dos seus é um exercício da memória, trata-se hoje de área do conhecimento, de transformar a oralidade e a memória em histórias coletivas. Memórias e histórias da população negra, onde as Autoetnografias e a Autobiografias são elementos importantes para a história coletiva e para a consolidação da identidade. As memórias e autobiografia de população negra nesse artigo são tratadas na perspectiva da história e filosofia africana. O trânsito entre África e Brasil é possibilitado pelos conceitos de africanidade e afrodescendência. Aqui temos minhas lembranças da história de duas pessoas da roça e negros, órfãos nos sentidos familiar e social, mas, que além das estatísticas brasileiras construíram e uniram os seus grupos. Trata-se de um trabalho dentro da pesquisa empírica e enfocando experiências de populações negras.

Palavras Chave: Autoetnografias e Autobiografias, Memórias e vivências do Povo Negro, Família e histórias orais

Abstract:

Talking about oneself is a narrative of memory, highlighting significant events, experienced processes, and recounting one's own socialization process, what makes a person human in the sense of what they produced, enhancing the sense of identity and belonging to a place and social environment. Rural people are a people connected to nature, with their habits passed down from generation to generation and details about plants and animals, with seasons that repeat throughout the Earth's system. And perhaps most significantly, it is intrinsically understood that whatever is born needs to be cultivated to grow well, but, over time, everything on the planet, in one way or another, nature returns. Stories about oneself and those around oneself are an exercise in memory; today, it is a field of knowledge, transforming orality and memory into collective stories. Memories and stories of the Black population, where autoethnographies and autobiographies are important elements for collective history and the consolidation of identity. Here we have my memories of the story of two rural Black people, orphans in the family and social sense, but who, beyond Brazilian statistics, built and united their groups. This work falls within the scope of empirical research and focuses on the experiences of black populations. The memories and autobiography of the Black population in this article are addressed from the perspective of African history and philosophy. The connection between Africa and Brazil is made possible by the concepts of Africanity and Afro-descendence.

Keywords: Autoethnographies, Autobiographies, Memories and Experiences, Black People, Family and Oral Histories

Resumen:

Hablar de uno mismo es una narrativa de la memoria que resalta eventos significativos, procesos vividos y relata el propio proceso de socialización, lo que hace a una persona humana en el sentido de lo que ha producido, fortaleciendo el sentido de identidad y pertenencia a un lugar y entorno social. La gente rural está conectada con la naturaleza, con sus hábitos transmitidos de generación en generación y detalles sobre plantas y animales, con estaciones que se repiten en todo el sistema terrestre. Y quizás lo más significativo, se comprende intrínsecamente que todo lo que nace necesita ser cultivado para crecer bien, pero, con el tiempo, todo en el planeta, de una forma u otra, regresa a la naturaleza. Las historias sobre uno mismo y sobre quienes nos rodean son un ejercicio de memoria; hoy en día, son un campo de conocimiento que transforma la oralidad y la memoria en historias colectivas. Memorias e historias de la población negra, donde las autoetnografías y las autobiografías son elementos importantes para la historia colectiva y la consolidación de la identidad. En este artículo se abordan las memorias y la autobiografía de la población negra desde la perspectiva de la historia y la filosofía africanas. La conexión entre África y Brasil se posibilita mediante los conceptos de africanidad y afrodescendiente. Aquí comparto mis recuerdos de la historia de dos personas negras rurales, huérfanas en el sentido familiar y social, pero que, más allá de las

estadísticas brasileñas, construyeron y unieron sus grupos. Este trabajo se enmarca en el ámbito de la investigación empírica y se centra en las experiencias de las poblaciones negras.

Palabras clave: Autoetnografías, Autobiografías, Memorias y experiencias, Personas negras, Historias familiares y orales.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é autobiográfico inserido dentro do tema da memória da família negra no Brasil tendo com fonte conceitual a história e a filosofia africana e as adaptações desta pelos conceitos de africanidade e afrodescendência (Cunha Junior, 2001). A memória, histórias de vida e a oralidade africanas são coletivas, estão dentro de princípios sociais das sociedades africanas e se reproduzem de maneira também cultural e localizada nas memórias e histórias de famílias negras no Brasil (Souza, 2010).

As visões de oralidade africana, memória, história de vida e autobiografia foram aprofundadas depois de 1960 em razão das independências africanas e das reconceituações científicas que foram empreendidas nesse período em razão dos movimentos da negritude e das literaturas africanas. A questão da oralidade africana entrou na pauta acadêmico do ocidente cristão por diversas portas. Uma de grande importância foi da História Geral da África e da Filosofia Africana. A produção africana em muito foi oposta a europeia e se estabeleceram vários paradigmas científicos sobre a produção africana, sobre tudo na questão das sociedades coletivas africanas em oposição as individualistas européias. Dentre os autores africanos que tratam a oralidade e da memória, talvez o mais conhecido no Brasil seja Amadou Hampâté Bâ com o livro "Amkoullel, o menino fula" (Hampâté Bâ,), (Silva, 2015). Vários outros autores africanos são conhecidos, como: (FINNEGAN, 1983), (KENYATTA, 1938), (Oruka, 1990) e (Olúwolé, 1997).

Dentro dos estudos de Sophie Olowole sobre a filosofia do Ifã se ganhou destaque a oralidade por essa antiga filosofia ser descrita totalmente pela oralidade. Ifá é a filosofia de Òrúnmílá (filósofo yorubá do séc. IV a.C.), transmitida de forma oral. O *corpus* filosófico de Ifá é composto por 256 poemas chamados Odù que se dividem em 16 Odù maiores, os Ojú Odù, e 240 Odù menores, chamados Ọmọ Odù que são interpretados por uma série de sistemas oraculares. Pelos trabalhos de Sophie Olowole a oralidade foi robustecida de teoria e de metodologia de trabalho por dois seus livros, o primeiro "Philosophy and Oral Tradition" (Olúwolé, 1997) e o segundo "Sócrates and Òrúnmílá: Two Patron Saints of Classical Philosophy" (Olúwolé, 2017). Nesse artigo utilizamos o legado de Sophie para a oralidade e adaptamos para o estudo das comunidades negras brasileiras. Contudo também somos influenciados pelos trabalhos sobre a oralidade de Henry Odera Oruka. No livro "Sage Philosophy" (Oruka, 1990), na parte dois ele introduz entrevistas e histórias de vida de sábios de seu país. Introduz a forma através da oralidade do aprendizado desenvolvido pelos sábios locais, produzindo também as

formas de coletar os pensamentos pelas oralidades. Os trabalhos de Sophie e Okura se completam e se entrelaçam movidos pela produção da filosofia africana a partir da oralidade.

Seguindo esse fluxo de base africana é que é proposto esse artigo, sendo necessário admitir que de início parece um pouco estranho a ação de compreender o meu grupo social que veio da roça, afinal como uma mulher adulta que sempre viveu na cidade, trabalho em escritório, com todos os traquejos de uma paulistana, ao ver a possibilidade de escrever “Sobre si, os seus e o mundo – trajetórias de famílias da roça em autoetnografias” fiquei pensativa.... Essa conclusão surgiu dentro de um grupo de pesquisa empírica sobre os usos da memória de famílias negras (Souza, 2010), onde os membros falavam, escreviam e discutiam sobre as suas experiências de vidas, procurando responder quem sou eu e porque penso de determinada maneira. (Oliveira; Cunha Junior, 2012), (Cunha Junior, 2008). O estranhamento é uma das consequências em viver dentro de um mundo de ciência eurocentrica e estar realizando uma prática científica com base nas africanidades e afrodescendências.

Mas a realidade é que sou descendente de famílias do interior que desenvolveram e desenvolvem atividades no campo, geralmente associadas a atividades agrícolas como cultivo e criação de animais, com o que for comum em cada grupo com seus costumes e tradições. Famílias ligadas as culturas de populações negras, e de vidas negras em si.

Cabe explicar, se pretende fazer o desenvolvimento deste trabalho a partir das lembranças pessoais da autora, com recortes de fatos e relatos, mas, focando a realidade de vida dos seus genitores: Manuela e Paulino e complementando com falas de demais familiares e amigos. Então, sou a Eunice, também chamada de Nice pelos familiares e vizinhos.

Complementa-se a pesquisa de doutoramento em andamento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFBA o qual tem um recorte sobre a construção da cidade de São Paulo e a complexidade sistêmica da cultura da população negra (Queiroz, 2023).

Então, vamos resgatar a minha ancestralidade de roça, que como mulher negra, entendo que está nas minhas gerações anteriores por séculos! Pois, Cunha Junior, Queiroz (2025), relatam que “as culturas africanas escritas se desenvolveram em 6000 anos de construção de cidades no continente africano desde as civilizações do rio Nilo à atualidade.” Cunha Junior (2020), complementa que “a unidade civilizatória africana repousa no conceito de africanidade, conceito que explica como a antiguidade africana do vale do Rio Nilo se projetou nas diversas regiões e épocas históricas do continente africano. Africanidade é um conceito que gera um paradigma da unidade na diversidade das culturas africana.” As culturas africana são diversas mas tem um eixo axial nas civilizações do rio Nilo. Depois de criada a diversidade africana esta foi canalizada para o Brasil, em situação adversa do escravismo criminoso e resultou na afrodescendência. Assim a cultura brasileira e as culturas de vida das populações negras repousam sobre um passado africano com muitas transformações e assim se

estende a compreensão da vida da minha família no Brasil. Vida que recebeu a herança africana e desenvolveu depois da abolição do escravismo em climas de racismos antinegro.

2 LOCALIZAÇÃO E ESPAÇO DA HISTÓRIA

Memórias e histórias de vida na produção da história africana receberam um enfoque da complexidade sistêmica e da transdisciplinaridade onde a produção de uma geração num determinado espaço é estudado sobre o conceito de ancestralidade (Cunha Junior, 2010). Os lugares, as suas populações, os seus feitos e as suas histórias são ancestrais. Portanto esse item no artigo é a procura da memória ancestral.

Pretende-se explicar o que as famílias Florêncio Gonçalves em Cafelândia – SP, no interior de São Paulo na época do apogeu do café e avanços com a industrialização, e os Queiroz em Feira de Santana – BA, no interior da Bahia – Região do Recôncavo baiano, geograficamente no Território de Identidade Portal do Sertão, uma cidade importante por seu comércio e localizada no berço da primeira cidade brasileira; vamos constatar o que ambas famílias podem nos dizer sobre si e suas famílias da roça.

Sobre esta migração interna de pessoas no Brasil, ou seja, pessoas que se deslocam do seu local de residência habitual, no nosso caso dentro do mesmo país. Esta migração, segundo o artigo: *Migration Vulnerability* (2026) entende que a migração tem proporcionado duas vertentes, a movimentação livre das pessoas e ao mesmo tempo uma vulnerabilidade deste grupo que se tornam migrantes trabalhadores; pessoa que possibilitam uma amplitude de movimentação de capital e de serviços (Grifo Nosso) e na contramão há uma desestrutura e baixos salários / pagamentos por seus serviços.

Já sobre a cidade de São Paulo, é importante ressaltar que na sua história temos três grandes momentos de migração de grupos negros e afrodescendentes para esta região, conforme a seguir:

Constata-se que o estado de São Paulo foi construído por mãos negras africanas, em especial etnia bantu no início do século XVI. Em um segundo instante com o crescimento da cidade e o sucesso na plantação, entre outros de cafezais, houve um aumento desta população negra escravizada. E já no Brasil República com a industrialização houve um grande contingente de nordestinos negros que migraram para este estado. (CUNHA JUNIOR, QUEIROZ; n.p., 2025)

Agora sobre Feira de Santana em Bahia, como o próprio nome sinaliza foi um local de grande comércio e trocas, localizada na Região do Recôncavo baiano - Território de Identidade: Portal do Sertão. Onde os sitiantes tiveram uma forte inserção de plantações de subsistência e trocas contínuas. Hoje desponta entre as grandes cidades baianas.

2.1 Guarantã / Cafelândia na fazenda Guaiuvira

A cidade de Cafelândia, em São Paulo criada em 1919, conforme a Câmara Municipal de Cafelândia (n.p.) inicialmente chamada de Vila de Cafelândia. Quando elevada à condição de município em 1925 passou a se chamar Cafelândia, devido a região ser marcada pela forte influência do café. Informação que se confirma no site da Prefeitura, [...] fazendo jus o seu nome a influência do café na economia local, foi fortemente ligada à produção cafeeira, deixando marcas na cultura e na paisagem da cidade. Ao longo dos anos, Cafelândia incorporou outros distritos e perdeu áreas para municípios vizinhos, como Guarantã. E, segundo o censo do IBGE de 2022 têm uma população total de 6.675 habitantes.

Mamãe Manuela, foi registrada na cidade de Guarantã em 31 de julho de 1940, mas sempre contava que seu aniversário é 17 de junho, entendendo que naquela época os locais eram distantes e os registros podiam ser próximos da realidade do nascimento para que não se pagasse multa entre outros. Segundo fala de Mamãe Manuela, ela foi registrada quando estava com 44 dias de nascida. E, como viveu em uma fazenda de café em Cafelândia, entendia que era de lá, e como as pessoas que nascem em Cafelândia são chamadas Cafelandenses, fica aqui o registro desta memória. Nas Figuras 1 e 2 fotografias de Cafelândia.

Figura 1 – Imagem panorâmica de Cafelândia



Fonte: https://familiasanches.com.br/wp/?page_id=359 – S.d.

Figura 2 – Cafelândia, fotografia restaurada apresentando a cidade entre 1950 e 1958



Fonte: FACEBOOK. <https://www.facebook.com/EuAmoCafelandia> - Daniel Sanchez - 01 julho 2025

Então, Mamãe nascida na região de fazendas de café, contava que sempre havia fogueiras no local, onde se assavam batatas doce e milho. Embora suas lembranças mais comuns eram de sempre ver a sua Mãe doente e o pai sempre muito bravo. Como se tivesse retornado no tempo, ela me disse em determinada conversa:

- “Lá era tudo muito simples Nice, quando minha Mãe Alzira faleceu que é a sua avó, seu avô, meu pai José, ficou ainda mais bravo, sempre carrancudo. Seu irmão Paulo Henrique parece muito com ele de aparência e também de gênio, outro fator em comum dos dois é a maneira ativa de se colocar nas situações.”

- Depois veio a notícia que Papai José morreu, segundo diziam foi de mordida de cobra cruzeiro.

- Por quê a cobra chama cruzeiro, Mãe?

- Dizem que é porque ela tem marcas na pele que lembram cruz. Mas, nunca vi e nem quero ver. Hoje entendo que aqueles longos cafezais que se perdem no infinito da nossa visão é um local comum de vários bichos e a cobra é um deles. Quando se é criança vive-se lá sem entender o que é o que. Agora de adulta tenho muito medo de matagais e plantações.

E a senhora passou a ficar sozinha na casa após a morte do vovô?

- “Fiquei um tempo ali, e me disseram que a família estava resolvendo. Depois vieram me dizer que a dona da fazenda Alzira ia me enviar para trabalhar na casa de sua filha Sarita, que eu iria para São Paulo, que teria meu próprio dinheiro.”

Então ficou tudo certo e foi bom?

- “Ai, ai Nice só por Deus ...! Fui, dormia no quatinho da empregada e sempre tinha que estar à disposição deles. Sábados, domingos, feriados e em dias de festas que iam até tarde da noite. E nós só podíamos ir dormir depois que tudo, tudo nos mínimos detalhes estivesse em ordem. Eu não tinha nenhuma noção do pagamento, se era bom ou ruim e o que fazer com todo aquele montão de coisas

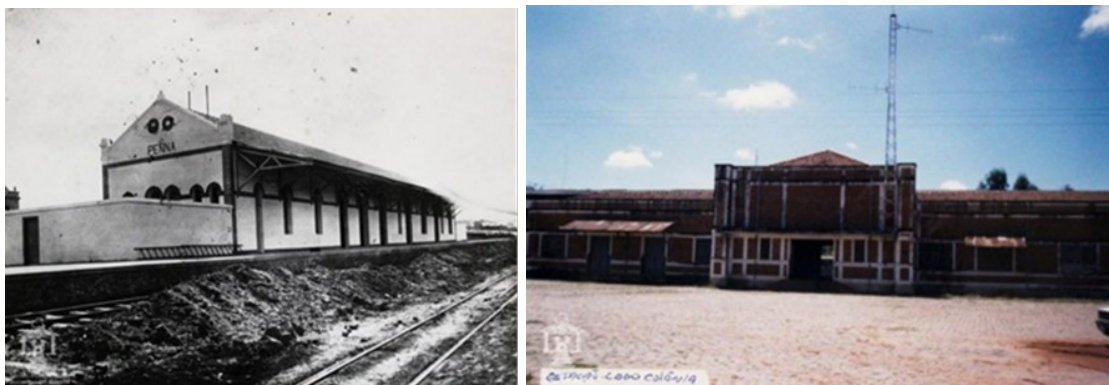
novas. Então, em determinado momento fui enviada para a casa da dona da fazenda, pois eu trabalhava na casa da filha. Foi quando conheci sua madrinha Rita, ela trabalhava na casa da Alzira (a mãe) e eu na Sarita (a filha). Então passamos a sair juntas, íamos na cabelereira eu alisava os cabelos com ferro quente e fazia um belo e enorme coque, eu tinha muito cabelo como você tem hoje, Nice. Também, comprávamos roupas e nos finais de semana da nossa folga voltávamos para a nossa terra em comum de trem. O trem funcionava e dava tudo certo.” Nas Figuras 3 e 4 imagens da estação Penna que depois passou a se chamar Cafelândia.

E Mamãe continuou...

- Sabe por que odeio passar roupa de linho, por que por mais que eu fizesse o trabalho bem feito e com cuidado, a Sarita, sempre tinha um motivo para ser grosseira. O mais comum era quando uma roupa passada e engomada dela tinha um detalhe que não estava a seu gosto. Entenda, roupa engomada, bem passada, mas, ela sempre encontrava um problema, em hipótese alguma ela pedia para repassar. Ela fazia questão de reclamar, gritar e amassar a peça de roupa na minha frente e a jogava no cesto de roupas aos berros..., entenda até as calcinhas e sutiãs dela eram de linho. Atualmente não posso nem olhar para roupas de linho. Desculpe, pois sei que você tem algumas camisas de linho, mas é isto!

Figura 3 - Fotografia da antiga estação de Penna entre 1906 e 1908 em alvenaria, posteriormente renomeada para Cafelândia, logo após construção em 1908.

Figura 4 – Fotografia da estação inaugurada em 16 de fevereiro de 1908.



Fonte: <https://www.projetomuseuferroviario.com.br/wp-content/uploads/2018/01/MFRB02308-810x598.jpg>

Fonte: <https://www.projetomuseuferroviario.com.br/wp-content/uploads/2018/01/MFRB02311-810x523.jpg>

- Tudo bem, passo as minhas camisas Mãe. E a senhora, ficou quanto tempo neste trabalho?

- Depois arrumei outro emprego, mas a dona não tinha quarto para a empregada, então depois que o marido dela chegava do trabalho eu arrumava a minha cama na garagem ao lado do carro, era uma cama de abrir. Eu já conhecia seu pai e então depois de aproximadamente um ano casamos e passei a vir diariamente para o nosso bairro. O Jaguaré era longe, tinha pouca condução, andávamos um caminho de terra aberto no mato para chegarmos em casa. Quando chovia chegávamos em casa com os

sapatos transformados pelo barro, mas era o lugar onde deu para seu Pai dar a entrada no terreno e ir pagando por anos as promissórias. Construímos um cômodo com banheiro e casamos.

Mas, o quanto esta moça da roça manteve dos seus hábitos iniciais aqui na capital?

Bem, relembro Mamãe fazer simpatias..., também havia um pequeno jardim que ela ficava plantando, limpando e tivemos um pé de figo, temperos e muitas rosas, ela gostava de rosas. Havia um galinheiro nos fundos da casa, para consumo familiar. E quando se matava as galinhas Mamãe o fazia com muita destreza, limpava-a e fazia questão de dizer que faria galinha ao molho pardo.

Então, minha querida e saudosa Mãe Manuela Florêncio Gonçalves (representada na fotografia na figura 5), este é o seu nome de solteira, têm o seu registro de nascimento na cidade de Guarantã, mas foi criada até os seus 17 anos na Fazenda Guaiuvira no município de Cafelândia. Aos onze anos ficou órfã de Mãe e aos dezessete anos era órfã de pai. Indo para a capital paulistana em busca de uma profissão e construir uma família que havia lhe esvaído pelas realidades da vida.

Figura 5 - Fotografia de Mamãe Manuela entre 1967 e 1969.



Fonte: Arquivo pessoal de Eunice Gonçalves Queiroz

Segundo resgate de datas Mamãe devia ter entre 27 e 30 anos nesta fotografia, então casada, Mãe de duas filhas, e respondia pelo nome: Manuela Gonçalves Queiroz

Sonhos de ter um lugar para chamar de seu, e uma família.

E agora a família dela seria duradoura, e ela lutou muito por isso!

Entendimento da autora dos sonhos de sua Mãe - Citação de autoria própria.

Mas, acredito que o seu diferencial é que enquanto teve saúde, em São Paulo – Capital no bairro do Jaguaré por quarenta anos se fez fogueira na frente de nossa casa. Onde se comemorava Santo Antônio, São João ou São Pedro, relembro que ela nunca fazia fogueira para Santo Antônio, Mamãe sempre queria fazer a fogueira para São João e se não desse naquela data fazia para São Pedro. Não sei explicar o porquê, desta sua preferência para São João.

Então, a fogueira para São João era enorme e passávamos a noite acordados, assávamos batata doce, havia quentão, pipoca, bolos, cuscuz... entre outros. Na semana que antecedia a fogueira Mamãe ficava organizando e cozinhando todos os quitutes para este evento, no livro *Negras Grafias em Autobiografias*, no conto: *Fogueiras Urbanas* Minhas Lembranças são aquilo que sou, temos o relato desta festa. Sobre a quadrilha, me relembro que,

em determinado momento alguém anuncia, pessoal é hora da quadrilha, os pares se organizam e a dança se inicia. Quem já dançou quadrilha sabe: balancê, passeio, cumprimentos, grande passeio, troca de damas e cavalheiros, damas ao centro, olha a cobra, a ponte caiu, olha a chuva, olha o túnel e a despedida; são pontos estruturais nesta deliciosa dança de pares. Adoro esta dança cheia de detalhes e ao mesmo tempo com coisas tão pitorescas! (QUEIROZ, 2021)

Agora sobre a organização desta festa lá em casa,

estas festas juninas eram quase um evento lá em casa, no mês da sua comemoração na compra mensal de produtos já se via a sua importância. Muito mais açúcar, farinha, óleo, manteiga, ingredientes para tortas e como não pode faltar o quentão, e tudo mais necessário aos quitutes. Na semana que antecedia a data de São João ou no sábado mais próximo desta data é que tudo acontecia. Mamãe começava a cozinhar e antecipar os preparativos durante a semana, comumente na quinta-feira ela pegava o seu carrinho de feira e se dirigia a Feira Livre e comprava tudo de melhor e mais fresquinho, produtos como coco, gengibre, tomate, cenoura, batatas, temperos diversos. E embora Mamãe fosse paulista, não podia faltar o coentro. Então ela começava o preparo de tudo que fosse possível, mas se faltava algo [...] mandava buscar no bar do seu Júlio, [...] onde tudo era colocado em uma caderneta e depois pago mensalmente. Conforme o bairro foi crescendo também buscávamos muitas coisas em um supermercado a seis quadras de casa chamado de Gigante, e segundo as palavras de Mamãe: - Vá num pé e volte noutro. (QUEIROZ, 2021)

2.1 Passeio na cidade de Bauru

Também relembro que quando era criança, de ter ido de férias para Bauru no interior de São Paulo, Mamãe colocou eu e a Fátima no trem na Estação da Luz e o padrinho Vando nos pegou no dia seguinte de manhã na Estação em Bauru. Mamãe recomendara que não saíssemos uma do lado da outra e que prestássemos atenção na estação que íamos descer, caso contrário iríamos parar em Mato Grosso que era a estação final da linha de trem. Durante a viagem, relembro de ficar vendo as pessoas passando e tive muito medo de dormir e errar onde íamos descer. Mas deu tudo certo, quando vimos alguém

estava nos buscando no trem. Era meu Padrinho, ele trabalhava na ferrovia e estava atento em nos acolher. Depois de um longo tempo, Mamãe chegou em Bauru. Que felicidade!!!

Fomos na casa de parentes, então para chegar lá atravessamos várias ruas e subimos um grande caminho de terra que tinha uma trilha estruturada por mato, andamos bastante e chegamos em um vasto terreno de terra plana e no canto havia uma pequena casinha. Mas olhando ao redor distante havia muito mato e uma grande árvore se destacava naquela visão de infinito. Dentro da casinha havia uma senhora e relembro de um fogão de barro e eu via sair labaredas de fogo e ela cozinhava algo. A senhora veio na minha direção para me dar algo para comer e não aceitei. Mamãe ficou brava comigo e comecei a chorar.

Hoje entendo que aquela senhora era minha bisavó Estela, não lembro do seu rosto, somente desta situação que relatei anteriormente. Acho que ela tentou me agradar com algo e como não lembrava de tê-la visto antes, recusei. Bem, mas o fato que meu nome Eunice é em homenagem a filha dela Alzira que faleceu quando mamãe tinha onze anos. Como Mamãe não tinha muita instrução pediu que papai fosse me registrar, pois queria fazer uma homenagem à mãe dela que falecera tão precocemente, e assim foi feito. Meio torto mas é uma homenagem, ou o que foi possível...

Mamãe era uma cozinheira de mão cheia como se fala na gíria, então fiz um conto no livro Autobiografias e Territórios, onde faço menção ao “Maravilhoso Bolo de Coco” que Mamãe fazia e no desenvolver do bolo conto fatos da nossa família e entre tantos, relato a viagem a cidade natal de Mamãe, Guarantã e conto mais ou menos assim....

Quando eu tinha uns 8 anos de idade, a nossa família foi a cidade natal de Mamãe. Papai mudou de emprego e conseguiu comprar um fusca na cor verde escuro, e depois de algum tempo viajamos.

Relembro que a viagem foi cansativa, era chato ficar sentada e quieta dentro do carro e também minha lembrança é de um grande desconforto; e finalmente chegamos, mas foi uma surpresa sair da capital e chegar em uma cidade tão pequena. Mamãe nos explicava que ali era o centro da cidade e eu muito falante perguntava: Só uma rua Mãe? E ela tentava explicar que os locais vão crescendo... Bem, ficamos pouco tempo naquele sítio e nos informaram que iríamos aonde Mamãe vivia quando morava com os pais dela. Voltamos para dentro do fusquinha, sem muito entusiasmo e em pouco tempo entramos na fazenda. Até hoje ainda guardo a lembrança que fiquei maravilhada, pois haviam enormes bambuzais de ambos os lados da estrada de entrada da Fazenda Guaiuvira que eram tão enormes que se fechavam na parte de cima, formando um arco que se via no infinito; formando um túnel que nos engolia, então, entramos de carro naquela rua de bambuzal adentro, mais e mais e ele parecia que não acabava. Falei para Mamãe:

- Não acaba Mãe, ele é muito grande olhe só nunca vai acabar.

Mamãe ria... da minha fala e para me acolher, respondeu:

- Calma, já já ele acaba é assim mesmo Nice!

Contei até dez, contei até vinte e ele não acabava. Hoje penso será que contei correto? Até hoje relembro do meu encantamento daquele arco de bambus que realmente era lindo e frondoso. Na minha visão de criança ele fechou o caminho atrás e na frente de nós, ele tinha nos engolido e ia se abrindo conforme Papai dirigia, era como se o bicho bambuzal... tivesse nos engolido. Quando ele acabou eu pude ver as plantas e construções da fazenda.

Figura 6 - Hotel Viajantes em 1910 – Cafelândia – São Paulo

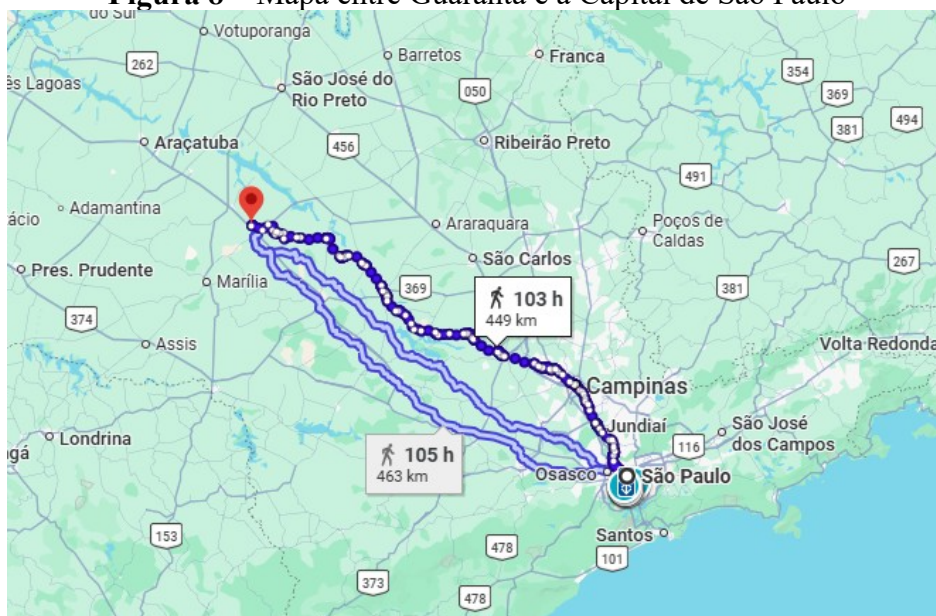
Figura 7 - Morador de Cafelândia com seus hábitos locais – sem data.



Fonte: FACEBOOK. <https://www.facebook.com/EuAmoCafelandia> - 21 março 2025

Fomos para a casa de uma conhecida de mamãe, que era sua madrinha. Era uma casa simples de tijolos com uma grande varanda e muito próximo estavam as plantações. Quis andar nos arredores, mas Mamãe não deixou e me avisou que era muito comum ter cobras ali. Nossa, fiquei com medo e não me aventurei cafezal ou plantações adentro.

Figura 8 – Mapa entre Guarantã e a Capital de São Paulo



Fonte: Google Maps – Abril 2026

Mas me lembro que da varanda conseguia subir no murinho e ver muito longe as plantações onde meus olhos alcançavam e não acabava e achava tudo aquilo lindo e diferente. A seguir Figuras 6 e 7 com imagens de 1910 de Cafelândia com seus hábitos locais. Na Figura 8 a seguir, o mapa com a distância entre Cafelândia e São Paulo Capital que são aproximadamente 450 quilômetros, caminho que pode ser feito passando pela cidade de Bauru.

2.3 A cidade de Feira de Santana ou Feira

Cidade antiga que começou com a criação da vila em 1832. Conforme o noticiário Acorda Cidade (2014), o Município e a Vila foram criados no dia 9 de maio de 1833, quando o governo elevou o então povoado a Vila, com a denominação de Villa do Arraial de Feira de Sant'Anna, com o território desmembrado de Cachoeira, constituídas pelas freguesias de São José das Itapororocas (sede), Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Santana do Comissão, atual município de Ipirá.

Papai é de Feira de Santana, as pessoas que nascem em Feira de Santana - BA são chamados de “Feirenses”. Feira de Santana ou Feira como é também comum ser chamada por seus moradores, segundo o censo do IBGE de 2022 têm uma população total de 616.272 habitantes, faz parte da região do Recôncavo Baiano - Território de Identidade Portal do Sertão

Entendendo que neste local há um grande grupo descendente de africanos e em África onde uma das atividades de trabalho mais comum antes, no período da escravidão e pós a mesma, é o de plantação e cuidar de animais para a subsistência dos grupos e clãs, de maneira organizada e sempre pensando coletivamente. Constata-se a similaridade de atividade trazida à diáspora deste povo.

Segundo GI Globo – Bahia (2019), Feira de Santana no início esta cidade tinha uma população formada, em sua maioria, por feirantes, que tiravam o sustento das terras que compõe a cidade. Desse comércio surgiu o avanço e o crescimento da região. Com seis rotas para transporte de produtos, hoje, é destaque na produção industrial da Bahia e teve o maior crescimento do setor, no estado, nos últimos anos.

Outro fator é que a palavra quitanda é uma palavra encontrada aqui no Brasil e em Moçambique. Similaridades que devem ser entendidas e lembradas, pois um povo necessita de seu passado para construir o presente e estruturar o futuro. Nas Figuras 9 e 10 fotos de Feira de Santana durante e em meados do século XX.

Figura 9 - Foto de Feira em Feira de Santana do século XX

Figura 10 - Foto de Feira de Santana nos meados do século XX



Fonte: Fotos - Reprodução/IBGE

Papai Paulino, conta que sempre havia muita fartura em sua casa e que aos domingos as moças se arrumavam para passear na praça. Também fala que acordavam muito cedo para cuidar da terra. Eles plantavam os mais variados tipos de frutas e comercializavam. As frutas que entendo que ele gosta bastante são jaca, banana e laranja esta última ele descasca calmamente fazendo um longo fio da casca. Ele é o mais novo de 11 filhos e muito cedo sua Mãe faleceu, não consegue saber a data pois era muito pequeno e as falas familiares se perdem nas lembranças. Então seu Pai casou novamente com Maria, segundo seu relato a madrasta chamada carinhosamente de Beca, era muito boa, era como uma Mãe para ele e para os irmãos. E ele foi muito feliz na Bahia!

Já Tia Joana também chamada de Joanita, irmã de papai, contou que a escola lá em Feira tinha um tempo para permanecer (só até a quarta série primária) e era longe de casa. E depois se quisessem continuar o ginásio tinham que ir para outras cidades. Os professores vinham de fora para dar aula, por isso o prédio da escola tinha duas partes, uma que morava o professor (a) e outra para as aulas.

Nascida em 1939, tia Joanita relembra com detalhes uma festa junina na escola em sua cidade natal, em que ela foi “o noivo” e neste evento havia um campeonato de cantos das crianças. Lhe emprestaram paletó azul, calça e sapatos masculinos e chapéu flanelado. Ela competiu com uma menina vestida de noiva que era filha de um fazendeiro na região, então a menina noiva fez seu canto e ao terminar todos ficaram quietos. Então foi a vez de Joanita que cantou a seguinte cantiga, com encenação e movimentos circulares na cintura. Ela cantou a “Comadre Sebastiana”:

Convidei a comadre Sebastiana
 Para dançar xaxado na Paraíba
 Ela veio com uma dança diferente
 E pulava que nem uma guariba
 E gritava: a, e, i, o, u, yipsilone
 Já cansada no meio da brincadeira
 E dançando fora do compasso
 Segurei Sebastiana pelo braço
 E gritei, não faça sujeira

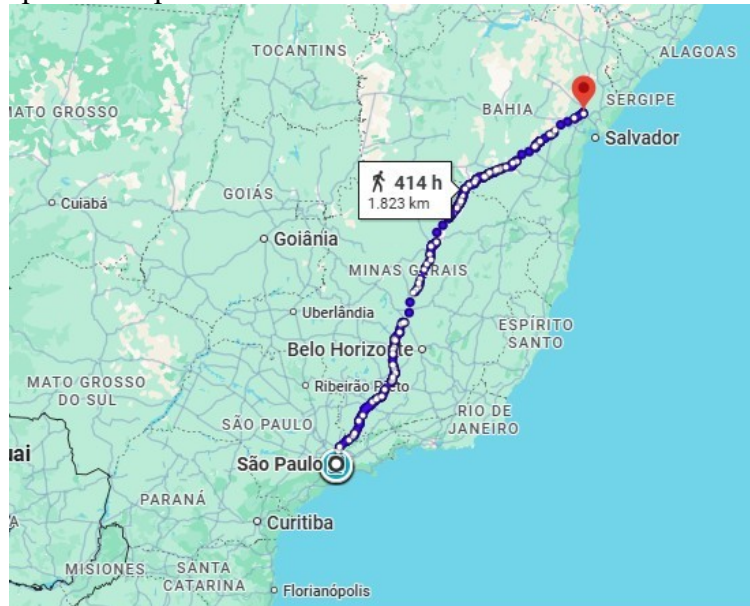
O xaxado esquentou na gafeira

E ela repetia a, e, i, o, u, yipsilone

Letra original de: Jacksomn do Pandeiro - 1953.

Tia Joanita contava com um belo sorriso que ao terminar sua encenação a Prof. Lenita e os demais batiam palmas. E a Professora Nair diversas vezes disse: Bis, Joanita, bis... Joanita.... Então ela venceu o campeonato de canto e relembrava até recentemente. Vejam a música que ela relembrava é muito próxima a original de 1953 e popularizada por Jackson do Pandeiro. Entendam que este fato se deu a 70 anos atrás e ficou vivo nas memórias dela. Vale destacar que ela em São Paulo cantava no coral da Igreja São Francisco de Assis no bairro do Jaguaré e sempre com uma voz forte e bem postada, sim cantava no grupo que faz a voz do contralto que é a voz feminina mais grave.

Figura 11 – Mapa contemplando a distância entre Feira de Santana e São Paulo - Capital



Fonte Google Maps – Abril 2026.

Sobre a ida da Bahia para São Paulo, reiterava que eles acordavam cedo para a roça e que o dinheiro que ela pagou a passagem e veio para São Paulo foi fruto da sua plantação e colheita. Que lá na Bahia em Feira havia muita fartura, mas eles queriam vir para São Paulo para melhorar de vida. Que eles tinham alguns animais, mas, mais para subsistência de carne e leite. Que ao vir para São Paulo primeiro pegaram um ônibus, depois o trem que quebrou no meio do caminho e tiveram que esperar vir outro para continuar a viagem. A sorte deles é que tinham uma farofa de frango caipira para comer.

Papai, sempre falou que comprou o terreno onde temos casa com dinheiro que ele trouxe da Bahia, que eram suas economias. Ele deu a entrada e depois pagou o restante em diversas prestações e enquanto pagava as prestações construiu a casa. Na verdade, longos anos de luta nesta construção, onde a cada época se fazia mais alguma reforma ou melhoria. Na Figura 11 a distância entre Feira de Santana e São Paulo – Capital que são 1.800 quilômetros.

A atividade que Papai gosta de ter como prazerosa é criar passarinhos em gaiolas. Bem críticas à parte, é algo que ele diz gostar de fazer e que o ajuda relaxar lhe dando bem-estar. Chegava a noite do trabalho e nem entrava em casa, o ouvíamos assoviar e mexer nas gaiolas. Trocava a água e completava a comida quando achava necessário, embora esta tarefa fosse designada ao Paulo Henrique (meu irmão) e meu primo Fernando. Na verdade, Papai chegava e verificava se as gaiolas estavam bem abastecidas e quando ele achava que isto não havia sido feito sobrava para todos os meninos da casa e para Mamãe que como sempre e da melhor maneira tentava apoiar todos, papai, o filho, o sobrinho e os passarinhos. Lembro de uma época que ela mesma tentava cuidar do abastecimento das gaiolas para evitar confusão. Mas ... já havia uma sobrecarga com a casa e ela ordenava aos meninos para que contribuíssem para que não houvesse atritos, mas esta situação entre outras foi uma constante ...

2.4 Passeio a Feira de Santana

Fui na terra natal de Papai quando tinha 21 anos de idade, primeiro até Salvador com uma amiga onde participamos do carnaval que naquela época se centrava na Praça Castro Alves. E depois fui para Feira de Santana. Visitei parentes e fiquei na casa de Tio João chamado de Joãozinho; sua casa era plana com varanda que se abriam para um enorme pomar. Fiquei impressionada com tanto verde e planta. Ele me disse,

- Pode ficar à vontade e comer o que quiser de frutas.

Fui andando e comi manga, abacate, jaca e tudo aquilo que me agradava. Resultado na hora do almoço quando tia Maria (esposa do Tio Joãozinho) veio nos chamar para o almoço, agradei, pois não cabia mais nada. Pedi desculpas, mas não lembrei que ela estava cozinhando especialmente para mim. Tio Joãozinho ... ria ... pois, achou engraçado o meu embaraço Pois, tia Maria se retirou da conversa muito brava.

Uma outra situação é a frase que sempre me vem à mente na contínua repetição das falas das pessoas da família, é que: Somos ricos! Sempre respondo com um sorriso e repito, ricos aonde? Alguns respondem transversalmente dizendo que somos ricos de saúde. Outros ficam chateados de que eu coloque isto em dúvida. E ainda há aqueles que respondem: Somos sim! Com um sentido de autoridade somado a interjeição de verdade absoluta.

Então, tentando entender o que o que Papai Paulino deixou para trás para um novo sonho?

Uma família que se entendia e entende até hoje como importante na região. Segundo frases de familiares e colegas, uma família dita como rica na região. Terras com dificuldades na metragem e partilha com brigas com cunhado por causa das mesmas. E uma mulher grávida. Afinal, conforme falas da família ela já tinha dois filhos e papai era mais jovem; e a família da moça grávida chamada Ambrosina exigia casamento.

Então, já existia o sonho de mudar de vida, já existia as desavenças com o cunhado por causa de terras e ele já estava colhendo para negociar o que havia plantado para viajar. Resultando que recebeu pela sua colheita e viajou para São Paulo com sua irmã Joana. Veio de ônibus e trem, um diferencial para a época de 1959.

Então eles tinham uma estrutura na Bahia e vieram para São Paulo à procura de novas possibilidades acima do que tinham. São Paulo era chamada terra da oportunidade.

Entendimento da autora dos sonhos de seu Pai e Sua Tia - Citação de autoria própria.

2.5 Chegada à capital paulistana

Mas, ao chegar na capital existe uma estrutura até então nem sonhada, muito mais construções, muito mais possibilidades e uma estrutura de só trabalhar, trabalhar nos serviços básicos e com salários baixos.

Papai, foi morar em uma pensão na av. da Consolação arrumou emprego com ajudante em um depósito de material para construções, mas sempre muito atento a aprender tirou carta de motorista e passou a ser o motorista do caminhão. Quando pequena lembro de Mamãe passar comigo na Av. da Consolação e me mostrar o local inicial de trabalho de papai, onde era o depósito Almeida e Almeida.

Tia Joanita, foi para a casa da Lurdes e do José Araújo que eram amigos em sua cidade natal e estavam se estabelecendo em São Paulo; e, segundo seu depoimento, nos primeiros dias dormiu na mesma cama com o casal. Pois, no início da sua chegada em São Paulo devido a ser mulher não ficava bem morar em pensão. Mas o local do acolhimento era só um cômodo com banheiro externo. Eles eram muito amáveis e me receberam! Arrumei emprego e fui morar em casa de patrão como empregada doméstica, uns dois anos depois conheci o Alexandre, namorei e casamos. A sua prima Sandra, minha filha sobreviveu sabe-se lá só por Deus. Eu colocava ela no cantinho no chão para pegar água no poço e tudo era muito difícil, Eu e o Alexandre ao casarmos ficamos em torno de um ano com os seus pais, compramos nosso terreno e se iniciou a nossa longa construção.

Papai Paulino e Mamãe Manuela se casaram em São Paulo em 1962 e dois anos depois o casal foi passear e também apresentar a esposa para a família na Bahia.

Então os filhos gêmeos de Papai com a Sra. Ambrosina chamados Jorge e Jorgina já estavam com uns 5 anos de idade.

Jorgina, encontrou com o pai, tanto ouvira falar dele e então estava frente a frente. Um homem alto e bonito, ela lhe disse, meu Pai! Ele lhe cobrou a benção e ela repetiu: “ A benção meu pai” e

ganhou um longo abraço e então ele já fora se afastando e ela gritou, Papai! Ele se virou e disse eu volto e lhe trago da próxima vez uma boneca. Combinado?

A Jorgina criança esperou ano após anos este retorno que nunca se realizou. Cresceu e veio para São Paulo, participava de uma igreja e lá encontrou Antônio, um senhor viúvo e sem filhos, os dois tinham 18 anos de diferença, mas não ligaram para isto e se casaram. Após o casamento Jorgina sentiu vontade de reaver o pai, procurou pelos parentes e conseguiu o endereço deste tão esperado pai, e foi visitá-lo com o esposo.

Jorgina conheceu quatro novos irmãos do casamento de seu Pai Paulino com Manuela, que são: Aparecida de Fátima, Eunice (Nice), Paulo Henrique e José, foi uma longa tarde de conversas. Com as lembranças vivas da Bahia, as estruturas e desestruturas a longa espera por um pai.... de repente se ouviu “E a minha boneca?” – todos pararam e olharam para Jorgina, afinal uma mulher adulta, madura.... com família constituída a espera de uma boneca. Papai Paulino instintivamente, estalou o céu da boca como que a procurar uma resposta e disse: Há minha filha quanta besteira! Mas esta, tão embebida nas suas faltas internas, pois subentende-se uma série de esperas não preenchidas neste caminhar. Também não acredito que a reivindicante se dera conta do quão amplo era esta cobrança, e retrucou: “Mas o senhor prometeu e não cumpriu”. E ele repetiu: “Quanta besteira!”.

Todos nós em silêncio estávamos e continuamos.

Mas a partir daquela conversa, tudo mudara no jeito de se portar de Jorgina.

Fomos em um almoço que Jorgina e Antônio nos ofertaram e ela também veio a nossa casa para um almoço de retribuição, mas tudo que ela falava ela enfatizava e ampliava a fala dizendo: Meu Pai.!!!! Instintiva e duramente, era um possessivo daquilo que não se teve nem das coisas simples e distantes, e muito menos o acolhimento devido. Então aquele pai ausente que era “só dela”, precisava ser reafirmado e falado a todo momento quer ele estivesse presente ou não.

Sonhos de infância que a maturidade fragmenta e transforma em novas visões pelos atores principais. Mas desta vez eles se defendem para não ser magoados novamente.

Entendimento da autora dos sonhos de sua Irmã - Citação de autoria própria.

Do casamento com Antônio e Jorgina se gerou quatro filhos também, hoje estão todos adultos e já há netos. Ela esteve doente e fui visitá-la, mais madura e ciente do mundo fala da minha Mãe Manuela com respeito e carinho. Mas ao falar do pai repete forte; Meu pai! Mas agora é com uma consciência de que muita coisa era apenas o sonho de uma menina órfã de pai vivo, que nem as promessas a uma criança conseguiu cumprir, entender e cumprir.

Já Jorge contou que sempre ouviu falar que Papai Paulino, veio para São Paulo quando a Mãe dele estava com seis meses de grávida; e só retornou para a Bahia cinco anos depois e casado.

Ele conheceu o Pai quando estava na casa de farinha do vovô João Queiroz, que era assim que ele chamava nosso tio em comum. Ao mesmo tempo que descobriu quem era aquele homem estranho, o mesmo foi se aproximando e durante a caminhada pegou uma palha de banana que estava em um canto do local. Chegou perto do Jorge pegando cinco contos de réis do bolso que enrolou na camiseta do menino e amarrou com a palha de banana, dizendo:

- Entregue para a sua Mãe e diga para comprar alguma coisa para vocês dois.

O Jorge era pequeno mas entendeu que aquilo era importante, e mesmo o dinheiro estando amarrado o segurou com a mão fechada com muita força, e saiu correndo para casa e ao chegar lá foi logo dizendo:

Mamãe, mamãe olhe o que meu papai me deu e abriu o pacotinho na blusa o entregando para a Mãe. Ela olhou e perguntou: - O que ele te disse... meu filho?

- Diga para comprar alguma coisa para vocês, os dois!

Ela sorriu e respondeu:

- Graças a Deus, finalmente alguma coisa para nos ajudar.

Constato, que a senhora Ambrosina tinha somente instrução básica, mas, segundo as lembranças do Jorge, com esse dinheiro ela fez uma multiplicação digna de um bom economista, onde, pagou uma conta de alimentos na venda do seu Ari, como sobrou dinheiro comprou um filhotinho de porco e falou que este porco seria dos filhos Jorgina e Jorge. Com a sobra desta segunda paga comprou alguma roupinha agora para os quatro filhos. Mas o porco cresceu e no tempo do abate ela o vendeu e como as dívidas e as dificuldades eram muitas desta vez não foi possível dar algo específico para os gêmeos. Depois de um bom tempo para compensar ela comprou uma banda de uma ovelha que quando cresceu e procriou, os gêmeos tiveram direito a quinze ovelhinhas; como a situação tinha melhorado um pouco, com o dinheiro destas quinze ovelhas vendidas comprou uma nova novilha (vaquinha), passado mais um tempo, eles venderam a vaca com as crias e supriram necessidades diversas da casa, tanto pessoais pelas instabilidades da vida como também por não terem terras para criar os animais que cresciam. Todo o enredo acima descrito se passou entre os cinco aos dezessete anos de idade dos gêmeos.

Jorge relata que cedo teve que ser o homem da casa, depois casou com Cleonice e deste casamento têm duas filhas, mas já tinha também um casal de filhos antes do casamento e conseguiu que todos os seus filhos fossem criados na mesma casa.

2.6 A importância da data de São João em Salvador - BA

Ao desenvolver este texto, estava locada no bairro próximo ao Dique do Tororó, um lindo lago no coração da capital Soteropolitana com árvores centenárias e a representação dos orixás dentro do lago e em boa parte do seu perímetro. Quando possível caminhei ao seu redor e aproveitei toda a bela paisagem que se propaga no seu entorno. Então, situando os leitores, estamos falando do estado da Bahia na sua capital de Salvador. Iniciei a escrita em 24 de junho dia de São João o qual é muito comemorado neste estado. Era como um feriado local, as ruas com suas bandeirinhas, os ônibus não passavam nos pontos afinal não deveria ter passageiro, mas eu estava no ponto de ônibus, e no trajeto pude ver diversas ruas com suas pequenas fogueiras.

O que mais me encanta neste povo é o poder de desejar coisas boas a estranhos, pois em uma saída noturna ganhei após o boa noite, diversos, Feliz São João!

Tudo acima me proporciona entender a importância deste momento para este povo. Um mês antes da data, as pessoas dizem: - Será São João e vou para a roça. É um dia de estar no interior com a família. E saibam que a cidade fica realmente vazia, esta data é muito significativa para os baianos e soteropolitanos que entendem que é um momento de estar juntos com a família. A capital da cidade fica com diversas e pequenas fogueiras nas ruas, os carros passam devagar e os grupos continuam ao redor das fogueiras. Vi também fogueiras nos quintais ao caminhar pelas ruas da cidade, e a música mais comum que se houve são músicas juninas.

2.7 Fogueiras com seus santos é um evento regional tanto na Bahia como em São Paulo

Vamos agora caminhar por este ser da roça, afinal isto significa que meus pais, tios e gerações anteriores a minha geração, plantavam, colhiam, comercializavam e viviam desta forma de estar no mundo e negociavam o que produziam. Acordavam antes do sol nascer para aproveitar a fresca da madrugada e faziam estratégias para suportar o calor escaldante durante o dia. Entendo que é uma subsistência, uma forma de estar no mundo plenamente sincronizado com a natureza através da plantação na terra ou no cuidado com animais. Essa atividade evoca imagens de contato com a natureza, uma inteligência na maneira de viver, e um modo de vida mais próximo da terra e dos animais. Mas de acordo com cada local há uma especificidade local, construída regional e localmente.

Muitos parentes nossos de Feira, diziam que Mamãe fazia fogueira para agradecer Papai. Hoje entendo que ela fazia fogueira por suas lembranças mesmo que tristes de criança e adolescente, fruto de suas memórias na região de Cafelândia na Fazenda Guaiuvira. E que aquele local com um grande veio de percas importantes para ela, foi também seu sustentáculo de valores e referências. Pois, ela lutou muito por família, união e estar juntos.

Vatapá sim, a verdade é que Mamãe aprendeu a fazer este prato da culinária afro-brasileira para agradecer Papai, toda semana santa católica, ela fazia a massa moendo o amendoim e transformando-o

em uma pasta cremosa e reservava, fazia o camarão ao molho com chuchu para render (adaptação dela) e separava, e ao servir se colocava o arroz branco, uma concha da massa e outra do camarão. E sempre esperávamos Papai chegar para ter este momento de família. E ele sempre atrasado... por horas....

Durante esta pesquisa de memórias e falas familiares, ao me descobrir herdeira de povo da roça, fiquei pensando nas similaridades e diferenças destes dois grupos interioranos os Florêncio e os Queiroz; que viviam de plantações e criação de animais, entre outros. Mas talvez o mais significativo que está intrínseco seja a permeabilidade com a natureza, com o chão, com o sol, com a água...destes dois grupos.

No meu entender a paixão de Papai Paulino por algumas frutas como jaca, laranja e banana, sempre muito restrito na sua alimentação com feijão e farinha e carne na mesa, sejam um traço do grupo. Morávamos próximo do CEAGESP na Vila Leopoldina e ele ia lá e comprova várias frutas; Fora as que Mamãe pedia, mas, normalmente vinha com uma enorme jaca mole e a abria com desvelo e nos explicava como comer com as mãos, sim uma fruta bem docinha e macia que não podíamos deixar seu leite cair na roupa senão a mancharia.

De Mamãe Manuela, como já dito relembro dela fazer simpatias, gostar de plantas no quintal, de termos animais no fundo da casa, mas acredito que seu grande diferencial foi primeiramente a liderança. Vejamos juntos, ela acolheu durante muitos anos diversas pessoas que vinham da Bahia em nossa casa, sempre cuidadosa e prestativa. Entendam nós éramos pobres e vivíamos de salários limitados, quatro filhos mais um sobrinho e o casal, mas quando estas visitas estavam em nossa casa, e comumente por longos tempos existia um esforço de dar o melhor para eles. E sempre era a família do Papai por anos afim; já a de Mamãe veio uma única vez por uma semana a passeio. Junto a isto, Mamãe fazia anualmente fogueira na frente da nossa casa, pois a rua não era asfaltada. E quando cimentaram o rua passamos a colocar uma tampa de cimento de um poço desativado e tudo continuou. A festa no início era só para as pessoas da família, dançavam e bebiam quentão. Com o passar do tempo cresceu, os vizinhos eram convidados, depois se passou para uma festa comunitária que se espalhou pelas ruas próximas e durante alguns anos, vieram os colegas de trabalho de Papai do Banco Real. A fogueira passou a ser um fator tão marcante que quando Mamãe Manuela adoeceu, após muitos tratamentos médicos. Um ano e meio antes da Mamãe falecer os vizinhos fizeram uma festa Junina em sua homenagem e colocara uma faixa “Festa Junina da Dona Manuela”.

Vejam são duas regiões separadas por grandes distâncias que têm hábitos parecidos e que se convergem em pensamentos históricos fragmentados mas contínuos. Constata-se ter havido três grandes migrações de negros para o sudeste dentro da história nacional, há de se considerar a ancestralidade e as reelaborações locais e a essência ser a mesma, mas desvinculada das histórias locais.

3 CONCLUSÃO

Africanidade e afrodescendência fazem partes dos conceitos que proporcionam uma renovação de enfoques sobre a história das populações negras, das famílias e das histórias de vida e foram utilizadas neste artigo. A cultura vivida molda as referências da memória e foram utilizadas na trama desse enredo de vida familiar.

Toda esta colcha de retalhos de documentos da memória para falar que nós somos aquilo que vivemos e vivenciamos. Um exercício de afirmação da identidade necessário para nos localizarmos na história. Falar de si criteriosamente é um exercício da memória negra que insere a cultura apreendida pela vivência e destaca as relações sociais que compõe a identidade do ser, a formação de si em relação a sociedade. Falar de si é um relato da memória, destaca os fatos marcantes, os processos experimentados, relata o seu próprio processo de socialização, o que faz da pessoa ser humano, no sentido daquilo que produziu, potencializando o sentimento de identidade e de pertencimento a uma localidade e um meio social.

É também um contado de si e em si mesmo, um caminhar interno que a cada resgate e rememoração me dá um horizonte infinito de coisas boas. De grandes lutas dignas que se faz necessário para sobreviver e viver além das estatísticas comprovadas do povo da roça e negro. Mas é acima de tudo a essência que sobrevive e é repassada a cada geração.

As vezes alguns dizem aonde foi que perdemos a mão das nossas vidas, eu entendo que a estrutura nos desvia dos caminhos mais fáceis e leves, mas nós nunca deixamos de lutar e continuamos lutando. Foi isto que fizemos durante o escravismo criminoso e é isto que nós continuamos fazendo apesar do racismo estrutural. E mesmo assim ainda conseguimos narrar e espelhar momento bons nos nossos dias, como este conto!

As histórias de si e dos seus é um exercício da memória, trata-se hoje de área do conhecimento, de transformar a oralidade e a memória em histórias coletivas. Memórias e histórias da população negra, autobiografias são elementos importantes para a história coletiva e para a consolidação da identidade. Memória e história de vida que pode ser pensando como uma extensão transformada da história africana e dos métodos da história africana, consolidados nas histórias de populações afrodescendentes. O artigo apresentado trabalha essa perspectiva e produz a história da minha família e explica a nossa identidade na sociedade brasileira. Povo da roça, população negra que formou a história de São Paulo e não obteve esse reconhecimento e que aqui é lembrada e reinserida na história.

4 BIBLIOGRAFIA

ACORDA CIDADE. *Feira de Santana chega aos 181 anos com bairros maiores que cidades*. 18 set. 2014. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/feira-de-santana-chega-aos-181-anos-com-bairros-maiores-que-cidades/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA. *História do município*. Disponível em: <https://camaracafelandia.sp.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

CUNHA JUNIOR, H.; Queiroz, E. G. Educação pan-africana no terreiro Axé Ilê Obá. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AFROCENTRADA*, 1., 2025. ISBN 978-65-272-1526-4, 2025.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Se eu fosse ensinar filosofias africanas, eu as ensinaria como a hermenêutica do bem viver. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 225, p. 120-132, 2020.

CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU. *Revista Espaço Acadêmico*. Maio de 2010.

CUNHA JUNIOR, H. . Metodologia Afrodescendente em Pesquisa. *Ethnos Brasil*, v. ano 6, p. 69-80, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade e Afrodescendencia. *Revista EDUCAÇÃO EM DEBATE*. Fortaleza - 2001.

FINNEGAN, Ruth. *Oral literature in Africa*. 5. ed. Londres: Oxford University Press, 1983.

KENYATTA, Jomo. *Facing Mount Kenya*. Nairobi: Heinemann Educational Books, 1938.

MIGRATION vulnerability: access to social protection for select migrant categories. 1. ed. Stellenbosch: Africa Sun MeDIA, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.52779/9781991260376>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ORUKA, Odera. *Sage philosophy: indigenous thinkers and modern debate on African philosophy*. Nairobi: E. J. Brill, 1990.

OBENGA, Théophile. *La philosophie africaine de la période pharaonique*. Paris: Harmattan, 1990.

OLIVEIRA, L. B. de S. ; CUNHA JUNIOR, H. . Resgatando a história da etnia negra no Ceará. *Revista África e Africanidades*, v. 16-17, p. 40, 2012.,

OLÚWOLÉ, Sophie. *Philosophy and oral tradition*. Lagos: African Research Konsultancy, 1997.

Olúwolé, Sophie. (2017). *Sócrates and Òrúnmilá: Two Patron Saints of Classical Philosophy*. 3rd ed. Lagos, Nigeria: ARK Publishers. 2017.

QUEIROZ, E. G. Aquele maravilhoso bolo de coco. In: QUEIROZ, Eunice Gonçalves; CUNHA JUNIOR, Henrique (org.). *Autobiografias e territórios*. São Paulo: Via Dourada, 2023.

QUEIROZ, E. G. *Orixás e a sua complexidade sistêmica com Design, Arquitetura e Urbanismo e Arte no terreiro Axé Ilê Obá em São Paulo*. 200p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador – Bahia, 2023.

SILVA, Helenice Christina Lima. *O papel da memória em Amkoullel, o menino fula, de Amadou Hampâté Bâ*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.262>

SOUZA, Juliana de. *Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba - SP: uma abordagem para a educação escolar*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2010.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO
JURISPRUDENCIAL SOBRE A
COMPETÊNCIA FEDERATIVA NO
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
NÃO PADRONIZADOS: UMA
PERSPECTIVA DA JUDICIALIZAÇÃO
DA SAÚDE

Vitor Luís de Almeida
Rafael Soares Duarte de Moura

Resumo: O presente artigo investiga, sob uma perspectiva jurídico-dogmática, os contornos normativos e jurisprudenciais da judicialização da saúde no Brasil, com foco nas demandas relativas ao fornecimento de medicamentos não padronizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A problemática central reside na tensão entre o direito fundamental à saúde, assegurado constitucionalmente, e os limites impostos pela repartição federativa de competências, pelo planejamento administrativo e pela restrição orçamentária. A partir de revisão bibliográfica e análise documental de julgados paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com destaque para os Temas 793, 14-IAC e 1234, examina-se a evolução jurisprudencial quanto à responsabilidade solidária dos entes federativos e aos critérios processuais de competência e legitimidade passiva. Como resultado, identifica-se um esforço recente do STF para estabilizar parâmetros objetivos e assegurar racionalidade à judicialização, sem afastar a proteção da dignidade da pessoa humana. Conclui-se que a atuação judicial deve respeitar os marcos normativos e científicos da política sanitária nacional, evitando distorções sistêmicas e promovendo, de forma equitativa, o acesso à saúde como direito social fundamental.

Palavras-chave: direito à saúde; judicialização; medicamentos não padronizados; SUS; federalismo.

Abstract: This article investigates, from a legal-dogmatic perspective, the normative and jurisprudential contours of the judicialization of health care in Brazil, focusing on claims related to the provision of non-standardized medications by the Unified Health System (SUS). The central issue lies in the tension between the fundamental right to health, constitutionally guaranteed, and the limits imposed by the federal distribution of powers, administrative planning, and budgetary constraints. Based on a literature review and documentary analysis of landmark rulings by the Federal Supreme Court (STF) and the Superior Court of Justice (STJ), particularly Themes 793, 106, and 1234, the study examines the jurisprudential evolution concerning the joint liability of federal entities and the procedural criteria for jurisdiction and passive legitimacy. The findings highlight a recent effort by the STF to stabilize objective parameters and ensure rationality in health-related litigation, while upholding the protection of human dignity. It concludes that judicial action must respect the legal and scientific frameworks of national health policy, avoiding systemic distortions and equitably promoting access to health care as a fundamental social right.

Keywords: right to health; judicialization; non-standardized medications; SUS; federalism.

INTRODUÇÃO

A judicialização da saúde no Brasil configura-se como uma das manifestações mais intensas da expansão do controle jurisdicional sobre a formulação e a implementação das políticas públicas em contextos de precariedade institucional e de assimetrias estruturais no acesso a direitos fundamentais. Desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), observa-se uma crescente mobilização de sujeitos individuais e coletivos junto ao Poder Judiciário com vistas à efetivação de prestações estatais vinculadas ao direito à saúde, o que se evidencia, de modo particular, nas demandas por fornecimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos não contemplados nas políticas oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal movimento insere-se no fenômeno mais amplo da judicialização da vida social e da constitucionalização do Direito, no qual a jurisdição constitucional

passa a desempenhar papel central na mediação dos conflitos distributivos e na interpretação dos limites e possibilidades da atuação estatal.

O direito à saúde, enquanto norma jurídica dotada de eficácia imediata e conteúdo prestacional, articula-se à lógica da universalidade, da integralidade e da equidade, princípios estruturantes do SUS, cuja institucionalidade repousa sobre a descentralização político-administrativa e sobre a cooperação interfederativa entre União, estados e municípios. Contudo, a implementação concreta desse direito esbarra em entraves de ordem técnica, financeira e organizacional, evidenciando as tensões entre as promessas normativas constitucionais e a realidade da capacidade institucional do Estado brasileiro. Em especial, as ações judiciais que pleiteiam o acesso a medicamentos de alto custo ou não padronizados desafiam os critérios de alocação racional de recursos, fragilizam os processos decisórios da gestão pública e tensionam a divisão de competências entre os entes federativos, ao passo que impõem ao Judiciário a tarefa de intervir em políticas públicas complexas, muitas vezes guiado por critérios clínico-subjetivos em detrimento de fundamentos técnico-científicos.

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem assumido o protagonismo na construção de balizas interpretativas voltadas à compatibilização entre o princípio da dignidade da pessoa humana, o postulado da reserva do possível, o princípio da separação dos poderes e a arquitetura federativa do SUS.

1. A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E OS FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

A Constituição da República de 1988 representa um marco normativo inaugural na institucionalização do direito à saúde como direito fundamental de todos e dever inarredável do Estado, fundado na dignidade da pessoa humana e no princípio da solidariedade social e federativa. O artigo 196 do texto constitucional não apenas consagra a saúde como direito de titularidade universal, mas a vincula expressamente à implementação de políticas públicas que visem à redução de riscos e ao acesso igualitário aos serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Tal comando normativo conferiu densidade jurídica a uma expectativa histórica de justiça sanitária e igualdade material, articulando-se à lógica da seguridade social inscrita no artigo 194 da Constituição e aos princípios do SUS, previsto nos artigos 198 e 199.

O desenho institucional do Sistema Único de Saúde corresponde a um modelo de federalismo cooperativo, no qual a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios compartilham competências comuns (artigo 23, II), devendo atuar de maneira articulada e descentralizada, com direção única em cada esfera de governo. Essa configuração rompe com a centralização característica do modelo anterior

e impõe a corresponsabilidade interfederativa como elemento estrutural da efetivação do direito à saúde. Conforme argumentam Vieira e Benevides (2016), a estrutura do Sistema Único de Saúde no Brasil está assentada em um modelo federativo cooperativo, no qual a descentralização das ações e serviços é acompanhada por mecanismos de cofinanciamento e pactuação interfederativa, com o objetivo de garantir maior equidade e eficiência na gestão compartilhada da saúde pública. No entanto, esse arranjo federativo, embora juridicamente consolidado, enfrenta severos desafios de ordem prática, especialmente no que concerne à repartição de encargos financeiros, à assimetria técnica e institucional entre os entes, e à indefinição normativa sobre a responsabilidade de cada esfera em situações concretas de demanda por serviços e insumos de média e alta complexidade.

A doutrina jurídica nacional tem interpretado a competência comum como geradora de responsabilidade solidária, admitindo que qualquer dos entes federativos pode ser compelido judicialmente ao cumprimento de obrigações sanitárias, desde que comprovada a necessidade e a urgência da medida pleiteada. Conforme argumenta Piovesan (2015) a efetivação dos direitos sociais no Brasil requer a atuação solidária dos entes federativos, sendo que a omissão de qualquer deles pode resultar em responsabilidade por não garantir os direitos fundamentais previstos na Constituição.

A literatura especializada tem destacado a importância da pactuação federativa como instrumento de construção democrática das políticas públicas de saúde (Viana; Iozzi, 2019). Conforme Maria Rita Nery Santos Souza e Mariluce Karla Bomfim de Souza (2018) “Os espaços colegiados de gestão configuram-se como instâncias de pactuação e negociação no contexto da regionalização da saúde”. Todavia, a fragilidade desses mecanismos, aliada à judicialização crescente, tem corroído a capacidade de deliberação coletiva e deslocado a decisão sobre prioridades sanitárias para o espaço judicial, em detrimento do planejamento sistêmico e da alocação racional de recursos.

Ademais, a multiplicação das decisões judiciais com efeitos orçamentários relevantes tem implicado desorganização na execução dos blocos de financiamento do SUS, desvio de finalidade de verbas previamente pactuadas e incerteza quanto à sustentabilidade financeira do sistema. Estudos empíricos apontam que, em alguns estados, os gastos com cumprimento de ordens judiciais ultrapassam os percentuais destinados às ações programáticas, o que indica um desvio estrutural de finalidade administrativa. Como assevera Dallari (2020, p. 98), “a atuação do Judiciário na saúde deve estar ancorada na deferência razoável às instâncias técnicas e participativas do SUS, sob pena de tornar-se vetor de desigualdade e de captura de recursos por grupos mais organizados e litigantes”.

É necessário reafirmar que o direito à saúde, embora exigível judicialmente, não pode ser dissociado do contexto institucional em que se insere. A atuação do Poder Judiciário deve observar os limites da função jurisdicional, respeitar os espaços institucionais deliberativos e contribuir para o

fortalecimento do pacto federativo. A concretização de direitos sociais em regimes federativos exige mais que normas jurídicas abstratas: exige coordenação política, transparência decisória, justiça distributiva e compromisso democrático com a redução das desigualdades regionais e sociais.

2. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS E A RESPONSABILIDADE ESTATAL

No Brasil, a saúde mostra-se como bem intangível do cidadão brasileiro, diretamente ligada ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, devendo estar intimamente integrada às políticas públicas governamentais. Dentro da temática da realização do direito à saúde e de sua garantia por parte do Poder Judiciário, no âmbito do que se tem designado como “judicialização da saúde”, assume pontual relevância o estudo da responsabilidade solidária ou não dos entes federados na efetivação desse direito fundamental.

A inafastabilidade da tutela jurisdicional é princípio fundamental da República Federativa do Brasil, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB/88. Nesse diapasão, as decisões do Poder Judiciário relativas à “judicialização da saúde” apresentam-se como meio de tutela ao interesse do cidadão e instrumento de coerção ao Poder Público, na garantia do direito à saúde.

Apesar das regulamentações feitas pelo Poder Legislativo e das políticas públicas levadas a efeito pelo Poder Executivo, em reiteradas oportunidades, cabe ao Poder Judiciário garantir, por meio de decisões proferidas em ações judiciais, que determinadas pessoas recebam os medicamentos, tratamentos ou outros meios necessários para se manterem vivas ou evitarem o agravamento de suas enfermidades, garantindo-lhes a efetivação da dignidade de suas vidas.

Ante a incompleta concretização do direito à saúde pelos demais poderes, tal intervenção do Judiciário manifesta-se como legítima, não implicando em violação ao princípio da tripartição dos poderes. Ao revés, contribui de forma eficaz para que a atuação do Estado, por meio de todos os seus poderes, seja harmônica e garanta a efetividade do direito à saúde dos cidadãos.

De outro norte, a solidariedade passiva dos entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) parece restar evidente mediante uma interpretação gramatical do *caput* e §1º, do artigo 198 c/c artigo 23, inciso II, da CRFB/1988. No âmbito da legislação ordinária, a organização do SUS é prevista na Lei nº. 8.080, de 1990.

O fato de o SUS ter descentralizado os serviços e conjugado os recursos financeiros e orçamentários dos entes da federação tem por objetivo aumentar a qualidade e o acesso aos serviços de saúde, reforçando a obrigação solidária existente entre eles. Não obstante, várias críticas foram

realizadas a esse posicionamento, elaboradas, sobretudo, pelos pequenos municípios, sob a justificativa de que, às vezes, são demandados e compelidos a responderem isoladamente por medicamentos e tratamentos de alto custo, que de acordo com a divisão administrativa de atribuições do SUS, seriam de competência da União ou dos estados.

A discussão foi ainda mais profunda quando o objeto da prestação à saúde consubstanciava um medicamento não padronizado pelo Sistema Único da Saúde, o que gerou um intenso debate jurídico, o qual foi sendo realizado por meio de decisões judiciais, sobretudo proferidas pelos Tribunais Superiores.

Nesse ínterim, a atribuição concorrente, em regime de colaboração de todos os entes da federação para a garantia do direito à saúde, foi objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº. 855.178/SE (Tema 793 da Repercussão Geral), de relatoria do Ministro Luiz Fux, que, inicialmente, manteve a tese da responsabilidade solidária dos entes federativos frente aos alegados óbices administrativos ou orçamentários da Administração. Analisando a ementa do referido julgamento, extrai-se a tese de que: “O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente (Brasil, STF, RE 855.178/SE, 2015).

Contudo, de acordo com o disposto na Lei nº. 8.080 de 1990, o fornecimento de saúde pela União, estados, Distrito Federal e municípios é prestado através de uma rede de atendimentos, que pressupõe colaboração e organização. Defendeu-se, portanto, a inexistência de superposição entre a obrigação de cada um dos entes, de modo que a hierarquização dos entes obedeça ao grau de complexidade do fornecimento do tratamento médico.

A partir desse fundamento, mostrava-se inexorável que o Poder Judiciário também observasse esta lógica de distribuição de competências entre os entes estatais, a fim de que não ocorresse sobreposição de competências ou obrigação de um ente em fornecer tratamento que, em razão da repartição interna de competências administrativas, deveria ser fornecido por outro.

Nesse diapasão, não obstante à tese da solidariedade entre os entes federados, inicialmente defendida e aceita pelo STF no Tema 793, não se poderia desconsiderar que em se tratando de medicamentos e/ou tratamentos não padronizados, a competência administrativa para a adoção da devida providência apta à tutela do direito do cidadão no sentido da promoção ou da preservação de sua saúde seria inerente à União, em razão de ser dela a competência para padronização de novos medicamentos junto ao Sistema Único de Saúde. Por consequência, este passou a ser o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos Embargos de Declaração no

Recurso Extraordinário 855.178/SE, oportunidade na qual foi exposto pelo Ministro Edson Fachin, Redator p/ o Acórdão, que:

(...) v) Se a pretensão veicular pedido de tratamento, procedimento, material ou medicamento não incluído nas políticas públicas (em todas as suas hipóteses), a União necessariamente comporá o polo passivo, considerando que o Ministério da Saúde detém competência para a incorporação, exclusão ou alteração de novos medicamentos, produtos, procedimentos, bem como constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica (art. 19-Q, Lei 8.080/90), de modo que recai sobre ela o dever de indicar o motivo da não padronização e eventualmente iniciar o procedimento de análise de inclusão, nos termos da fundamentação; (...) (Brasil, STF, Embargos de Declaração no RE 855.178/SE, 2019)

Não obstante o entendimento acima, a questão continuou a ser apreciada pelo Poder Judiciário. Ao analisar questões atinentes a competência Justiça Estadual nas demandas que versam sobre fornecimento de medicamentos registrados na Anvisa, mas não padronizados no SUS, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Incidente de Assunção de Competência-IAC, proposto nos Conflitos de Competência de nº. 187.276/RS, 187.533/SC e 188.002/SC, como paradigmas do “Tema-14-IAC”, fixou a seguinte tese, publicada em 18.04.2023:

- a) Nas hipóteses de ações relativas à saúde intentadas com o objetivo de compelir o Poder Público ao cumprimento de obrigação de fazer consistente na dispensação de medicamentos não inseridos na lista do SUS, mas registrado na ANVISA, deverá prevalecer a competência do juízo de acordo com os entes contra os quais a parte autora elegeu demandar;
- b) as regras de repartição de competência administrativas do SUS não devem ser invocadas pelos magistrados para fins de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte no momento da propositura da ação, mas tão somente para fins de redirecionar o cumprimento da sentença ou determinar o ressarcimento da entidade federada que suportou o ônus financeiro no lugar do ente público competente, não sendo o conflito de competência a via adequada para discutir a legitimidade ad causam, à luz da Lei n. 8.080/1990, ou a nulidade das decisões proferidas pelo Juízo estadual ou federal, questões que devem ser analisada no bojo da ação principal.
- c) a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da CF/88, é determinada por critério objetivo, em regra, em razão das pessoas que figuram no polo passivo da demanda (competência *ratione personae*), competindo ao Juízo federal decidir sobre o interesse da União no processo (Súmula 150 do STJ), não cabendo ao Juízo estadual, ao receber os autos que lhe foram restituídos em vista da exclusão do ente federal do feito, suscitar conflito de competência (Súmula 254 do STJ). (Brasil, STJ, CC n. 187.276/RS, 2023)

Logo em seguida ao citado acórdão, o Ministro Gilmar Mendes proferiu decisão, referendada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal em 19.04.2023, no Recurso Extraordinário nº. 1.366.243/SC, Tema 1234, com Repercussão Geral reconhecida, em que se discutia “à luz dos artigos 23, II, 109, I, 196, 197 e 198, I, da Constituição Federal, a obrigatoriedade de a União constar do polo passivo de lide

que verse sobre a obtenção de medicamento ou tratamento não incorporado nas políticas públicas do SUS, embora registrado pela Anvisa”, restando decidido que:

(...) 5.2. nas demandas judiciais relativas a medicamentos não incorporados: devem ser processadas e julgadas pelo Juízo, estadual ou federal, ao qual foram direcionadas pelo cidadão, sendo vedada, até o julgamento definitivo do Tema 1234 da Repercussão Geral, a declinação da competência ou determinação de inclusão da União no polo passivo; (...) (Brasil, RE 1.366.243/SC, 2023)

Nesse sentido, considerando-se a decisão do Superior Tribunal de Justiça no mencionado IAC, em estrito cumprimento ao *decisum* do Pretório Excelso, e tendo em vista que houve determinação de suspensão nacional dos processos pendentes apenas nos feitos em fase de recursos especial e extraordinário, individuais ou coletivos, restou vedado o declínio de competência entre a Justiça Estadual e a Justiça Federal.

Ocorre que, o Recurso Extraordinário nº. 1.366.243/SC, Tema 1234, foi julgado pelo Supremo Tribunal de Federal em 16.09.2024, com publicação em 11.10.2024, oportunidade em que restaram fixadas as seguintes teses:

I - Competência. 1) Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS, mas com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, quando o valor do tratamento anual específico do fármaco ou do princípio ativo, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG - situado na alíquota zero), divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED - Lei 10.742/2003), for igual ou superior ao valor de 210 salários mínimos, na forma do art. 292 do CPC. 1.1) Existindo mais de um medicamento do mesmo princípio ativo e não sendo solicitado um fármaco específico, considera-se, para efeito de competência, aquele listado no menor valor na lista CMED (PMVG, situado na alíquota zero). 1.2) No caso de inexistir valor fixado na lista CMED, considera-se o valor do tratamento anual do medicamento solicitado na demanda, podendo o magistrado, em caso de impugnação pela parte requerida, solicitar auxílio à CMED, na forma do art. 7º da Lei 10.742/2003. 1.3) Caso inexistir resposta em tempo hábil da CMED, o juiz analisará de acordo com o orçamento trazido pela parte autora. 1.4) No caso de cumulação de pedidos, para fins de competência, será considerado apenas o valor do(s) medicamento(s) não incorporado(s) que deverá(ão) ser somado(s), independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa. II - Definição de Medicamentos Não Incorporados. 2.1) Consideram-se medicamentos não incorporados aqueles que não constam na política pública do SUS; medicamentos previstos nos PCDTs para outras finalidades; medicamentos sem registro na ANVISA; e medicamentos off label sem PCDT ou que não integrem listas do componente básico. 2.1.1) Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal na tese fixada no tema 500 da sistemática da repercussão geral, é mantida a competência da Justiça Federal em relação às ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa, as quais deverão necessariamente ser propostas em face da União, observadas as especificidades já definidas no aludido tema. III - Custeio. 3) As ações de fornecimento de medicamentos incorporados ou não incorporados, que se inserirem na competência da Justiça Federal, serão custeadas integralmente pela União, cabendo, em caso de haver condenação supletiva dos Estados e do Distrito Federal, o ressarcimento integral pela

União, via repasses Fundo a Fundo (FNS ao FES), na situação de ocorrer redirecionamento pela impossibilidade de cumprimento por aquela, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. 3.1) Figurando somente a União no polo passivo, cabe ao magistrado, se necessário, promover a inclusão do Estado ou Município para possibilitar o cumprimento efetivo da decisão, o que não importará em responsabilidade financeira nem em ônus de sucumbência, devendo ser realizado o ressarcimento pela via acima indicada em caso de eventual custo financeiro ser arcado pelos referidos entes. 3.2) Na determinação judicial de fornecimento do medicamento, o magistrado deverá estabelecer que o valor de venda do medicamento seja limitado ao preço com desconto, proposto no processo de incorporação na Conitec (se for o caso, considerando o *venire contra factum proprium/tu quoque* e observado o índice de reajuste anual de preço de medicamentos definido pela CMED), ou valor já praticado pelo ente em compra pública, aquele que seja identificado como menor valor, tal como previsto na parte final do art. 9º na Recomendação 146, de 28.11.2023, do CNJ. Sob nenhuma hipótese, poderá haver pagamento judicial às pessoas físicas/jurídicas acima descritas em valor superior ao teto do PMVG, devendo ser operacionalizado pela serventia judicial junto ao fabricante ou distribuidor. 3.3) As ações que permanecerem na Justiça Estadual e cuidarem de medicamentos não incorporados, as quais impuserem condenações aos Estados e Municípios, serão ressarcidas pela União, via repasses Fundo a Fundo (FNS ao FES ou ao FMS). Figurando somente um dos entes no polo passivo, cabe ao magistrado, se necessário, promover a inclusão do outro para possibilitar o cumprimento efetivo da decisão. 3.3.1) O ressarcimento descrito no item 3.3 ocorrerá no percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) dos desembolsos decorrentes de condenações oriundas de ações cujo valor da causa seja superior a 7 (sete) e inferior a 210 (duzentos e dez) salários mínimos, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. 3.4) Para fins de ressarcimento interfederativo, quanto aos medicamentos para tratamento oncológico, as ações ajuizadas previamente a 10 de junho de 2024 serão ressarcidas pela União na proporção de 80% (oitenta por cento) do valor total pago por Estados e por Municípios, independentemente do trânsito em julgado da decisão, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. O ressarcimento para os casos posteriores a 10 de junho de 2024 deverá ser pactuado na CIT, no mesmo prazo. (Brasil, STF, RE 1.366.243/SC, Tema 1234, 2024) – grifos não originais

Por consequência, após um intenso debate jurídico e uma evolução jurisprudencial ocorrida em aproximadamente uma década e meia, restou decidido, contemporaneamente, pelo Supremo Tribunal Federal, a solidariedade entre os entes federativos para as prestações positivas de saúde.

Especialmente com relação aos medicamentos não padronizados pelas políticas públicas de saúde, mas com registro na Anvisa, fixou-se uma competência concorrente entre os entes federativos, havendo uma definição da competência jurisdicional entre os ramos da Justiça Estadual e Federal, fixada em razão do valor da causa, restando ainda determinadas as regras de custeio. Lado outro, tratando-se de ações que demandem fornecimento de medicamentos não padronizados, sem registro na Anvisa, a competência permanece sendo apenas da Justiça Federal, eis que deverão ser propostas necessariamente em desfavor da União.

CONCLUSÕES

A trajetória investigativa percorrida ao longo deste trabalho demonstra que a judicialização da saúde no Brasil, em especial no que tange ao fornecimento de medicamentos não padronizados, constitui fenômeno multifacetado que transita entre a garantia individual de direitos fundamentais e os desafios estruturais do federalismo sanitário. O direito à saúde, consagrado constitucionalmente como direito social de titularidade universal e eficácia imediata, opera num campo tensionado entre demandas urgentes e a necessidade de preservação da racionalidade administrativa, da sustentabilidade fiscal e da equidade distributiva do Sistema Único de Saúde. Nesse cenário, o Poder Judiciário atua como instância de tutela, mas também como agente com potencial para desestabilizar as políticas públicas quando intervém de modo dissociado de critérios técnicos e das competências institucionais definidas pelo pacto federativo.

O julgamento do Tema 793 consolidou a tese da responsabilidade solidária dos entes federativos na garantia do direito à saúde, reconhecendo que qualquer deles pode ser demandado judicialmente. Tal entendimento, embora fundado na lógica do federalismo cooperativo, gerou descompassos práticos ao desconsiderar, em certa medida, a especialização das atribuições administrativas e a distribuição de encargos no pacto federativo sanitário. Com o julgamento do Tema 1234, o STF deu um passo adiante ao estabelecer parâmetros objetivos para a fixação da competência jurisdicional e para a determinação do ente responsável pelo fornecimento de medicamentos não incorporados às políticas públicas do SUS, especialmente aqueles de elevado custo, trazendo maior previsibilidade e racionalidade ao tratamento jurídico dessas demandas.

Ao estabelecer balizas como o valor anual de referência para definição da competência (210 salários mínimos com base no PMVG/CMED), as regras de custeio interfederativo e a vinculação à Justiça Federal ou Estadual, a Suprema Corte busca harmonizar dois polos de tensão: de um lado, a urgência de garantir o tratamento a quem dele necessita; de outro, a proteção do sistema contra efeitos colaterais da fragmentação decisória e da descoordenação orçamentária.

Esse novo arranjo, embora ainda em consolidação, reforça que a atuação judicial legítima não deve se confundir com a substituição do mérito administrativo, devendo ater-se ao controle de legalidade e regularidade procedimental da decisão administrativa de não incorporação. Trata-se de um ponto de inflexão importante: a jurisdição sanitária passa a se legitimar não apenas pela proteção imediata de um direito subjetivo, mas também pela

capacidade de operar de forma coerente com os princípios da administração pública e com a sustentabilidade do sistema de saúde como um todo.

A atuação judicial no campo da saúde, quando calibrada por critérios técnicos, probatórios e federativos sólidos, não apenas assegura a dignidade da pessoa humana em casos concretos, mas também contribui para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a promoção de uma justiça sanitária distributiva. A consolidação desse modelo interpretativo, se efetivamente aplicada, tem potencial para reduzir a litigiosidade descoordenada, otimizar recursos, ampliar a legitimidade das decisões judiciais e reforçar a confiança da sociedade na capacidade do Estado brasileiro de garantir, de forma planejada e responsável, o direito fundamental à saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

DALLARI, S. G. **Judicialização da saúde e os riscos para a equidade: desafios para a democracia sanitária**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 54, p. 1–8, 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA, Maria Rita Nery Santos; SOUZA, Mariluce Karla Bomfim de. Potencialidades e desafios para a gestão regional em saúde: reflexões a partir da dinâmica dos espaços colegiados. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 27-43, abr. 2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Conflitos de Competência nº 187276/RS, 187533/SC e 188002/SC (Tema-14 IAC)**. Relator: Min. Gurgel de Faria. Brasília, DF, 18 abr. 2023. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?&l=10&i=1&tt=I. Acesso em: 30 mai. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário nº. 855.178/SE (Tema 793)**. Relator: Min. Luiz Fux. Redator p/ acórdão: Min. Edson Fachin. Brasília, DF, 05 mar. 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4678356&numeroProcesso=855178&classeProcesso=RE&numeroTema=793>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário n. 1.366.243/SC (Tema 1234)**. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, DF, 16 set. 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/tema.asp?num=1234>. Acesso em: 30 mai. 2025.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; IOZZI, Fabíola Lana. Enfrentando desigualdades na saúde: impasses e dilemas do processo de regionalização no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 2, p. e00022519, out. 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00022519. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35suppl2/e00022519/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

VIEIRA, Fernanda S.; BENEVIDES, Rafael P.S. Federalismo, integralidade e autonomia no SUS: desvinculação da aplicação de recursos federais e os desafios da coordenação. **Documento de Trabalho (IPEA)**, nº 2399, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2399.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

A ASCENSÃO ECONÔMICA DO BRICS COMO SUPERPOTÊNCIA MUNDIAL

Pedro Gentil Arruda Silva

RESUMO

O BRICS é uma ideia de agrupamento político e econômico proposta por Jim O'Neil em 2001 e oficializada em 2006, formada por meio da parceria político-econômica entre os cinco países mais emergentes economicamente das últimas décadas: Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente em 2011, África do Sul. O principal objetivo do bloco é, por meio da cooperação mútua entre seus membros, rivalizar com o atual sistema hegemônico global, promovendo uma maior participação na geopolítica mundial para países subdesenvolvidos e emergentes, desafiando a ordem tradicional governada pelas superpotências mais desenvolvidas e influentes dos últimos séculos. Atualmente, o bloco conta com a participação ativa de 11 países-membros e 10 parceiros comerciais que juntos formam o BRICS+, e compõem uma parcela significativa do PIB e da população mundial. Este artigo científico tem como objetivo analisar a ascensão do bloco econômico BRICS quanto uma superpotência mundial, analisando como esse pequeno grupo de países conseguiu rapidamente se desenvolver em poucas décadas, rivalizando com grandes potências econômicas que predominam no cenário global, como o G7. Para a redação deste artigo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico e qualitativo, de natureza básica, por meio de fontes confiáveis como as plataformas EBSCO e Google Acadêmico, através da leitura e pesquisa de artigos científicos sobre o assunto abordado. Embora inicialmente o BRICS não apresentasse grande possibilidade de se tornar um bloco econômico oficialmente, em um espaço de tempo relativamente curto esse seleto grupo de países foi capaz de rapidamente se desenvolver a ponto de tornar-se uma ameaça para a clássica hegemonia mundial exercida por países mais desenvolvidos como Estados Unidos, Reino Unido, Japão e seus aliados. Em menos de 30 anos desde sua criação, o BRICS se tornou um contribuinte maior para o PIB mundial do que os países do G7, isso devido à grande diversidade econômica, política e social dos países membros do bloco que, ao contrário dos países desenvolvidos, apresentam altos indicadores de crescimento econômico e social, sobretudo China e Índia. A tendência é de que, nos próximos anos, o BRICS continue a fortalecer cada vez mais a sua influência a nível mundial, como mostrado pela adesão de novos países emergentes ao bloco econômico, dando origem a uma extensão do grupo original: O BRICS+.

Palavras-chave: BRICS, superpotência mundial, hegemonia global, ascensão econômica

1. INTRODUÇÃO

A primeira menção ao BRICS foi formulada pelo então economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em um estudo de 2001 intitulado “Building Better Global Economic BRICs”, onde analisou aspectos dos meios econômico-financeiros, principalmente PIB, PIB per capita e tamanho populacional de diversos países. O'Neil observou que quatro países possuíam algo em comum: são países de grande extensão territorial, subdesenvolvidos e emergentes, que apresentaram (e apresentariam, segundo suas previsões) grande crescimento econômico nos últimos anos e nos anos subsequentes. Posteriormente, em 2006, foi oficialmente criada a aliança econômica do grupo de países formados por Brasil, Rússia, Índia e China.

Em 2011, a África do Sul aderiu ao bloco, gerando a sigla oficial do grupo: BRICS.

O'Neil previu que ao longo dos próximos 10 anos, esse seleto grupo de países apresentaria um crescimento significativo em sua contribuição para o PIB mundial, sobretudo a China, o que segundo ele, “traria à tona ‘questões importantes sobre o impacto econômico global das políticas fiscais e monetárias nos BRICs’” (STUENKEL, 2017, p.8) Essa observação o levou a concluir que o grupo Brasil, Rússia, Índia e China tinha potencial para superar - ou no mínimo, rivalizar - o G7 no âmbito político e econômico global, e portanto deveria ser incluído nos próximos fóruns de política globais (O'NEIL, 2001).

O bloco tem como foco a cooperação e a promoção de maiores diálogos sobre grandes temas da agenda internacional, a fim de fortalecer a influência política global de seus países membros e de países subdesenvolvidos. Os membros do grupo dialogam e corroboram por meio de três pilares principais: cooperação política e de segurança, cooperação financeira e econômica e cooperação cultural e pessoal (BRICS BRASIL, 2024). Embora o bloco possua divergências significativas em aspectos políticos, econômicos e sociais, os países membros estão colaborando para promover uma maior cooperação entre si.

“A III Cúpula reforçou a posição do BRICS como espaço de diálogo e concertação no cenário internacional. Ademais, ampliou a voz dos cinco países sobre temas da agenda global, em particular os econômico-financeiros, e deu impulso político para a identificação e o desenvolvimento de projetos conjuntos específicos, em setores estratégicos como o agrícola, o de energia e o científico-tecnológico.” (IPEA, 2014)

Essa aliança política e econômica é encarada como uma possibilidade de promover uma maior participação dos países do Sul na governança internacional. As propostas do bloco incluem reformas de instituições globais como o ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, a fim de promover participações mais justas e igualitárias para todos os países, e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, contribuindo também para uma maior inclusão social (BRICS BRASIL, 2025). Assim,

pode-se afirmar a posição do BRICS como um “foro de a político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas” (BRICS BRASIL, 2025).

Entretanto, embora haja espaço e disposição para diálogo entre esses países, a organização em que o BRICS se encontra é desfavorável em todos os outros aspectos não-econômicos. Como mencionado anteriormente, os países divergem em inúmeras questões políticas e sociais, o que acaba por afastá-los, ou pelo menos, reduzir a proximidade que poderiam ter sem essas diferenças, como afirma Martin Wolf:

“No entanto, em relação a todos os outros aspectos - seus interesses e valores, sistemas políticos e objetivos -, divergem de maneira substancial. Por isso, não há motivo para esperar que eles [BRICS] possam concordar em qualquer coisa de substancial no mundo, exceto que as potências dominantes existentes devem ceder parte de sua influência e poder. Essa é a única coisa que eles possuem em comum” (WOLF, 2012).

É afirmável que o BRICS possui grande potencial de se tornar um importante bloco econômico a nível mundial, porém, é importante levar em conta as limitações e obstáculos que podem surgir dessa parceria improvável entre países que não apresentam grandes características em comum. Ademais, com a adesão dos novos membros que, em 2023, passaram a compor o BRICS+ (Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã), a expectativa é de que o bloco continue a se expandir, aumentando sua relevância no cenário global.

2.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a trajetória de ascensão do bloco econômico BRICS como uma superpotência global, por meio de uma pesquisa

acerca de sua economia, trajetória ao longo das suas duas décadas de existência e como sua relevância se modificou ao longo dos anos.

2.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Esta pesquisa possui três objetivos específicos principais: Descrever como o BRICS consegue rivalizar com as potências econômicas tradicionais; relacionar os membros do BRICS com as demandas de recursos energéticos futuros em um cenário global; analisar a trajetória econômica do BRICS quanto possível bloco econômico.

3. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a produção deste artigo reside no impacto a nível mundial que o grupo BRICS apresentou nos últimos anos. Dado o crescimento econômico e político do grupo em âmbito global, é impossível ignorar a influência que o bloco exerce mundialmente, principalmente por representar uma parcela significativa da economia e população mundial, sendo capaz de rivalizar com - e até superar - o G7.

4. METODOLOGIA

Para a produção deste artigo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico. Quanto aos procedimentos, de natureza básica, utilizou-se uma abordagem qualitativa, conduzida ao longo de 3 meses da disciplina de Brazilian Social Studies, ofertada pelo currículo International Baccalaureate. A pesquisa foi realizada em fontes confiáveis como as plataformas EBSCO e Google Acadêmico, cujo principal tópico pesquisado foi a relação da economia do BRICS e seu crescimento em escala global.

5. BRICS: BLOCO ECONÔMICO OU FENÔMENO SENSACIONALISTA?

A questão de definir ou não o BRICS como um bloco econômico legítimo é motivo de discussão e argumentação entre os especialistas do assunto, principalmente ao considerar que o BRICS por si só é um agrupamento extraordinário, dada as significativas diferenças em todos os aspectos possíveis - políticos, econômicos, sociais, culturais - entre seus membros, ao passo que não realmente possuem características em comum, além do fato de serem economias emergentes com um crescimento econômico significativo. Essa conjuntura incerta levanta a questão de se o BRICS realmente tem a possibilidade de se manter como um bloco econômico de fato, ou não passa de um “fenômeno sensacionalista” proposto por O’Neil como uma maneira de questionar o futuro da governança econômica global. Nas palavras do próprio autor, seu objetivo principal, em seu artigo, foi o de “defender a mudança da estrutura de governança econômica global, não necessariamente o inevitável crescimento futuro desses países” (O’NEIL, 2021). Ou seja, nem mesmo O’Neil levou a fundo a possibilidade de uma aliança entre os países do BRICS.

Convencional depreende-se por bloco econômico como um agrupamento de países que trabalham mutuamente para promover relações econômicas e políticas mais próximas e eficientes entre si, através de acordos políticos e comerciais, principalmente através da integração de suas economias e redução de barreiras comerciais (ROBB, 2024). Essa definição funciona muito bem quando refere-se a blocos econômicos mais “clássicos” como União Europeia, Mercosul e USMCA, mas não se encaixa perfeitamente na descrição do BRICS.

A verdade é que não imaginava-se que o BRICS realmente fosse criado pois, para além da economia, a única característica significativa que possuem em comum é o sentimento de oposição em relação ao domínio econômico global do Ocidente. Claro que não deve-se desprezar os esforços dos países para promoverem uma maior cooperação entre si, como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e a adesão de novos países membros ao bloco, mas isso seria o suficiente para garantir que o BRICS se mantenha pelos próximos anos? Isso dependerá dos resultados que o BRICS entregar nos anos subsequentes.

6. O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRICS

O principal fator que permitiu aos países do BRICS formarem oficialmente um bloco econômico são as suas semelhanças e divergências econômicas, visto que cada país possui uma economia voltada para diferentes finalidades, permitindo o fortalecimento de um mercado flexível e pouco vulnerável. A exemplo disso, Brasil e Rússia possuem uma economia voltada para exportação de commodities, ao passo que China é uma grande importadora de tecnologias. Oliver Stuenkel afirma:

“Segundo críticos, essas diferenças são importantes, pois fazem com que cada membro do BRICS obtenha vantagens econômicas de formas diferentes e muitas vezes opostas. Por exemplo, uma alta nos preços de energia beneficia a Rússia, que exporta essas commodities, enquanto impacta negativamente a Índia, que é uma grande importadora.” (STUENKEL, 2017, p. 4).

Além de um mercado diversificado, os principais membros do BRICS, em conjunto, somam uma parcela significativa da população global. Índia e China possuem, cada um, cerca de 1,4 bilhão de habitantes, disputando a primeira colocação na lista de países mais populosos, já o Brasil, ocupando a sétima posição, apresenta cerca de 203 milhões, a Rússia está em nono com 143 milhões, e a África do Sul em 25º, com 59 milhões. Com a adesão de novos membros em 2024, o grupo agora conta com cerca de 39% do PIB mundial e quase metade da população mundial (BRICS BRASIL, 2025). No total, todos os países do BRICS juntos possuem cerca de 50% da população mundial, em contraste, o G7, grupo dos sete países desenvolvidos com as maiores economias do mundo, possui cerca de 780 milhões de habitantes no total, pouco menos que 10% da população mundial (BRICS BRASIL, 2025).

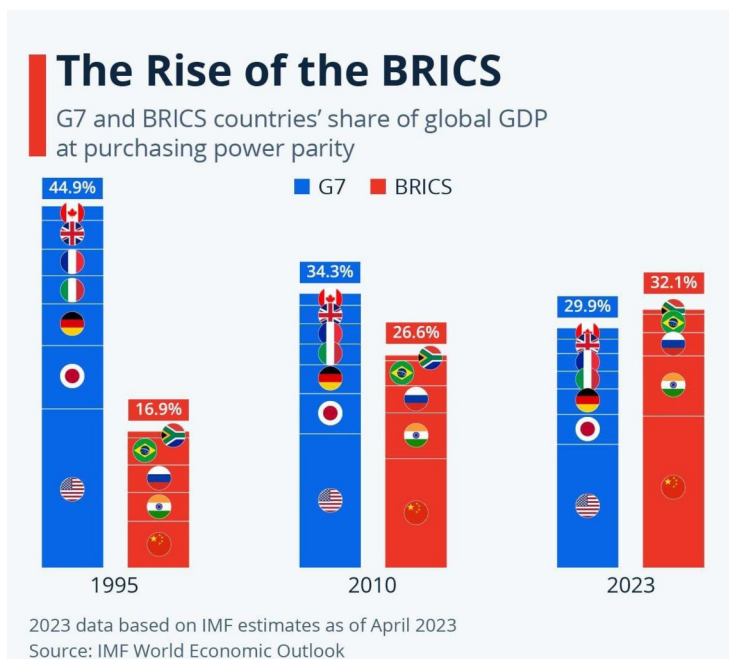
Em questão de economia, em conjunto, os países do BRICS têm atualmente um PIB de US\$ 24,7 trilhões. Segundo estimativas do Banco Mundial, o PIB da China chegou a US\$ 17,7 trilhões em 2022, o segundo maior do mundo. A Índia ficou em sexto, com US\$ 3,17 trilhões, seguida pela Rússia em 11º (US\$ 1,7 trilhão), pelo Brasil em 12º (US\$ 1,6 trilhão) e pela África do Sul em 32º (US\$ 419 bilhões). O BRICS vem se desenvolvendo rapidamente no contexto econômico, visto que em apenas 26 anos, apresentou grandes aumentos em suas economias e influência no cenário internacional.

“O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Europeia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICS respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25%.” (IPEA, 2014)

Em cenário global, é ainda mais notável o impacto do BRICS quando comparado com o G7 que reúne as nações mais desenvolvidas da União Europeia e da América do Norte. Em termos de participação na economia global, os países desenvolvidos representaram aproximadamente 28% no ano passado e na projeção deste ano, enquanto os BRICS respondem por 40%. A diferença na média do PIB é ainda maior, com o G7 tendo uma média de 1,7% em 2024 e uma projeção de 1,2% para este 2025, enquanto os BRICS tiveram uma média de 4% e 3,4%, respectivamente (BRICS BRASIL, 2025).

O professor de relações internacionais na Fundação Getúlio Vargas, Rodrigo Cezar, reforça essa afirmação: “Não há como o BRICS não ser relevante, dado o tamanho de sua população. E também há países que são fundamentais no fornecimento de commodities, como Brasil e Rússia, que fornecem energia, alimentos e até minerais estratégicos importantíssimos.”

O gráfico a seguir apresenta uma comparação entre os países do G7 e do BRICS quanto à questão da participação no PIB mundial de 1996 a 2023.



Fonte: FMI World Economic Outlook

É possível concluir que, em menos de 30 anos (1995 a 2023), os BRICS aumentaram sua contribuição para o PIB mundial de 16,9% para 32,1%, enquanto o G7 perdeu grande parte de sua participação, indo de 44,9% para 29,9% nesse mesmo período. A expectativa é que essa mudança continue nas próximas décadas, de tal maneira que o BRICS representará uma parcela ainda mais significativa do PIB global do que os países desenvolvidos.

3 CONCLUSÃO

Embora inicialmente a ideia do grupo BRICS não carregasse tanta expectativa, ao longo dos anos o bloco vem apresentando grandes resultados. O BRICS conseguiu consolidar-se como um espaço fundamental para a cooperação e desenvolvimento do Sul Global, graças a sua crescente relevância econômica e política no âmbito mundial. Entretanto, ainda há uma série de questões e desafios internos e externos a serem resolvidos para garantir que o BRICS possa exercer todo o seu potencial.

É inegável a relevância que o BRICS possui a nível mundial, visto que, em poucos anos o bloco expandiu cada vez mais sua influência a nível mundial e, com a adesão de novos membros em 2024, passou a ocupar uma parcela ainda mais significativa do PIB e da população mundial. A promessa é de que o grupo continue a crescer em relevância, atraindo cada vez mais países para se juntarem a sua causa de promover uma maior participação de países subdesenvolvidos na governança global.

Dados brutos provam que o BRICS superou o G7 em crescimento econômico nas últimas décadas, mas isso sozinho não diz nada, o BRICS ainda encontra-se em uma posição instável, dadas as grandes divergências políticas e econômicas entre os países quando comparado a blocos já solidificados como União Europeia e Mercosul. Portanto, o BRICS só será capaz de continuar a se expandir se conseguir superar seus problemas internos.

REFERÊNCIAS

ANSANI, Gustavo Borges. **O PAPEL DOS BRICS NA GOVERNANÇA GLOBAL**. Revista de Geopolítica, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 54–66, 2016. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **História do BRICS**. Brasília, 23 ago. 2023. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2025

BRASIL. BRICS Brasil. **Comércio do BRICS em números**. 2025. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2025

BRASIL. BRICS Brasil. **Sobre o BRICS**. 12 Dec. 2024. Disponível em: . Acesso em: 16 out. 2025

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **O papel dos BRICS na economia mundial**. Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas, p. 57-65, 2009. Disponível em: . Acesso em: 15 out 2025.

IPEA. **Conheça os BRICS**. 2014. Disponível em: . Acesso em: 17 out 2025

O'NEIL, James. **Is the emerging world still emerging?**. International Monetary Fund. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2025

O'NEIL, James. **Building Better Global Economics BRICs**. Goldman Sachs. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2025

ROBB, Euan. **Trading Bloc**. Equals Money. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2025

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.

Disponível em:

. Acesso em: 01 out. 2025. *E-book*

WOLF, Martin. **Does the BRICS group matter?**. Council on Foreign Relations. 30 mar. 2012. Disponível em: .

Acesso em: 19 out. 2025

ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS NA
PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA

Camila Aparecida da Silva Albach
Aline Diandra Moleta
Reidy Rolim de Moura

INTRODUÇÃO

O manejo inadequado de resíduos sólidos constitui um dos principais desafios ambientais e de saúde pública da atualidade, impactando os ecossistemas, a qualidade de vida da população e a sustentabilidade dos territórios. A ausência de práticas adequadas de descarte resulta na degradação de áreas naturais, na contaminação de solos e águas e na proliferação de vetores de doenças (Brasil, 2012).

Nesse contexto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, estabelece diretrizes que ressaltam a necessidade de uma gestão integrada dos resíduos e do engajamento da sociedade civil na implementação de soluções sustentáveis. A Educação Ambiental é um instrumento estratégico para enfrentar esse desafio, por promover a formação crítica e participativa da população diante das questões ambientais. Segundo Jacobi (2003), a inserção da temática ambiental em espaços educativos fomenta a consciência crítica e estimula a adoção de práticas sustentáveis.

A Educação Ambiental constitui um campo estratégico para a formação crítica e participativa diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Sua finalidade é promover a compreensão das interdependências entre sociedade, natureza e tecnologia, incentivando práticas responsáveis que contribuam para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida. Essa perspectiva está em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, que reconhece a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação brasileira. (Brasil, 2026).

A crescente geração de resíduos sólidos nas cidades brasileiras reforça a importância do trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis, cuja atuação é essencial para a preservação ambiental e para a promoção da sustentabilidade urbana. Para Nascimento *et al.*, (2025, p.3-4) a complexidade envolvendo a gestão de resíduos sólidos nos municípios brasileiros está associada a “[...] diversos fatores, incluindo a falta de infraestrutura, a carência de investimentos em tecnologias sustentáveis e a baixa adesão da população a práticas de descarte correto.”

O aumento contínuo da demanda por bens e o crescimento do consumo provocam impactos ambientais relevantes, sobretudo quanto ao descarte incorreto de resíduos sólidos, além de grandes desafios na coleta e na destinação final desses resíduos que prejudica não só o meio ambiente, como também a saúde pública e a economia local, exigindo planejamento organizado e políticas públicas mais eficientes.

É neste contexto que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis desempenha um papel fundamental na gestão ambiental e urbana no Brasil, embora frequentemente permaneça invisibilizado socialmente. Esses trabalhadores são responsáveis por grande parte de todo o material reciclado no país,

evidenciando sua relevância para a sustentabilidade e para a redução dos impactos ambientais. Ainda assim, enfrentam condições precárias de trabalho, baixa remuneração e pouco reconhecimento social e institucional.

Segundo Matta (2006), esses catadores de materiais recicláveis vêm se estruturando em cooperativas e associações. E muitas delas podem estar ligadas a empreendimentos econômicos solidários (EES) na perspectiva da Economia Solidária (ECOSOL), que se apresenta como uma alternativa viável e transformadora, ao propor formas de organização baseadas na cooperação, na autogestão e na inclusão social, promovendo a geração de trabalho e renda de maneira coletiva e sustentável.

Nesse cenário, destaca-se o papel da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que desde 2005 atua na formação, apoio técnico, assessoria, consultoria e fortalecimento de EES na região dos Campos Gerais e outras regiões no Paraná, incluindo grupos de catadores de recicláveis. Por meio de metodologias participativas e assessoria continuada, a incubadora contribui para o fortalecimento da autogestão, da organização coletiva e da sustentabilidade desses grupos, ampliando as possibilidades de valorização social e econômica do seu trabalho.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é expor um relato de experiência da IESol com as associações de catadores de materiais recicláveis que acompanhou durante os seus 20 anos de existência. Além de enfatizar a importância da valorização do trabalho com reciclagem para com o meio ambiente e a sociedade. As experiências que ganham destaque são: ARPA (Associação de Recicladores de Porto Amazonas), a ARREP (Associação de Recicladores Rei do Pet) e a mais recente, a ACAMARI (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imbaú).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na construção deste capítulo é de caráter qualitativo descritivo, que de conforme Minayo (2007, p.21) “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Os demais procedimentos metodológicos são com base no apoio da pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. Os materiais bibliográficos usados foram artigos, livros, revistas, e documentos internos da IESol como relatórios de reuniões, dossiês de incubação de reciclagem das associações acompanhadas de 2005 a 2025, além de materiais didáticos como cartilhas e demais registros internos. Vale pontuar que o acesso foi previamente aprovado pela coordenação do programa.

As associações de reciclagem foram incubadas ou acompanhadas de maneiras diferentes, sendo a ARPA e ARREP que contataram a UEPG e foram encaminhadas com demandas específicas, e posteriormente sendo contempladas através de editais de fomento público. E a ACAMARI foi encaminhada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Imbaú, mas com a intenção de realizar formações e não incubação nestes primeiros momentos.

Também foram expostas pesquisas e documentários produzidos pela IESol acerca das respectivas experiências com as associações de reciclagem, no sentido de valorizar as produções e divulgar um trabalho que vem sendo realizado há mais de 20 anos.

Os dados coletados foram analisados com o método de análise descritiva, que “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2008, p. 28). Para este trabalho optou-se por descrever as ações e identificar semelhanças e fatores de diferenciação entre as associações.

Este capítulo tem como base um trabalho completo previamente publicado nos anais do V Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável¹, realizado no ano de 2025. Para esta versão, o texto passou por processo de revisão e reformulação, com a introdução de novas reflexões e novos dados, ampliação do referencial teórico e aprofundamento das análises. Além disso, foram realizadas adequações estruturais visando à sua formatação enquanto um capítulo de livro.

Por fim, as pesquisadoras vinculadas a este capítulo fizeram ou fazem parte do Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Além de receberem incentivo através de bolsas de estudos, sendo respectivamente uma bolsa de doutorado financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e uma bolsa de mestrado por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), portanto cabe-nos nossos agradecimentos e menções.

1

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Durante o século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos, surgiram os primeiros passos da Economia Solidária, também conhecida na época como economia social, algo que nos dias atuais já existe a diferenciação. Essas iniciativas começaram nas pequenas comunidades de trabalhadores que formavam cooperativas, lideradas pelo movimento sindical inglês. No entanto, esses esforços não duraram muito tempo, principalmente por causa da resistência do governo à época. Esse período de transformação no mundo do trabalho coincidiu com a Revolução Industrial, quando a tecnologia avançou bastante, especialmente na produção com máquinas. Essa mudança exigia uma mão de obra mais qualificada, o que acabou deixando muitas pessoas sem o trabalho que antes realizavam. Ficou claro que era preciso buscar alternativas para lidar com as mudanças que estavam acontecendo nesse cenário de transformação.

A ECOSOL também é considerada um movimento social e sustentável que vem ganhando espaço ao redor do mundo e surge como uma alternativa para o crescimento econômico, que segue refém do capitalismo e de modelos de exploração dos trabalhadores. Se baseia em valores como cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade, e manifesta-se através de iniciativas como cooperativas, associações e grupos que trabalham juntos na produção de bens ou serviços. Além de gerar empregos e renda, a Economia Solidária também contribui com a inclusão de pessoas que muitas vezes ficam à margem do mercado formal, como mulheres, jovens, pessoas em sofrimento psíquico e trabalhadores informais.

O crescimento desse modelo acontece graças a políticas públicas, projetos e programas universitários, redes de colaboração e planejamentos que incentivam empreendimentos coletivos. Essas ações ajudam a fortalecer iniciativas como cooperativas de agricultura familiar, bancos comunitários, projetos de reciclagem e redes de produção de alimentos e artesanato, transformando-as em importantes agentes de desenvolvimento sustentável local e na redução das desigualdades.

A Economia Solidária envolve muitas iniciativas de associações e cooperativas de reciclagem, mas ela não resolve tudo por si só, quando falamos sobre as condições de trabalho dos catadores, mesmo quando estão organizados coletivamente, continuam expostos a diversos riscos de saúde e demais frustrações do trabalho. Mas isso ocorre em decorrência da falta de Educação Ambiental na sociedade, que acaba marginalizando ainda mais a situação de pessoas que trabalham em prol de um mundo mais justo e sustentável.

Para Filho (2012, p.13), a ECOSOL pode ser "[...] um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social.", ou seja, em suma compreende-se enquanto experiências

que apoiam o desenvolvimento de atividades econômicas com objetivos sociais e coletivos sob a perspectiva de valorização do saber humano acima do lucro, buscando a efetivação da cidadania e da solidariedade. E é justamente por esses princípios que existe um potencial de trabalho voltado para cidadãos que atuam com reciclagem e outros resíduos.

Para compreender melhor essa questão cabe-nos pontuar o fato de que muitas vezes, a população não faz a separação adequada dos materiais recicláveis, o que torna o trabalho dos catadores mais difícil. Por isso, é importante que os municípios criem projetos voltados à Educação Ambiental, com o objetivo de ajudar as pessoas a entenderem melhor a importância da separação correta. Afinal, para que a coleta seletiva funcione de forma eficiente, é fundamental que toda a comunidade participe e esteja sensibilizada em relação ao tema (Berticelli *et al.*, 2020, p. 788). E essa sensibilização faz toda a diferença, pois pode evitar inclusive preconceitos com esses trabalhadores.

Vale pontuar que compreende-se Educação Ambiental enquanto um caminho e o processo através do qual toda a coletividade adquire valores, conhecimentos e habilidades para pensar e agir em prol do meio ambiente, e amplia-se para uma dimensão social, cultural e política. De acordo com a Lei Nº 9.795, “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999, Art. 2). Entende-se, portanto, que a responsabilidade de proteger o meio ambiente não é apenas dos órgãos governamentais, mas de toda a humanidade, assim como, o trabalho com reciclagem não se limita aos catadores, ele já começa na separação correta em casa.

Se nos voltarmos ao princípio da sustentabilidade nos deparamos com um modelo alternativo de economia que preza pelo respeito e preservação da natureza, o qual busca valorizar iniciativas de reciclagem e reaproveitamento de materiais. Neste sentido, fazendo jus a própria Educação Ambiental, é possível observar ações voltadas para um desenvolvimento sustentável, que de forma crítica e inclusiva tenta contribuir para com a geração atual e as futuras.

Contextualizando, nas últimas décadas, o debate acerca dos limites do crescimento econômico e das consequências das ações humanas sobre o meio ambiente ganhou destaque na agenda internacional. O agravamento das crises ecológicas, o aumento das disparidades sociais e o uso insustentável dos recursos naturais evidenciaram a necessidade urgente de um novo paradigma de desenvolvimento e de um modelo capaz de integrar crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, consolidou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, compreendido como um processo que busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias demandas. Assim, a sustentabilidade transcende o ideal ambientalista, assumindo-se como princípio orientador que articula, de forma interdisciplinar, os pilares econômico, social e ambiental. Barbosa (2008) destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu das pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como resposta aos impactos das alterações climáticas e aos desafios de um desenvolvimento inclusivo e duradouro. Entre os autores que problematizam o tema, José Eli da Veiga (2005) considera o desenvolvimento sustentável um enigma ainda não totalmente solucionado, mas que pode ser comprovado. Em sua obra *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*, o autor sugere que o modelo representa uma utopia a ser construída ao longo deste século, defendendo a necessidade urgente de um novo paradigma científico capaz de superar os limites do modelo globalizado atual.

Desde então muitos avanços significativos surgiram, sendo o mais próximo a nossa realidade a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, tendo respectivamente 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e no caso do Brasil 18 visto a implementação da 18ª “Igualdade Étnico-Racial”.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU, 2015. Brasil, 2023.

Carla Canepa (2007) complementa essa visão ao argumentar que o desenvolvimento sustentável não deve ser entendido como um estado estático de equilíbrio, mas como um processo contínuo de transformação. Para a autora, o conceito envolve a conciliação da exploração racional dos recursos naturais, dos investimentos tecnológicos e das mudanças institucionais, visando a melhoria das

condições de vida presentes e futuras. Além disso, enfatiza que o desenvolvimento sustentável deve ser, acima de tudo, inclusivo.

Existe também uma resolução de 2023, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, chamada “Promovendo a Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável” (A/RES/77/281), que sugere que os conceitos relacionados podem ser definidos de forma conjunta. As recomendações de ação estão detalhadas em documentos que incentivam as agências a apoiarem a implementação da Economia Social e Solidária em níveis nacional, local e regional (Gomes, 2024).

Dessa forma, usando estratégias, programas e incentivos financeiros adequados a diferentes fases de desenvolvimento, é possível promover a ECOSOL de maneira alinhada ao desenvolvimento sustentável.

[...] os ODS não podem ser totalmente realizados sem a mobilização efetiva das entidades e dos atores da economia social e solidária (a realização de 65 das 169 metas dos 17 ODS baseia-se em parte na economia social e solidária), destacando as características da economia social e solidária de proximidade, transversalidade e interconectividade (Pitacas, 2019, p.4).

Nesta lógica, a ECOSOL se integra enquanto uma importante estratégia para o alcance dos ODS estabelecidos pela ONU até 2030, contribuindo diretamente para o enfrentamento da muitas expressões da questão social ligadas a desigualdade, pois é fundamentada em princípios que favorecem o desenvolvimento local e fortalece práticas orientadas à sustentabilidade.

Neste horizonte de orquestrar um conjunto sinérgico de melhorias e mudanças, a Economia Solidária se insere, de forma vigorosa, no compromisso histórico de se contribuir expressivamente com os ODS para a transformação do mundo, de forma direta com os ODS 8, 9 e 12 e de forma indireta com os ODS 1, 2, 3, 10, 11, 15 e 17. [...] Todos esses objetivos, na concepção de solidariedade socioproductiva e sistêmica que o projeto de Economia Solidária reivindica, podem e devem estar não só integrados, mas também articulados como um sendo o ponto de reforço ou requisito do outro (Benini, 2016).

A partir da crítica ao modelo tradicional de crescimento e da emergência de um novo paradigma, ambos os conceitos se aproximam, e a sustentabilidade evoluiu para abranger uma visão integrada que articula preservação ambiental, justiça social e progresso econômico. No entanto, a efetivação depende da articulação entre ciência, políticas públicas e participação social, o que impacta diretamente ações que são voltadas para o trabalho de incubadoras com catadores de materiais recicláveis, debate este que iremos nos debruçar a seguir.

O TRABALHO COM CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM RELATO DA IESOL

O processo de reciclagem é muito importante para o meio ambiente, pois ajuda a preservar os recursos naturais ao reduzir a necessidade de extrair novas matérias-primas. Além disso, a reciclagem economiza energia e também contribui para que os aterros sanitários tenham uma vida útil maior. A Lei 12.305, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada em 2010 no Brasil, incentiva a formação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis. Essa lei reconhece a reciclagem como uma forma adequada de destinação final para os resíduos, que seja mais amiga do meio ambiente. Ela também valoriza o resíduo sólido reciclável como um bem econômico e social, gerador de empregos e renda, além de promover a cidadania (Brasil, 2010).

Nos últimos anos, os catadores de materiais recicláveis têm buscado se organizar de formas diferentes para superar os obstáculos que dificultam receber um valor maior pelo seu trabalho. Ao se unirem, eles fortalecem suas ações e conseguem estabelecer relações de mercado mais favoráveis, além de avançar em alguns pontos dentro da cadeia produtiva. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a criação de associações e cooperativas surgiu como uma das principais maneiras de esses trabalhadores se organizarem economicamente em todo o país.

No caso das associações, as legislações mais recentes indicam que elas não possuem finalidade econômica. Seu objetivo é a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópica, entre outras. Por sua vez, as cooperativas possuem finalidade essencialmente econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto aos sistemas de comercialização (IPEA, 2017, p.24).

A reciclagem vem ganhando destaque como um setor econômico importante, especialmente nos últimos anos, quando a questão dos resíduos sólidos passou a ser uma preocupação central no planejamento urbano e na gestão pública de praticamente todas as grandes cidades do mundo. Entre as opções de destino final para resíduos, a reciclagem se destaca, justamente por isso que a Economia Solidária vê potencial de trabalho. Isso porque, ao reaproveitar materiais descartáveis, conseguimos reduzir os impactos ambientais, economizar recursos naturais e ainda gerar benefícios sociais, incluindo a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva, o que assemelha-se com a lógica de uma economia alternativa e com os princípios de cooperação e sustentabilidade.

Para Duarte (2021), a Economia Solidária configura-se como um instrumento relevante para o desenvolvimento social, porque, quando aplicada de modo adequado, garante a sobrevivência e a

melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Assim, em resposta ao questionamento anterior, a economia solidária assume papel significativo no contexto da reciclagem de resíduos no Brasil.

Para tanto, é fundamental que o setor seja amparado não apenas economicamente, mas também socialmente. A economia solidária, proporciona desenvolvimento profissional, geração de renda e possibilita que setores mais “invisíveis” da sociedade saiam do anonimato e tenham seus trabalhos reconhecidos. Neste modo de produção, estes se tornam sujeitos críticos e conscientes com capacidade para compreender, influenciar o seu meio. (Duarte, 2021, s/p).

Num sentido de dados quantitativos, no Brasil, existem poucos estudos aprofundados que permitam diagnósticos mais precisos da realidade socioeconômica do setor de reciclagem na ECOSOL, apesar dos esforços de inúmeros pesquisadores. Diante do exposto, o setor de reciclagem se apresenta um campo de análise muito singular e desafiador em termos de mobilização coletiva dos atores para a geração de receita, dadas as características econômicas intrínsecas da atividade e a realidade social que define a identidade, tipicamente marginalizada por sua força de trabalho (Silva, 2020).

Além da finalidade econômica, os empreendimentos coletivos de catadores também atuam como veículos de representação de seus associados no âmbito do poder público, dando-lhes peso maior para reivindicar, entre outras coisas, a cessão de espaços adequados para armazenar e separar o material recolhido, além de programas de financiamento para seu processamento e agregação de valor (Silva, 2020, p.136).

A IESol vem trabalhando há 20 anos na incubação e assessoria de grupos organizados enquanto associações de reciclagem, além de buscar promover ações voltadas aos ODS e à Educação Ambiental. Enquanto programa de extensão suas atividades são condicionadas a UEPG e as secretarias responsáveis pelo ensino superior, o que possibilita que uma equipe interdisciplinar possa atuar com os/as associados. Neste sentido, cabe-nos expor as 3 (três) experiências que a incubadora teve com este público e de que forma a Economia Solidária serviu para o fortalecimento de vínculos e cumpriu seu papel para com a sustentabilidade e o meio ambiente.

A primeira delas foi a Associação de Recicladores de Porto Amazonas (ARPA), que foi incubada IESol em 2006, mesmo ano em que tiveram a aprovação de um edital disponibilizado pela Fundação Banco do Brasil, no qual foi possível concretizar o sonho de alguns recicladores de Porto Amazonas (PR), que puderam contemplar a construção de um barracão de triagem de resíduos recicláveis num terreno cedido pela Prefeitura de Porto Amazonas.

No ano de 2007, pautados nos princípios da Economia Solidária, houve uma maior viabilidade de geração de renda para os associados, aliada à preservação do meio ambiente. Foram cerca de 20 associados que através da seleção de resíduos recicláveis promovem o sustento de suas famílias e

exercem a sua cidadania. (IESol, 2015). Em 2013, a ARPA entrou para o Projeto Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, patrocinado pela Petrobras, em um edital escrito com apoio da IESol com a intenção de prestar apoio à associação e avançar em questões de fortalecimento do grupo.

Além do mais, no ano de 2011 foi produzido um documentário acerca das ações da associação denominado “Documentário ARPA 2011²” disponível no canal da IESol no *YouTube* produzido pela Agência de Jornalismo do Curso de Jornalismo da UEPG.

Outra experiência foi a da Associação de Recicladores Rei do PET (ARREP) surgiu em 2010 a partir de um grupo de catadores que tinham interesse em sair das ruas onde coletavam o material para formar uma associação ou cooperativa nos moldes da Economia Solidária. O grupo foi até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do bairro Santa Luzia em Ponta Grossa (PR), que entrou em contato com o departamento do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que encaminhou a proposta para a IESol.

A IESol deu início ao processo de pré-incubação do grupo, fazendo as primeiras reuniões e formações diretamente no CRAS, este momento faz parte de uma das fases de incubação que fazem parte da metodologia do programa de extensão, contendo também a incubação e pós-incubação. No ano de 2011 houve então a construção do estatuto e formalização da ARREP como associação. Os temas abordados durante as formações foram: organização de estatuto, meio ambiente, a importância do catador na sociedade, discussão sobre o nome e identidade visual da associação, trabalho coletivo e demais princípios da Economia Solidária.

Na sequência, no ano de 2012 foi realizada uma parceria com a Prefeitura Municipal da Ponta Grossa, que inseriu a ARREP na coleta seletiva do município através do Programa Feira Verde, disponibilizando um barracão e arcando com os custos de aluguel, água e energia elétrica. O barracão foi destinado para uso das fases de separação e triagem dos materiais. Eram um total de 20 associados que se organizaram em produção e participação coletiva e triagem.

O Programa Feira Verde, o qual a associação fez parte, foi instituído no Município de Ponta Grossa - PR pela Lei nº 11.645/2014 que dispõe sobre a implantação do "Programa Feira Verde no âmbito do Município de Ponta Grossa, e dá outras providências." Trata-se de um programa ligado a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), e consiste na troca de materiais recicláveis por produtos produzidos preferencialmente pela agricultura familiar, bem como

² Para ter acesso ao documentário da ARPA acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=wqCmQPmAr88>. (IESol, 2011).

disponibilizam outros benefícios como vale gás e passe para transporte coletivo (tais benefícios mudam conforme os anos e alterações na legislação) (Ponta Grossa, 2014).

Com o apoio da IESol foram escritos projetos para captação de recursos para a associação, tendo como financiadores de projetos: nos anos de 2011 e 2012 a Cáritas Diocesana, em 2013 o Programa Inspira (BR Foods), em 2014 o Projeto Petrobrás. Todos os projetos são inscritos no coletivo entre a equipe técnica e os catadores.

Dentre os desafios enfrentados no processo de incubação e acompanhamento do grupo destacam-se: o aumento da renda, autonomia em processos administrativos e controle da produção. E os avanços de maior destaque foram: o fortalecimento enquanto um grupo e a consolidação como associação.

Outro documentário intitulado de “Aqui é reciclagem: Organização e trabalho em associações de Ponta Grossa e Porto Amazonas³” foi produzido pela IESol enquanto uma ação do Projeto “Fortalecimento Da Economia Solidária Nos Campos Gerais” com o patrocínio da Petrobras e do Governo Federal foi lançado em 2017 e reuniu depoimentos de membros da ARREP e ARPA, além de mostrar seus espaços de trabalho nas associações em Ponta Grossa e Porto Amazonas (PR).

A mais recente experiência trata-se da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imbaú - ACAMARI, que se iniciou no ano de 2025 através do projeto “Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza (2025-2026)” ligado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), financiado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR), que buscou atuar no município de Imbaú (PR), com uma população de cerca de 14.249 habitantes conforme último Censo (IBGE Cidades, 2022).

Este projeto de extensão do USF, alocado na IESol, visa trabalhar nas lacunas dos diversos desafios socioeconômicos e ambientais da sociedade, fornecendo à comunidade ferramentas teóricas e práticas para a construção de um mundo mais justo e sustentável, partindo dos princípios da Economia Solidária e propagando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e as Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Tendo como foco principal de atuação as áreas de Educação, Assistência Social e Meio Ambiente.

Cabe pontuar que, as SbN são soluções que geram algum benefício à população sem esgotar ou explorar de forma ilimitada os recursos naturais do planeta. A intenção é contribuir com respostas e novas ideias inovadoras para com os desafios ambientais enfrentados atualmente, além de adotar

³ Para ter acesso ao segundo documentário acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=KiZZOMpcUcU&t=22s>. (IESol, 2017).

políticas promotoras da conservação. E devido ao potencial de aplicação junto aos EES da ECOSOL, a IESol buscou introduzir esta temática em sua linha de atuação.

Diante da intensificação das emergências climáticas, da crise ambiental e das desigualdades persistentes, torna-se cada vez mais urgente a incorporação do desenvolvimento sustentável como eixo estruturante das decisões políticas, econômicas e institucionais. É por este motivo que a IESol buscou contemplar em seu projeto essa temática. Considerando que repassar esse conteúdo à comunidade é essencial, afinal a sustentabilidade não é apenas uma aspiração ética ou ambientalista, e sim uma exigência para a continuidade da vida e para a construção de um futuro mais justo e resiliente.

Com a presente associação a intenção não é de incubação neste momento, visto que as metas do projeto não prevê este processo, mas sim possibilitar formações e oficinas com os associados, cerca de 15 pessoas. Além do mais, a Secretaria do Meio Ambiente de Imbaú acompanhou a IESol em todas as atividades realizadas até então com o grupo.

As ações se iniciaram em fevereiro de 2025 com a incubadora entrando em contato com a presidente da associação para apresentar o projeto. Na sequência, foram realizadas 2 reuniões de planejamento via a plataforma *Google Meet* para tirar dúvidas e explicar as metas a serem cumpridas. Foi em abril que as atividades presenciais começaram, com uma oficina de vivências sobre os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis e uma dinâmica de fortalecimento de vínculos e conhecimento das equipes da associação e da IESol. Entre maio e junho foram desenvolvidas reuniões de planejamento e um cronograma anual das ações, como atividades voltadas para os direitos trabalhistas de uma associação e demais temáticas oriundas do meio ambiente.

O programa de extensão, através do referido projeto, já tem datas marcadas e pretende acompanhar a associação, prestando assessorias e formações durante os anos de 2025 e 2026, e na sequência serão pensadas outras atividades após a avaliação da equipe, pensando nas potencialidades e desafios. A ideia é manter o contato com os associados visto a grande potencialidade de ações conjuntas a longo prazo.

Apesar de estarem organizados como uma associação, esses trabalhadores ainda não estão completamente visíveis na sociedade e continuam ligados ao estigma da exclusão, o que faz com que na ECOSOL possam se sentir incluídos de alguma forma. É de suma importância que a universidade, através de programas de extensão, valorize suas experiências do ponto de vista dos trabalhadores, para que as instituições que participaram da formação da associação, os reconheça como protagonistas e sujeitos históricos nesse processo.

Os catadores/as de materiais recicláveis desempenham um papel essencial para o meio ambiente, e são responsáveis por coletar os materiais que serão reciclados, fornecendo os insumos básicos para as etapas de beneficiamento e transformação, que visam a reutilização desses materiais na produção de novos produtos. Mas a valorização deste trabalho nem sempre é consenso entre a sociedade. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Para enfrentar essa dura realidade de pobreza e exclusão social, um contingente considerável de catadores – trabalhadores envolvidos em diferentes elos da cadeia da reciclagem – tem buscado se organizar sob diferentes estratégias de ação coletiva. Essa organização pode ser observada tanto em termos de representação política, com a mobilização dos trabalhadores e seus familiares em torno de uma categoria profissional em busca de reconhecimento social e direitos de cidadania, quanto em termos econômico-produtivos, com a formação de associações e/ou cooperativas no intuito de somar forças por meio do trabalho coletivo (IPEA, 2017, p.8).

Num contexto geral de políticas públicas ambientais, existem entre os municípios muitas diferenças na forma como atuam em relação aos catadores e dependem também do compromisso daqueles que estão dispostos a lutar por um ideal e a transformar isso em uma ação do Estado. Essas ações não acontecem de forma isolada e atingem a vida de todos os/as associados de cada associação. A universidade presta essas acessórias conforme os limites da extensão, ao menos no caso da IESol, buscando também trabalhar com a formação de gestores públicos, para que estes possam atuar em prol da melhoria das condições desses trabalhadores.

É fundamental entender o contexto em que as decisões são tomadas, para que possamos construir juntos uma cultura de educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Essa cultura deve reconhecer o papel dos catadores na cadeia de reciclagem, com o objetivo de construir um futuro mais justo e igualitário para todos, objetivo este que a ECOSOL busca se inserir também.

Além de terem uma função econômica, os empreendimentos coletivos formalizados nesta perspectiva de economia também funcionam como uma forma de representação dos seus membros junto ao governo e a sociedade civil. Isso dá mais força para reivindicarem espaços adequados para guardar e separar o material que coletam, como em alguns caso que citamos na construção de galpões, além de programas de financiamento para processar e agregar valor ao material recolhido, que no caso da IESol geralmente são através de financiamento de projetos voltados para a extensão trabalhar com a comunidade.

O setor de reciclagem tem um grande potencial para gerar oportunidades econômicas no país, não somente na Economia Solidária, como também enquanto agentes de transformação social através de organizações coletivas, “[...] as cooperativas e as associações são vistas como potenciais instrumentos de inserção social, por proporcionarem uma série de vantagens e melhores condições de

trabalho a esses indivíduos.” (IPEA, 2017, p.25). Além disso, pode-se atuar como uma forma de representar catadores diante de governos e de outros espaços de discussão e decisão, defendendo seus interesses e direitos. Dessa maneira, podem reivindicar apoio para melhorar suas condições de trabalho e também garantir acesso a equipamentos e serviços públicos nas comunidades onde vivem, além de ter o apoio da universidade.

Cabe pontuar também que Sopko e Moura (2019; 2024) desenvolveram pesquisas e organizaram materiais em formato de dissertação, tese e livros sobre a temática de catadores na IESol, os quais também voltaram-se para a temática de gênero. Um exemplo é o livro “Mulheres catadoras de materiais recicláveis: duplas/triplas jornadas de trabalho, trajetórias e experiências” lançado no ano de 2023. As contribuições das autoras é essencial em todo o processo de compreender como as associações funcionam, como são as relações entre homens e mulheres e as particularidades da questão de gênero, algo que também é preciso ser considerado e valorizado na discussão dos catadores de materiais recicláveis de forma geral.

Para além dessas produções a incubadora possui um trabalho de grande relevância quando o assunto é reciclagem, especialmente envolvendo alunos de escolas públicas e privadas, nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), em sua área de abrangência no sentido de promover formações e oficinas sobre os resíduos sólidos. Outras ações envolvem campanhas de sensibilização, como a campanha de coleta de materiais de escrita, como lápis, canetas e borrachas, visando seu encaminhamento a organizações responsáveis pelo descarte correto em parceria ao curso de Química da UEPG em 2025 ou a adesão a 9º Campanha “Cidades Sem Risco” do Cemaden Educação em 2026. Além de postagens de notícias e artes em sites e nas redes sociais, fazendo um apelo e levando informação verídica para os seguidores da incubadora.

Todas as atividades envolvem uma equipe interdisciplinar de docentes, extensionistas, técnicos e pesquisadores empenhados em agir em prol da valorização do trabalho de associações/cooperativas de reciclagem, e demais segmentos, além de cumprir com o papel de divulgar tais ações em detrimento de uma maior visibilidade. Enquanto programa de extensão, afirmam e reafirmam seus esforços para proporcionar espaços de reflexão e ação de projetos voltados para as pautas sustentáveis.

Muitas dessas experiências foram relatadas em eventos como o 23º Encontro Conversando Sobre a Extensão CONEX - 8º Encontro Anual de Extensão Universitária EAEX, como por exemplo com o resumo expandido “Oficinas de Economia Solidária e Reciclagem para alunos do Ensino Médio” de Madureira *et al.* (2025), no V Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável de Albach *et al.* (2026), entre outros componentes de relatórios internos da IESol e da participação em outros eventos acadêmicos de prestígio científico.

Dessa forma, destaca-se a relevância da extensão universitária, entendida como processo formativo que articula ensino e pesquisa à realidade social, promovendo o intercâmbio de saberes entre a academia e a comunidade. As ações extensionistas possuem grande potencial de transformação, pois respondem a demandas locais e possibilitam que estudantes universitários se desenvolvam como sujeitos críticos, éticos e socialmente comprometidos.

CONCLUSÃO

As experiências relatadas ao longo deste capítulo evidenciam a relevância da atuação da IESol no fortalecimento dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis sob a ótica da economia solidária. Mais do que um modelo alternativo de organização econômica, a economia solidária representa uma resposta concreta aos desafios sociais e ambientais enfrentados pelas populações marginalizadas, promovendo inclusão, dignidade e justiça socioambiental.

A trajetória da incubadora, com destaque para o trabalho junto às associações ARPA, ARREP e ACAMARI, revela que o apoio técnico, a formação continuada e a valorização dos saberes locais são estratégias fundamentais para a consolidação de empreendimentos sustentáveis e autogeridos. Essas ações não apenas contribuem para a geração de trabalho e renda, mas também ressignificam o papel dos catadores como agentes centrais na cadeia da reciclagem e na construção de cidades mais resilientes e limpas.

Contudo, a realidade ainda impõe inúmeros desafios, como a precarização das condições de trabalho e o estigma social. Por isso, reforça-se a necessidade de políticas públicas integradas, educação ambiental e reconhecimento institucional que dialoguem com os princípios da economia solidária. Somente por meio da valorização efetiva do trabalho dos catadores e do fortalecimento de práticas coletivas será possível avançar rumo a uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a sustentabilidade, em consonância com a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

As cooperativas/associações de reciclagem, sejam elas ligadas a ECOSOL ou não, ainda enfrentam problemas estruturais e precisam melhorar a eficiência dos processos, comercialização, a autogestão e a solidez econômica, que são desafios comuns neste segmento. Isso evidencia que ainda há um longo caminho a percorrer e muitas conquistas a serem alcançadas.

Cabe destacar que no ano de 2026 a IESol ainda busca desenvolver um trabalho junto às experiências destacadas no sentido de assessorias pontuais na medida em que as associações percebem

a necessidade de entrar em contato. Além do mais, tais associações são independentes e possuem outras parcerias, não necessitando mais de um acompanhamento integral ou de incubação.

Nesse sentido, destaca-se o papel transformador das universidades públicas que assumem uma função social decisiva ao promover a articulação entre conhecimento acadêmico e saberes populares. A atuação da IESol demonstra como a universidade pode contribuir de forma concreta para a transformação social, especialmente quando se compromete com processos formativos que visam a emancipação dos sujeitos e a construção coletiva de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Diante do exposto, torna-se essencial e urgente ampliar a produção de conhecimento sobre as associações de catadores de materiais recicláveis em um contexto de emergências climáticas, reconhecendo seu papel estratégico não apenas na gestão de resíduos sólidos, mas também na construção de alternativas sustentáveis no âmbito da economia solidária e na construção de uma cidadania participativa. Sendo assim, é preciso fortalecer a inserção dessas iniciativas em espaços de participação social, como conselhos municipais, bem como ampliar sua visibilidade nas políticas públicas, garantindo o financiamento adequado para sua continuidade e expansão.

REFERÊNCIAS

ALBACH, Camila Aparecida da Silva; GOMES, Gabrielle Fernandes; MOURA, Reidy Rolim de; MOLETA, Aline Diandra. **A valorização do trabalho de catadores de materiais recicláveis a partir da economia solidária**. In: V Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2025, Matinhos, PR. Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/v-simposio-brasileiro-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-542255/1200994-a-valorizacao-do-trabalho-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-a-partir-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões, Macaé**, v. 1, n. 4, p. 1–10, jan./jun. 2008. Disponível em: labterramae.nepam.unicamp.br. Acesso em: 2 jun. 2025.

BERTICELLI, Ritielli; DECESARO, Andressa; PANDOLFO, Adalberto; PASQUALI, Pâmela Bia. Contribuição da coleta seletiva para o desenvolvimento sustentável municipal. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 781-796, abr./jun. 2020.

BENINI, Edi Augusto. **Economia solidária e os ODS**. Rede ODS Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/post/2016/02/01/economia-solidaria-e-os-ods>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. **Lei 9795/99**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 18 de mai. de 2025.

BRASIL. **LEI Nº 10.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Educação ambiental**. Disponível em: Acessar página. Acesso em: 15 abr. 2026.

Brasil. Ministério das Cidades. **Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2012**. Brasília, DF: SNIS, 2012. Disponível em: Acessar documento. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **ODS 18 – Igualdade étnico-racial**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/programas-e-projetos/ods18>. Acesso em: 17 abr. 2026.

CANEPA, Carla. Desenvolvimento sustentável e equidade. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 151–174, 2007.

DUARTE, Karina Andrade. **Economia solidária e a reciclagem de resíduos sólidos**. Disponível em: <https://recicla.se/recicle/economia-solidaria-e-a-reciclagem-de-residuos-solidos/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FILHO, G.C.F. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Análise & Dados**. Salvador, Bahia. v.12 n.1 p.9-19, jun. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Carla. **Economia Solidária em foco na ONU: Conheça o trabalho da UNTFSSSE**. Internacionalização Descentralizada em Foco, Abril, 2024. Disponível em: <https://idefufpb.com/2024/04/10/economia-solidaria-em-foco-na-onu-conheca-o-trabalho-da-untfssse/#:~:text=Em%202023%2C%20a%20Assembleia%20Geral,passaram%20a%20reger%20a%20UNTF%20SSE>. Acesso em: 04 jun. 2025.

IBGE CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Cidades. **Imbaú - Paraná, Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbau/panorama>. Brasil, 2022. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

IESOL. Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Associação de Recicladores de Porto Amazonas - ARPA**. Ponta Grossa, 2025. Disponível em:

<https://iesol.webnode.page/products/associa%C3%A7%C3%A3o-de-recicladores-de-porto-amazonas-arpa/>. Acesso em: 22 de mai. de 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO BRASIL: DILEMAS E POTENCIALIDADES SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Rio de Janeiro, janeiro de 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7413/1/td_2268.PDF. Acesso em: 02 de jun. de 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

MADUREIRA, Caroline dos Santos; ALBACH, Camila Aparecida da Silva; GOMES, Gabrielle Fernandes; MOURA, Reidy Rolim de. **Oficinas de economia solidária e reciclagem para alunos do ensino médio**. In: 23º Encontro Conversando Sobre a Extensão (CONEX) e 8º Encontro Anual de Extensão Universitária (EAEX), 2025. Ponta Grossa, PR. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025.

MATTA, P. H. D. **Círculo de Cultura: educação popular com catadores de materiais recicláveis**. Assis, 2006. Instituição parceira: Núcleo de Assessoria à Formação e Desenvolvimento de Cooperativas Populares da UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Curso de Graduação em Psicologia. Projeto concluído. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/circulo-de-culturaeducacao-popular-com-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 15 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NASCIMENTO, Marcos Adller de Almeida; PAES, Diego Cristóvão Alves de Souza; PEREIRA, Marcelo Henrique Neves; SANTOS, Melissa Deisy de Araújo; SOUZA NETO, Pio Marinho de. Desafios e perspectivas da gestão integrada de resíduos sólidos em municípios: uma revisão integrativa. **Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 1-20, 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

PITACAS, José Alberto. **A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Estudos de Economia Pública e Social. Portugal, 29 de junho de 2019. Disponível em: https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/07/257_Pitacas_A-ESS-e-os-OS_Pt.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei nº 11.645, DE 21/01/2014.** Dispõe sobre a implantação do "Programa Feira Verde" no âmbito do Município de Ponta Grossa, e dá outras providências. Ponta Grossa: Câmara Municipal [2014]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2014/1165/11645/lei-ordinaria-n-11645-2014-dispoe-sobre-a-implantacao-do-programa-feira-verde-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 de mai. de 2025.

SILVA, Sandro Pereira. **Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória.** In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília, DF: Ipea, 2020.

SOPKO, C; MOURA, R.R. **As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa-PR.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2796>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

SOPKO, C. MOURA, R.R. **TRABALHO E A DUPLA INVISIBILIDADE DAS MULHERES CATADORAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PONTA GROSSA, PR, NA PANDEMIA DA COVID-19.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2024. Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgcsa/wp-content/uploads/sites/34/2025/02/Camila-Sopko.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

SOPKO, C. MOURA, R.R. **Mulheres catadoras de materiais recicláveis: duplas/triplas jornadas de trabalho, trajetórias e experiências.** Editora Sinergia Casa Editorial, 2023.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

A RESPONSABILIDADE DA
PSICOLOGIA JURÍDICA FRENTE A
POPULAÇÃO INDÍGENA:
ABRANGÊNCIA CULTURAL

Daniela Veiga de Oliveira
Karina de Fátima Mendes Silva
Marina Cabral e Silva
Rafael Pereira Gomes
Isabella Ramos Tristão

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender a ligação entre psicologia jurídica e povos indígenas, reconhecendo a diversidade cultural, valores e tradições que influenciam o comportamento humano e a justiça. Para tal finalidade, através da pesquisa qualitativa, a ideia é integrar a questão cultural ao sistema jurídico, levando-se em consideração as necessidades específicas dessas comunidades. Foi realizado o embasamento teórico e, posteriormente, elencados 6 artigos para a análise dos resultados obtidos com esse estudo. Por fim, conclui-se que, ao analisar uma comunidade indígena, é necessário conciliar os preceitos legais com o respeito à cultura e às tradições desse povo, de modo a evitar que seus direitos e valores sejam feridos.

Palavras-chave: População indígena. Psicologia jurídica. Diversidade. Cultura. Direitos.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia jurídica no Brasil enfrenta obstáculos significativos, principalmente ao lidar com populações indígenas, que apresentam grande diversidade cultural. Muitos profissionais da área carecem de formação específica para entender essa diversidade, o que pode resultar em práticas inadequadas que não respeitam as particularidades culturais e sociais dessas comunidades. Ademais, as comunidades indígenas no Brasil sofrem estigmatização e preconceito, o que impacta negativamente seu tratamento em contextos jurídicos. Assim, a psicologia jurídica deve estar atenta para evitar reforçar esses estigmas, uma vez que o sistema jurídico nacional, muitas vezes, não reconhece adequadamente os direitos específicos dessas comunidades (Brandão; Pereira, 2023).

A educação e sensibilização dos profissionais sobre questões indígenas são fundamentais, incluindo treinamento em práticas culturalmente informadas. Diversas vezes, as vozes das comunidades não são ouvidas no sistema jurídico, o que reforça a necessidade de incluir representantes indígenas nas avaliações e decisões. Essa abordagem inclusiva é essencial para melhorar a garantia dos direitos indígenas e promover uma participação ativa dos psicólogos jurídicos nessa luta. Portanto, é crucial que essa área do conhecimento trabalhe para garantir que os direitos indígenas sejam respeitados e que suas práticas estejam alinhadas aos princípios de justiça e equidade. (Aith, 2008, p. 118)

Assim, através da metodologia qualitativa, o presente artigo visa compreender a intersecção entre psicologia jurídica e comunidades indígenas, reconhecendo a diversidade cultural, tradições e valores que influenciam a justiça e o comportamento humano. A proposta é integrar a questão cultural ao sistema jurídico, levando em consideração as necessidades específicas dessas comunidades. As intervenções psicológicas devem ser fundamentadas nos dados levantados, promovendo o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas, bem como das leis que as afetam.

Além disso, o estudo busca abordar os desafios sociais enfrentados por essas comunidades em relação ao sistema legal que, segundo Martins (2008), frequentemente não se alinha à sua realidade cultural. A intenção é utilizar os dados coletados para promover uma justiça social que seja inclusiva e representativa, minimizando desigualdades. A psicologia

jurídica deve adaptar seus instrumentos para avaliar adequadamente as particularidades das comunidades indígenas, um tema ainda pouco explorado academicamente. Esse trabalho pretende estimular mais pesquisas nessa área, contribuindo para o bem-estar psicológico dessas populações por meio de intervenções culturais e políticas adequadas.

Certamente, a psicologia jurídica no Brasil é um campo em crescimento que aplica conhecimentos psicológicos no contexto jurídico, abordando questões como avaliação de testemunhas e análise da competência mental. Dessa forma, psicólogos que atuam em foros e tribunais ainda enfrentam desafios para que seu papel seja reconhecido no sistema judiciário, resultando em decisões judiciais que, muitas vezes, ignoram o suporte psicológico. Essa lacuna evidencia a necessidade de uma maior consideração dos aspectos afetivos nas sentenças, que devem integrar uma visão mais holística do indivíduo (Rovinski, 1998).

A integração entre psicologia e direito pode aprimorar a eficácia e a justiça dos processos legais, oferecendo uma melhor compreensão do comportamento humano e apoiando decisões mais informadas. No entanto, a acessibilidade aos serviços de psicologia jurídica é desigual e constantemente influenciada por condições socioeconômicas, o que destaca as disparidades no acesso e na abordagem dos serviços. Assim, a psicologia jurídica no Brasil continua em um processo de desenvolvimento e profissionalização, refletindo a complexidade e a importância dessa área para o sistema de justiça e apontando para a necessidade de enfrentar esses desafios para práticas mais justas e eficazes (Silva, 2016, p. 38).

Este trabalho visa abordar a perícia psicológica, um campo em crescimento, com foco em estabelecer critérios e parâmetros que garantam a atuação ética dos psicólogos em litígios envolvendo a população indígena. A pesquisa discute a relação entre psicologia, direito e indígenas, além da análise da comunicação entre as duas disciplinas citadas. A metodologia envolveu um levantamento bibliográfico de textos jurídicos e psicológicos, buscando oferecer uma compreensão mais clara dos procedimentos éticos e das implicações legais na prática da psicologia jurídica nas comunidades indígenas (Rovinski, 1998).

2 A POPULAÇÃO INDÍGENA E A PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL: HISTÓRIA, DEVERES E DIREITOS

2.1 História dos indígenas no Brasil

Denominados como o povo “originário” do Brasil, os indígenas carregam em sua história a marca de uma rica diversidade cultural e profundas transformações ao longo dos séculos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem-se que os povos ameríndios vieram da Ásia, por meio de imigrações através de um “subcontinente” chamado Beríngia. E, desde então, se estabeleceram nas terras que ofereciam fertilidade, onde os nativos desenvolveram um estilo de vida em comunidade.

Conforme Caldeira *et al.* (1997, p. 15), apesar da variedade de cultura dos grupos indígenas, todos mantinham uma relação profunda de preservação, conexão e conhecimento da fauna e flora brasileira. Além disso, também tinham separações de trabalho parecidas conforme o sexo: os homens eram responsáveis pela construção de casas e canoas, caça, produção de armas e derrubada da mata para plantio. Já as mulheres ficavam responsáveis pelo cuidado do plantio, preparação dos alimentos e fabricação dos instrumentos domésticos.

A chegada dos portugueses em 1500 marcou o início de um período de intensa transformação para as populações indígenas. A colonização trouxe a imposição de novas estruturas políticas, sociais e econômicas, pois eles acreditavam que os indígenas eram “bárbaros”, devido à extrema diferença cultural. Desse modo, segundo esse pensamento, Montaigne (1580 *apud* Broca; Lousada, 2007) diz que o sujeito chama de bárbaro aquilo que não é do seu uso e costume, ou seja, não é aceito outra verdade ou razão além daquela que é usada em seu país de origem. Assim, os modos e costumes dos povos aborígenes eram considerados selvagens e, por isso, os portugueses realizaram uma violência cultural, onde tentaram apagar a cultura indígena e impor a europeia.

Cunha (1992) explica que, apesar dos europeus não terem respeitado a alteridade dos nativos, inicialmente, eles e os indígenas mantiveram uma relação de parceria por meio do escambo. Depois, com a implementação do primeiro governo geral no Brasil, o interesse dos europeus mudou para a escravização da mão de obra indígena. Além dessa escravidão, os europeus trouxeram muitas doenças para o Brasil, como a varíola, peste bubônica e gripe. Em decorrência da falta de imunidade dos indígenas a essas doenças, houve um grande extermínio

desses povos. Além disso, devido às guerras por território e liberdade, os indígenas se refugiaram para não serem escravizados.

Após anos buscando os direitos e denunciando as violências vivenciadas por esses povos, os indígenas conseguiram alguns avanços com a nova Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no dia 05 de outubro de 1988, que agora tem dois artigos para a garantia dos direitos desses povos. Assim, cabe ressaltar que, de acordo com o art. 232, os indígenas, suas comunidades e organizações têm o direito legítimo de entrar com ações judiciais para defender seus direitos e interesses, com a participação do Ministério Público em todas as etapas do processo.

No que diz respeito à saúde da população indígena, desde a criação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 1967, diversos órgãos governamentais e instituições têm atuado no atendimento aos povos indígenas. Em 1999, foi estabelecido o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a adoção de uma política de descentralização, a intervenção direta do Estado foi diminuída, resultando na criação de 34 Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs), definidos com base em critérios epidemiológicos, geográficos e etnográficos. Os DSEIs contam com uma equipe de profissionais, entre eles, os psicólogos, que buscam planejar ações em saúde mental.

Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio da Funai, realizou um levantamento que mostrou que a população indígena no país chegou a 1.693.535 de indivíduos. E, conforme Waihs, Bento e Quadros (2019), essa população, que continua sendo considerada vulnerável, tem grande parte dos direitos garantidos apenas no papel, pois há dificuldades para colocá-los em prática.

Complementarmente, no Brasil contemporâneo, um país de rápida transformação, a população indígena ainda sofre vários obstáculos em relação à sua saúde mental, bem-estar e conservação de suas tradições e culturas. Nesse sentido, os psicólogos indígenas Brandão e Pereira (2023), esclarecem que a psicologia desempenha um papel essencial na proteção dos povos originários, porém, diversos profissionais da psicologia não tiveram a capacitação específica para conseguir adequar-se e lidar com a cultura e língua.

Assim, é necessário um achegamento da sociedade e do governo em prol do cuidado em saúde mental das comunidades indígenas, sem discriminar as características socioculturais

desses povos. Desse modo, segundo a Resolução nº 454/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entende-se que é fundamental a atuação do Poder Judiciário para assegurar a saúde mental do indígena, bem como, incentivar a participação ativa desses grupos na tomada de decisões que atingem suas comunidades.

2.2 Pressupostos históricos da psicologia jurídica no Brasil e o fazer do psicólogo jurídico

Com o intuito de estabelecer-se um contexto e delimitar os objetivos desta obra, num primeiro momento, propõe-se analisar a relação entre a psicologia e o direito, investigando o papel do juiz e a imagem do Judiciário, bem como a contribuição de ambos para a compreensão do ser humano e a construção da cidadania. Segundo Silva (2016), para entender deve-se perpassar a história da psicologia jurídica no Brasil, dando ênfase aos avanços feitos na interdisciplinaridade das áreas do conhecimento, especialmente do comportamento, da personalidade e dos fenômenos sociais, pautado sempre pela ética inerente à psicologia.

Silva (1998, p. 44) relata que a psicologia jurídica vem expandindo suas áreas de conhecimento, pesquisa e atuação, seja em decorrência das novas demandas sociais, seja em função da atualidade nas produções acadêmicas e científicas. Porém, ainda assim, os psicólogos que atuam nos foros e tribunais ainda não têm seu espaço devidamente estabelecido dentro do sistema Judiciário. Com isso, muitas decisões judiciais acabam se baseando exclusivamente na objetividade jurídica, visto que muitos juízes ainda insistem em dispensar o suporte da psicologia.

Nesse contexto, os objetivos desta obra são claros. A perícia, particularmente a psicológica, é um campo que tem visto um crescimento recente em termos de material didático e análise aprofundada. Apesar de já existirem muitas informações e pesquisas, ainda é necessário estabelecer critérios e parâmetros mais definidos para garantir uma atuação que esteja em conformidade com os preceitos éticos da psicologia e que atenda às demandas judiciais das pessoas e famílias envolvidas em litígios. É essencial compreender o papel do psicólogo jurista, dando voz a ele nas diferentes demandas que são inerentes ao Judiciário (Rovinski, 1998, *apud* Silva, 1998, p. 34).

No mais, para Silva (1998, p. 62), parece ser desafiadora esta busca pelas origens da história da psicologia, já que os dados mais remotos divulgados restringem-se a profissionais e serviços prestados no Rio de Janeiro, e está diretamente vinculada ao surgimento da psicologia, antes mesmo da sua regulamentação, que data do ano de 1962. O autor ainda defende ser o trabalho de avaliação psicológica uma garantia dos direitos humanos, pois com o advento da Constituição de 1988, formalizou-se o conceito de dano moral, daí o respaldo do psicólogo para levar aos laudos a realidade psicológica das vítimas, cabendo ressarcimento financeiro a pessoas lesionadas em seu patrimônio psíquico (Silva, 1988, p. 271-272). E este olhar diante das mudanças sociais e das transformações legais, salienta os rumos que nortearão a psicologia forense no Brasil, onde a psicologia social fortalece os direitos dos indivíduos emanados na busca da cidadania.

Segundo Silva e Santos (1998, p. 330-332), a atuação dos psicólogos junto ao Poder Judiciário busca estabelecer os critérios para a realização da prova pericial no processo civil, no tocante à admissibilidade, no momento de pedir a prova pericial, em fraudes periciais, entre outros, sendo esta colaboração de grande ajuda no planejamento e execução de políticas sociais. O psicólogo perito atuará de forma a assessorar a justiça, devendo exercer a função com imparcialidade em relação às partes envolvidas, emitindo um laudo psicológico com base no referencial teórico-técnico, respaldado na ciência psicológica, para auxiliar a decisão do judiciário.

Segundo Silva e Barros (1998), o laudo pericial estabelece o campo de atuação da psicologia jurídica visando a busca da verdade. E a prova pericial contribui buscando indicadores dos aspectos familiares, que nortearão a atuação do psicólogo, do advogado, do promotor e do juiz. Porém, essa verdade que é oferecida aos autos mostra-se incompleta, não sendo possível apreender toda a verdade do sujeito pelos aspectos inerentes a cada pessoa, quer sejam eles inconscientes ou inacessíveis à investigação. Por isso é necessária a atuação do psicólogo para apresentar os procedimentos analisados e conclusões gerados pelo processo avaliativo (Silva, 1998, *apud* Amaral, 2012, p.332).

Esse ato compartilhado entre a psicologia e o direito é o viés norteador que esta pesquisa visa na sua totalidade, buscando ações igualitárias nesse campo complexo e decisório na vida das pessoas.

Ressalta o autor que o laudo, por ser uma redação técnico científica de natureza oficial, destinada ao juízo que determinou a perícia, deve pautar-se pelos seguintes princípios da redação oficial: padrão culto da linguagem; impessoalidade; padronização; precisão e objetividade (Brandimiller, 1996, p. 95-100).

Este estudo busca examinar a perícia psicológica sob aspecto jurídico, estabelecendo-se os critérios e as implicações éticas da atuação dos psicólogos para contribuir para a consolidação do seu papel dentro do sistema judicial, enfatizando a necessidade de uma integração mais profunda e eficaz entre a psicologia e direito, de modo a garantir decisões judiciais mais justas e humanizadas (Silva, 1998, p. 334).

Conforme trazido por Lago *et al.* (2009), a atuação dos psicólogos brasileiros na psicologia jurídica começou a se consolidar na década de 1960, com o reconhecimento da profissão. Inicialmente, essa inserção foi lenta e muitas vezes informal, por meio de trabalhos voluntários, principalmente na área criminal, focando em adultos criminosos e adolescentes infratores (Rovinski, 2002, *apud* Lago *et al.*, 2009). Embora o trabalho dos psicólogos no sistema penitenciário exista há pelo menos 40 anos de forma não oficial, foi a promulgação da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84) em 1984 que garantiu seu reconhecimento legal nas instituições penitenciárias (Fernandes, 1998, *apud* Lago *et al.*, 2009).

Contudo, a preocupação com a avaliação do criminoso, especialmente o doente mental, é anterior à década de 1960. Na Antiguidade e na Idade Média, a loucura era um fenômeno privado, com liberdade de circulação para os "loucos" e atendimento médico limitado a poucos privilegiados (Lago *et al.*, 2009). A partir do século XVII, houve uma tendência de exclusão, levando à criação de instituições para internar aqueles que ameaçavam a ordem social (Rovinski, 1998, *apud* Lago *et al.*, 2009). No século XVIII, na França, Pinel revolucionou essa abordagem, libertando os doentes de suas prisões e oferecendo assistência médica (Pavon, 1997, *apud* Lago *et al.*, 2009).

De tal modo, a psicologia jurídica começou a se inserir no direito de maneira informal e despretensiosa, com o psicólogo jurídico auxiliando o judiciário por meio de psicodiagnósticos, os quais passaram a ser considerados pelas instituições judiciárias. Atualmente, o psicólogo jurídico e o judiciário estão cada vez mais integrados, unindo suas formações para aumentar a eficácia dos atendimentos e a resolução de conflitos no dia a dia (Therense *et al.*, 2017).

A associação entre psicologia e direito, por meio de práticas periciais como avaliação psicológica e elaboração de laudos, é tão intensa que as atribuições do perito psicológico podem ser erroneamente vistas como a totalidade das funções da psicologia nesse campo (Therense *et al.*, 2017). Segundo Brito (2004), essa função é frequentemente considerada como "natural" dos psicólogos, sem uma análise crítica sobre sua adequação a cada situação. Essa questão tem gerado debates polarizados sobre a prática pericial psicológica (Therense *et al.*, 2017).

No mais, os psicólogos podem ser chamados a avaliar a veracidade de depoimentos de testemunhas e suspeitos, contribuindo para a justiça. O fenômeno das falsas memórias é crucial na psicologia do testemunho, pois o ser humano pode armazenar e lembrar informações que não ocorreram. Essas falsas memórias podem surgir da repetição de informações consistentes e inconsistentes sobre um mesmo evento. Por isso, é fundamental realizar pesquisas que elucidem os mecanismos das falsas memórias para aprimorar as técnicas de avaliação de testemunhos (Stein, 2000). Essa compreensão é vital para garantir que o testemunho seja utilizado de maneira eficaz e ética nos processos judiciais.

Além disso, a psicologia também desempenha um papel fundamental no direito de família, especialmente em divórcios que envolvem separação de bens e a adaptação de filhos à guarda compartilhada. Esses filhos, frequentemente ainda na primeira infância, enfrentam um período crítico de desenvolvimento, moldando suas personalidades. Ao contrário do que se acredita, essa formação não está ligada apenas à genética, já que caráter e personalidade são elementos únicos e complexos, exigindo atenção especializada (Magalhães, 2017).

Portanto, de forma abrangente, o objetivo da psicologia jurídica é promover um olhar mais humanizado, acolhendo as famílias e indivíduos que se encontram em um processo doloroso e marcante. Isso envolve ouvir suas demandas e trabalhar para garantir condições dignas para todos os envolvidos (Silva, 1998, *apud* Barros, 2024, p. 320).

2.3 Atuação da psicologia jurídica frente a população indígena

O Brasil é composto por uma gama de comunidades, com diferentes culturas, comportamentos e crenças. Como o foco do trabalho é a psicologia jurídica, sua atuação e aplicação na comunidade indígena, é preciso ressaltar que se trata de um povo onde é

necessário, sobretudo, a busca pela compreensão de seus costumes, como nos apresenta o Centro de Informações das Nações Unidas (2008) em uma declaração publicada, uma vez que, em muitos casos, o sistema legal não consegue abranger suas particularidades.

É preciso entender o que fundamenta determinada cultura para que seja possível que o profissional atue de forma assertiva e eficaz ao analisar costumes diferentes, principalmente para um povo que já possui uma história de muita luta. Tal afirmação reitera a importância da compreensão das diversidades indígenas, para que se possa, assim, acolher suas especificidades. Com base nos dizeres de Massimi (2006), pode-se entender que a necessidade de compreender uma cultura não é relevante apenas para compreender sobre a história desse povo, mas sim para que esses fatos possam se fazer presentes e que não haja a exclusão de dados que compõem determinada cultura.

O Centro de Informações das Nações Unidas (2008) afirma que a comunidade indígena está inserida nos mesmos direitos que todas as demais culturas possuem, mas ressalta que o fato de serem diferentes é, inclusive, um direito que todos os povos têm, os quais precisam ser respeitados com a observância de suas particularidades. Diante disso, o sistema legal precisa reconhecer que a comunidade indígena tem direitos que devem ser ligados aos do próprio sistema. Isso se faz necessário uma vez que, ao não considerar o fato exposto, podem não tratar adequadamente situações enfrentadas por esse povo em questões legais.

Fato é que as comunidades indígenas enfrentam problemas que sistematicamente afetam sua saúde mental, como a luta pelas suas terras, a falta de adequação legal para seus costumes, a preservação e a prática livre de sua cultura e crença, entre outras. Para isso, em 2007, foi publicada a Portaria nº 2.759/2007, em que foi estipulado diretrizes e criado um comitê para lidar com a saúde mental indígena. Entende-se que questões relacionadas a traumas vindos da saúde mental precisam da compreensão e da atuação do psicólogo no âmbito jurídico, pois tem interferência direta nas intervenções e análises necessárias durante o processo.

França (2004) traz que a psicologia jurídica deveria partir de um princípio de subjetividade do indivíduo para que, através disso, seja possível ir além de uma expectativa depositada em cima do psicólogo jurídico pela área legal. Com isso, tem-se que a atuação do psicólogo, bem como cada intervenção e processo são únicos, de modo que para uma maior

assertividade, o sistema jurídico precisa abordar e fornecer conhecimentos para lidar com suas particularidades.

Ademais, a atuação do psicólogo se faz sobremaneira necessária, uma vez que é preciso auxílio da intermediação de uma cultura dominante com uma cultura diferente, facilitando a resolução de conflitos que muitas vezes são gerados. O art. 33da resolução CFP 9/2018 traz que:

A psicóloga e o psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, atuarão considerando os processos de desenvolvimento humano, configurações familiares, conjugalidade, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, identidade étnico-racial, características das pessoas com deficiência, classe social, e intimidade como construções sociais, históricas e culturais.

Essa resolução destaca a importância de se considerar todas as variantes culturais e de uma análise crítica para qualquer parecer, até mesmo ao âmbito jurídico, para resolução de processos e tomada de decisões.

Cabe ao psicólogo jurídico, durante uma avaliação psicológica, seguir a Resolução nº 9/2018 art. 31, alínea b, do CFP, onde fica vedado ao profissional: “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, raciais, de orientação sexual e identidade de gênero.” Assim, o psicólogo precisa se atentar a uma conduta ética durante o parecer, para que não seja depositado aspectos pessoais ou influências durante a avaliação.

A atuação do psicólogo na área jurídica com a população indígena deve integrar uma compreensão cultural adequada. Esse profissional precisa identificar e analisar os impactos mentais que a comunidade enfrenta, assegurando os direitos individuais durante os processos legais. É essencial que o psicólogo reconheça e respeite as particularidades da cultura indígena, evitando injustiças relacionadas a crenças divergentes. Conforme destacado por França (2004), essa compreensão da subjetividade do indivíduo é vital para garantir uma prática ética e eficaz. Ao adotar essa abordagem, é possível promover intervenções assertivas e respeitosas, garantindo um atendimento acolhedor e efetivo para essa população.

Assim, é assegurado que se cumpra os direitos desses povos como garante a Carta Magna (1988) em art. 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes,

línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Dessa forma, de maneira a respeitar a identidade de cada povo e ser humano individual, é possível aplicar o princípio da isonomia, que vem desde Aristóteles e segue sendo defendido pelos juristas da atualidade, que determina:

O princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: ‘Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades’ (Nery Junior, 1999, p. 42, *apud* Associação Nacional dos Analistas Judiciários da União, 2012).

Ou seja, a psicologia jurídica deve zelar sempre pelo respeito e pela igualdade dos direitos dos povos indígenas. Para que, apesar de todas as diferenças de cultura, eles tenham acesso aos mesmos direitos dos demais.

Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 129, inciso V, estabelece alguns direitos aos povos originários, como a responsabilidade do Ministério Público para a defesa judicial dos interesses e direitos da comunidade indígena. Na seção de cultura, assegura também a proteção das manifestações culturais do povo indígena e de outras comunidades. Ao analisar esse fato, conclui-se que a própria Constituição reconhece a singularidade de costumes e o direito de usufruir de sua cultura (Brasil, 1988).

Miranda Junior (1998) questiona em sua publicação “Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciárias na construção do ideal de justiça” o motivo pelo qual a psicologia foi incluída no sistema legal e responde que isso se deu para proporcionar uma base sólida e uma instrução para a tomada de decisões. Ao longo de seu trabalho, ele aborda novamente a questão da subjetividade, afirmando que, ao se disponibilizarem para ouvir o outro, abrem espaço para a singularidade do sujeito em relação à legislação. Assim, no contexto jurídico, o psicólogo é uma peça fundamental para fundamentar decisões, mas é crucial considerar as especificidades de cada indivíduo. Ao analisar a comunidade indígena, é necessário que se concilie o que a legislação apresenta sem ferir a cultura de um povo.

3 METODOLOGIA

Severino (2002, p. 102) diz que a pesquisa teórica parte da reflexão e do levantamento rigoroso de dados empíricos para contextualizar e atualizar melhor o conhecimento de uma determinada realidade. Ela incorpora citações como instrumentos válidos do trabalho científico. Para uma maior projeção, um artigo deve atender ao diálogo crítico com os autores e dos autores entre si. E para tal, a intenção não é colocar citações com posições divergentes, pois assim não há como fundamentar argumentações. Sendo um dos aspectos da pesquisa, ser criativo é necessário para fazer avançar a ciência (Severino, 2002, p. 106).

Ainda, ele diz existir um rigor próprio na metodologia, ou seja, dedicação, reflexão e investigação ao estudo e ter a fundamentação teórica, científica e filosófica. O que caracteriza todo trabalho que parte de um levantamento de dados descobertos por pesquisa e ideias avançadas, seguindo o raciocínio científico (Severino, 2002, p. 130). Ele relata que, na atual conjuntura, a ciência não quer atingir uma verdade única ou dogma com o método epistemológico do conhecimento, e sim, dar sentido como formas de conhecimento em conteúdos inteligíveis que retratam um determinado aspecto da realidade (Severino, 2002, p. 36).

Ressalta-se que uma pesquisa de levantamento bibliográfico é uma parte importante da pesquisa teórica, além de ser uma presença constante em todas as áreas do conhecimento. Inclusive, no campo da educação, é possível encontrar diversas investigações, tanto públicas quanto em andamento. Trata-se de um processo de investigação que busca resolver, entender ou aprofundar questões sobre o fenômeno que está sendo observado. Isto é, "a pesquisa científica é uma investigação sistemática sobre um determinado tema, visando esclarecer aspectos em análise" (Bastos; Keller; 1995, p. 53).

De modo geral, a pesquisa é necessária quando não há informações suficientes para resolver um problema ou quando os dados disponíveis estão desordenados e não podem ser aplicados adequadamente à questão (Bastos; Keller, 1995). Tem-se que a pesquisa bibliográfica está inserida, principalmente, no espaço acadêmico, possuindo a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, por meio de investigações científicas de obras já publicadas. Assim, simplificadamente, entende-se que um dos objetivos das pesquisas científicas e dos

trabalhos acadêmicos é facilitar o entendimento dos estudantes referente aos diversos assuntos, obras, autores e livros.

Além disso, é importante ressaltar que a pesquisa se apoia em teorias já publicadas, por isso é importante que o pesquisador leia e organize bem o material que está analisando. Dessa forma, durante a pesquisa bibliográfica, o pesquisador precisa ler, refletir e escrever sobre o que aprendeu, dedicando-se a entender e aprimorar as teorias existentes. No mais, é fundamental a organização dos livros e artigos selecionados na forma de fichas que ajudem na condução e desenvolvimento da pesquisa (Severino, 2007).

Para Gil (2002, p. 44), citado por Severino (2007), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica envolve revisar obras publicadas sobre a teoria que guiará o trabalho científico, exigindo dedicação e análise para reunir e avaliar textos que darão suporte ao estudo.

Enquanto a pesquisa de levantamento bibliográfico se concentra na análise de fontes existentes, a pesquisa qualitativa é uma abordagem de investigação que busca compreender fenômenos sociais e do comportamento humano, a partir de uma perspectiva mais profunda e contextualizada. Ao invés de se concentrar em dados numéricos, esse tipo de pesquisa se foca em significados, interpretações dos indivíduos e experiências que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. Segundo Kripka, Sheller e Bonotto (2015), é utilizando técnicas como entrevistas, observações e pesquisa documental que a pesquisa qualitativa permite explorar a complexidade dos comportamentos humanos e as nuances das interações sociais, proporcionando uma visão rica e detalhada dos tópicos em estudo.

Para Machado (2021), uma das principais características da pesquisa qualitativa é sua flexibilidade, permitindo que o pesquisador adapte o processo conforme novas informações e *insights* surgem. Essa abordagem é particularmente útil em áreas como psicologia, sociologia e antropologia, onde entender o contexto e as percepções dos indivíduos é crucial. Além disso, os resultados são frequentemente apresentados de forma descritiva, enfatizando as narrativas, os relatos dos participantes e as conclusões da pesquisa documental, que enriquece a compreensão do fenômeno estudado e contribui para a construção de teorias e práticas mais eficazes.

Adiante, cabe mencionar a pesquisa exploratória, a qual é um tipo de investigação que visa preencher lacunas de um entendimento inicial sobre um fenômeno ou problema pouco conhecido, através de estudos. De acordo com Abel e Patah (2023), ela é utilizada quando o pesquisador deseja identificar questões relevantes, gerar *insights* e ideias ou explorar novas áreas de estudo. Esse tipo de pesquisa é flexível e não se limita a um método específico, permitindo o uso de abordagens qualitativas, como entrevistas e pesquisa documental, bem como métodos quantitativos, como questionários. O objetivo é criar uma base sólida para pesquisas futuras, aprofundando o conhecimento sobre o tema em questão.

Além de ser um ponto de partida para a formulação de hipóteses, a pesquisa exploratória também ajuda a mapear as variáveis envolvidas e a compreender o contexto em que o problema está inserido. Por meio da coleta de dados preliminares, o pesquisador pode identificar padrões, tendências e relações que podem não ser imediatamente evidentes. Isso facilita o direcionamento de investigações mais aprofundadas, como pesquisas descritivas ou explicativas, proporcionando um entendimento mais completo e contextualizado do assunto abordado (Abel; Patah, 2023).

Ademais, no que diz respeito ao método de análise da pesquisa, de acordo com Severino (2014), uma análise textual consiste em realizar um entendimento mais detalhado, a fim de interpretar e examinar o tema trabalhado. Para essa análise, pode-se seguir algumas orientações que facilitarão o processo, como compreender mais sobre o autor para entender seu posicionamento e enumerar no texto palavras do vocabulário que sejam destaques do tema. Para a finalização dessa análise e a construção da exposição do texto, ela deve ser dividida em: introdução, desenvolvimento e conclusão. Dessa forma, atinge-se o objetivo da análise textual, ou seja, focar no entendimento dos elementos que compõem o texto: linguagem, conceitos, entre outros.

Após compreender as referências e conceitos do autor, o leitor passará para a análise temática, que busca interpretar o tema abordado. Para isso, pode-se contar com vários elementos do texto, tomando cuidado para entender realmente a essência do tema trabalhado. Severino (2014) cita o exemplo do próprio título do artigo, que não necessariamente aborda o tema central, mas pode ser sugestivo. O autor também destaca a importância do entendimento da problematização, onde é possível levantar questionamentos que promovam o aprofundamento

do tema. A análise tem o intuito de entender e analisar o tema central que foi trabalhado no artigo.

Por fim, a análise interpretativa, como o próprio nome sugere, baseia-se na interpretação dos dados e das ideias do autor. Segundo Severino (2014), é necessário compreender a ideia que o autor traz e tirar conclusões a partir dela. O autor explica que se pode partir de dois pontos de vista: coerência interna, onde se avalia se o que foi proposto pelo autor foi devidamente representado, e originalidade, adotando uma perspectiva crítica sobre a originalidade do autor em suas ideias expostas. Portanto, a ideia dessa análise é proporcionar um entendimento que forme uma interpretação própria do leitor sobre o assunto e as ideias do autor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O seguinte estudo qualitativo, realizado com base em uma busca metódica de artigos que abordam o tema “psicologia jurídica e as populações indígenas”, através do Google Acadêmico, identificou-se e analisou-se seis artigos publicados entre os anos de 2023 e 2024. Nesta seção, serão discutidos os resultados encontrados para sintetizar o conhecimento atual sobre a temática, como também identificar lacunas e oportunidades para pesquisas futuras.

Nome do(s) autor(es)	Ano do artigo	Título do artigo	Instituição/Revista
Maria Eduarda Carvalho da Luz e Kaique Sampaio	2024	Direito social indígena: a atuação estatal diante da efetivação dos direitos	Revista Acadêmica Online
Paulo Henrique Martinez	2023	Patrimônio ambiental e diversidade cultural: marcos na luta pelos	Estudos Históricos (FGV)

		indígenas no brasil (2011-	
Ciro César de Carvalho, Daniela Souzalima Campos, Joseane Mariluz Martins de Carvalho, Marilene	2023	População indígena: um estudo sobre a execução de recursos oriundos de resoluções no âmbito da atenção primária em	Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (V ENEPCP)
Lisandra Espíndula Moreira, Laura Cristina Eiras Coelho Soares, Ylo Barroso	2024	Psicologia e sistema de justiça: desafios e compromissos	Psicologia: Ciência e Profissão (Conselho Federal de Psicologia)
Regina Helena de Freitas Campos	2023	A história da psicologia no brasil e suas relações com o contexto	Editora do Portal História da Psicologia
Henrique Britto de Melo, Júlia Pagnussat, William Weber Cecconello e	2024	A abordagem cognitiva para interrogatórios: buscando informações ao invés de confissões	Revista Brasileira de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

No primeiro artigo, intitulado “População Indígena: um estudo sobre a execução de recursos financeiros oriundos de resoluções no âmbito da Atenção Primária a Saúde em Minas Gerais”, os autores chamam a atenção para a importância de uma escuta empática com os indígenas, para a realização de implementações de políticas públicas que realmente atendam as demandas desse grupo.

Já no segundo artigo, chamado “Direito social indígena: a atuação estatal diante da efetivação dos direitos sociais indígenas”, os autores ressaltam que é fundamental que os

direitos sociais indígenas sejam garantidos, levando em consideração a diversidade cultural desse povo.

No terceiro artigo, denominado “A história da psicologia no Brasil e suas relações com o contexto sociocultural”, os autores enfatizam que a cultura brasileira é o resultado da interação de diversos povos e que, por isso, o conhecimento e a atuação do psicólogo devem se moldar de acordo com o local de atuação, para que assim possa atender a vasta diversidade sociocultural existente no Brasil.

No quarto artigo, “A multifacetada psicologia jurídica: explorando suas diversas áreas de atuação”, os autores trazem uma análise sobre como a psicologia jurídica pode contribuir no sistema legal, oferecendo apoio no entendimento de cada indivíduo e facilitando a compreensão da subjetividade do sujeito, para que as tomadas de decisões sejam mais assertivas.

No quinto artigo, “Psicologia e sistema de justiça: desafios e compromissos”, os autores realizam reflexões sobre como articular a psicologia com o sistema de justiça, salientando que o objetivo da psicologia é atuar para consagrar inúmeros direitos específicos de cada grupo social.

E, por fim, no sexto artigo, intitulado “Psicologia jurídica na contemporaneidade: contribuições e desafios”, os autores enfatizam que há muitas colaborações que os profissionais da psicologia podem oferecer ao campo jurídico. Como, por exemplo, mostrar que questões humanas e existenciais devem partir da compreensão de um sujeito biopsicossocial com toda a sua subjetividade.

No decorrer do levantamento bibliográfico foi observado que o conhecimento do psicólogo deve se moldar de acordo com o local de atuação. Nesse viés, há a necessidade de uma maior capacitação dos profissionais de psicologia em relação à diversidade sociocultural indígena para que, assim, o sistema legal também possa agir de acordo com a diversidade desse grupo.

Outro tópico a ser considerado é que o psicólogo auxilia no entendimento de que as questões humanas devem partir de uma compreensão de que o indivíduo é um ser biopsicossocial e com subjetividade. Logo, é preciso combinar o saber psicológico com o jurídico na atuação profissional, principalmente quando se tratar de grupos com culturas específicas, como a população indígena.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho aborda a psicologia jurídica no contexto dos povos indígenas. Nos primeiros estudos e pesquisas científicas, observamos uma relação entre a atuação do psicólogo jurídico e o difícil acesso aos tribunais de justiça. Os artigos analisados mostram como a introdução da psicologia jurídica nos tribunais, muitas vezes de forma despretensiosa e informal, foi gradual. Ao longo dos estudos, podemos perceber a integração das profissões de Psicologia e Direito, especialmente por meio de práticas periciais como a avaliação psicológica e a elaboração de laudos.

O objetivo da psicologia jurídica é proporcionar um olhar mais humanizado, acolhendo as famílias e indivíduos que vivenciam processos dolorosos e marcantes. A atuação da psicologia jurídica junto à população indígena revela as diferenças culturais, comportamentais e crenças presentes no Brasil. Para que o psicólogo jurídico atue de forma eficaz, é essencial compreender e respeitar a cultura dos povos indígenas, a fim de analisar adequadamente seus costumes e particularidades.

No contexto jurídico, o psicólogo desempenha um papel fundamental ao fornecer subsídios para a tomada de decisões, mas é crucial que se leve em consideração as especificidades de cada indivíduo. Ao analisar uma comunidade indígena, é necessário conciliar os preceitos legais com o respeito à cultura e às tradições desse povo, de modo a evitar que seus direitos e valores sejam feridos.

THE RESPONSIBILITY OF LEGAL PSYCHOLOGY TOWARD INDIGENOUS POPULATIONS: cultural scope

Abstract

The purpose of this article is to understand the connection between legal psychology and Indigenous peoples, recognizing the cultural diversity, values, and traditions that influence human behavior and justice. To achieve this, through qualitative research, the study aims to integrate cultural considerations into the legal system, taking into account the specific needs

of these communities. A theoretical framework was established, followed by the selection of six articles for result analysis. In conclusion, it was found that, when analyzing an Indigenous community, it is essential to reconcile legal principles with respect for the culture and traditions

of these people, in order to prevent any infringement of their rights and values.

Keywords: *Indigenous populations. Legal psychology. Diversity. Culture. Rights.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITH, F. Saúde indígena no Brasil: atual quadro jurídico-administrativo do Estado brasileiro e desafios para a garantia do direito à saúde da população indígena. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 115-132, nov. 2008/fev. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13133/14938>. Acesso em: 19 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS JUDICIÁRIOS DA UNIÃO. **Princípio constitucional da igualdade**. 2012. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/principio-constitucional-da-igualdade/2803750>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BARROS, F. L. M. Uma visão sobre a adoção após a Constituição de 1988. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 639, 1 abr. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6552>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 4, p. 403-414, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/8cWScCRZNYFkrbQw5LkwBTB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRANDIMILLER, P. A. **Perícia judicial em acidentes e doenças do trabalho**. São Paulo: SENAC/SP, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto consolidado. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF:

Senado Federal, 16 jul. 1990. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.759, de 25 de outubro de 2007**. Estabelece diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e cria o Comitê Gestor. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2007. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt2759_25_10_2007.html. Acesso em: 17 set. 2024.

BRITO, L. M. T. de. **Separando**: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de família. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

CALDEIRA, J.; MARCONDES, F.; PAULA, S. **Viagem pela história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMPOS, R. H. de F. A História da Psicologia no Brasil e suas Relações com o Contexto Sociocultural. In: RIBEIRO, André Elias Morelli *et al* (org.). **Boletim do Portal História da Psicologia 2**. Rio das Ostras: Editora do Portal História da Psicologia, 2023. p. 17-79. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/374380698_A_Historia_da_Psicologia_no_Brasil_e_suas_Relacoes_com_o_Contexto_Sociocultural. Acesso em: 29 out. 2024.

CARVALHO, C. C. de *et al*. População Indígena: um estudo sobre a execução de recursos oriundos de resoluções no âmbito da atenção primária em minas gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 5., 2023, Belo Horizonte. **Anais do V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**. Belo Horizonte: ANEPEC, 2023. p. 1-18. Disponível em:
<https://anepec.org/ojs/index.php/br/article/view/405/190>. Acesso em: 29 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 9, de 25 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 001/2017 e 002/2017. Disponível em: <https://www.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-09-2018.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CRP09. **Psicologia é aliada na luta pela autodeterminação dos povos indígenas no Brasil**. 2023. Conselho Regional De Psicologia 9ª Região GO. Disponível em:
<https://www.crp09.org.br/portal/noticia/3017-psicologia-e-aliada-na-luta-pela-autodeterminacao-dos-povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 06 set. 2024.

CRUZ, R. M. **Psicologia jurídica**: perspectivas teóricas e processos de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CUNHA, M. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FRANÇA, F. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 73-80, jan. 2004. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1200/896>. Acesso em: 24 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024

LAGO, V. de M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L. R.; BANDEIRA, D. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de** Disponível em: Acesso em: 21 set. 2024.

LUZ, M. E. C. da; SANTOS, K. S. Direito social indígena: A atuação estatal diante da efetivação dos direitos sociais indígenas. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 10, n. 50, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/81>. Acesso em: 29 out. 2024.

MAGALHÃES, C. C. A psicologia jurídica no Brasil e seus ramos de atuação. **Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais** em: Ac

MARTINS, T. A. U. Diálogo intercultural e direito indígena. **Ciência e Cultura**, São Paulo,

MASSIMI, M. Psicologia e cultura na perspectiva histórica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão

MIRA Y LÓPEZ, E. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Mestre JÓU, 1967.

MIRANDA JUNIOR, H. C. de. Psicologia e justiça: A psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 28-37, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2024.

MONTAIGNE, M. **Montaigne: dos Canibais**. Consciência.org (Filosofia e Ciências Humanas), 6 out. 2007. Disponível em: https://www.consciencia.org/dos_canibais_montaigne.shtml. Acesso em: 06 set. 2024.

MOREIRA JACOB, G.; SOBRAL, O. J. Psicologia jurídica na contemporaneidade: contribuições e desafios. **Revista Científica da UniMais**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 111–127, 2024. Disponível em: <https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/191>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MOREIRA, L. E. *et al.* Psicologia e Sistema de Justiça: desafios e compromissos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 44, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/fcS4JGSbgFhkpcrWnq4Tb3b/?lang=pt#>. Acesso em: 29 out. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**.

NOGUEIRA, C. *et al.* A multifacetada psicologia jurídica: explorando suas diversas áreas de aplicação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s.l.], v. 9, n. 5, p. 777-787, 31 maio 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9614>. Acesso em: 13 nov. 2024.

QUALIBEST. **Guia d** 2022. Disponível em: Acesso em 29 set. 20

ROVINSKI, S. L. **A psicologia psicológica**. São Paulo: Aletheia, 1998.

ROVINSKI, S. L. **Fundamentos da perícia psicológica forense**. São Paulo: Vetor, 2004.

ROVINSKI, S. L. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Senac, 1996.

ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (orgs.). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. M. P. da. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

STEIN, L. Falsas memórias em depoimentos de testemunhas. In: **ANAIS do 3º Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2000.

THERENSE, M.; OLIVEIRA, C. F. B. de; NEVES, A. L. M. das; LEVI, M. C. H. **Psicologia jurídica e direi**17.

Disponível em: Acesso em: 21

UMBERLÂNDIA, C.; GOMES, I. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade**

WAYHS, A. C. D.; BENTO, B. do A. R.; QUADROS, F. A. de A. Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, [s.l.], n. 4, p.

68-78, 2 jul. 2019. Universite de Limoges. Disponível em:

<https://www.unilim.fr/trahs/index.php?id=1577&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO DE
SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR: A PRODUÇÃO
CIENTÍFICA ENTRE 2014 E 2024

Soleny da Silva Carvalho
Isabela Sarmet de Azevedo

Resumo: A pesquisa “Assédio Moral no Trabalho de Servidores Públicos Efetivos das Instituições de Ensino Superior” analisa a produção científica sobre o tema entre 2014 e 2024, com base em perspectiva multidisciplinar. Identifica crescimento dos casos nas instituições, com impactos à saúde mental agravados por rigidez hierárquica e ausência de legislação específica. Atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de catalogação de teses e dissertações, organizadas em planilha do Google Docs com dados sobre autoria, ano, região, participantes, formas de assédio e intervenções. A partir disso, serão geradas estatísticas descritivas a fim de analisar as informações sistemáticas acerca dos resultados. Espera-se que os resultados subsidiem intervenções institucionais fomentando novos estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Assédio Moral; Servidores Públicos; Universidade Pública.

Abstract: The research "Moral Harassment in the Work of Effective Public Servants in Higher Education Institutions" analyzes scientific production on the topic from 2014 to 2024, adopting a multidisciplinary perspective. It identifies a growing number of cases in these institutions, with mental health impacts aggravated by hierarchical rigidity and the absence of specific legislation. The study is currently cataloging theses and dissertations in a Google Docs spreadsheet, gathering data on authorship, year, region, participants, forms of harassment, and interventions. From this, descriptive statistics will be produced to systematize the findings. The results are expected to support institutional actions and foster new academic investigations on the subject.

Keywords: Moral Harassment; Public Servants; Public University.

Introdução

O assédio moral no trabalho foi apontado como uma das modalidades de violência no trabalho por um psiquiatra americano, Carrol Brodsky, que em 1976, publicou o livro *The harassed worker*. Ele estudou os efeitos de vários abusos sofridos por trabalhadores nos Estados Unidos (Fabrício, 2012). Entretanto, o psicólogo sueco Heyns Leymann tornou-se a principal referência em 1980 e 1990, para explorar o tema amplamente denominado *psychological terror*, segundo Barreto (2002; 2006), Freitas (2001; 2005; 2007) e Heloani (2004). O debate do assédio moral no trabalho intensificou-se, no final do século XX, na Europa, com os estudos de Heinz Leymann, na Suécia e de Marie-France Hirigoyen na França. (Fronzek, 2009). É consenso entre os pioneiros de que assédio moral é um comportamento destrutivo e antiético, de caráter repetitivo e sistemático, capaz de afetar a saúde mental dos assediados.

Assim, o assédio moral foi caracterizado como uma comunicação hostil e antiética no ambiente de trabalho, voltada sistematicamente, a uma ou mais pessoas, com uma frequência de, ao menos uma vez por semana, por um período de pelo menos seis meses, com produção de danos físicos,

psicológicos e sociais. A invisibilidade desse fenômeno no local de trabalho pode camuflar-se como brincadeiras ou insinuações de possível insanidade da vítima, como se esta tivesse mania de perseguição ou fosse exagerada em suas queixas. (Hirigoyen, 2000, 2002; Zimmermann, Lima, 2002)

No Brasil, a discussão foi desencadeada com a tradução do livro de Hirigoyen (2000), denominado Assédio moral: a violência perversa no cotidiano, em 1998, e com a publicação de Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações, de Margarida Barreto (2003). A partir daí, cresceu significativamente o interesse por esse tema, com um considerável número de publicações sobre o assunto. Podemos destacar: Freitas (2001); Guedes (2003); Aguiar (2006); Guimarães, Rimoli (2006); Vieira (2008); Freitas, Heloani, Barreto (2008); Soboll (2008); Trombeta, Zanelli (2010).

Assim, o assédio moral

É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comum em relações hierárquicas e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego. (Barreto, 2000, p. 28)

Segundo Martins (2015), Nunes (2016) e Vieira (2019), são muitas as terminologias utilizadas para referir-se ao assédio moral, tais como: *bullying*, *mobbing*, terror psicológico, psicoterror, abuso emocional e comportamentos hostis no trabalho. Ainda não há uma definição consensual sobre o assédio moral (Vieira, 2019), embora sejam muitas as contribuições de vários autores sobre o tema. Essa falta de consenso deve-se às diferenças culturais e de abordagem de cada país, ainda que existam características comuns entre as diversas definições.

Há estudos que ressaltam o assédio moral interpessoal e há outros que tratam do assédio moral organizacional, resultante de uma “política de gestão”, que é concebido como “processo contínuo de hostilidade e/ou isolamento, direcionado a alvos específicos com o objetivo de prejudicar, podendo ter como efeito descompensações na saúde; alterações nas condições gerais de trabalho; desligamento, afastamento, transferência do trabalho ou mudanças na função”. (Schatzmam Gosdal, Soboll e Eberle, 2009, apud Vieira, 2019, p. 28).

O assédio moral, por sua vez, se dá de modo contínuo; as agressões (humilhações, desprezo, aumento da tonalidade) são durante meses, com vistas a prejudicar a pessoa violada. Já o assédio organizacional é caracterizado por comportamentos contínuos, voltados para o aumento da produção. Ele é mascarado por menções a políticas organizacionais ou mesmo a estratégias que parecem inovadoras, mas que cerceiam as liberdades das pessoas no ambiente organizacional. A injúria, o

medo, a emoção, a fragilidade e o estresse são manipulados para produzir constrangimento. (Vasconcelos, 2015).

A relevância científica e social desta pesquisa consiste em discutir o assédio moral no trabalho na Universidade Federal Fluminense, com vistas a uma maior aproximação e compreensão do fenômeno, com ênfase nas suas causas e consequências no âmbito das IES (Instituições de Ensino Superior), mas também objetivando a construção de políticas de prevenção e combate do assédio moral no ambiente de trabalho.

Metodologia

Com o objetivo de caracterizar as pesquisas sobre assédio moral aos servidores públicos de Instituições de Ensino Superior, a partir de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil, entre os anos de 2014 e 2024, metodologicamente, optou-se pela revisão bibliográfica, classificada de acordo com as categorias descritivas e explicativas do fenômeno.

Foram buscadas dissertações e teses no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, que foi o banco de dados mais completo, visto que, desde 2014 e, quando autorizado pelos autores, foi possível ter acesso integral ao trabalho.

As dissertações e teses defendidas entre 2014 e 2024 foram selecionadas, desde que contenham no título ou resumo pelo menos um dos termos pesquisados: assédio moral, assédio psicológico, *mobbing* ou *harassment*. Outro critério foi que abordem o tema do assédio moral no trabalho em instituições públicas de ensino superior nos títulos e resumos, a fim de selecionar para a leitura integral os trabalhos que abordaram a temática de acordo com os critérios definidos.

O estudo tem por base o mapeamento do cenário em que apareceram os primeiros estudos sobre o tema, as principais contribuições teóricas no entendimento das causas e os impactos deste tipo de violência no trabalho no âmbito do serviço público, onde os participantes da pesquisa foram servidores públicos efetivos, tanto técnico-administrativos em educação quanto docentes. Também foram buscados nos repositórios institucionais das instituições nas quais os trabalhos foram produzidos os textos não disponíveis no Catálogo Teses & Dissertações e, quando não encontrados, foram solicitados por e-mail ao autor ou autora.

Na etapa seguinte, foram realizados os downloads dos textos integrais e organizadas em uma pasta do Google Docs as seguintes informações: autor; ano de publicação; título; região; participantes;

estratégias de coleta de dados; técnicas de análise de dados; atos de assédio moral identificados; consequências do assédio e práticas de intervenção.

Depois, foi utilizada a estatística descritiva, para analisar as informações mencionadas, apresentando a distribuição de frequência em números absolutos e porcentagem por meio de tabelas. A metodologia utilizada foi de caráter sistemático.

Esta pesquisa encontra-se em andamento, estando em fase de catalogação e análise preliminar dos dados provenientes da revisão sistemática da literatura. Portanto, os resultados apresentados neste artigo refletem um panorama inicial e contribuem para a fundamentação teórica e discussão do tema, enquanto a coleta e análise completas seguem em desenvolvimento.

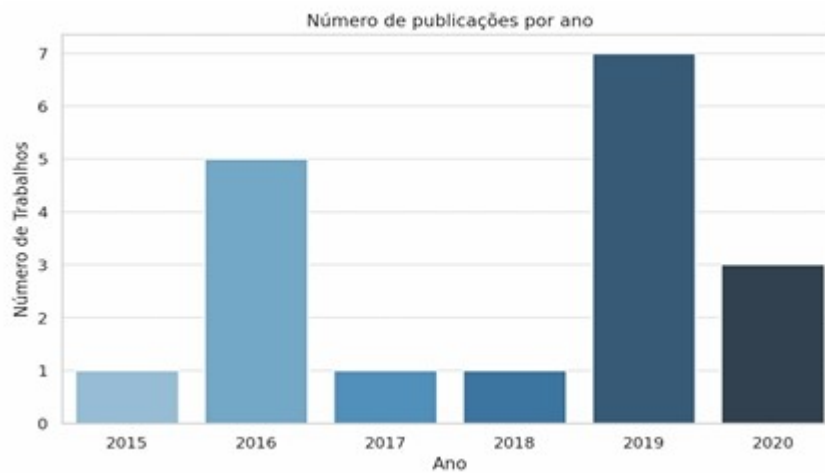
O assédio moral como violenta estratégia capitalista

As mudanças econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e culturais ocorridas nos últimos anos, dentro do sistema capitalista de produção, sob a égide neoliberal, consagrou a competitividade desmedida e não pouparam as formas de organização do trabalho individual e coletivo. Os novos modelos de gestão e as novas condições de trabalho, fincados no incremento da produtividade e no consumo serão sentidos no ambiente de trabalho, trazendo incertezas quanto a manutenção do próprio trabalho. “A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2011) diz que são servidores públicos, em sentido amplo, os estatutários (sujeitos a um estatuto e ocupantes de cargos públicos), os empregados públicos (contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público) e os servidores temporários (art. 37, XI)”. (Sohsten, 2015, p.91).

Nunes e Tolfo (2015) afirmam que os trabalhadores estão sendo submetidos à superexploração, ao desemprego estrutural, ao aumento da jornada de trabalho, à precarização na forma de contratação, à flexibilização das relações trabalhistas e dos processos produtivos, característicos do contexto neoliberal e do processo de acumulação capitalista. A redução dos postos de trabalho, a queda salarial, os impactos nas condições de vida das pessoas e o aumento da exclusão social contribuem para a ocorrência do assédio moral no ambiente institucional.

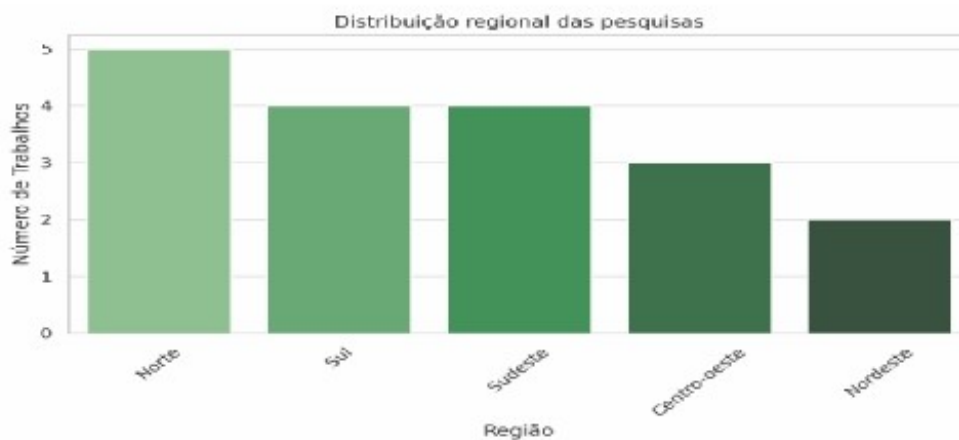
Aguiar (2015) entende o assédio moral é uma violenta estratégia capitalista da precarização do trabalho. Trata-se de uma nova modalidade de controle do capital sobre o trabalho, objetivando o aumento da lucratividade capitalista, sem qualquer consideração pelo ser humano.

Entre as 18 pesquisas catalogadas (teses e dissertações) até o momento, nota-se na figura 1:



Fonte: Carvalho (2025)

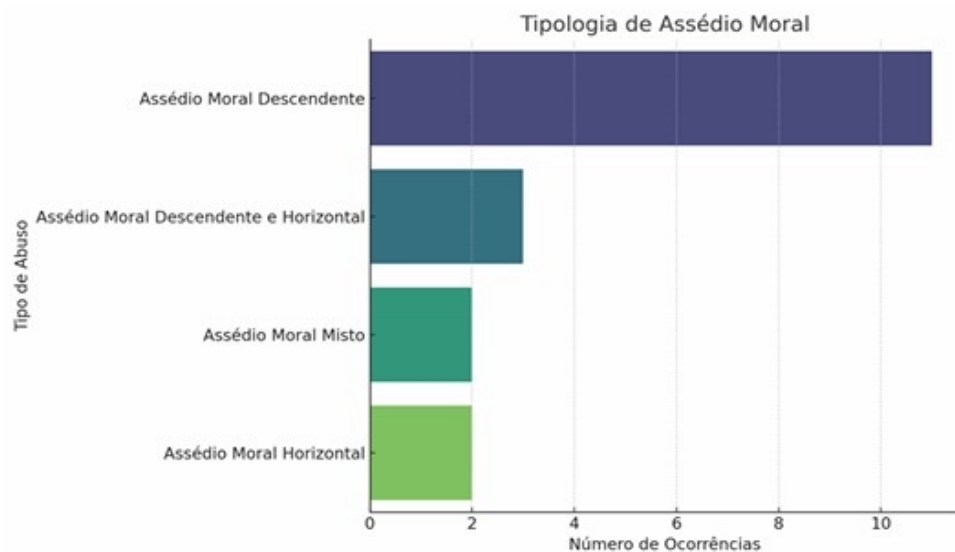
Figura 2: Distribuição regional das pesquisas



Fonte: Carvalho (2025)

Para Hirigoyen (2002), na esfera pública, o assédio moral gira em torno de disputas de poder, que impulsionam, frequentemente, o abuso pelo arbítrio. O uso do poder discricionário de forma desmedida, o uso abusivo do regime disciplinar, de forma disfarçada, em determinadas situações, pelo assediador, em nome do interesse da administração pública, com o intuito de perseguir seus desafetos ou qualquer um que se coloque como empecilho para seus interesses particulares.

Figura 3: Tipologias de assédio moral identificadas



Fonte: Carvalho (2025)

- **assédio moral descendente:** identificado quando a prática realizada por um superior hierárquico sobre um subordinado;
- **assédio moral horizontal:** caracterizado quando a ação é exercida por indivíduos do mesmo nível hierárquico;
- **assédio moral ascendente:** ocorre quando o superior hierárquico sofre o assédio do subordinado;
- **assédio moral misto:** ação é efetuada por indivíduos do mesmo nível hierárquico com apoio do superior hierárquico.

Batalha (2009) e Matos (2016) realizaram estudos sobre o assédio moral no setor público, destacando especificidades e desafios, que se diferem das expressões do assédio moral no setor privado, principalmente no que diz respeito às percepções dos sujeitos e às respostas institucionais.

Mais recentemente, os estudos científicos têm se voltado para a ocorrência do assédio moral nas organizações do setor público (Bampi, 2013; Brochardo, Porto, 2023), com ênfase na saúde (Xavier et al., 2008), na segurança pública (Barros, 2015), na Justiça (Silva et al, 2022), na educação (Guimarães et al, 2016), mais especificamente nas Universidades (Caran et al, 2010; Nunes, 2011; Fanes, 2015; Ignácio, 2018).

No setor público, os julgamentos de casos de assédio moral são menores, em virtude do fato das vítimas silenciarem-se pelo medo de perseguição. O servidor público não tem uma área da justiça especializada na defesa de seus direitos, o que ocorre no setor privado. Nestes, os empregados celetistas têm todos os Tribunais do Trabalho lutando contra o empregador. O servidor público tem suas causas julgadas pela justiça comum estadual e/ou federal, não sendo considerado hipossuficiente nas ações movidas contra os gestores públicos.

Batalha (2009) afirma que, geralmente, o assédio moral ocorre em instituições nas quais as tarefas não são definidas, permitindo culpar alguém por atividades não realizadas. Não se objetiva causar demissão do funcionário ou servidor, mas denegrir sua imagem, causar seu sofrimento no ambiente de trabalho ou transferi-lo para outro setor, o que pode gerar insatisfação e ansiedade.

A Universidade é um espaço que interage com a sociedade, além de ser uma instituição de produção e divulgação do conhecimento. Por isso, há necessidade de considerar seu papel no meio em que está inserida. (Meyer Jr., 2014). Quando voltamos para a ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Pública, nos deparamos com um paradoxo: a Universidade como lugar do saber – cuja responsabilidade é promover mudanças sociais, na direção da qualidade de vida da sociedade - não deveria ser um espaço que gera e perpetua hostilidade, desigualdade e sofrimento mental.

Nas IES, os indivíduos competem por cargos, por destaques, prêmios, financiamentos, espaços físicos, materiais, currículo mais extenso e com mais publicações, melhores lugares e posições e não estão livres do assédio moral. Essas instituições são avaliadas a todo tempo, quantitativa e qualitativamente, no que tange ao ensino, pesquisa e extensão. Número de publicações, revistas indexadas, participação em eventos, artigos científicos, livros, resultados de pesquisa, grupos de estudo e pesquisa e outros aspectos seguem a lógica da competição. Agências governamentais como a CAPES exigem quantidade de produções no meio acadêmico, envolvendo cursos de graduação, pós-graduação e estas devem ser equivalentes com a demanda que vem crescendo cada vez mais, por conta do número de alunos que obtém a formação, pelo número de horas-aula, causando sobrecarga de tarefas e cobrança por produção e qualidade.

Os financiamentos internos e externos às instituições universitárias são formas de controle de toda a produção realizada pelos docentes. Isso gera uma sobrecarga de demandas que se voltam contra os docentes.

Com as mudanças no mundo do trabalho, os trabalhadores das Universidades necessitam estar continuamente se adaptando ao ritmo produtivo ditado pela gestão, o que acaba gerando sobrecarga de exigências físicas, mentais e psíquicas excessivas. Obrigados a cumprir metas no tempo previsto, quando não conseguem, vivem sentimentos que causam angústia e sofrimento. Nesse contexto, surge o entendimento de que há assédio moral quando há violência excessiva contra os trabalhadores. (Soares, 2012).

As principais consequências relatadas incluem: humilhação e constrangimento, sofrimento psíquico e emocional, sobrecarga de trabalho, danos à saúde física e psicológica; deterioração das condições de trabalho e exclusão do convívio e discriminação.

Para Vieira (2019), a longa duração do assédio moral no serviço público se deve ao fato de que, nessas organizações, o agressor está protegido pela estabilidade do servidor, não podendo ser demitido, a menos que cometa faltas graves. Em razão disso, nas organizações públicas, o assédio moral apresenta consequências muito piores (Nunes, Tolfo, 2013). A cultura organizacional permissiva aos assédios morais, o elevado grau de corporativismo e as represálias em caso de denúncia (Nunes, 2011, 2016) estão por trás disso – algo que Scialpi (2005) caracterizou como “desamparo institucional aprendido”, em seus estudos em torno da violência institucional no âmbito do Estado. Esse desamparo é uma síndrome que se caracteriza pela progressiva mutilação do instituto de defesa, isto é, dos mecanismos que possibilitariam uma ação para colocar limites ao assédio. “[...] expresa la progresiva mutilación del instinto de defensa, mecanismo éste que posibilitaría la acción de poner límites. Los servidores públicos encubren la violencia por miedo. El imperio del silencio sostiene la perversión y la impunidad reinante” (Scialpi, 2005, p. 8)

No setor público, o assédio moral tende a durar anos, em virtude da carência de canais de comunicação e o trabalho solitário do/a professor/a. Sobre este, recaem as expectativas preconcebidas, os problemas pedagógicos e disciplinares, além da busca pelo reconhecimento e excelência da instituição, mas nem sempre os resultados esperados são alcançados. Há prejuízos para o serviço público, com afastamentos, aposentadorias prematuras, redução de produtividade e desempenho, aumento de atestados médicos e licença-saúde.

Recentemente, o Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024 instituiu o Programa Federal de Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal autárquica e fundacional.

A Lei 14.612, de 3 de julho de 2023 altera o Estatuto da Advocacia (Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil. O artigo 34, § 2º considera:

I – assédio moral: a conduta praticada no exercício profissional ou em razão dele, por meio da repetição deliberada de gestos, palavras faladas ou escritas ou comportamentos que exponham o estagiário, o advogado ou qualquer outro profissional que esteja prestando seus serviços a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade e à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-los das suas funções ou de desestabilizá-los emocionalmente, deteriorando o ambiente profissional;

II – assédio sexual: a conduta de conotação sexual praticada no exercício profissional ou em razão dele, manifestada fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual;

III – discriminação: a conduta comissiva ou omissiva que dispense tratamento constrangedor ou humilhante a pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua deficiência, pertença a determinada raça, cor ou sexo, procedência nacional ou regional, origem étnica, condição de gestante, lactante ou nutriz, faixa etária, religião ou outro fator.” (NR)

Nesse sentido, é de suma importância observar as condições de trabalho dos servidores públicos, docentes e técnicos administrativos efetivos em instituições e universidades públicas, para traçar estratégias de enfrentamento do assédio moral, que, nessa conjuntura, é uma forma de controle do trabalhador, visto que isso tem causado diferentes formas de adoecimento no trabalho.

As pesquisas indicam que a ausência de políticas institucionais robustas e mecanismos eficazes de responsabilização contribuem para a reprodução da problemática. São realizadas ações pontuais como palestras e capacitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o assédio moral é uma expressão particular das relações de poder da violência intrinsecamente vinculadas à economia e aos processos de produção. A contradição entre capital e trabalho está por trás dos conflitos intersubjetivos e pessoais.

O assédio moral que estamos pesquisando, ao contrário das análises que autonomizam a personalidade, abstraindo-a das condições reais de sua produção, é aquele que resulta da atividade dos próprios sujeitos históricos, que sob determinadas condições concretas produzem e reproduzem as suas vidas. Desse modo, explicamos o assédio moral como um reflexo da sociabilidade fundada pelo capital e não da deliberação dos indivíduos. Portanto, não se pode pensar que a solução do problema não passa pelo apelo à ética nas relações humanas.

O presente estudo está em fase de catalogação de pesquisas sobre o assédio moral no trabalho aos servidores efetivos de instituições públicas de ensino superior, a partir das dissertações e teses dos Programas de Pós Graduação Stricto Sensu no Brasil, no período de 2014 a 2024, por meio de uma revisão sistemática da literatura dos artigos publicados nas bases de dados Scielo, Spell e Banco de Teses e Dissertações da Capes.

Embora esta pesquisa esteja em andamento, é possível identificar a importância do estudo do assédio moral no trabalho de servidores públicos efetivos nas Instituições de Ensino Superior. A análise preliminar da literatura indica que o fenômeno é complexo, estrutural e está profundamente ligado às relações de poder e às condições organizacionais atuais, que impactam negativamente a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores. Assim, a construção do referencial teórico teve como base as contribuições bibliográficas de autores clássicos sobre a temática do assédio moral, tais como: Barreto (2005), Freitas (2008), Barreto e Heloani (2015); Hirigoyen (2002, 2006) e Leymann (1990).

À luz deste referencial, o assédio moral é concebido como uma prática perversa que traz consequências para a saúde do indivíduo. Trata-se de violência no trabalho que impacta (psicossomaticamente) a saúde física do trabalhador e suas relações sociais e psicológicas. Afastamentos, adoecimentos, absenteísmo, baixa produtividade e custos para as organizações públicas resultam do comprometimento da saúde mental do servidor em razão do assédio moral.

A análise desenvolvida nos permite afirmar a importância de aprofundar as pesquisas sobre as consequências do assédio moral para as organizações e para a sociedade, bem como sobre as políticas institucionais para o enfrentamento da sua ocorrência.

Essa pesquisa revela as diferenças e as desigualdades nas relações laborais estabelecidas entre servidores públicos docentes e técnicos administrativos das Universidades. Isso porque a cultura organizacional acadêmica é marcada pela naturalização das percepções de superioridade de docentes sobre servidores técnicos administrativos e também sobre outros membros da comunidade acadêmica como estudantes e trabalhadores terceirizados.

De fato, a tese de doutorado de Nunes (2016) aborda como a cultura organizacional universitária exerce influência sobre a reprodução e perpetuação do assédio moral na Universidade Federal de Santa Catarina.

A dissertação de Lima Júnior (2020) propôs um “curso autoinstrucional formativo” para servidores técnicos, docentes e estudantes, objetivando esclarecer a prática do assédio moral para a comunidade universitária (Idem, p.72), além de apresentar e discutir inúmeros dados sobre a ocorrência do assédio moral na UFBA.

As pesquisas de Bender (2017), Gosdal (2017) e Pooli e Monteiro (2018) abordam o crescente índice de ações judiciais relacionadas ao assédio moral no âmbito privado. No entanto, nos últimos

quinze anos, tem crescido a ocorrência deste fenômeno no setor público, especificamente em Universidades Federais e Estaduais brasileiras.

São estratégias de enfrentamento do assédio moral: a divulgação do Código de Ética, a promoção de palestras, as avaliações de riscos psicossociais, as orientações psicológicas e um canal de comunicação.

No entanto, a título de conclusão, podemos destacar a ausência de uma legislação ampla e também específica sobre assédio moral no serviço público. Há avanços normativos ainda são limitados e pontuais, tais como Decreto nº 12.122/2004, que é o programa federal de enfrentamento ao assédio e à discriminação e a Lei n.14.612/2003, que considera o assédio moral e sexual como infrações na advocacia.

Portanto, o assédio moral nas Instituições de Ensino Superior não é apenas conflito; é sobre poder, silenciamento e estrutura.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, A. L. S. Assédio moral: o direito à indenização pelos maus tratos e humilhações sofridos no ambiente de trabalho. São Paulo: LTr, 2006.

AGUIAR, A. L. S. O assédio moral e a precarização das relações de trabalho. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2015.

BAMPI, Tânia. Avança debate sobre lei do assédio moral no serviço público. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 12 set. 2013.

BARRETO, Margarida. Assédio moral: ato deliberado de humilhação ou uma “política da empresa” para livra se de trabalhadores indesejados. Revista Cremesp. São Paulo, 2002.

BARRETO, M. M. S. Assédio moral: a violência sutil – Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2005. 188f.

BARRETO, Margarida. Assédio moral: risco não visível no ambiente de trabalho. 2008. Disponível em: Acesso em : 6 mar.2025. <https://agencia.fiocruz.br/assedio-moral-risco-nao-visivel-no-ambiente-detrabalho#:~:text=Ag%C3%Aancia>

BARRETO, Margarida Maria Silveira. Uma jornada de humilhações. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2000.

BATALHA, L. R. Assédio moral em face do servidor público. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.

BENDER, M. Violência simbólica no trabalho: análise da demanda judicial de assédio moral no estado do Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Sociologia do Direito. v.4, n.2, p.148-166, 2017.

BARROS, Ciro. Agência pública. Humilhação xingamentos e tortura marcam formação de policiais militares brasileiros. Intersindical Central da Classe Trabalhadora, 2015.

- CARAN, V. C. S.; SECCO, I. A. O.; BARBOSA, D. A.; ROBAZZI, M. L. C. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 23, n. 6, 2010.
- FABRÍCIO, Elisângela Messa. Revisão bibliográfica sobre assédio moral no trabalho: o estado da arte da pesquisa brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES. Brasília, 2012.
- FANES, Luisa. Assédio moral no trabalho do trabalhador de uma instituição de ensino superior. Dissertação de mestrado (Psicologia Social Comunitária). Universidade Tuiuti do Paraná, 2015.
- FREITAS, M. E. de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr/jun. 2001.
- FREITAS, Maria Ester de. Assédio Moral e Assédio Sexual: faces do poder perversos nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr./ jun. 2001.
- FREITAS, Maria Ester de. Existe uma saúde moral nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 12, n. 32, jan./ mar. 2005.
- FREITAS, Maria Ester de. Quem paga a conta do Assédio Moral? *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 6, n. 1, jan./ jun. 2007.
- FREITAS, M. E. de; HELOANI, R.; BARRETO, M. Assédio moral no trabalho. São Paulo: Cengage, 2008.
- FRONTZEK, L. G. M. Assédio moral: novos rumos da violência psicológica no trabalho. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- GOSDAL, T. C. O entendimento do assédio moral e organizacional na justiça do trabalho. In: SOBOLL, L. A. P. (Org.). *Intervenções em assédio moral e organizacional*. São Paulo, LTr., 2017. p.23-32.
- GUEDES, M. N. G. Terror psicológico no trabalho. São Paulo: LTr, 2003.
- GUIMARÃES, L. A. M.; RIMOLI, A. O. “Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 22, p. 183-192, maio/ago. 2006.
- GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado et al. Assédio no contexto educacional: Uma possibilidade de manifestação perversa. *Revista Subjetividades*, v. 16, n. 1, p. 52-63, 2016.
- HELOANI, José Roberto. Assédio Moral - Um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 3, n. 1, jan./ jun. 2004.
- HIRIGOYEN, M.-F. Assédio moral: a violência perversa do cotidiano. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2000.
- HIRIGOYEN, M.-F. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002.
- IGNÁCIO, Elena Martins. Assédio moral no ambiente de trabalho: implicações no cotidiano de uma instituição federal de ensino do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense. 2018, 246f.
- LIMA JÚNIOR, Daniel. Assédio moral: uma análise da percepção dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Dissertação (mestrado profissional em Administração). Universidade Federal da Bahia, 2020.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Assédio moral no emprego. São Paulo: Atlas, 2015.

MATOS, Paula Adriana Lima de. O docente e as relações de trabalho na Universidade Federal de Mato Grosso: “Sofrimento e violência”. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MEYER, J. V. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. Universidade em Debate, v. 2, n. 1, p. 12-26, jan./dez. 2014.

MONTEIRO, Leslie Bezerra. Quotidiano do profissional que vivencia o sofrimento por assédio moral e a sua relação com os diagnósticos de enfermagem. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Pará. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Associação Ampla com o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Goiânia, 2019.

NUNES, Thiago Soares. Assédio moral no trabalho: o contexto dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011. Dissertação de Mestrado Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

NUNES, L. A. O assédio moral no serviço público. Jornal do Sitremg, Belo Horizonte, ed.111, p. 4-5, abril. 2016.

NUNES, T. S.; TOLFO, S. da R. O Assédio Moral no Contexto Universitário: uma discussão necessária. Revista de Ciências da Administração. Florianópolis, p. 21 - 36, abr. 2015.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa; NUNES, Letícia Soares. Assédio moral em universidade: a violência identificada por servidores docentes e técnico administrativos. Revista Organizações em Contexto. v. 9, n. 18, p. 25-61, 2013.

POOLI, A. M. & MONTEIRO, J. K. Assédio moral no judiciário: prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v.18, n.2, p.346-353, 2018.

SCIALPI, Diana. Violencia laboral y desamparo institucional aprendido. Revista Jurisprudencia Argentina – Editorial Lexis-Nexis, Número Especial: Mobbing. el acoso psicológico en el ámbito laboral, 2005.

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay; TAVARES, Rosalina S; COELHO, Virgínia C. Assédio sexual e moral contra mulheres no mundo jurídico: esse silêncio todo me atordoa. In: TAVARES, Márcia; SOUZA, Angela M. F. (orgs.) Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo, 2022, pp. 55-86.

SOARES, A. As origens do conceito de assédio moral no trabalho. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, v. 37, n. 126, p. 284-286, 2012.

SOBOLL, L. A. P. Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SOHSTEN, Erika da Rocha Von. A dignidade humana do servidor público e as vítimas do assédio moral de um dos fóruns da capital paraibana. 2015.207 f. Dissertação (Mestre em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Curso de Direitos Humanos. Recife, 2015.

TROMBETA, T.; ZANELLI, J. C. Características do assédio moral. Curitiba: Juruá, 2010.

VASCONCELOS, Y. L. Assédio moral nos ambientes corporativos. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 821-851, dez. 2015.

VIEIRA, C. E. C. Assédio: do moral ao psicossocial – desvendando os enigmas da organização do trabalho. Curitiba: Juruá, 2008.

VIEIRA, Heloisa de Sousa. A visão sobre o assédio moral dos servidores de uma instituição federal de ensino superior. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Federal da Goiás, 2019.

XAVIER et al. Assédio moral no trabalho no setor saúde no Rio de Janeiro: algumas características. 2008. Rev. bras.saúde ocup. São Paulo, n. 33, v.117, jun 2008.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NAS COMPRAS PÚBLICAS, UM OLHAR
PARA A NOVA LEI DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS/2021: REVISÃO
INTEGRATIVA DAS DISCUSSÕES
CIENTÍFICAS

Ítalo Menezes Martins
Mônica Nascimento e Feitosa

Resumo: A promulgação da Lei 14.133/2021 impulsionou a utilização da concepção e dimensões da “Sustentabilidade” nas compras públicas, levando às discussões em âmbito científico. Este trabalho objetiva demonstrar, como vem sendo abordado, em estudos científicos, a questão da Sustentabilidade nas compras públicas, prevista na NLLC/2021. Para realizar o estudo, utiliza-se como metodologia de análise a Revisão Integrativa da Literatura através do *software* francês *Iramuteq*, com consulta dos resumos e dados relevantes dos estudos científicos/artigos publicados, no idioma português, no período de 2022 e 2023, nas plataformas *Google* acadêmico, periódico CAPES e Scielo. Das análises decorreram construção de Nuvem de Palavras; Figura de Similitude e por fim, Classificação Hierárquica Descendente em 5 Classes de palavras: ambiental, planos sustentáveis, desafios, cooperativas e dimensão social. Como resultados, temos que, nos estudos científicos/artigos selecionados a Sustentabilidade nas compras públicas, após a NLLC/2021 vem sendo abordada com foco na dimensão ambiental; na utilização de Plano de Gestão de Logística Sustentável na esfera federal, nos desafios para implementação do Desenvolvimento Nacional Sustentável, na participação das Cooperativas e na ampliação da dimensão social.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Licitação; Desenvolvimento Sustentável

Abstract: The enactment of Law 14.133/2021 has boosted the use of the concept and dimensions of “Sustainability” in public procurement, leading to discussions within the scientific field. This study aims to demonstrate how Sustainability in public procurement, as provided for in the NLLC/2021, has been addressed in scientific studies. The methodology applied is an Integrative Literature Review, using the French software *Iramuteq*, with an analysis of abstracts and relevant data from scientific studies/articles published in Portuguese between 2022 and 2023, retrieved from Google Scholar, CAPES journals, and Scielo. The analyses resulted in the construction of a Word Cloud, a Similarity Figure, and finally, a Descending Hierarchical Classification into five word classes: environmental, sustainable

plans, challenges, cooperatives, and social dimension. The results show that, in the selected scientific studies/articles, Sustainability in public procurement, after NLLC/2021, has been addressed mainly with a focus on the environmental dimension, the use of the Sustainable Logistics Management Plan at the federal level, the challenges for implementing Sustainable National Development, the participation of cooperatives, and the expansion of the social dimension.

Keywords: Sustainability; Public Procurement; Sustainable Development

Introdução

A Lei 14.133, de 01/04/2021 denominada Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) foi promulgada para substituir o arcabouço de legislações, como a Lei 8.666, de 21/06/1993 (Lei de Licitações e Contratos), a Lei 10.520, de 17/07/2002 (Lei do Pregão), a Lei 12.462, de 04/08/2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas) (Carvalho e Silva, 2023). Além dos princípios licitatórios que devem ser seguidos durante os procedimentos, a Licitação precisa cumprir objetivos e impulsionar a utilização das concepções e dimensões da “Sustentabilidade” nas compras públicas, a fim de cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) determinados pela Organização das Nações Unidas (ONU), previstos na Agenda 2030, o que tem levado às discussões em âmbito científico. Este trabalho visa dar continuidade e atualizar o estudo de Carvalho e Silva (2023) e seu objetivo central é demonstrar, como vem sendo abordado, em artigos científicos, a questão da Sustentabilidade nas compras públicas, prevista na NLLC/2021.

Foram utilizadas fontes legais e bibliográficas; levantamento bibliométrico de estudos acerca do tema, realizados na língua portuguesa; aplicação da análise com Revisão Integrativa da Literatura, conforme orientações de Ercole *et al* (2014). A coleta foi realizada com consultas em resumos e dados dos estudos científicos (artigos) publicados, entre 2022 e 2023, nas plataformas *Google* acadêmico, periódico CAPES e Scielo, com os descritores: “Licitações públicas” *and* “Sustentabilidade”; “Licitações públicas” *and* “Desenvolvimento Sustentável”; “Compras públicas” *and* “Sustentabilidade”; “Compras públicas” *and* “Desenvolvimento Sustentável”. Foram selecionados 11 artigos, seus resumos foram processados pelo *software* francês *Iramuteq*, apresentando resultados gráficos em Nuvem de palavras, Árvore de similitude e Classificação Hierárquica Descendente (CHD) através de Dendrograma. A Revisão Integrativa de Literatura foi composta de 6 etapas: identificação do tema e da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados, selecionados e definição das informações a serem extraídas; análise e categorização de dados;

análise e interpretação dos resultados, por fim, apresentação da revisão ou síntese dos conhecimentos produzidos.

Fundamentação Teórica

Reis (2022) conceitua licitação como sendo o procedimento administrativo que através de princípios administrativos ordenados de forma lógica tem por objetivo a contratação de bens e/ou serviços que possuírem maior economicidade e desde que cumpra as exigências do órgão contratante. Para o autor a Licitação possui o intuito de contratar o que possuir maior economia e para Di Pietro (2008) é o que for mais vantajoso, visto que, nem sem o que é mais viável economicamente é mais vantajoso, dependendo de outros fatores para se chegar a essa conclusão.

O princípio do “Desenvolvimento Nacional Sustentável (DNS), anteriormente incorporado à Lei 8.666/93 através da Lei 12.349/2010, e que, na NLLC/2021 apresenta-se amplificado ao assegurar que as compras públicas se firmem, principalmente, no tripé da Sustentabilidade, ou seja, deve-se levar em conta dimensões sociais, econômicas e ambientais, e não apenas o meio-ambiente (Niebuhr *et al*, 2021). Além de ser princípio, o DNS é determinado como objetivo licitatório na NLLC/2021, em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), determinados pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2015, em que, o Brasil firmou acordo junto à Agenda 2030.

Além dos princípios licitatórios como base de procedimentos, a Licitação precisa cumprir objetivos, e um deles determinado pela NLLC/2021 é incentivar a inovação e o DNS, sendo que, a inovação para Reis (2022) consiste na melhoria de algum item e/ou serviço, mas não apenas nisso, melhoria nos processos, nos métodos com o intuito de ser benéfico aos usuários; e o DNS é fator importante para a consolidação de Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nas repartições públicas. A Sustentabilidade é indispensável para garantir ao público atual e futuro uma qualidade de vida, tendo em vista, a busca pela redução das desigualdades regionais, sociais, econômicas, ambientais, sendo este último dever de todos para preservar e defender o meio-ambiente para perpetuidade humana (Reis, 2022).

Uma concepção de Sustentabilidade usual e aceita é a disposta no Relatório de *Brundtland* (1988) citado por Oliveira *et al* (2012, p.71), como, a “capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. De modo que, no conceito relaciona-se o homem, a natureza e a atividade econômica (Delmago, 2021).

Segundo Stora *et al* (2022), a Sustentabilidade está ligada ao tripé “*Triple Bottom Line*”(TBL), que surgiu através de pesquisa realizada por *Elkington* (1994), considerando os

3Ps (*People, Planet and Profit*), cuja tradução é PPL (Pessoas, Planeta e Lucro), em outras palavras, considera aspectos sociais, ambientais e econômicos (Oliveira *et al* 2012). Licitações sustentáveis precedem as compras públicas sustentáveis e conforme o princípio do DNS os procedimentos buscam pela proposta mais vantajosa levando-se em consideração o compromisso com a Sustentabilidade, em todas as dimensões, principalmente, quanto ao tripé: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental.

Para além das concepções de Sustentabilidade previstas na NLLC/2021, esta traz em sua essência a Governança, cujo cerne discute a questão da Sustentabilidade, como mecanismo promotor do *Enviromental, Social and Governance (ESG)* que, refere-se à adição de elementos ambientais, sociais e de Governança no dia a dia das empresas e entes públicos.

Desenvolvimento do Tema

Nos estudos científicos/artigos selecionados entre 2022 e 2023 observa-se que a Sustentabilidade nas compras públicas, após a NLLC/2021 vem sendo abordada conforme Nuvem de Palavras, representada na Figura 1, que demonstra, de forma gráfica, os vocábulos que se repetiram no mínimo 3 vezes, sendo excluídas grafias citadas apenas 1 e 2 vezes.

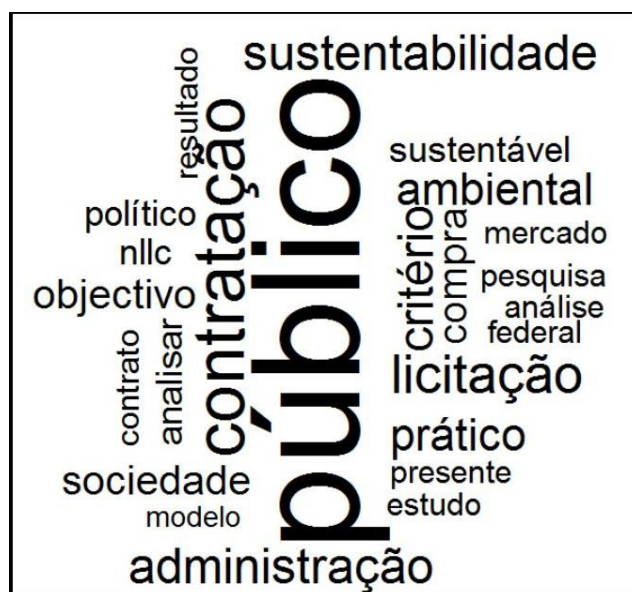
Figura 1 – Nuvem com totalidade de palavras/Artigos selecionados (2022 a 2023)



Fonte: Elaboração própria (2024)

Na Figura 2 apresenta-se a Nuvem de palavras referente às maiores porcentagens e frequências dos vocábulos do *corpus* textual selecionado.

Figura 2 – Nuvem de palavras principais da Tabela 1/Artigos selecionados (2022 e 2023)



Fonte: Elaboração própria (2024)

Isso demonstra a representatividade da Sustentabilidade nas discussões científicas dos artigos selecionados (presente nos termos Sustentabilidade, Sustentável e Desenvolvimento Sustentável que totalizam 2,27%), anunciando que: “Sustentabilidade” é um “critério” a ser considerado pela “administração”; há manutenção do critério da visão da Sustentabilidade “ambiental” (citado 8 vezes = 0,91%) em detrimento dos critérios social e econômico; há necessidade do envolvimento dos agentes “políticos” (0,68% do *corpus*), para efetivação da Estratégias Governamentais como prática da Sustentabilidade nas compras públicas; a fase da “implementação” da “NLLC” (6 citações cada) denota ações para “analisar” estudos pormenorizados dos aspectos da NLLC/2021 citados no *corpus*.

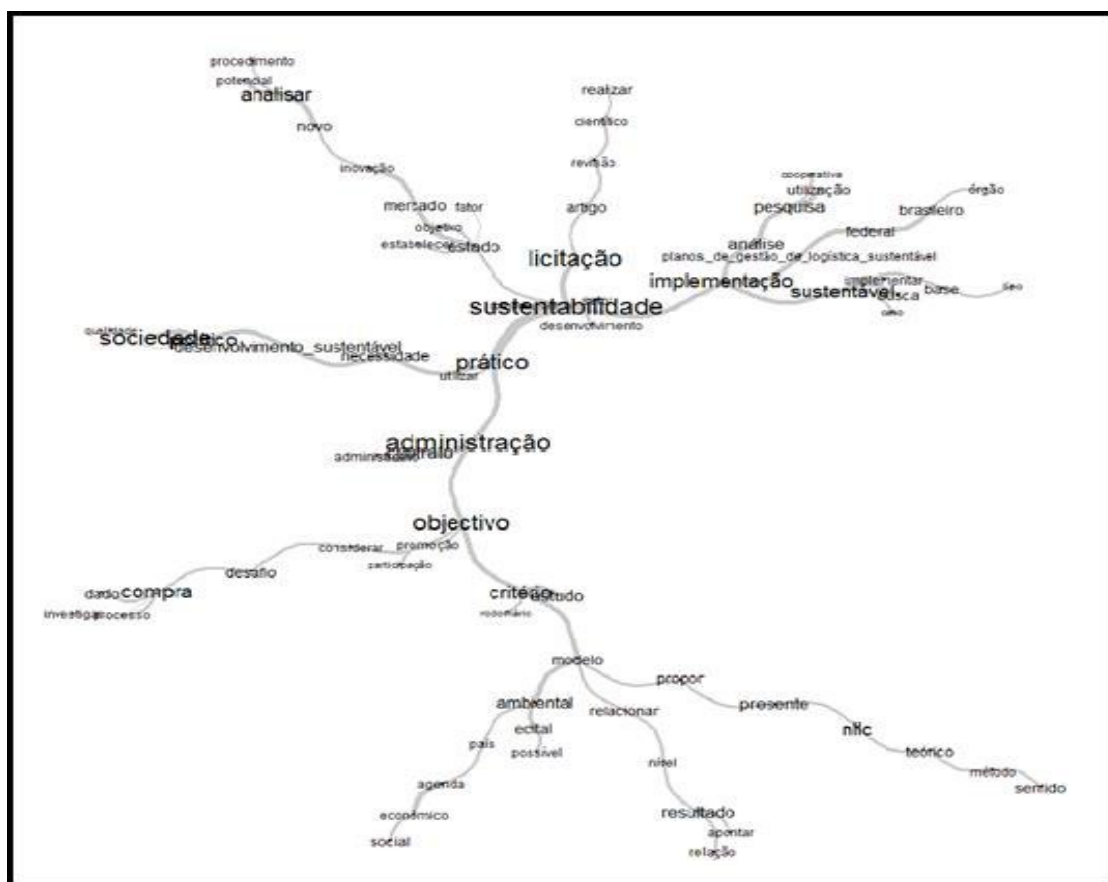
Além das palavras de maior destaque, expostas na Figura 2 (com altas frequências registradas - acima de 05 citações), destacaram-se outras que, apesar de citadas em menor proporção (abaixo de 05 citações), possuem forte ligação com o tema, de forma que, infere-se que, foram abordados, com menor intensidade, nos artigos analisados, de 2022 e 2023:

a) As palavras “objetivo” e “agenda”, que se repetiram 7 e 3 vezes, respectivamente, e a relação entre estas é que, é a Agenda 2030 da ONU (2015) que determina os 17 objetivos do Desenvolvimento Nacional Sustentável, esse termo foi mencionado no *corpus*, porém, com frequência bem menor, não sendo abrangido pela nuvem;

b) Vocábulos que formam a expressão: “Plano de Gestão de Legislação Sustentável”, que se repetiu 3 vezes; este plano/PLS foi instituído pela Portaria SEGES/ME 8.678/2021 para promover o Desenvolvimento Sustentável, previsto na NLLC/2021.

Na Árvore de Similitude, conforme Figura 3, o resultado foi semelhante ao da Nuvem de Palavras: “administração” foi a palavra central, em referência a administração pública cujas ramificações tratam dos objetivos e abordagens práticas, destacando-se o modelo do *Triple Bottom Line* (TBL), que é a essência do conceito de Sustentabilidade, onde tem-se os critérios: “ambiental”, “social” e “econômico”, nas ramificações da parte prática, tem-se a necessidade do Desenvolvimento Sustentável na sociedade e o incremento da Sustentabilidade nas Licitações, através da implementação do Plano de Gestão da Logística Sustentável (PLS), que vem ocorrendo principalmente na esfera federal.

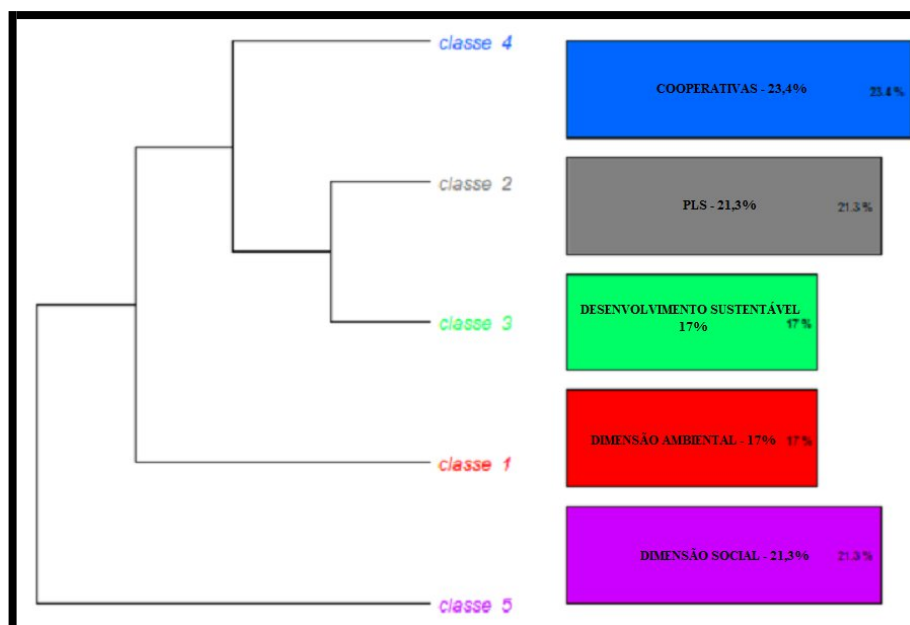
Figura 3 – Árvore de Similitude/Artigos selecionados (2022 e 2023)



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nas categorizações da CHD, representadas na Figura 4, a proximidade de sentidos, elencou Classes 1 a 5 no Dendrograma, identificando que os pontos das discussões científicas, nos artigos selecionados de 2022 e 2023 quanto a Sustentabilidade nas compras públicas, após a NLLC/2021 vem sendo abordada com foco: na dimensão/critério ambiental (Classe 1 - 17%); na utilização de PLS de gestão na esfera federal (Classe 2 - 21,3%), nos desafios para implementação do Desenvolvimento Nacional Sustentável (Classe 3 - 17%); na frequente participação das Cooperativas (Classe 4 - 23,4%) e na ampliação da dimensão ou critério social (Classe 5 - 21,3%).

Figura 4 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)/Artigos selecionados (2022 e 2023).



Fonte: Elaboração própria (2024).

A seguir serão apresentados os contextos e as relações de cada uma destas Classes da CHD de forma detalhada, sendo que, os títulos das Classes evidenciam os assuntos centrais conforme o contexto construído pelos autores mediante análise e discussões dos artigos selecionados associadas ao Dendrograma do Apêndice 2 e foram categorizadas nominalmente pelos pesquisadores.

1. Classe 1/Dimensão ambiental

A Classe 1 apresenta o menor percentual de expressividade dentre as 05 Classes do Dendrograma (17%) e associa-se à dimensão ambiental denota que o assunto foi abordado nos artigos selecionados, elegendo-a para intitular essa Classe no Dendrograma.

Tanto nas antigas legislações de procedimentos licitatórios, quanto na NLLC/2021, os critérios ambientais são o maior destaque, o que era esperado que se refletisse nos estudos científicos analisados devido ao caráter incisivo abordado nas legislações, nos editais publicados e devido à importância dada às questões ambientais pela sociedade atual. Outro fato a se destacar é que no período analisado (2022 e 2023) ainda estavam vigentes as leis de licitações anteriores e a NLLC/2021 o que pode se refletir no conteúdo dos artigos selecionados.

O estudo de Carvalho e Silva (2023) demonstrou algo semelhante na Classe 6, acerca de que, a legislação até 2021 estava mais voltada para o caráter ambiental; no entanto, esta nova amostragem desta pesquisa denota algo promissor; mesmo que, de forma lenta os outros critérios vêm ganhando espaço nas licitações públicas, principalmente, devido ao novo marco legal.

2. Classe 2/PLS

A implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nos órgãos públicos, como ferramenta de adoção prática da Sustentabilidade nas políticas e contratações é a Classe 2 de maior expressividade (21,3% do *corpus*) evidenciada nas discussões científicas dos artigos selecionados.

Infere-se que o PLS se apresenta como instrumento para colocar em prática os ODS/ONU pelas unidades administrativas do governo federal, como documento que associa-se às contratações públicas, o que foi evidenciado nos resultados dos artigos verificados nesta pesquisa mostrando-se como avanço em relação aos resultados de Carvalho e Silva (2023), em que o tema estava mais voltado para o âmbito das discussões acadêmicas.

A explicação para evidenciar o PLS nos textos pode estar associada ao momento de sua incorporação nos órgãos públicos a partir de 2021 (através da Portaria SEGES/ME 8.678 em conjunto com a promulgação da NLLC/2021, último ano do período da pesquisa de Carvalho e Silva, 2023). Outros instrumentos e regramentos foram emitidos no decorrer do tempo para corroborar com o efetivo alcance do Desenvolvimento Sustentável, e consequentemente, do ESG (*Enviromental, Social and Governance*), ou seja, adição de elementos ambientais, sociais e de Governança no dia a dia das empresas e entes públicos, o que se apresenta como objetivo do PLS.

Percebeu-se nas leituras que esses mecanismos são utilizados, principalmente, na esfera federal, sendo que nesta se observa maior exigência para cumprimento da Agenda 2030/ONU (conforme estudos de Cabral e Guerrieri, 2023). Quanto aos Estados e Municípios, faltam planejamentos próprios que complementem a operacionalidade dos critérios objetivos a serem adotados em processos licitatórios ou incentivos para adoção desses planos e meios, por parte das autoridades competentes.

3. Classe 3/Desenvolvimento Sustentável

Na Classe 3 da Classificação Hierárquica Dependente, os estudos analisados apontaram desafios quanto a relacionar políticas na realização do Desenvolvimento Sustentável no meio da sociedade brasileira (correspondendo a 17% do *corpus*, empatada percentualmente com a Classe 1).

Observa-se que, nos estudos verificados, um dos maiores desafios é a visualização do Tripé de *Botton Line* como uma unidade, e não como três coisas separadas que não se misturam ou não podem estar reunidos sob nenhuma hipótese. Autores dos artigos pesquisados elencam como desafios, os seguintes pontos: falta de legislação clara e objetiva nesse quesito,

principalmente, nas esferas estaduais e municipais; falta de condições locais e de recursos humanos capacitados, o que influencia diretamente na operacionalização dos critérios de Sustentabilidade.

4. Classe 4/Cooperativas

Nos resultados das pesquisas verificou-se indicação da participação de Sociedades Cooperativas nos processos licitatórios com a administração pública, como a Classe com maior expressividade do *corpus* (23,4%). A crescente ascensão da utilização dos critérios sociais e econômicos no que tange a ampliação da concepção da Sustentabilidade associa-se ao incentivo de participação do sistema de cooperativismo, que atrelam elementos em comum, a fim de promover o Desenvolvimento Sustentável.

No que tange à participação das Cooperativas nas compras da administração pública: a) a Lei 8.666/1993 abordou a possibilidade em 2 artigos; b) a Lei 12.349/2010, no artigo 3º, vedou que servidores públicos prejudiquem o caráter competitivo do processo licitatório, principalmente, se isso afetar as Sociedades Cooperativas; c) o inciso XXVII do artigo 24 da Lei 8.666/93 (inserido pela Lei de Saneamento Básico – Lei 11.445/2007), tratava da Dispensa de licitação, nos casos da coleta seletiva feita por Associações ou Cooperativas que seguissem normativos da área e que fossem compostas, impreterivelmente, por famílias de baixa renda; d) na NLLC/2021, com relação ao aspecto do Cooperativismo, é notória a ampliação que se dá a temática, até mesmo pelas repetições do vocábulo na própria lei, que é 4 vezes maior que a anterior Lei 8.666/93, com destaques para: o artigo 16 voltado para condições da Cooperativa participar do certame licitatório; o artigo 141, inciso II, §1º que trata da prioridade de pagamentos a serem feitos pelo ente público, posicionando Cooperativas junto às micro e pequenas empresas (Brasil, NLLC, 2021).

5. Classe 5/Dimensão social

A Classe 5, da CHD (correspondendo a 21,3%, mesmo percentual da Classe 2) relaciona-se a dimensão ou critério social a ser utilizado nas compras públicas. Como o período das publicações dos artigos selecionados abarca a vigência concomitante das leis licitatórias anteriores e da NLLC/2021 pode-se inferir a presença da inovação a ser realizada com dimensão social nas discussões selecionadas. Este achado é importante resultado.

O Acórdão TCU 2.154 de 25/10/2023 menciona questões da Sustentabilidade e inovação, especificamente, de seus critérios socioambientais, trazidos pela NLLC/2021 como objetivos-chaves, sendo que, os elementos sociais são o destaque da Classe 5, como inovação da NLLC/2021, ainda destacada das demais partições, visto que, na legislação anterior os poucos artigos sobre Desenvolvimento Sustentável eram mais relacionados à questão ambiental.

A relevância do aspecto social pode ser demonstrada tanto pelo crescimento denotado no Dendrograma dessa Classe 5, quanto pela comparação que pode ser feita com o trabalho de Carvalho e Silva (2023): naquele o aspecto social é a 2ª Classe de menor expressividade disposto nos artigos analisados de 2015 a 2021, neste trabalho,

o aspecto social representa a 2ª Classe de maior expressividade (21,3%), vinculada aos artigos analisados entre 2022 e 2023.

Conclusões ou Considerações Finais

Diante do exposto, temos que, nos estudos científicos/artigos selecionados entre 2022 e 2023, a Sustentabilidade nas compras públicas, após a NLLC/2021 vem sendo abordada, com foco na dimensão ambiental; na utilização de Plano de Gestão de Logística Sustentável na esfera federal, nos desafios para implementação do Desenvolvimento Nacional Sustentável, na maior frequência da participação das Cooperativas e na ampliação da dimensão social.

A temática das licitações sustentáveis vem ganhando destaque cada vez maior devido a importância para a sociedade e o meio em que habitam. Este teve como objetivo geral, demonstrar como vem sendo abordado, em estudos científicos, a questão da Sustentabilidade nas compras públicas, prevista na NLLC/2021? Para responder essa pergunta utilizou-se como metodologia a Revisão Integrativa de Literatura com a utilização do *software Iramuteq*. E através da nuvem de palavras, análise de similitude e CHD encontrou-se as respostas para essa questão.

Na Nuvem de Palavras o destaque foi a palavra “público”, seguida de “contratação”, “licitação” e “sustentabilidade”. Sendo essas duas últimas palavras-chaves dessa pesquisa e tendo esta corroborado com o estudo de Carvalho e Silva (2023), visto que utilizando a mesma metodologia atingiu-se resultados semelhantes, sendo possível atualizar complementando o trabalho das autoras.

A análise de similitude apresentou resultado semelhante ao da nuvem, onde o vocábulo

de destaque central foi “administração” advindo de Administração pública e de seus segmentos foi possível comprovar a importância dada aos critérios ambientais, econômicos e sociais que compõe o tripé da sustentabilidade nos estudos científicos. Além disso ela evidenciou que as discussões estão demonstrando a vertente prática da sustentabilidade no que tange as licitações, tendo evidenciado a implementação do PLS nos órgãos federais e demonstrado a necessidade do desenvolvimento sustentável na sociedade e outros pontos importantes.

Por fim, a última análise foi da CHD, que apresentou 5 Classes de palavras, derivadas de segmentos de texto do *corpus* textual, onde demonstrou que os artigos estudados evidenciaram maior expressividade no que diz respeito a participação das

Cooperativas nos contratos com a administração pública, seguida da evidenciação do critério social nas compras públicas, sendo essa uma inovação potencial da NLLC/2021. Assim como a questão da implementação do PLS nos órgãos públicos, que também é algo mencionado nesse marco legal e foi um resultado presente ainda na análise de similitude. As de menor destaque estão relacionadas aos desafios enfrentados para incrementação do Desenvolvimento Sustentável na sociedade e a utilização dos critérios ambientais nos editais de certames licitatórios, que ainda é o que prevalece, mas devido à baixa frequência de sua Classe, pode-se inferir que os outros elementos também estão ganhando importância tanto quanto o ambiental.

Referências

- BRASIL. **Acórdão 2154, de 25 de outubro de 2023** – TCU – Plenário. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*?KEY:ACORDAO-COMPLETO-2631331/NUMACORDAOINT%20asc/0. Acesso em 22/05/2024.
- BRASIL. **Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010**. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do artigo 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112349.htm. Acesso em 13, ago. 2023.
- BRASIL. **Lei 8.666, de 21 de junho de 1993**. Estatui Normas Gerais que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BRASIL. NLLC. **Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**. Estatui Normas Gerais de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 09. ago. 2023.
- BRASIL. **Portaria SEGES/ME 8.678, de 19 de julho de 2021**. Dispõe sobre a Governança das contratações públicas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- CABRAL, VN; GUERRIERI, DC Plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**. v. 8, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1385>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- CARVALHO, A. B. de; SILVA, H. S. da. Desafios do Desenvolvimento Nacional Sustentável em Licitações públicas: uma Revisão Integrativa. **Revista de Direito, [S. l.]**, v. 15, n. 01, p. 01–26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/15022>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- DELMAGO, Genel Antônio. Sustentabilidade: reflexões sobre uso do termo e evolução de conceitos. Passo Fundo, RS: Embrapa Trigo, 2021 PDF (60 p.): il. color. - (Embrapa Trigo. Documentos Online, 193). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1131564/1/Doc-193-online-2021.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- i
- Revisão _8
- <http://www.revenf.bvs.br/pdf/reme/v11a01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.
- NIEBUHR, Joel Mennistrativos. 2 ed. Curitiba: Zênite. 2021. Disponível em: [_lei_ed02.pdf](#). Acesso em: 05 nov. 2023.
- OLIVEIRA, L. R. de., MEDEIROS, R. M., TERRA, P. de B., & QUELHA, O. L. G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. *Production*, 22(1), 70–82. 2012.
- Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/rm7ny98HNftrRMJpFLddGm/#>. Acesso em: 13 nov. 2023. ONU. Organização das Nações Unidas. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 set. de 2023.
- REIS, Luciano Elias. **Compras públicas inovadoras: o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo como perspectiva do Desenvolvimento Nacional Sustentável – De acordo com a nova lei de Licitações e o marco regulatório das Startups**. BH: Fórum, 2022.

STORA, F.; LUIS DIAS DOLIVEIRA, S.; MARÇAL GONZAGA, C. A.; MASSUGA, F. Práticas de Sustentabilidade em escolas estaduais de Guarapuava (PR). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, 22 ago. 2022. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5021>. Acesso em: 12 nov. 2023.